

UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE  
PROGRAMA DE MESTRADO GESTÃO INTEGRADA DO TERRITÓRIO

SIMONE ZAMPROGNO SCALZER

O NÚCLEO TIMBUY/ SANTA TERESA(ES) ENTRE A MEMÓRIA E A HISTÓRIA –  
FORMAÇÃO HISTÓRICA TERRITORIAL, PROJETOS DE GOVERNO E  
PREPARAÇÃO DOS LOTES PARA OS IMIGRANTES (1847-1891)

Governador Valadares

2014

SIMONE ZAMPROGNO SCALZER

O NÚCLEO TIMBUY/ SANTA TERESA(ES) ENTRE A MEMÓRIA E A HISTÓRIA –  
FORMAÇÃO HISTÓRICA TERRITORIAL, PROJETOS DE GOVERNO E  
PREPARAÇÃO DOS LOTES PARA OS IMIGRANTES (1847-1891)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* do Mestrado Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE, como requisito para obtenção do título de mestre em Gestão Integrada do Território.

Orientadora: Patrícia Falco Genovez

Governador Valadares

2014

Catálogo na fonte por Eliana Nunes Hipólito – CRB6/2075

Scalzer, Simone Zamprogno.

O núcleo Timbuy/Santa Teresa (ES) entre a memória e a história – formação histórica territorial, projetos de governo e preparação dos lotes para os imigrante (1847-1891) o/ Simone Zamprogno Scalzer. – 2014.

177 f. : il.

Dissertação (mestrado) -- Universidade Vale do Rio Doce, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território, Governador Valadares, MG, 2014.

Orientadora: Profa. Patrícia Falco Genovez

1. Imigração Italiana - Brasil. 2. Núcleo Timbuy (Santa Teresa/ES). 3. Formação Histórica do Território. I. Scalzer, Simone Zamprogno. II. Universidade Vale do Rio Doce. III. Título.

CDU 325(81:450)

Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território - GIT

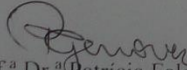
**ATA DA BANCA EXAMINADORA DE DISSERTAÇÃO DE Mestrado DE  
 SIMONE ZAMPROGNO SCALZER**

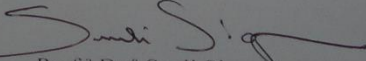
**Matrícula Nº 67856**

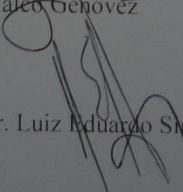
Aos vinte dias do mês de agosto de 2014 (dois mil e quatorze), às 13h00 (treze horas), na sala 08 do Bloco PVA da Universidade Vale do Rio Doce, reuniu-se a Comissão Examinadora da Dissertação da Mestranda intitulada "O NÚCLEO TIMBUY/SANTA TERESA(ES) ENTRE A MEMÓRIA E A HISTÓRIA - FORMAÇÃO HISTÓRICA TERRITORIAL, PROJETOS DE GOVERNO E PREPARAÇÃO DOS LOTES PARA OS IMIGRANTES (1847-1891)", Linha de Pesquisa: Território, Migração e Cultura, elaborada pela aluna **Simone Zamprogno Scalzer**. A comissão julgadora foi composta pelos professores Doutores, Patrícia Falco Genovez (orientadora) – GIT/UNIVALE, Sueli Siqueira - UNIVALE, Luiz Eduardo Simões de Souza – UFJF. Abrindo a sessão, a presidente da Comissão, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Patrícia Falco Genovez, após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulares do Trabalho Final, passou a palavra a mestranda **Simone Zamprogno Scalzer** para apresentação de sua Dissertação. Logo após a arguição dos examinadores, a Comissão se reuniu, sem a presença da mestranda e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Concluída a reunião, os membros da Comissão Examinadora consideraram por unanimidade a Dissertação aprovada fazendo as seguintes observações:

considerar as sugestões da banca.

Em seguida o resultado foi comunicado publicamente a candidata pela presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a reunião e lavrou-se a presente Ata que será assinada por todos os membros da comissão Examinadora. Governador Valadares, 20 de agosto de 2014.

  
 Prof.ª Dr.ª Patrícia Falco Genovez

  
 Prof.ª Dr.ª Sueli Siqueira

  
 Prof. Dr. Luiz Eduardo Simões de Souza

**Campus I - Armando Vieira**

Rua Juiz de Paz José de Lemos, 279 - Bairro Vila Bretas - CEP: 35030-260

Caixa Postal 295 - www.univale.br

Governador Valadares, Minas Gerais - Brasil

Telefone: 55+ (33) 3279-5200

**Campus II - Antônio Rodrigues Coelho**

Rua Israel Pinheiro, 2000 - Bairro Universitário - CEP: 35020-220

Caixa Postal 295 - www.univale.br

Governador Valadares, Minas Gerais - Brasil

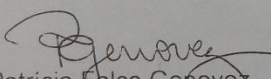
Telefone: 55+ (33) 3279-5500

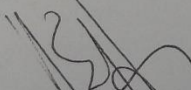
**UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE**  
**Núcleo de Estudos Históricos e Territoriais – NEHT/Univale**  
**Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território**

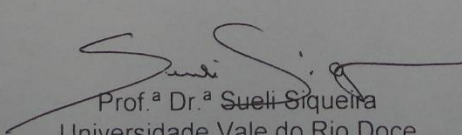
**SIMONE ZAMPROGNO SCALZER**

“O NÚCLEO TIMBUY/SANTA TERESA(ES) ENTRE A MEMÓRIA E A HISTÓRIA -  
FORMAÇÃO HISTÓRICA TERRITORIAL, PROJETOS DE GOVERNO E  
PREPARAÇÃO DOS LOTES PARA OS IMIGRANTES (1847-1891)”

Dissertação aprovada em 20 de agosto  
de 2014, pela banca examinadora com  
a seguinte composição:

  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Patrícia Falco Genovez - Orientadora  
Universidade Vale do Rio Doce

  
Prof. Dr. Luiz Eduardo Simões de Souza  
Universidade Federal de Juiz de Fora

  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sueli Siqueira  
Universidade Vale do Rio Doce

Dedico ao meu marido Claudemir, aos meus pais Inez e José, irmãos Raonnes e Samira, ao meu avô pela confiança, apoio e incentivo nesta caminhada.

## AGRADECIMENTOS

Nunca caminhamos só. Nossas vidas são repletas de pessoas especiais que tornam longas caminhadas mais prazerosas. Início agradecendo a Deus, que me protege e abençoa todos os dias, que me deu sabedoria, inspiração e esteve ao meu lado nas dezenas de viagens realizadas nestes anos para pesquisar, estudar e concluir esta dissertação.

Como professora, agradeço a todos os meus professores/as que durante toda minha vida escolar contribuíram não apenas para minha formação, mas também para que me tornasse uma pessoa melhor. Agradeço em especial a minha orientadora Dra. Patrícia Falco Genovez, pela surpreendente dedicação e apoio. Que além de uma professora e orientadora espetacular é exemplo de seriedade e competência. Agradeço também às minhas professoras Marcia e Annie (*in memoriam*), que são exemplo de dedicação e amor, e me inspirando a também escolher essa profissão.

Agradeço aos meus colegas de trabalho e alunos pelo apoio e compreensão, quando tive que me dedicar mais ao mestrado do que à escola. Esta formação que busquei também foi para melhorar o meu trabalho com vocês.

Agradeço aos meus amigos e familiares por terem compreendido minha ausência e sempre terem me incentivado. Agradeço a Deus pelos novos amigos que fiz nessa caminhada. Vocês sempre serão uma parte boa da minha vida em Minas Gerais.

E por fim agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram com minha pesquisa; às muitas pessoas que conversei nos trabalhos de campo; aos meus entrevistados que dedicaram parte de seu dia para permitir que eu pudesse ouvir suas histórias; aos funcionários do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo que tantas vezes me receberam e me auxiliaram nas pesquisas documentais.

“Era uma comunidade nova que se estruturava, sem passado”.

Renzo M. GROSSELLI



## RESUMO

Essa dissertação analisa o processo de formação e configuração do território do Núcleo colonial Timbuy, futuro município de Santa Teresa (ES), em sua intrínseca relação com o fluxo migratório do Norte da Itália, iniciado na década de 1870. O referido Núcleo, enquanto parte da Colônia Santa Leopoldina – ambos situados na província do Espírito Santo/Brasil -, resultou de um projeto de colonização proposto pelo Estado Monárquico em fins da década de 1840, cujo objetivo era recrutar imigrantes europeus e estabelecê-los nas terras devolutas do interior da então Província do Espírito Santo. Em um período de dificuldades econômicas, políticas e sociais vividas na Itália, entre as décadas de 1860 e 1870, a migração para a América representou uma oportunidade de vida melhor para milhares de italianos. Esses imigrantes contribuíram intensamente no processo de dinamização do território do Núcleo Timbuy, até sua emancipação do município de Cachoeiro de Santa Leopoldina, constituindo o município de Santa Teresa/ES, em 25 de novembro de 1890. Diversos estudos já discutiram a migração de italianos para o Espírito Santo no século XIX. Inúmeros pesquisadores e memorialistas também narraram a história de Santa Teresa. No entanto, nenhum desses estudos tratou diretamente do processo de preparação, formação e configuração desse território. Por isso, o enfoque dado no processo que antecede a emancipação do Núcleo permite ir além de uma história circunstancial da fundação da cidade de Santa Teresa, favorecendo uma análise da participação do Estado e dos imigrantes italianos articulados em um intenso e complexo processo de instauração de um novo território. Assim não consideramos este território como simplesmente um território de imigração italiana, mas também um território fruto de um projeto de colonização de terras devolutas, congregando diferentes atores. Nesse sentido, a pesquisa contribuiu para desvendar parte de uma história pouco discutida e por vezes ignorada. Estão fora do senso histórico comum e da maioria da bibliografia que versa sobre o município todo um projeto colonial empreendido ao longo de décadas. Esses projetos desenvolveram-se a partir da abertura de estradas e obras de preparação de núcleos coloniais, que envolveram a demarcação de lotes e construção de barracões para alojar de maneira precária os imigrantes. A pesquisa levanta outras questões contraditórias, como aquelas que envolvem o momento da chegada dos imigrantes e da distribuição e obtenção dos títulos definitivos dos lotes de terra; fatos que povoam o imaginário local, delineando alguns mitos fundadores para o município de Santa Teresa. Em virtude do enfoque escolhido, essa dissertação vincula-se à linha de pesquisa “Território, Migrações e Cultura”, do Mestrado Gestão Integrada do Território da UNIVALE - Universidade Vale do Rio Doce, articulando as disciplinas: Geografia, História e Demografia no complexo processo de configuração de um território concomitante a um outro intenso processo desterritorialização-reterritorialização de migrantes italianos no Núcleo Timbuy (Santa Teresa/ES).

Palavras-chave: Formação Histórica do Território, Imigração Italiana, Núcleo Timbuy.

## ABSTRACT

This thesis analyses the process of formation and configuration of the territory of the colonial nucleus Timbuy, future city of Santa Teresa – ES, in its intrinsic relation with the migratory flow from North of Italy, started in the 1870s. The referred Nucleus, while part of the Colony of Santa Leopoldina – both situated in the province of Espírito Santo/Brazil – resulted from a project of colonization proposed by the Monarchical State in the ends of 1840s, whose objective was to recruit European immigrants and establish them in the unsettled lands of the Province of Espírito Santo. In a period of economic, political and social difficulties lived in Italy, between the decades of 1860 and 1870, the migration to America represented an opportunity of a better life for millions of Italians. These immigrants contributed intensely in the process of enhance of the territory of the Núcleo Timbuy, until its emancipation of the city of Cachoeiro of Santa Leopoldina, constituting the city of Santa Teresa/ES, in November 25, 1890. Many studies have already discussed migration of Italians to Espírito Santo in 19<sup>th</sup> century. Several researchers and memoirists also have narrated the story of Santa Teresa. However, none of these studies treated directly the process of preparation, formation and configuration of this territory. For that reason, the main focus given in the process that precedes the emancipation of the Nucleus allows to go beyond of a circumstantial story of the foundation of the city of Santa Teresa, promoting an analysis of the participation of the State and of the Italian immigrants articulated in an intense and complex process of instauration of a new territory. Thus we do not consider this territory as simply a territory of Italian immigration, but also a territory result from a project of colonization of unsettled lands, putting together different actors. In this sense, the research contributed to uncover part of a little-discussed and sometimes ignored story. An entire colonial project undertaken along decades is out of the common historical sense and of the most of the bibliography about the city. These projects developed from the opening of roads and works of preparation of colonial nucleuses which involved the demarcation of estates and construction of barracks for housing precariously the immigrants. The research raises other contradictory questions, as those which involve the moment of the arriving of the immigrants and the distribution and obtaining of the definitive titles of the states of land; facts that inhabit the local imaginary, outlining some founder myths to the city of Santa Teresa. By virtue of the main focus chosen, this thesis is linked to the line of research “Territory, Migrations and Culture”, of the Integrated Management Master’s of Territory of UNIVALE – Universidade Vale do Rio Doce, articulating the subjects: Geography, History and Demography in the complex process of configuration of a territory that runs concurrently with another intense process deterritorialization-re-territorialization of Italian immigrants in the Núcleo Timbuy (Santa Teresa/ES).

Key words: Historical Formation of the Territory, Italian immigration, Núcleo Timbuy.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|   |     |
|---|-----|
| Figura 1 - Registro de entrada de imigrante .....   | 83  |
| Figura 2 - Registro de entrada de imigrante .....   | 84  |
| Figura 3- Navio de imigrantes no Porto de Genova .....  | 100 |
| Figura 4 - Hospedaria de imigrantes.....  | 102 |
| Figura 5- Canoeiros de Santa Leopoldina responsáveis pelo transporte de passageiros e mercadorias.....  | 103 |
| Figura 6 – Casa Lambert .....   | 108 |
| Figura 7- Povoação do Núcleo Timbuy.....  | 111 |
| Figura 8 – Rua Coronel Avancini, Santa Teresa/ES 1939 .....   | 132 |
| Figura 9 - Rua de Monteforte D’alpone: Província de Verona/ Itália, 2005 .....  | 132 |
| Figura 10 – Casa rural construída no início do século XX.....   | 133 |
| Figura 11- Vista da Caoria, Trento/Itália 1988.....   | 134 |
| Figura 12 - Vista do centro de Santa Teresa/ES 2004.....  | 135 |
| Figura 13- Igreja do Núcleo Timbuy 1888.....  | 143 |
| Figura 14 – Igreja matriz de Santa Teresa construída no início do século XX.....  | 143 |
| <br>  |     |
| Mapa 1- Espírito Santo: Distribuição territorial de imigrantes italianos no século XIX .....  | 23  |
| Mapa 2 - Itália: Divisão política.....  | 35  |
| Mapa 3- Recorte Espírito Santo- Político: Provável localização das Terras do Timbuy .....   | 63  |
| Mapa 4 - A unificação da Itália, 1859-70, com países vizinhos.....  | 82  |
| Mapa 5 - Distribuição geográfica de imigrantes no Espírito Santo segundo nacionalidade. ...   | 94  |
| Mapa 6 – Esquema das vias de penetração prováveis .....   | 95  |
| <br>  |     |
| Esboço 1- Esboço Topográfico do Território Timbuy na Colônia Santa Leopoldina – Província do Espírito Santo .....   | 123 |
| <br>  |     |
| Carta 1 - Carta da Província do Espírito Santo com parte da província de Minas, organizada pelo 1º tenente de engenheiros João Jose de Sepulveda e Vasconcelos - 1856 .....   | 69  |
| Carta 2 - Trajeto dos imigrantes de Santa Leopoldina à Vila de Santa Teresa, em recorte Carta Topographica dos núcleos Porto Cachoeiro e Timbuy da Colônia Santa Leopoldina na Província do Espírito Santo 1879 ..... | 105 |

|  |     |
|--|-----|
| Carta 3 - Carta Topographica dos núcleos Porto Cachoeiro e Timbuy da Colônia Santa Leopoldina na Província do Espírito Santo: feito e organizado pelo agrimensor e engenheiro Franz Von Lipp 1879.....   | 116 |
| Carta 4- Detalhe de parte do Núcleo Timbuy em recorte da Carta Topographica dos núcleos Porto Cachoeiro e Timbuy da Colônia Santa Leopoldina na Província do Espírito Santo: feito e organizado pelo agrimensor e engenheiro Franz Von Lipp 1879 ..... | 117 |
| Carta 5 - Lote de Angelo Margon em recorte da Carta Topographica dos núcleos Porto Cachoeiro e Timbuy da Colônia Santa Leopoldina na Província do Espírito Santo: feito e organizado pelo agrimensor e engenheiro Franz Von Lipp 1879 .....            | 126 |
| Planta 1- Parte da Província Espírito Santo em que estão compreendidas as colônias - 1878 por C. Cintra E C. Rivierre, com recorte destacando a Colônia Santa Leopoldina e o Núcleo Timbuy. ....   | 64  |
| Planta 2 - Localização estimada dos polacos no Núcleo Timbuy em recorte da planta: Parte da Província Espírito Santo em 1878 por C. Cintra e c. Rivierre.....  | 85  |
| Planta 3 – Recorte de parte da Planta do Núcleo Timbuy s/d .....   | 118 |
| Planta 4 - Lote de Angelo Margon em recorte de parte da Planta do Núcleo Timbuy s/d....  | 126 |
| Planta 5 - Planta da medição e demarcação de um terreno no lugar denominado Nova Valsugana .....   | 127 |
| Planta 6- Planta da povoação de Santa Teresa, medida e demarcada por ordem do Ilm.º. Dr. inspetor especial de terras e colonização desta Província pelo Auxiliar Julião Florian s/d ...  | 136 |

## **LISTA DE TABELAS**

|   |    |
|---|----|
| Tabela 1- Imigrantes da Expedição Tabacchi que se estabeleceram no Núcleo Timbuy..... | 89 |
| Tabela 2 - Primeiros moradores de Nova Valsugana .....                                | 91 |

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>   | <b>15</b> |
| <b>1. A IMIGRAÇÃO ITALIANA PARA O BRASIL: O CASO DO NÚCLEO TIMBUY (SANTA TERESA/ES) - CONTEXTOS E TEORIAS.....</b>                                  | <b>21</b> |
| 1.1. VISÕES E PERCEPÇÕES DA IMIGRAÇÃO ITALIANA PARA O ESPÍRITO SANTO: O CASO DA CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DO NÚCLEO TIMBUY (ATUAL SANTA TERESA)..... | 21        |
| 1.1.1. A imigração italiana para o Espírito Santo e para o Núcleo Timbuy sob a perspectiva dos primeiros imigrantes .....                           | 24        |
| 1.1.2. A imigração italiana na perspectiva dos memorialistas.....   | 27        |
| 1.1.3. A década de 1980 e os trabalhos acadêmicos sobre a imigração italiana para o Espírito Santo e Santa Teresa .....                             | 29        |
| 1.1.4. A imigração italiana no Brasil como um contraponto ao Espírito Santo .....   | 33        |
| 1.2. A IMIGRAÇÃO ITALIANA PARA SANTA TERESA/ES: ENTRE O CONTEXTO E O DIÁLOGO POSSÍVEL COM AS TEORIAS DAS MIGRAÇÕES .....                            | 36        |
| 1.2.1. Os Fatores de push e pull.....   | 37        |
| 1.2.2. A seletividade de imigrantes.....  | 46        |
| 1.2.3. Análises institucionais .....  | 47        |
| 1.2.4. A cultura migratória e as redes migratórias.....   | 49        |
| 1.2.5. Abordagens com foco na família e no domicílio.....   | 51        |
| 1.3. O PROCESSO MIGRACIONAL E A CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DO NÚCLEO TIMBUY À LUZ DOS ESTUDOS TERRITORIAIS .....                                      | 53        |
| <b>2. O NÚCLEO TIMBUY: FORMAÇÃO HISTÓRICA, PROJETO E PREPARAÇÃO PARA A CHEGADA DOS IMIGRANTES .....</b>   | <b>62</b> |
| 2.1- A ESTRADA DE SANTA THEREZA.....  | 67        |
| 2.2. A COLÔNIA SANTA LEOPOLDINA E O NÚCLEO TIMBUY .....   | 73        |
| 2.2.1. A Preparação do Núcleo Timbuy .....  | 75        |
| 2.3. AS EXPEDIÇÕES MIGRATÓRIAS .....  | 81        |
| 2.3.1. Os polacos: Os primeiros imigrantes no Timbuy .....  | 85        |
| 2.3.2. Os imigrantes da Expedição Tabacchi no Timbuy.....   | 87        |

|   |            |
|---|------------|
| 2.3.2. Os Imigrantes dos navios Rivadavia, Fenelon e outras Expedições .....                                  | 92         |
| <b>3. A CONFIGURAÇÃO DO NÚCLEO TIMBUY: OS ITALIANOS E A<br/>INSTAURAÇÃO DE UMA DINÂMICA TERRITORIAL .....</b> | <b>97</b>  |
| 3.1. A VIAGEM MIGRATÓRIA DA ITÁLIA PARA O NÚCLEO TIMBUY .....   | 99         |
| 3.2. O CONTATO INICIAL COM A FLORESTA .....   | 107        |
| 3.3. O PROCESSO DE DISTRIBUIÇÃO/ VENDA DOS LOTES DE TERRA E A<br>OBTENÇÃO DO TÍTULO DEFINITIVO .....          | 114        |
| 3.4- A VIDA NO NOVO TERRITÓRIO .....  | 130        |
| 3.4.1 – A Vila de Santa Teresa .....  | 130        |
| 3.4.2- A vida e o trabalho no campo .....   | 137        |
| 3.4.3- As territorialidades italianas no Núcleo Timbuy .....  | 141        |
| 3.5- A EMANCIPAÇÃO .....  | 144        |
| <b>CONCLUSÃO.....</b>   | <b>147</b> |
| <b>REFERÊNCIAS E FONTES.....</b>  | <b>152</b> |
| <b>ANEXOS .....</b>   | <b>171</b> |

## INTRODUÇÃO

O presente estudo analisa o processo de formação e configuração do território do Núcleo Timbuy<sup>1</sup> em sua intrínseca relação com o fluxo migratório do Norte da Itália; assim como a contribuição dos imigrantes no processo de dinamização desse território, até sua emancipação da Colônia Santa Leopoldina, tornando-se o município de Santa Teresa/ES.

O Núcleo Timbuy resultou de um projeto de colonização proposto pelo Estado Monárquico em fins da década de 1840 cujo objetivo era recrutar imigrantes europeus e estabelecê-los nas terras devolutas do interior da então Província do Espírito Santo. Em um período de dificuldades econômicas, políticas e sociais vividas na Itália, a migração para a América representou uma oportunidade de vida melhor para milhares de italianos.

Diversos estudos já discutiram a migração de italianos para o Espírito Santo no século XIX, e alguns pesquisadores e memorialistas já narraram a história de Santa Teresa. No entanto, nenhum desses estudos focou diretamente no processo de preparação do Núcleo Timbuy, formação e configuração desse território.

Ao focar na configuração do território, a intenção dessa pesquisa é ir além de contar uma história de fundação de cidade, mas também analisar a participação do Estado e dos imigrantes italianos neste processo. Assim não consideramos este como simplesmente um território de imigração italiana, mas também um território fruto de um projeto de colonização de terras devolutas, congregando diferentes atores.

Por isso, além do objetivo principal de compreender a configuração territorial do Núcleo Timbuy (Santa Teresa), do início da abertura da picada que servia de referência para a Estrada para Santa Thereza<sup>2</sup> (1847), a discussão para a criação do Núcleo Timbuy em 1868; à preparação do núcleo a partir de 1871; o estabelecimento dos imigrantes italianos, até a emancipação política, em 1891; de forma específica contextualizamos o Norte da Itália e do Espírito Santo na segunda metade do século XIX; analisamos o processo de preparação do Núcleo Timbuy, para receber os imigrantes, a partir dos projetos do governo imperial do Brasil e da chegada das primeiras levas de imigrantes; correlacionamos as primeiras expedições de imigrantes com a configuração inicial do território do Núcleo Timbuy/ Santa Teresa e compreendemos o processo de estabelecimento dos imigrantes italianos no Núcleo Timbuy;

---

<sup>1</sup> Existem três grafias para esta toponímia: Timbuy, Timbuy e Timbuí, contudo optamos pela primeira grafia, por ser esta a utilizada no documento mais antigo encontrado.

<sup>2</sup> Utilizamos a grafia da época para as toponímias.



Esta pesquisa adquire relevância pelo fato da configuração do território de Santa Teresa estar diretamente ligada a projetos do governo provincial e à imigração para a região, em especial a italiana. Este processo vivenciado pelos imigrantes ainda se reproduz na memória e nas falas de seus descendentes. Desta forma, as marcas da imigração ainda ressoam no cotidiano da cidade e, principalmente, em muitos pontos de sua configuração territorial.

Por isso, a pesquisa contribuiu para desvendar parte de uma história pouco discutida e por vezes ignorada. Está fora do senso histórico comum e da maioria da bibliografia que versa sobre o município o fato de que antes mesmo da chegada dos primeiros imigrantes, havia projetos do governo da Província do Espírito Santo iniciaram um processo que previa a instalação de imigrantes em terras devolutas. Esses projetos desenvolveram-se a partir da abertura de estradas e obras de preparação de núcleos coloniais, que envolveram a demarcação de lotes e construção de barracões para alojar imigrantes. A pesquisa levanta outras questões contraditórias, como aquelas que envolvem o momento da chegada dos imigrantes e da distribuição e obtenção dos títulos definitivos dos lotes de terra; fatos que povoam o imaginário local, delineando alguns mitos fundadores para o município de Santa Teresa.

Portanto, tendo em vista o enfoque escolhido, essa dissertação vincula-se à linha de pesquisa “Território, Migrações e Cultura”, do Mestrado Gestão Integrada do Território da UNIVALE - Universidade Vale do Rio Doce, tendo em vista que o Núcleo Timbuy constituiu-se como território a partir de projetos de governo e do estabelecimento de imigrantes, que foram desterritorializados do Norte da Itália e reterritorializados no Núcleo Timbuy (Santa Teresa). Logo, foi necessário desenvolver uma pesquisa que integrou as disciplinas de história, geografia e demografia com o intuito de promover uma melhor compreensão desse fenômeno.

A presente dissertação encontra-se estruturada em três capítulos. No primeiro capítulo, A IMIGRAÇÃO ITALIANA PARA O BRASIL: O CASO DO NÚCLEO TIMBUY (SANTA TERESA/ES) - CONTEXTOS E TEORIAS, realizamos na primeira parte uma revisão bibliográfica sobre a imigração italiana para o Núcleo Timbuy (Santa Teresa) e para o Espírito Santo em contraponto com os casos de migração para São Paulo e para o Sul do Brasil, observando principalmente o contexto migratório do Norte da Itália e do Espírito Santo. Na segunda parte do capítulo, analisamos o fluxo migratório do Norte da Itália para o Núcleo Timbuy com o aparato teórico de algumas teorias da migração. E terminamos discutindo os conceitos de território, territorialidade, e três outros diretamente relacionados

territorialização, desterritorialização e reterritorialização (T-D-R) muito importantes para analisar a formação e configuração do território do Núcleo Timbuy.

No segundo capítulo: O NÚCLEO TIMBUY: FORMAÇÃO HISTÓRICA, PROJETO E PREPARAÇÃO PARA A CHEGADA DOS IMIGRANTES, iniciamos abordando a abertura da Estrada de Santa Thereza (1847), que orientou a ocupação das terras do Timbuy; a origem da Colônia Santa Leopoldina; os trabalhos de preparação e abertura do Núcleo Timbuy; o estabelecimento dos polacos no Baixo Timbuy; a Expedição Tabacchi e o estabelecimento dos primeiros italianos no Núcleo Timbuy; e a chegada das primeiras levas de imigrantes italianos destinados a esse núcleo colonial.

No terceiro capítulo: A CONFIGURAÇÃO DO NÚCLEO TIMBUY: OS ITALIANOS E A INSTAURAÇÃO DE UMA DINÂMICA TERRITORIAL, descrevemos a viagem migratória do Norte da Itália até o Núcleo Timbuy; seguimos discutindo a relação inicial dos imigrantes com a floresta tropical; o processo de distribuição/venda dos lotes de terra aos imigrantes; a formação da Vila de Santa Teresa, a vida dos imigrantes no campo, o surgimento das territorialidades que hierarquizaram as relações sociais, culturais e políticas no Núcleo e, por fim, a emancipação do Timbuy, elevando-o a categoria de município, em 1890.

Muitas questões envolveram o processo de colonização das terras do Timbuy. Portanto, para compor essa pesquisa, além das fontes orais e de revisão bibliográfica sobre o tema, foi utilizada a documentação do período histórico analisado, disponível no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES). Alguns desses documentos encontram-se no site do APEES, como vários Relatórios de Presidente de Província do período de 1848 a 1881<sup>3</sup>, que tratam dos trabalhos na Estrada de Santa Thereza, da Colônia Santa Leopoldina e do Núcleo Timbuy, e outras três publicações que fornecem informações desse período: *Província do Espírito Santo. Sua descoberta, história chronologia, synopsis e estatística*, por Bazilio Carvalho Daemon: 1879<sup>4</sup>; *Diccionario Historico, Geographico e Estatistico da Provincia do Espírito Santo*, por Cezar Augusto Marques: 1878; o *Relato do Cavalheiro Carlo Nagar, Cônsul Real em Vitória: O Estado do Espírito Santo e a Imigração Italiana*<sup>5</sup> (1995) e, *Viagem da Princesa Teresa Cristina da Baviera* (1888). Foram consultados e digitalizados na própria instituição, mapas (plantas e cartas) da região do Timbuy e documentos do Fundo de Agricultura, dentre eles podemos citar relatórios e registros de

<sup>3</sup> Esse período não constituiu uma delimitação de tempo, mas após a leitura de todos os Relatórios de Província disponíveis no site do APEES, foi nesse recorte de tempo que encontramos informações relevantes para nossa pesquisa.

<sup>4</sup> Será utilizada a grafia da época na transcrição de publicações e documentos.

<sup>5</sup> Publicado inicialmente em fevereiro de 1895.

correspondência da Colônia Santa Leopoldina e do Núcleo Timbuy com diversos dirigentes da Província e da Comissão de Terras, Títulos de Propriedade de Terras e Processos de obtenção do título de terras.

Apesar de um *corpus* documental significativo, consideramos que a pesquisa poderia ser enriquecida tanto com a memória social dos descendentes de imigrantes italianos quanto com os documentos produzidos na época, ponderando suas lacunas e brechas. Assim os documentos serão analisados em contraponto à bibliografia utilizada e aos relatos orais coletados em entrevistas.

Nesse sentido, trata-se de um estudo qualitativo, com um enfoque descritivo e histórico sobre os dados documentais diretos e indiretos com os quais tivemos contato, procurando compreender os fenômenos que contribuíram para a formação histórica e configuração do território no Núcleo Timbuy. Os dados foram analisados a partir da técnica de pesquisa indiciária, em que os pormenores mais negligenciáveis são examinados (GINZBURG, 2001). Nesta metodologia, o pesquisador segue na busca por vestígios, sinais, sintomas e marcas na tentativa de desvendar os acontecimentos históricos (LENE; SELIDONHA, 2012, p.33).

A pesquisa, portanto, se insere numa abordagem que relaciona os Estudos Territoriais e a Micro-História. Desta forma, para realizar uma pesquisa com a metodologia proposta, o faro, o golpe de vista e a intuição ganharam grande importância (RODRIGUES, 2005, p.218). Vista a partir desses pressupostos, a pesquisa buscou além das provas visíveis e palpáveis, os indícios mudos ou provas extratécnicas que também podem ser averiguadas pela narrativa histórica, sem perder o rigor científico (RODRIGUES, 2005, p. 219). Assim, em nossa pesquisa, dados e informações de documentos históricos e fontes orais foram associadas a fim de desvendar as minúcias da história local que ainda estavam por serem descobertas. A seleção desses documentos e do referencial teórico serviu de subsídio teórico descritivo para esta pesquisa.

No que se diz respeito às entrevistas<sup>6</sup>, estas foram realizadas com um universo composto principalmente por filhos e netos de imigrantes italianos<sup>7</sup>, residentes no município de Santa Teresa, as mesmas foram transcritas integralmente, com descrição das situações ocorridas tais como choro, alegria e outros sentimentos. Foi realizado um levantamento prévio com dezoito famílias de descendentes de imigrantes italianos. Na escolha dessas famílias, optou-se por famílias com descendentes mais velhos, preferencialmente filhos ou netos de

---

<sup>6</sup> A realização da pesquisa foi autorizada pelo CEP da Plataforma Brasil, sob Parecer n° 575.667 de 31/03/2014.

<sup>7</sup> Ver perfil dos entrevistados Anexo A.

imigrantes. Nessas famílias foram realizadas entrevistas, sendo que doze foram consideradas. Na pesquisa inicial tivemos o mesmo relato de todos os descendentes, afirmando que não sabiam muito, mas estavam dispostos a colaborar. Após realizarmos as entrevistas, descartamos seis. Este descarte foi realizado por dois motivos: primeiro, o entrevistado sentiu-se desconfortável e optamos por encerrar os questionamentos; segundo apesar do levantamento prévio, o descendente que se dispôs a dar a entrevista, somente respondeu que não sabia nada sobre o que lhe foi perguntado em todas as questões propostas. Dentre os doze entrevistados, temos também uma imigrante italiana que se estabeleceu com a família, em Santa Teresa pós Primeira Guerra Mundial.

A interpretação dos dados levantados através das memórias dos descendentes ocorreu a partir da descrição densa, que segundo Geertz (1978) trata-se de observação densa e minuciosa de detalhes revelados na entrevista e que devem ser apreendidos para depois serem apresentados com a importância que foram expressados e sua interpretação. Segundo Marconi e Lakatos (2003) a entrevista permite avaliar atitudes, condutas e reações, permitindo também obter informações que não estão em fontes documentais, mas que sejam relevantes e significativos para a pesquisa.

Realizamos também entrevistas com o historiador Luiz Busatto e com o diretor técnico do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) - Cilmar Franceschetto. O historiador Luiz Busatto é descendente de imigrantes italianos e há alguns anos mora em Santa Teresa. Em suas pesquisas abordou a imigração polaca e italiana para essa cidade, a partir de pesquisas documentais no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Ao entrevistar Cilmar Franceschetto consideramos seu amplo conhecimento acerca da documentação sobre imigração italiana disponível no APEES.

Para ilustrar algumas passagens, tais como, as motivações que levaram milhares de italianos a migrarem e a viagem migratória da Itália para o Núcleo Timbuy utilizamos trechos do romance *Karina* de Virgínia Tamanini. A autora é filha de imigrantes e retrata em seu romance parte da história de Santa Teresa. Este romance é reconhecido em Santa Teresa, por mostrar a imigração italiana a partir do ponto de vista do imigrante. Durante este estudo fizemos considerações sobre pontos do romance que não correspondem a história oficial da cidade, sempre lembrando que por ser um romance, este não necessariamente deve ter total compromisso com a realidade. Considerar esse romance é importante, pois parte da população de Santa Teresa o considera muitas vezes como uma fonte histórica. Assim reconhecemos sua importância e pontuamos alguns momentos históricos retratados que não coincidem com as informações empíricas encontradas nos documentos históricos.

Por fim, mais do que uma questão puramente acadêmica, esta pesquisa relaciona-se diretamente a minha história familiar. Meus antepassados chegaram no Núcleo Timbuy, em diferentes momentos desse fluxo migratório e com outros milhares de imigrantes italianos ajudaram a escrever a história do Núcleo Timbuy e do município de Santa Teresa. Essa dissertação, do ponto de vista pessoal, representa meu respeito e minha admiração por eles. Indo um pouco além, também é a forma que encontrei de reviver e aprofundar as muitas histórias ouvidas na infância.

## **1. A IMIGRAÇÃO ITALIANA PARA O BRASIL: O CASO DO NÚCLEO TIMBUY (SANTA TERESA/ES) - CONTEXTOS E TEORIAS**

Os fluxos migratórios internacionais ocorreram em diversos momentos da história e alguns deles foram responsáveis pela colonização e/ou povoamento da América. Especificamente, na segunda metade do século XIX, com o desenvolvimento dos navios, uma viagem entre Europa e Brasil, que podia durar até três meses, reduziu para um mês, fato que facilitou muito o contato entre estas duas regiões. Mas outros fatores precisam ser levados em conta na análise de movimentos migratórios, dentre elas as condições de vida e oportunidades de emprego nos países de origem e destino, além da existência de uma possível tradição migratória.

Dentre as diversas nacionalidades que migraram para o Brasil na segunda metade do século XIX e início do século XX, a italiana foi de grande destaque. Contudo geralmente se associa a imigração italiana para o Brasil a São Paulo e estados do Sul do Brasil, esquecendo-se muitas vezes do Espírito Santo onde diversos municípios tem sua origem relacionada a este fluxo migratório.

A migração italiana para o Brasil, em especial para o Espírito Santo, foi foco de muitos estudos acadêmicos e memorialísticos. Este capítulo realiza no primeiro momento uma revisão bibliográfica tendo como enfoque a configuração territorial do Núcleo Timbuy/Santa Teresa. Em um segundo momento abordamos especificamente a migração de italianos para o Núcleo Timbuy com o aparato teórico de algumas das teorias da migração e, por fim, abordaremos a sua formação histórica a partir da perspectiva dos Estudos Territoriais.

### **1.1. VISÕES E PERCEPÇÕES DA IMIGRAÇÃO ITALIANA PARA O ESPÍRITO SANTO: O CASO DA CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DO NÚCLEO TIMBUY (ATUAL SANTA TERESA)**

A imigração italiana para o Brasil, a partir de 1874, conforme realçamos acima, foi importante para a formação étnica e cultural do Espírito Santo, São Paulo e os estados do Sul do Brasil. Segundo dados do IBGE, no período de 1870 a 1920 entraram no Brasil cerca de 1,4 milhões de imigrantes italianos, o que corresponde a 42% do total de imigrantes que

ingressaram no país neste período (GOMES, 2000). No que se refere ao Espírito Santo, os italianos representaram aproximadamente 68%, do total de 54.022 imigrantes que ali se estabeleceram no século XIX e início do século XX (PROJETO IMIGRANTES<sup>8</sup> - APEES, 2014). Da corrente migratória de italianos para o Espírito Santo destacaremos o primeiro núcleo estabelecido pelo governo para receber as primeiras levas: o Núcleo Timbuy onde os italianos representaram mais de 95% do total de 4.401 imigrantes estabelecidos. Ressaltamos que, posteriormente, esse núcleo emancipou-se da Colônia (depois município) de Santa Leopoldina e deu origem ao município de Santa Teresa, em 1890 (PROJETO IMIGRANTES - APEES, 2014).

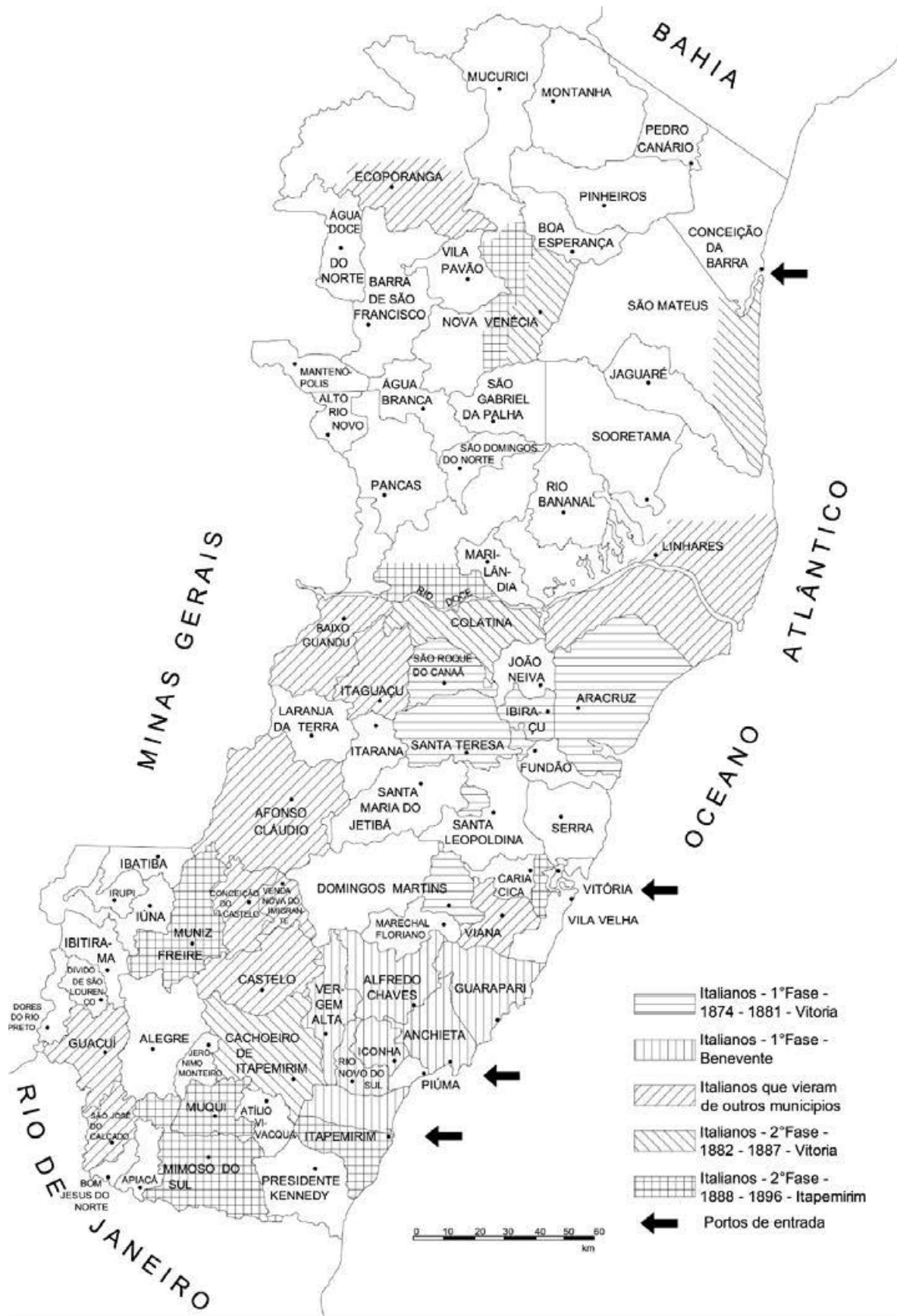
Entretanto, cabe considerar que o fenômeno imigratório para o Espírito Santo tem início com a chegada de alemães, que se estabeleceram na Colônia Santa Isabel, em 1847 (FERRAZ, 1848). Pouco depois, em 1856, foi fundada a segunda colônia alemã, a de Santa Leopoldina. Contudo, no ano de 1871, o império alemão unificado proibiu a emigração para o Brasil, tendo como uma das causas as difíceis condições de vida a que eram submetidos os imigrantes (BUSATTO, 1998).

Dessa maneira, a partir da segunda metade do século XIX, com a proibição alemã referente à emigração para o Brasil, os italianos passaram a ser considerados como uma nacionalidade que corresponderia aos interesses do governo do Espírito Santo: um contingente populacional de brancos e camponeses. A importância desse fenômeno migratório não apresenta unicamente um destaque numérico, mas foi determinante na ocupação e organização do território deste estado brasileiro, conforme mapa 1<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup> Informações disponíveis no banco de dados do PROJETO IMIGRANTES do ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, consulta em 08/01/2014.

<sup>9</sup> Optamos por utilizar as nomenclaturas mapa, planta, carta ou figura de acordo com a imagem original.



Mapa 1 - Espírito Santo: Ocupação territorial de imigrantes italianos no século XIX.  
Fonte: LUCENA, 2007, p. 37.



Do ponto de vista acadêmico, este fluxo migratório da Itália para Brasil já foi foco de muitos estudos, tanto de pesquisadores brasileiros quanto de italianos. Entretanto, propomos uma revisão bibliográfica com autores que tangenciaram ou trataram de forma mais enfática a presença italiana na Província do Espírito Santo e, em especial, no Núcleo Timbuy e, posteriormente, no município de Santa Teresa. Nesse levantamento, ainda inédito, consideraremos fontes primárias impressas como os relatos e romances históricos assim como pesquisas acadêmicas.

Inicialmente, trataremos da percepção dos primeiros imigrantes e, posteriormente apresentaremos as obras de cunho memorialístico. No primeiro caso, estaremos considerando relatos que se referem às experiências dos imigrantes seja por meio de relatórios, seja a partir de memórias e/ou histórias familiares coletadas *in loco* e durante as primeiras décadas do processo imigratório. No que diz respeito aos memorialistas, estamos considerando aquelas obras que coletaram documentos e testemunhos de contemporâneos dos primeiros imigrantes e de seus descendentes com o objetivo exclusivo de resguardar e organizar as informações e histórias contadas a respeito do momento inicial da formação territorial do Núcleo Timbuy. Tais obras não apresentam, a princípio, um esforço analítico de fundo, mas têm como objetivo disponibilizar relatos circunstanciados colhidos décadas depois do auge do processo da imigração. Num terceiro momento, trataremos das obras de cunho analítico, mais acadêmico, relativas a diferentes áreas e campos de conhecimento. Por fim, pontuaremos a imigração no Espírito Santo e o caso do Núcleo Timbuy enfocando os autores que tratam da imigração italiana no Brasil. Cabe ressaltar que optamos por essa disposição das obras para facilitar a organização das mesmas em função de seus próprios enfoques e não para estabelecer um critério hierárquico entre elas. Entendemos que todas trazem contribuições valiosas para o estudo da imigração no Espírito Santo e, em especial, para o Núcleo Timbuy (Santa Teresa).

### **1.1.1. A imigração italiana para o Espírito Santo e para o Núcleo Timbuy sob a perspectiva dos primeiros imigrantes**

Considerando a perspectiva daqueles que efetivamente participaram do processo de formação do Núcleo, cabe iniciarmos com o relato do Cônsul da Itália Carlo Nagar. Trata-se de um dos primeiros estudos realizados sobre o Estado do Espírito Santo, publicado

inicialmente em fevereiro de 1895. É uma leitura que apresentou importantes contribuições para a compreensão do cenário histórico que se configurou duas décadas após à chegada das primeiras levas de italianos. Em sua maioria foram encaminhados para núcleos coloniais, onde “receberam” um lote de terras. Nagar (1995) forneceu informações importantes sobre a imigração italiana no Espírito Santo, reproduzindo, por exemplo, o documento de título provisório de designação do lote de terra assinado pelos imigrantes. Este relatório não se preocupou em analisar a questão da imigração, mas tão somente descrever e informar as reais condições encontradas e vividas pelos imigrantes italianos no Espírito Santo. A publicação deste relato teve como consequência um decreto do governo italiano que proibiu a emigração para o Espírito Santo. Nas palavras do próprio autor: “para pôr um fim aos grandes exageros com que este território foi descrito na Itália” (NAGAR, 1995, p.29).

As condições e o cotidiano dos italianos no Espírito Santo também se tornaram uma temática interessante na literatura. Logo no início do século XX o romance *Canaã*, de Graça Aranha (1902), descreveu o processo imigratório para as serras do Espírito Santo onde Santa Teresa também foi citada em alguns momentos. Seis décadas depois, o romance *Karina*, de Virgínia G. Tamanini (1964), traduzido para o italiano em 1980, retratou a história de famílias de imigrantes italianos que, saindo da região de Trento, no norte da Itália, chegaram ao Núcleo Timbuy. Pelas referências encontradas, a autora retratou em boa medida a história da própria mãe (Catterina) e de outras famílias que passaram por vários tipos de privações e dificuldades, mas, ajudaram a construir o território teresense (HUMBERTO et al, 2006). Dessa maneira, numa interface entre literatura e história, os romances refletem e ao mesmo tempo recriam os cenários e as experiências vivenciadas pelos imigrantes (CHARTIER, 2007, 2001, 1990; HUNT, 1992; PESAVENTO, 2003). O romance *Canaã* teve como foco principal a imigração alemã para a Colônia de Cachoeiro de Santa Leopoldina, em um período em que estavam sendo demarcados e distribuídos lotes de terras. É importante ressaltar que a presença alemã é anterior à presença italiana no Espírito Santo e que muitos alemães trabalharam na abertura da estrada e na preparação do Núcleo Timbuy, citado em alguns momentos no romance de Graça Aranha.

Já o romance *Karina* descreveu de maneira bem detalhada os desafios vivenciados pelos imigrantes italianos na chegada ao Núcleo Timbuy. A descrição da natureza, das dificuldades que os imigrantes encontraram, da obrigatoriedade de trabalho para o governo durante um período, as características dos lotes de terra, geralmente de frente para um curso d'água, correspondem às informações descritas no relato do Cônsul italiano Nagar em 1895. Em suas páginas iniciais, esse romance apresentou duas causas da emigração do Norte da

Itália para o Espírito Santo: 1) a situação de pobreza em que vivia grande parte da população daquela região em função das guerras pela unificação da Itália; 2) o espírito aventureiro e o sonho de enriquecer. No romance, a aventura e o ouro levaram o primeiro marido da protagonista (Karina) a emigrar para o Espírito Santo. Nesse sentido, o discurso que prometia terras férteis e até ouro, propagado pelo enviado do governo do Espírito Santo, Pietro Tabacchi<sup>10</sup> foi responsável pelo incentivo à emigração das primeiras grandes levas de imigrantes para esta província.

Por ocasião dos festejos de cinquenta anos da vila de Santa Teresa (parte central inicialmente colonizada no Núcleo Timbuy), o advogado Frederico Müller, foi convidado a escrever um resumo histórico sobre esta vila e município. *Fundação e Fatos Históricos de Santa Teresa* foi o primeiro livro sobre a história desta localidade, publicado inicialmente em 1925. Nessa obra, o autor relatou os primeiros cinquenta anos de existência desta cidade, a partir de fontes escritas e orais, como ele próprio afirmou na introdução do livro. Ressaltamos que os festejos não consideraram a data da emancipação do município, ocorrida em 1890, mas levou-se em consideração o sorteio dos primeiros lotes aos imigrantes quando da formação inicial do Núcleo Timbuy. Müller (1925, p.8) atribui também à propaganda proferida por Tabacchi, a vinda dos primeiros imigrantes e relacionou em sua obra algumas listas de levas de imigrantes que admitiu estarem incompletas. O autor também descreveu alguns desafios vividos pelos imigrantes nos primeiros anos de formação do Núcleo. Nesse aspecto, poderia estar entre os autores memorialistas já que não teve uma preocupação analítica, focando especificamente as informações sobre Santa Teresa. Entretanto, o fato de contar com testemunhos dos primeiros imigrantes, especialmente por ter convivido e entrevistado italianos que chegaram nas primeiras levas para o Timbuy o coloca mais próximo dos autores que expressam uma dada percepção sobre a experiência direta do processo migratório.

Müller delineou o contexto da chegada das primeiras levas de imigrantes que se estabeleceram nas florestas do Rio Timbuy. Primeiramente questionando a data da fundação de Santa Teresa, já que os primeiros imigrantes italianos ali teriam se estabelecido ainda em 1874, fugindo da fracassada Expedição Tabacchi e, em seguida, descrevendo com mais detalhes a chegada e estabelecimento das primeiras levas de imigrantes destinadas a esta região. Assim como descrito no romance *Karina*, Müller (1925) também conta que os homens se envolveram nos trabalhos de abertura da estrada e pontuou o importante fato histórico que representaria a data oficial de fundação da cidade de Santa Teresa: o sorteio dos primeiros

---

10 Tabacchi foi um italiano enviado pelo governo do Espírito Santo para recrutar imigrantes com o objetivo de povoar e trabalhar em suas terras, na localidade de Santa Cruz, nesta província.

lotes de terra. Foram descritos ainda a necessidade de derrubada da mata, o trabalho nas primeiras lavouras, a construção das primeiras casas e segue ainda contando alguns fatos históricos de destaque da história desta cidade. Müller (1925) reconheceu que as fontes orais e escritas com as quais teve contato não forneceram um amplo panorama da imigração, mas isto não tirou a importância do seu trabalho que apresentou muitos detalhes que só poderiam ser escritos a partir do relato de quem passou por todo o processo.

### **1.1.2. A imigração italiana na perspectiva dos memorialistas**

Com uma proposta nitidamente memorialista o Bispo João Batista Cavati (1973) publicou, às vésperas do centenário da formação do Núcleo Timbuy, *História da Imigração Italiana no Espírito Santo*, utilizando em vários momentos informações de relatos orais das gerações descendentes dos imigrantes que chegaram à essa Província. A obra tratou de forma bem clara e resumida as motivações da migração no Brasil e na Itália. No Brasil e no Espírito Santo, Cavati (1973) apontou a necessidade de incremento da agricultura, de aumentar a população, substituir mão de obra escrava e ocupar o território. Já na Itália três motivações principais foram enumeradas: a agricultura que não satisfazia às necessidades básicas da população que vivia muitas vezes na pobreza, as enchentes que destruíram as lavouras e as guerras que deixaram as famílias sempre sob novas ameaças.

Cavati (1973) apresentou ainda um panorama da viagem emigratória, dos embarques ilegais, do sofrimento dos imigrantes italianos, da influência dos mesmos na economia e em outras atividades. Ao descrever as principais colônias do Espírito Santo, caracterizou Santa Teresa como uma das “mais importantes, senão pelo número, pela administração bem organizada, pela cultura, por atividades industriais” (CAVATI, 1973, p.46). Na introdução de seu livro Cavati (1973) reconheceu a importância de obras como *Canaã*, *Karina* e *Fundação e Fatos Históricos de Santa Teresa*, nos estudos sobre a imigração italiana no Espírito Santo.

Luiz Serafim Derenzi, topógrafo e astrônomo, publicou *Os italianos no estado do Espírito Santo* no ano seguinte a Cavati, no centenário de Santa Teresa, e se tornou um marco nos estudos de migração italiana no Espírito Santo. Sua obra apresentou um capítulo para descrever a fundação de Santa Teresa. Vale destacar ainda que, mesmo sem aprofundar-se, Derenzi (1974) fez um apanhado geral sobre a migração italiana no Espírito Santo. O autor

caracterizou os cenários de crise na Itália e da situação econômica do Espírito Santo, além das primeiras expedições e da ocupação do território pelos imigrantes italianos. Em sua perspectiva, a emigração italiana foi resultante dos conflitos internos originários da integração do Estado italiano, do empobrecimento público, do excesso de população e até mesmo um desejo de alguns pela aventura. Já na América havia a necessidade de movimentar riquezas e de recrutar trabalhadores, principalmente rurais (DERENZI, 1974, p.15-6). O autor descreveu o Espírito Santo como uma província com reduzida população, concentrada no litoral.

Ainda na década de 1970, em meio às comemorações do centenário da imigração que fundou Santa Teresa, Augusto Ruschi (1976), naturalista teresense, dedicou parte de sua publicação no Boletim do Museu de Biologia Mello Leitão, a fazer um breve resumo histórico da imigração italiana no município de Santa Teresa. Ruschi afirmou que decidiu escrever esse resumo após ouvir de sua casa, no parque do atual museu, as bandas que comemoravam o centésimo aniversário de fundação da cidade, contados a partir do sorteio dos primeiros lotes em 1875. O texto meramente descritivo tornou-se relevante pelas indicações bibliográficas e de fontes de pesquisa sobre o tema, além de listar nomes e sobrenomes de imigrantes que teriam se estabelecido em Santa Teresa. Uma curiosidade citada pelo autor foi sobre a origem indígena do nome Timbuy: “dos índios Termiminós, ramo dos Tupis que habitavam a região de Fundão, é composto de Timbu, que significa gambá e y que significa pequeno, um sufixo bem conhecido. Essa é a versão mais acertada, pois realmente o Rio Timbuy, é um rio riquíssimo de pequeno gambá d’água” (RUSCHI, 1976, p. 241).<sup>11</sup>

De um modo geral, além do esforço de pesquisa de cunho memorialístico, percebeu-se uma disposição que perpassa as comunidades da região: guardar documentos que relatam a sua história; a esse movimento soma-se a preocupação de inúmeras famílias em contar sua própria história. Elas buscaram o registro da própria memória em livros que contam suas origens. Temos como exemplo o livro: *Trajetória de um Sangue*, de Maria Odete Moschen (2002), que conta o processo imigratório e a história de sua família em Santa Teresa<sup>12</sup>. Podemos citar ainda, dentre outros o livro publicado e distribuído pela família Novelli: *Tranquilo, Cantando a sua história*<sup>13</sup> (NOVELLI et al, 2005) e o livreto escrito por Luiz Antônio Rasseli (s/d): *Família Rassele (Rasseli): Quase 200 anos de história*, no qual o autor

---

<sup>11</sup> Temos também interpretações discordantes como a de Silveira Bueno (2008, p. 354) em seu *Vocabulário Tupi-guarani Portugêses* em que o termo Timbu vem referido como os furos tanto do nariz como das orelhas e beijos para a inserção de ornamentos; pode também significar focinho preto.

<sup>12</sup> História de uma família afligida por uma rara doença genética.

<sup>13</sup> O livro conta a história da família do senhor Tranquilo Novelli.

que é empresário, historiador, professor e bisneto de imigrantes, escreveu de forma descompromissada sua história familiar.

### **1.1.3. A década de 1980 e os trabalhos acadêmicos sobre a imigração italiana para o Espírito Santo e Santa Teresa**

Na década seguinte às comemorações do centenário da fundação de Santa Teresa, Novaes (1980) escreveu: *Os italianos e seus descendentes no Espírito Santo* onde dedicou algumas páginas de seu estudo para tratar da imigração italiana, em vários núcleos, dentre eles o Timbuy. Novaes (1980) problematizou e recorta a temática da imigração a partir das famílias para produzir a história deste núcleo colonial. Assim, a autora não apresentou de forma separada em seu texto as causas da emigração italiana. A partir das histórias de família percebemos, de forma implícita, as dificuldades da imigração. O que foi focado de forma explícita foi o sonho de conseguir um lote de terra para cultivar e garantir o sustento da família.

Numa outra perspectiva, a historiadora Gilda Rocha (1984) em sua dissertação: *Imigração Estrangeira no Espírito Santo: 1847-1896* iniciou descrevendo o cenário que favoreceu a imigração para esta província, destacando as políticas de povoamento do país e da necessidade de substituição do braço escravo com a Lei que proibiu o tráfico, em 1850. A essas políticas somou-se o impulso da economia cafeeira a partir da segunda metade do século XIX. Desta forma, a introdução de imigrantes teve como objetivos a substituição da mão-de-obra escrava na lavoura cafeeira e a instalação de pequenas propriedades rurais. Rocha (1984) ainda levantou a hipótese que, de forma indireta, os imigrantes destinados aos núcleos coloniais também poderiam em dado momento servir de mão de obra para a grande lavoura. Sua obra dá destaque para a relação imigração e produção cafeeira no Espírito Santo e tratou também das fases da imigração nesta província, perpassando a formação do Núcleo Timbuy.

Em 1987, *Colonie Imperiali nella terra del caffè: Contadini trentini (veneti e lombardi) nelle foreste brasiliane*, do historiador e sociólogo italiano Renzo Grosselli, traduzida para o português e publicada no Brasil em 2008, tornou-se um referencial. Grosselli (2008) apresentou, nas mais de quinhentas páginas de sua obra, uma pesquisa detalhada sobre o contexto da região do Trento, no norte da Itália, e do Espírito Santo às vésperas do grande processo migratório. Neste período a população rural da região do Trento foi afligida por uma

série de problemas sociais e econômicos, dentre eles a pobreza resultante da superpopulação e do reduzido tamanho das propriedades rurais. Em contrapartida, o governo da Província do Espírito Santo buscava imigrantes europeus para ocupar suas terras devolutas e aumentar o cultivo de café. O autor descreveu com muitos detalhes o panorama das colônias de Santa Leopoldina e Rio Novo de 1874 a 1900 situadas no Espírito Santo e são relatadas também, as condições de vida e trabalho dos imigrantes trentinos. A obra tem um enfoque informativo e analítico sendo considerada, por vários pesquisadores dessa temática uma das mais importantes sobre a imigração italiana neste estado.

Boni (1987, 1990), organizou *Presença Italiana no Brasil*, volumes I e II, onde também publicou alguns textos. Estes dois livros são coletâneas de textos de diversos autores que trabalharam o tema imigração italiana em diversas regiões do Brasil. Dentre todos esses autores vamos citar aqueles que pesquisaram a imigração italiana no Espírito Santo. No Volume I: Adilson Avansi de Abreu analisou a presença italiana neste estado brasileiro a partir de dados censitários. No Volume II: os pesquisadores da Universidade Federal do Espírito Santo Carlos Bussola, Sonia Maria Demoner e Luiz Busatto trabalharam respectivamente a cultura dos descendentes de imigrantes italianos no Espírito Santo, o Núcleo Demétrio Ribeiro e os dilemas do imigrante italiano no Espírito Santo. Busatto (1990) apresentou informações sobre a Expedição Tabacchi, questionou a condição escravista em que viveram os imigrantes, discutiu o contato inicial do imigrante com a mata virgem e as doenças advindas dela. Apresenta, também, o Governo Central do Brasil, a rotatividade de dirigentes da província e das colônias como uma das dificuldades a serem enfrentadas pelos imigrantes já que impossibilitava a finalização de importantes obras de infra-estrutura. Em outros trabalhos subsequentes Busatto (1998, 2002) e suas análises criteriosas aprofundaram a temática da imigração italiana no Espírito Santo, fazendo referência também à cidade de Santa Teresa.

Dentre os pesquisadores que se dedicaram a relatar mais especificamente a história de Santa Teresa, Luiz Carlos Biasutti, graduado em Filosofia e Direito, publicou em 1991, *Documentário do Centenário do município de Santa Teresa (Espírito Santo): Álbum de Recortes*. Posteriormente, em 1994, Biasutti publicou *No Coração Capixaba: 120 anos da História da mais antiga colônia italiana no Brasil: Santa Teresa – ES*. No caso desse último título, o autor considerou a chegada dos imigrantes da Expedição Tabacchi, como a data de fundação do município e afirmou ser essa a primeira colônia italiana no Brasil. A chegada dos primeiros imigrantes em 1874 foi fato comprovado por registros oficiais do governo da época, disponíveis no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Além da fundação, o autor

discutiu a origem do nome da cidade e organiza um anuário com os principais fatos históricos do município. Em 2005, o autor lançou *Almanaque: Cronologia histórica do município de Santa Teresa- Espírito Santo* com a história deste município a partir, principalmente, da apresentação cronológica de documentos históricos e da coleta de depoimentos.

A socióloga Antônia Colbari (1997,1998) realçou dois traços da cultura italiana: o familismo e a ética no trabalho como elementos importantes na afirmação dos alicerces culturais e morais da sociedade brasileira. Inicialmente, Colbari (1998, p. 129) afirmou que o projeto de imigração do governo envolveu o adensamento, o branqueamento e a elevação civilizatória da população brasileira. Na segunda parte de seu texto, a autora realizou uma caracterização do imigrante italiano que se estabeleceu na Província do Espírito Santo como de maioria camponesa pobre e originários do Norte da Itália (COLBARI, 1998, p.134).

Sonia Maria De Muner (2001), em *Os Imigrantes no Espírito Santo: Volume I: Santa Teresa- Italianos no Núcleo São João*, elaborou um breve resumo histórico da imigração no Espírito Santo e no Núcleo Timbuy/Santa Teresa. Em seguida apresentou a descrição dos lotes de terra dos imigrantes italianos em várias localidades do município. Na descrição dos lotes de terra dos imigrantes, foram apresentadas informações de famílias ali instaladas, data em que o lote foi medido, algumas vezes com o nome do agrimensor, além de apresentar o nome dos donos de lotes vizinhos e o tipo de plantação que fora desenvolvida.

Rodrigo Paste Ferreira (2008) em sua dissertação *Luta e Labuta: O papel econômico da mulher imigrante na região de Venda Nova do Imigrante (ES)* iniciou seu estudo apresentando um panorama do cenário migratório da Itália e do Brasil no século XIX. Como causas desta corrente migratória, o autor destacou as guerras pela unificação da Península Itálica, pela demarcação de fronteiras e a passagem do sistema feudal para o capitalismo que acabaram empobrecendo ainda mais o camponês italiano. Por outro lado, no Brasil, o autor ressaltou uma política migratória que pretendia substituir mão de obra escrava, ocupar grandes áreas de terras devolutas e pôr em prática uma política de branqueamento da população.

Outra autora do início do século XXI, Sandra Gasparini, formada em Ciências Sociais, esteve se dedicando aos estudos da história de Santa Teresa. Seu livro *Santa Teresa: Viagem no tempo 1873/2008* foi produzido a partir de testemunhos orais, disposição e análise de fotos e documentos históricos. A autora apresentou a fotografia como uma ferramenta para revelar a história de uma época e contou a história de vida de alguns fotógrafos que teriam ajudado a guardar, a partir de imagens, a história deste município. Gasparini (2008) parte de uma



revisão bibliográfica sobre a imigração em Santa Teresa lembrando também de outros grupos que se instalaram na região<sup>14</sup>.

Maria Cristina Dadalto (2008, 2009, 2011) teve a imigração italiana no Espírito Santo como objeto de estudo. Em Dadalto (2008) a autora discutiu o discurso da italianidade no Espírito Santo a partir da análise de 45 obras sobre a imigração italiana. Dadalto (2009, p.47-8) citou rapidamente a ocupação do Núcleo Timbuy como sendo responsável por orientar a ocupação rumo ao norte do Espírito Santo. Ainda em Dadalto (2009), o sonho de conseguir terras para cultivar foi apresentado como um dos fatores que atraiu imigrantes para o Espírito Santo. Dadalto (2011) analisou as relações de estranhamento entre os estabelecidos no território capixaba e os estrangeiros, e posteriormente seu impacto na percepção de valores, crenças, relacionamento social e na constituição do mosaico cultural além da mistura étnica.

Do ponto de vista arquitetônico algumas obras chamam a atenção. O arquiteto Júlio Posenato (1997) em *Arquitetura da imigração italiana no Espírito Santo* descreveu de forma breve o cenário de atraso econômico do Espírito Santo; a pobreza, a superpopulação e as guerras na Itália e, em seguida, apresentou um amplo estudo sobre a arquitetura italiana no Espírito Santo. Outra arquiteta, Maria Izabel Perini Muniz (2008), também partiu de um panorama da Província do Espírito Santo, como um território pouco povoado, que dependeria da imigração europeia para se desenvolver e promover a ocupação de todo seu território. A autora dedicou sua obra a realizar um estudo bem detalhado da casa dos imigrantes em várias localidades do Espírito Santo. Muniz (2008, p.131) apresentou a casa do imigrante como algo resultante da mistura de suas lembranças da terra natal com as possibilidades do novo meio. Além dos aspectos meramente arquitetônicos Posenato (1997) e Muniz (2008) apresentaram em suas obras uma explicação para a falta de interesse oficial de povoar e desenvolver a Província do Espírito Santo até o início do século XIX. Não ocupar este território era uma forma de impedir a penetração no território de Minas Gerais. O Espírito Santo teria funcionado então como uma barreira para possíveis aventureiros interessados no ouro de Minas Gerais (POSENATO, 1997, p. 15; MUNIZ, 2008, p.29-30).

---

<sup>14</sup> Parte do texto de Gasparini são transcrições quase que integrais da obra de Busatto (1995): Notas sobre Santa Teresa, especialmente os tópicos da Parte II: “O nome de Santa Teresa”, e “Os polacos no Timbuí”.

#### 1.1.4. A imigração italiana no Brasil como um contraponto ao Espírito Santo

Dado o recorte estabelecido nessa dissertação, abordaremos algumas das principais referências sobre o tema imigração italiana no Brasil, realçando os trabalhos que de algum modo nos forneceram um contraponto com a imigração italiana no Espírito Santo. Portanto, iniciaremos esse subitem diferenciando a imigração destinada a São Paulo, geralmente ligada à substituição da mão de obra escrava nas fazendas de café, daquela empreendida no Espírito Santo e do Sul do Brasil, na maioria das vezes destinada, num primeiro momento, à ocupação de terras devolutas. Portanto, para um contraponto, os estudos sobre São Paulo contribuem quanto ao contexto migratório da Itália e do Brasil. Já no que se refere aos estudos sobre a imigração italiana no Sul do Brasil, vislumbramos um bom contraponto, uma vez que tanto no Espírito Santo quanto no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, foi implantado o sistema de ocupação e povoamento baseado em núcleos coloniais com instalação de imigrantes em lotes de terras.

Nesse sentido, os estudos de Giralda Seyferth (2002) dedicaram-se à análise e debate acerca da ideia de raça e colonização no Brasil. A imigração foi vista como parte de um processo civilizatório e “uma forma mais racional de ocupar terras devolutas” (SEYFERTH, 2002, p.118). A colonização com imigrantes representou também uma recusa ao modelo escravista de exploração agrícola em detrimento de uma política de povoamento de terras públicas devolutas. A autora também considerou decisiva a Lei de Terras de 1850, para incrementar a colonização, uma vez que esta previa que as terras devolutas foram controladas pela província e deveriam ser concedidas somente mediante a venda por parte do governo (SEYFERTH, 2002, p.119 e 120).

A socióloga Maria Catarina Chitolina Zanini enfocou o processo migratório de italianos para o Rio Grande do Sul realçando questões como a italianidade, a identidade e as memórias. Percebemos em Zanini (2007) uma proximidade com os estudos sobre a migração para o Espírito Santo devido a possibilidade de os imigrantes tornarem-se proprietários de terras; fato bastante relevante para eles. Outro ponto vale ser ressaltado, associando especificamente com o Núcleo Timbuy/Santa Teresa - ES, o imaginário da terra prometida – Canaã- também foi citada por Zanini (2007, p. 527): “A nova Canaã era mais do que a expectativa de uma outra vida, tratava-se de uma luta contra a imposição de determinadas condições sociais adversas que estavam para além da pobreza”. Diante do contexto, já citado por outros autores, de dificuldades econômicas, superpopulação e guerras, Zanini (2007)

apontou que a possibilidade de conquistar um lote de terra no Brasil onde pudessem trabalhar e garantir o sustento familiar, representava para os imigrantes a expectativa de uma vida melhor em outro país.

A geógrafa Oni Nardi (2007) enfocou em seus estudos sobre o meio rural e o turismo a Quarta Colônia de Imigração Italiana, conhecida como Silveira Martins (RS), e destacou como causa principal da migração italiana no século XIX a expansão do capitalismo europeu, as lutas pela unificação da Península Itálica, a miséria, o fracionamento da terra, os altos tributos pagos pelos camponeses. No mesmo período no Brasil, em 1850, a proibição do tráfico de escravos incitou o governo a iniciar projetos de expansão da agricultura, tendo como consequência a necessidade de mão de obra e de ocupação de terras devolutas. Nardi (2007, p. 35-6) apontou ainda o que muitos autores chamaram de teoria do branqueamento e questionou a necessidade de mão de obra uma vez que muitos nordestinos estavam sendo deslocados para a Amazônia. Esta teoria do branqueamento afirmava que o trabalhador europeu seria mais produtivo e que através da miscigenação haveria o branqueamento da população. Especificamente para o Sul do Brasil, mais um fator é pontuado: a ocupação das terras evitaria possíveis invasões da parte de países vizinhos (NARDI, 2007, p. 36).

Ainda nos estudos sobre imigração italiana no Sul do Brasil, Núncia Santoro de Constantino (2007, 2011) abordou a necessidade de valorização dos estudos sobre a imigração colonizadora que aconteceu nos estados do Sul e no Espírito Santo. Segundo a autora, os estudos de imigração no Brasil privilegiaram o caso de São Paulo e o modelo mão de obra para fazendas de café e para industrialização. Constantino (2011, p.2) lembra ainda que a imigração colonizadora foi o maior projeto de reforma agrária realizado no país.

A arquiteta Sílvia Bittencourt Spricigo Vieira (2008), ao estudar a arquitetura ítalo-brasileira em Santa Catarina, iniciou sua pesquisa apresentando o contexto histórico em que se desenvolveu a corrente migratória de italianos para o Brasil e Santa Catarina. A autora apontou como uma das causas da emigração italiana a pressão fiscal e militar da Áustria sob o Norte da Itália e afirmou ainda que diante de um cenário desfavorável esta emigração representava uma válvula de escape. Para Vieira (2008) as migrações ocorreram em períodos de recessão econômica, sendo que no final do século XIX os desempregados, pequenos produtores rurais, perseguidos políticos e religiosos eram os que mais buscavam um novo lar.

Reconhecendo ser impossível analisarmos toda a bibliografia sobre o tema, destacamos o geógrafo Marcos Aurélio Saquet (2003). Para o autor “a emigração italiana se dá como fruto das desigualdades mundiais, dos tempos desiguais de crescimento e desenvolvimento; é uma das manifestações das desigualdades sociais e territoriais”

(SAQUET, 2003, p.68). Esse autor apresentou ainda como as principais causas da emigração italiana a expansão das relações capitalistas de produção no espaço agrário italiano que contribuiu para uma crise agrária que expropriou agricultores e artesãos; a dissolução de fábricas artesanais; o reduzido tamanho das propriedades rurais, que ainda em muitos casos apresentavam baixa fertilidade e usavam ainda técnicas rudimentares de produção; a queda nos preços dos produtos agrícolas, a concorrência dos produtos italianos com produtos estrangeiros; os altos impostos que arrancavam dos agricultores parte significativa do que produziam; a política alfandegária protecionista que a França impôs aos produtos italianos entre 1884 e 1894, a política emigratória do governo italiano; a possibilidade de conseguir um lote de terra e trabalho que foi visto como uma alternativa na busca de melhores condições de vida. No entanto, enquanto a grande maioria dos autores já apresentados apontou as guerras e conflitos como uma das causas da emigração italiana, Saquet (2003) não citou esta causa.

Ao descrever os principais fatores que causaram a emigração italiana Saquet (2003) realizou uma abordagem geral do contexto da recém unificada Itália, entretanto a maioria dos imigrantes que se dirigiram para a Colônia Silveira Martins (RS), ponto central de sua análise, era originária da região do Vêneto. No caso do nosso contraponto, a maioria dos imigrantes que se instalaram no Núcleo Timbuy era da região do Trentino Alto Ádige, apesar de também existirem registros da entrada de muitos imigrantes da região do Vêneto, ambas regiões do Norte da Itália.



Mapa 2 – Itália: Divisão Política

Fonte: DIÁRIO DE CIDADANIA ITALINA, disponível em <http://diariodacidaniaitaliana.wordpress.com/tag/italia/> acesso em 06/12/13.

Outra referência, Caio Prado Júnior (1998), autor de *História Econômica do Brasil*, descreveu todo o cenário econômico do Brasil a partir de 1500, até o século XX, no capítulo 19, “Imigração e Colonização”, afirmou que a imigração europeia para o Brasil esteve diretamente ligada ao fim da escravidão. A imigração que fez parte de uma política oficial do governo tinha como objetivos políticos, militares e econômicos. Por outro lado após a proibição da emigração alemã em 1859, entrou em cena a Itália que enfrentava graves problemas políticos e sociais e forneceu o maior contingente de imigrantes que se estabeleceram neste país até o século XX (PRADO JUNIOR, 1998, p. 188).

Enfim, desde o início do século XX, vários autores se dedicaram ao estudo da corrente migratória Itália-Brasil. A maioria deles apontou como causas da emigração italiana problemas políticos, econômicos e sociais e como motivações para atrair imigração no Brasil a necessidade de atrair mão de obra, desenvolver a economia, ocupar terras devolutas e no caso do sul do país garantir a posse do território. Propomos, a seguir, contemplar a imigração italiana no Núcleo Timbuy a partir do diálogo com as teorias das migrações.

## 1.2. A IMIGRAÇÃO ITALIANA PARA SANTA TERESA/ES: ENTRE O CONTEXTO E O DIÁLOGO POSSÍVEL COM AS TEORIAS DAS MIGRAÇÕES

As teorias das migrações representam um referencial teórico inicial para explicar o fluxo migratório do Norte da Itália para o Espírito Santo, especificamente para Santa Teresa (a partir de 1875<sup>15</sup>), denominada inicialmente como Núcleo Timbuy. Ressaltamos, no contexto teórico das teorias das migrações, o pioneirismo de Ravenstein (1885) que pesquisou as migrações na Inglaterra do século XIX. Apesar dos seus estudos não se aplicarem à atualidade e a outras regiões do mundo são considerados até hoje por se tratar do primeiro estudo sobre o tema migrações. Seus estudos serviram de ponto de partida para as análises e estudos de Lee (1966).

Dentre as diversas teorias existentes que tentam explicar o fenômeno das migrações, foram selecionados aquelas que mais apresentam elementos que dialogam com o contexto do

---

<sup>15</sup> Os primeiros imigrantes italianos se estabeleceram no Núcleo Timbuy, ainda em 1874, após abandonarem a fracassada Colônia Nova Trento, de Pietro Tabacchi. Contudo os primeiros imigrantes a serem diretamente encaminhados para este núcleo chegaram em 1875.

Núcleo Timbuy em seu momento inicial de formação. São elas: 1) Fatores de *push* e *pull*, 2) Seletividade dos Migrantes, 3) Análises Institucionais 4) A cultura migratória e as redes migratórias e 5) Abordagem com foco na família e no domicílio. Este recorte nos permite averiguar a existência de algumas características marcantes no caso do Núcleo Timbuy/Santa Teresa no que se refere às motivações para a migração, o perfil do imigrante, a formação de redes sociais que favoreceram este movimento e a atuação de instituições para sua consolidação.

### 1.2.1. Os Fatores de *push* e *pull*

A primeira das teorias que abordaremos são os fatores de *push* e *pull*, responsáveis pela migração do norte da Itália para Santa Teresa, no Espírito Santo. Lee (1966), foi o primeiro a mencionar em seus estudos os fatores de *push* (expulsão) e *pull* (atração), podendo ser considerado o pai desta ideia. A partir desses pressupostos foram considerados muitos fatores e características tanto nos locais de origem como de destino que podem impulsionar ou desencorajar as migrações. Depois de Lee, muitos outros autores trataram desses fatores dentre eles, Lewis (1954) e Haris e Todaro (1970).

Lee (1966) afirma que tanto nos locais de origem como de destino existem fatores *push* e *pull*, além de fatores neutros. Desta forma, os fatores *push* tenderiam a empurrar os indivíduos para fora das suas regiões. Nesse sentido, podem ser considerados dentro dessa perspectiva os fatores econômicos: desemprego, baixos salários, baixo padrão de vida, falta de acesso à terra. Há também fatores sociais como superpopulação e fatores políticos, dentre os quais destacamos as guerras por unificação e delimitação de fronteiras. Já os fatores *pull* representam um conjunto de características que tendem a manter os imigrantes no local, tais como necessidade de mão de obra, disponibilidade de terras, oportunidades econômicas, liberdade política, dentre outros. É necessário considerar ainda que haveria uma série de obstáculos intervenientes a serem vencidos para que o movimento migratório ocorra. Ou seja, o saldo em favor do deslocamento deve ser suficientemente forte para vencer o que o autor chama de “inércia natural”, fazendo com que o indivíduo opte pela migração (LEE, 1966).

A partir desses pressupostos, podemos considerar uma série de fatores de repulsão (*push*) que se configuraram no Norte da Itália, área de origem do fluxo migratório estudado, e

alguns fatores de atração (*pull*) no Brasil e na Província do Espírito Santo. Estes fatores levaram parte da população do Norte da Itália a se deslocar para o Brasil e, especificamente, para Santa Teresa (Núcleo Timbuy), no Espírito Santo. Os autores que versam sobre essa temática, dentre os quais destacamos Grosselli (2008), Busatto (2002) e Derenzi (1974), elaboram uma caracterização que mesmo sem citar o termo referente aos fatores de *push e pull*, abordam as causas que levaram milhares de italianos do Norte da Itália, principalmente das regiões de Trento e Vêneto, a abandonarem sua terra e migrar para o Brasil.

#### 1.2.1.1. Os Fatores de Push do Norte da Itália no século XIX

A partir do estudo de diversos autores que trataram do tema imigração italiana para o Brasil e para o Espírito Santo (GROSSELLI, 2008; VIEIRA, 2008; NARDI, 2007; BUSATTO, 2002; DERENZI, 1974), é possível indicar que um cenário desfavorável aos camponês do Norte da Itália estava se configurando desde a segunda metade do século XIX. De um modo geral, esses autores apontaram: o desenvolvimento do capitalismo que expulsou boa parte dos camponês do campo; a superpopulação; a falta de terras para cultivar devido ao reduzido tamanho dos terrenos; o relevo muitas vezes acidentado e o solo varrido por seguidas enchentes; os altos tributos; a insegurança e o medo em meio às guerras pela unificação; o redimensionamento das fronteiras com a Áustria; a miséria, a fome e as doenças que atingiam muitas famílias em regiões de fronteira mais ao norte da recém unificada Itália.

Desses males, as guerras talvez fosse o mais cruel. Segundo Nardi (2007) o processo de unificação italiano teve início em 1848 e foi parcialmente finalizado por volta de 1870. Este período de conflitos e guerras deixou em situação precária a população do Norte da Itália, local de origem da maioria dos imigrantes que se dirigiram para o Núcleo Timbuy.

Contudo, as guerras pela unificação não foram as únicas responsáveis pela emigração. Durante um longo período a população do Norte da Itália viveu em meio a um campo de batalhas pelo fato da região ser disputada por França e Áustria (CAVATI, 1973, p.13). Para além das guerras, a região também sofreu com a pressão fiscal (VIEIRA, 2008). Esses conflitos geraram certa confusão entre os registros de nascimento e as referências do local de nascimento relatadas quando da entrada de vários imigrantes na então Província do Espírito Santo.

De acordo com o entrevistado Alcebiades Feller, sua mãe, Mônica Corona, natural do Trentino Alto Ádige, região de fronteira com a Áustria, possuía registro de nascimento de austríaca, mas se autodenominava italiana. Em seu registro de entrada no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo consta a nacionalidade italiana<sup>16</sup>. Essa pista, indiciariamente, contém informações do que seria viver em uma área de litígio e o possível desconforto de estar em uma fronteira que transitava entre dois países: se autodenominar de uma nacionalidade, mas não ter um documento oficial correspondente que comprove essa autodenominação.

Portanto, dentre os diversos problemas que afligiram a população do Norte da Itália, apresentados inicialmente, o que parecia amedrontar mais eram as guerras. Nas entrevistas realizadas em campo com filhos e netos dos imigrantes italianos que se instalaram no Núcleo Timbuy/Santa Teresa-ES, em três delas, a guerra e suas ameaças apareceram de forma bem clara, como motivação para a migração. Como podemos observar no relato do entrevistado Alcebiades Feller (2014, informação verbal), é um exemplo: “Tinha guerra. Eles tinham medo. O irmão da mamãe fugiu de lá; o mais velho, o Gustim [sic]. Ele veio um ano antes pra cá. Por que, ele estava na idade de ser chamado no exército. E meteu o pé [sic], veio pra cá; para o Brasil. E depois, daí um ano, veio a família.” O registro documental do que fora relatado por Feller (2014, informação verbal) encontra-se em documentos disponíveis no APEES. O documento indica a entrada de Agostino Corona e, quase um ano depois, a entrada de toda sua família<sup>17</sup>. As guerras ilustradas por Feller (2014, informação verbal) foram descritas por Cavati (1973), Derenzi (1974), Posenato (1997), Nardi (2007) e Vieira (2008) como uma das causas da emigração italiana.

O entrevistado SF<sup>18</sup> (2012, informação verbal) também relatou que ouvia histórias sobre a insegurança das famílias e que, às vezes, o exército italiano recolhia os estoques de alimentos e o gado das famílias rurais para alimentar suas tropas envolvidas em guerras, deixando as famílias em sérias dificuldades. Ressaltamos que essa prática do exército italiano criava situações calamitosas tendo em vista que os estoques eram feitos como forma de sobrevivência durante o inverno rigoroso, comum no norte da Itália. Esta informação também foi apresentada por Cavati (1973) quando o autor afirmou que na segunda metade do século XIX, “os exércitos não só requisitavam os produtos agrícolas, mas assolavam os campos” (CAVATI,1973, p.13).

---

<sup>16</sup> Informação disponível em <http://www.ape.es.gov.br/imigrantes/Imigra.aspx> acesso em 25/10/2013.

<sup>17</sup> Informação disponível em <http://www.ape.es.gov.br/imigrantes/Imigra.aspx> acesso em 24/04/2014.

<sup>18</sup> Optamos por não apresentar a identidade de todos os entrevistados, pois nem todos autorizaram a divulgação de seus nomes, no entanto, divulgamos a identidade dos demais pois estes sentiram-se valorizados ao poderem contribuir para uma pesquisa.



Biasutti (1994, p. 36), citou o depoimento do poeta teresense Victor Biasutti, onde claramente a insegurança é retratada: “Daí, guerras, lutas de conquistas, nocivas sempre à maioria menos avisada, violentada, indefesa... À ameaça da fome, acresçam-se sublevações, deportações, migrações em massa e mortes”.

O entrevistado Melício Montibeller (2014, informação verbal) ao ser questionado sobre o que levou sua família a emigrar evidenciou em seu depoimento, como os demais, a guerra como causa desta decisão. Ele relatou que seu bisavô tinha mais três irmãos. “Surgiu uma guerra (...), então dos quatro só sobrou meu bisavô, o pai da minha vó. Os outros morreram. Passado um tempo, a família passou a ser dona de uma padaria mas surgiu uma outra guerra”. Então, o bisavô e os seis filhos, dentre eles a avó do entrevistado, emigraram para o Brasil. A decisão se deu da seguinte forma:

Então eles falaram assim: - Puxa vida! Perdemos três [membros] da família e agora serão os meus filhos que vão enfrentar a guerra! Aí, eles fizeram uma reunião. No Brasil eles ofereciam terra pra morar e pra viver. Então o meu bisavô falou assim: - Vamos pro Brasil, vamos ficar lá um tempo, enquanto há guerra. A ideia, originalmente, era retornar quando a guerra terminasse mas, eles vieram e nunca mais voltaram lá. E a guerra não surgiu mais (MONTIBELLER, 2014, informação verbal).

A filha de imigrantes italianos Ana Capeleti (2014, informação verbal), relatou que seu pai migrou para não prestar serviço militar em uma guerra. Estes depoimentos nos apresentam características do contexto histórico italiano e brasileiro, uma Itália amedrontada pelas guerras e um Brasil que disponibilizava terras para a colonização com imigrantes europeus. Mostra também que muitos imigrantes, mesmo numa conjuntura favorável, preferiram abrir mão desta condição para manter a unidade familiar e evitar a perda de outros parentes próximos. Estas histórias de fuga pareciam ser comuns naquele período, Grosselli (2008, p. 63) pesquisou sobre jovens e famílias inteiras que fugiam das autoridades. O serviço militar levava o medo e a miséria às famílias, que perdiam mão de obra para as forças armadas (GROSSELLI, 2008, p. 59-68).

Talvez não estivesse para começar uma nova guerra, mas esta possibilidade amedrontava as famílias (CAVATI, 1973, p.13). É importante ressaltar que na segunda metade do século XIX, o serviço militar durava três anos, mas a obrigatoriedade militar continuava na milícia<sup>19</sup> completando um período total de 12 anos e os homens de 19 a 36 anos que não tivessem cumprido esta obrigação eram perseguidos pelas autoridades militares (GROSSELLI, 2008, p.61). Cumprir o serviço militar significava estar à disposição do exército caso surgisse alguma guerra e isso não era fato raro para aquela época. Nos dois

---

<sup>19</sup> Na milícia, na menor ameaça de guerra ou para treinamento, o homem poderia ser convocado a qualquer momento.

relatos já apresentados servir ao exército em tempos de guerra era uma ideia que apavorava não somente os jovens, mas também suas famílias, que nestes casos emigraram para o Núcleo colonial do Timbuy para conservar sua unidade.

Mas havia outros fatores que contribuíram para a expulsão de grandes levas populacionais. A região do Trento no Norte da Itália, local de origem de grande parte dos imigrantes que se dirigiram para o Timbuy, é marcada pelas Dolomitas. Trata-se de um relevo montanhoso de grande beleza com 70% do território acima de mil metros de altitude, tornando grande parte das terras pouco apropriadas para a agricultura (GROSSELLI, 2008). Além das dificuldades do relevo montanhoso, no século XIX, as dimensões das propriedades rurais desta região eram tão reduzidas que as tornaram insuficientes para garantir a sobrevivência familiar (GROSSELLI, 2008; NARDI, 2007; SAQUET, 2003). Este parece ter sido um aspecto relevante para a emigração da família da mãe do entrevistado Tranquilo Novelli (2014, informação verbal): “Achar um pedaço de terra, pra cada um trabalhar no que é dele. Que lá a maioria era de pouca terra”. O entrevistado Alcebiades Feller (2014, informação verbal) também confirma esta condição ao dizer: “A terra era pouca, né!” E cita ainda a superpopulação como uma das causas da emigração.

Portanto, os relatos nos revelam uma Itália com dimensões de terras agricultáveis reduzidas e que não fornecia em suas fronteiras condições de comportar tantos habitantes. Para o camponês que garantia seu sustento a partir de sua propriedade, um terreno com pequenas dimensões dificultava sua sobrevivência. Assim, conquistar seu lote de terra era algo importante para o imigrante italiano (ZANINI, 2007; SAQUET, 2003).

Associado a todo este cenário desfavorável, outro fator importante de *push*, a superpopulação, levou as prefeituras do Norte da Itália a incentivarem a emigração para o Brasil, como forma de reduzir os problemas do desemprego e o excesso de demanda por serviços públicos (GROSSELLI, 2008). Dessa forma, a emigração era uma estratégia para aliviar as tensões sociais internas (SAQUET, 2003, p.66).

Entretanto, as dificuldades enfrentadas pelos trentinos pareciam não acabar. Outros problemas atuaram como fatores *push*: algumas doenças atingiram as lavouras de videiras e, pouco depois, as criações de bicho-da-seda, atividades de grande importância para a economia local. No processo de formação do Estado italiano (1859), os mercados trentinos foram estrangulados por impostos e taxas de importação e exportação. O Estado italiano cobrava diferentes impostos, sendo que os agricultores estavam entre os mais explorados (SAQUET, 2003; NARDI, 2007). Além disso, a queda dos preços dos produtos agrícolas agravava ainda mais a situação daquela população (SAQUET, 2003, p.65).

Soma-se ao cenário o fato da região ter sido atingida por três enchentes em menos de dez anos (1882, 1885 e 1889), destruindo plantações e obras públicas. Os vales mais férteis foram destruídos pela violência da água, deixando o terreno pedregoso e saibroso (GROSSELLI, 2008). Essas enchentes deixaram muitos camponeses na miséria (CAVATI,1973, p.13); e de certa forma, reafirmava o movimento migratório para o Brasil.

Por outro lado, com a Revolução Industrial, novos valores também estavam chegando ao campo. Nas relações capitalistas tudo podia ser comprado e vendido. A força de trabalho e a terra tornaram-se mercadoria, “entrava em crise o modo de vida de sua sociedade” (GROSSELLI, 2008, p.69). Com a industrialização, o Norte da Itália tornava-se mais forte que o Sul, ainda agrário. Agricultores e artesãos eram expropriados do campo, pela expansão das relações capitalistas de produção (SAQUET, 2003, p.56; FILIPON, 2007, p.18).

A economia sofreu um rápido processo de redirecionamento, o que gerou um grande número de miseráveis. “Milhares e milhares de camponeses foram privados de suas propriedades e forçados a vagar pela Europa e pelo mundo em busca de trabalho e comida” (GROSSELLI, 2008, p.52). Diante de um cenário tão desfavorável é inegável que muitos dos que emigraram viveram em situação de extrema pobreza; fato que, atrelado a outros, foi ressaltado por diversos autores (TAMANINI, 1980; CAVATI, 1973; DERENZI, 1974; GROSSELLI, 2008; FERREIRA, 2008). Para Trento (1989, p.30), entretanto, a pobreza foi apresentada como a “única e verdadeira” causa da emigração transoceânica.

Não podemos desconsiderar também que alguns poucos podem ter emigrado pelo desejo da aventura, do sonho de enriquecer, de encontrar ouro e a terra prometida – a Canaã (TAMANINI, 1980; DERENZI, 1974). O certo é que, entre na segunda metade do século XIX, a América se tornava uma válvula de escape e uma possibilidade de reconstruir aquela sociedade, mesmo que em terras distantes. Por isso, para Saquet (2003, p. 68), “a emigração italiana se dá como fruto das desigualdades mundiais, dos tempos desiguais de crescimento e desenvolvimento; é uma manifestação das desigualdades sociais e territoriais”.

A possibilidade de conquistar uma terra para trabalhar e viver em paz, mantendo a unidade familiar, associados a todos os outros fatores acabaram impulsionando uma grande corrente imigratória para o Brasil e, de forma específica para o Espírito Santo. A corrente, iniciada em 1874, se manteve com intensidade até 1895, ano em que foi proibida a imigração italiana no Espírito Santo. Apesar da proibição, verificou-se ainda um movimento migratório de pouca intensidade por mais alguns anos.

### 1.2.1.2. Os fatores de *pull* no contexto brasileiro

No mesmo período em que o Norte da Itália enfrentava tantos problemas, no Brasil, um cenário favorável a imigração se configurava. Fatores de *pull* como: a necessidade de mão de obra, disponibilidade de terras e um cenário político de paz (ausência de guerras), eram os que mais se destacavam na época. O Brasil de meados do século XIX era pouco povoado e muitas regiões eram caracterizadas como vazias demográficas. A ocupação era basicamente litorânea, situação que preocupava o governo (TRENTO, 1989, p.19). Do mesmo modo como ocorreu em boa parte do Brasil, a ocupação do território no Espírito Santo, desde o início, restringiu-se a poucas áreas, principalmente no litoral.

Historicamente, a América Portuguesa se apresentava com um modelo de produção marcado pelo latifúndio escravocrata, monocultor e exportador (BONI,1998, p.11). Somente com a maioridade de D. Pedro II, em 1840, o país conquistou a estabilidade política, o que permitiu que projetos de longo prazo pudessem ser desenvolvidos (VIEIRA, 2008). Este período coincidiu também com a expansão do café (FERREIRA JUNIOR, 2009, p.21). A necessidade de substituir a mão de obra escrava tornou-se mais iminente com a extinção do tráfico de escravos em 1850 e, posteriormente, com a Lei do Ventre Livre em 1871. Na década de 1870 já começavam a faltar braços para as fazendas produtoras de café (PRADO JÚNIOR, 1998). A partir deste período, a imigração estrangeira passou a ser prioridade nos projetos da monarquia brasileira. Outra justificativa seria a necessidade de mão de obra especializada que visava o aumento e expansão da produção agrícola, principalmente para áreas totalmente desabitadas (NARDI, 2007).

Com o início da imigração estrangeira para o Brasil, os primeiros grupos que se estabeleceram foram os alemães, os suíços e os açorianos (PRADO JÚNIOR, 1998, p. 188). Na província do Espírito Santo, o início da imigração foi marcado pelo estabelecimento de alemães na Colônia Santa Isabel, a partir de 1848. Este fato marcou o início da ocupação das terras do interior, como alternativa para transformar economicamente a Província e expandir o cultivo do café (DADALTO, 2006, p. 186).

Cronologicamente um fato determinante para a atração de imigrantes foi a promulgação da Lei de Terras (Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850), que regulamentou a aquisição de terras devolutas através da compra, autorizou o Governo a promover a colonização estrangeira, demarcar prazos (lotes de terra), naturalizar estrangeiros que tivessem comprado terras e nelas se estabelecido a mais de dois anos, dentre outras

disposições. Na prática, após a proibição do tráfico negreiro, a Lei de Terras incentivou a entrada de mão de obra livre, além de buscar a ocupação de terras devolutas e promover o desenvolvimento econômico do país. Por outro lado, esta mesma lei manteve a posse da terra nas mãos dos grandes proprietários e não garantiu, em grande parte dos casos, que os imigrantes encontrassem condições favoráveis de vida. Começaram então, a serem realizados inquéritos oficiais que apontaram inúmeras dificuldades e aspectos desfavoráveis que escaparam à política de migração praticada pelo governo brasileiro. Como consequência, em 1859, a Alemanha proibiu a imigração para o Brasil (PRADO JÚNIOR, 1998, p. 188).

Para a Província do Espírito Santo a imigração estrangeira representou a possibilidade de incrementar a economia local e ocupar as terras do interior, ainda cobertas por mata densa. A partir dos anos de 1870, com o incremento da cafeicultura, a escassez de mão de obra e a necessidade de ocupar terras devolutas, o governo brasileiro continuou a estimular a vinda de imigrantes (GROSSELLI, 2008, p.137-8). Neste mesmo período, os Estados Unidos passaram a impor restrições à imigração. Assim quando os governos brasileiro e capixaba deram início a uma série de medidas para promover imigração, esta se tornou uma possibilidade considerável para milhares de italianos.

Para atrair os imigrantes foram descritas uma série de benefícios que os mesmos encontrariam se optassem por emigrar para terras brasileiras. O contrato oferecido aos imigrantes previa um lote de terras de aproximadamente 25 hectares (POSENATO, 1998, p. 236). O governo também oferecia trabalho remunerado em obras públicas por 18 meses e empréstimos em estabelecimentos fiscalizados pelo Estado (NAGAR, 1995).

Mas com certeza o que mais seduzia os imigrantes do norte da Itália era a possibilidade de conseguir um lote de terras:

Apenas um argumento motivava o imigrante italiano do norte a vir para o Brasil: a perspectiva da propriedade da terra. Os meeiros da Itália não tinham o menor interesse em abandonar o próprio país para permanecer no mesmo sistema em terra estrangeira. Evidentemente que aos latifundiários produtores de café interessava imigrantes que substituíssem a mão de obra escrava e não potenciais concorrentes de suas propriedades (POSENATO, 1997, p. 80).

Como já exposto anteriormente nos depoimentos de Novelli (2014, informação verbal) e Feller (2014, informação verbal) diante da escassez de terras no país de origem, a possibilidade de obter um prazo (lote de terra) se apresentou como um fator de *pull* determinante na tomada de decisão de emigrar. Conseguir um lote de terra significou também uma fonte de renda para toda a família que poderia tirar da terra seu sustento. Temos que

considerar ainda que havia a possibilidade do filho, após 18 anos, requerer seu próprio lote de terra para trabalhar<sup>20</sup>.

Essas circunstâncias levaram milhares de italianos a se dirigirem para as fazendas de café de São Paulo e para os núcleos coloniais, como o caso do Núcleo Timbuy. Por isso, segundo Prado Junior (1998) a partir de 1870 a imigração para o Brasil teve duas destinações: para as grandes lavouras e para a colonização em pequenos núcleos. Desta forma, São Paulo atraiu mão de obra para a lavoura cafeeira e os estados do Sul e do Estado do Espírito Santo atraíram imigrantes para os núcleos coloniais, onde geralmente os imigrantes receberam lotes de terra. Além da transição para o trabalho livre, “não podem ser desconsiderados também (...) os fatores geopolíticos - a necessidade de proteção das fronteiras e de garantia da integridade do território nacional frente às ameaças da expansão imperialista europeia, em curso no final do século XIX” (COLBARI, 1998, p.130).

Estabelecer-se em um núcleo colonial onde poderiam tornar-se proprietários, era realmente um fator *pull* importante e contribuiu para implantar o trabalho livre e a ocupação de terras na Província do Espírito Santo. Os números demonstram que o Núcleo Timbuy atraiu muitos imigrantes no último quarto do século XIX (COLBARI, 1998). Do total de 36.663 imigrantes italianos que se estabeleceram no Espírito Santo, 4.197 fixaram-se no Núcleo Timbuy.

No caso do Sul do país, a ocupação do território para garantir posse e fronteiras, ao lado da ocupação de terras devolutas, foram as justificativas utilizadas pelo governo para ocupar a região. A imigração colonizadora foi o maior processo de reforma agrária realizado no Brasil que transformou o cenário político, econômico e social do Sul do país. Assim, implantou-se um modelo de colonização semelhante no Espírito Santo. Podemos afirmar que da mesma forma como ocorreu no Sul do Brasil esta transformação também pode ser percebida e apresentou reflexos na agricultura, urbanização, industrialização e cultura nas áreas geográficas destinadas à núcleos coloniais (CONSTANTINO, 2011, p.2).

Em resumo, “na escala global, a migração resulta do desequilíbrio estrutural entre os sistemas produtivos que entram em contato pela extensão histórica de trocas” (GUILMOTO; SANDRON, 2001, p. 135). Assim se por um lado o Norte da Itália enfrentava crises e o governo não encontrava solução para resolver os problemas de milhares de trabalhadores; por outro, no Brasil, o governo do Espírito Santo disponibilizava terras para os imigrantes. Entretanto, para além desta perspectiva dos fatores de *push* e *pull* outras perspectivas

---

<sup>20</sup> Informação obtida a partir da análise de processos de terra disponíveis no APEES, a ser discutida no capítulo 3.

encontram diálogo com o contexto estabelecido no caso da imigração que configurou o território de Santa Teresa (Núcleo Timbuy).

### **1.2.2. A seletividade de imigrantes**

Ravenstein (1885) e Lee (1966) abordam o tema seletividades dos migrantes. Para esses autores a população migrante tem algumas características específicas, tais como, sexo, condição econômica e ocupação. Lee (1980) afirmou que os migrantes não constituíram uma amostra aleatória da população de origem. Desta forma, com relação a idade foi mais comum a migração em uma etapa específica da vida: sendo menos comum migrantes muito jovens ou muito velhos. Em relação à condição financeira os mais pobres tiveram dificuldades para migrar, por não conseguirem custear a viagem.

As migrações são seletivas também em razão de pessoas responderem de forma diferente à uma série de fatores positivos e negativos prevalentes nos locais de origem e destino (LEE, 1980, p.111). O migrante, de um modo geral, tende a fazer um cálculo e se o resultado foi positivo, em favor do destino, a migração acontece. Além disso, há que se considerar a questão dos obstáculos ao movimento, como as condições de transporte, por exemplo. Neste último caso, a viagem muitas vezes era paga pelo governo brasileiro<sup>21</sup>, conforme especificou o Artigo 73 do decreto presidencial de 1892; entretanto, também foi incentivada pelas prefeituras italianas.

A partir de listas de imigrantes que se estabeleceram no Timbuy, publicadas por Müller (1925) e segundo análise dos registros de entrada de imigrantes no APEES, percebemos que casais jovens com filhos eram praticamente um padrão. Pudemos observar também alguns casos de entrada isolada de jovens do sexo masculino; não sendo identificado nenhum caso de registro de mulheres sozinhas neste núcleo e pouco observado a entrada de idosos.

No caso dos italianos que se estabeleceram no Espírito Santo, além desses fatores apontados por Lee (1980), o governo impôs também alguns critérios de seletividade aos que desejassem migrar para o Brasil, dentre outras que “80% fossem agricultores, saudáveis,

---

<sup>21</sup> Informação também observada em trabalho de campo, onde descendentes relatam que seus parentes viajaram nos porões dos navios, lugar destinados a muitos que não puderam pagar as passagens.

trabalhadores de boa moral, nunca menores de dois anos e nem maiores de 45 anos, salvo para os chefes de família” (GROSSELLI, 2008, p. 76).

Nesse contexto migratório, a situação financeira também foi determinante: vários (FELLER, 2014, informação verbal; NOVELLI, 2014, informação verbal; SANCIO, 2014, informação verbal) demonstraram que as famílias vendiam todos os bens e partiam rumo ao Núcleo Timbuy, tornando a opção migratória um processo definitivo. Entretanto, há outras perspectivas que podemos constatar no processo migratório para a formação territorial do Timbuy, conforme veremos a seguir.

### **1.2.3. Análises institucionais**

A partir do momento que se estabelece um fluxo migratório, instituições privadas, públicas ou assistenciais irão surgir como forma “de contrabalançar o desequilíbrio entre o número de imigrantes interessados em entrar em determinados países e o número de imigrantes que estes países estão dispostos a receber, podendo essas instituições atuar de forma legal ou ilegal” (MASSEY et al,1993, p. 450). Assim, com o início da migração internacional entre Itália-Brasil, surgiram instituições de natureza distintas com o objetivo de contrabalancear este desequilíbrio.

A proposta divulgada pelo governo brasileiro foi atraente e aparentemente não ofereceu grandes riscos ao migrante. Segundo Nagar (1995), foram oferecidos, dentre outros: a passagem, estadia nos primeiros tempos, um lote de terras de 25 hectares e empréstimos para iniciar os trabalhos de construção da casa e da lavoura. Porém, como o próprio Nagar confirmou, em sua visita ao Espírito Santo em 1895, na prática o processo não se desenrolou dessa forma. Os alojamentos eram barracões, as estradas muitas vezes não passavam de picadas abertas no meio da mata e os lotes de terra estavam cobertos por uma densa floresta que impunha muitas dificuldades à sobrevivência (NAGAR, 1995; BUSATTO, 1990; GASPARINI, 2008).

O projeto migratório proposto pelo governo do Estado do Espírito Santo, teve como objetivo agenciar imigrantes, que deveriam ocupar lotes de terras onde seria inserido o cultivo do café; ou ainda, esse migrante poderia optar por um emprego nas cidades ou trabalhar em fazendas privadas. Por isso, seu esforço concentrou-se no envio de agentes para recrutar esses



trabalhadores (GROSSELLI, 2008, p. 76). No norte da Itália milhares de pessoas sonhavam com uma vida melhor e as prefeituras não tinham como resolver os problemas de uma superpopulação que vivia a pedir-lhes ajuda (GROSSELLI, 2008). No Brasil o governo buscava ocupar terras devolutas, localizadas na região Sul do país e na Província do Espírito Santo. Observamos portanto que, de um lado, a superpopulação e de outro a falta de população eram obstáculos ao crescimento econômico desses dois países. Neste cenário, a partir de 1873, instituições agenciadoras passam a atuar como “caçadores” de migrantes (GROSSELLI, 2008, p.76). Entra em cena Tabacchi, um agenciador italiano, que inicialmente buscou trabalhadores para sua fazenda<sup>22</sup>. Muitos outros agenciadores atuavam no Norte da Itália. O irmão de Pietro Tabacchi, Carlo Tabacchi, também trabalhou agenciando imigrantes e por vezes trabalhou como tradutor no Núcleo Timbuy (MULLER, 1925). Um outro caso foi Caetano Pinto que assinou um contrato, 1874, com o governo brasileiro para atrair italianos do Norte da Itália e da região de Trento. “Este contrato previa o compromisso de introduzir no país, no curso de uma década, 100.000 europeus (...). Pinto receberia uma quantia considerável para cada imigrante que, através da organização, tocasse o solo brasileiro” (GROSSELLI, 2008, p.76).

Muitos administradores municipais também contribuíram para o agenciamento de emigrantes. O intuito era o de livrar o município de uma grande massa de miseráveis e, para isso, contaram com o apoio das igrejas cristãs que enviaram representantes religiosos para auxiliar os imigrantes no processo de adaptação no novo território (GROSSELLI, 2008).

Em suma, numa situação de muita dificuldade, a possibilidade de emigrar podia ser tentadora, mas esta não era uma decisão aleatória. O possível emigrante analisava uma lista de fatores que podiam dificultar a migração: informações sobre o destino, custos com a viagem e com o estabelecimento no novo local, as possibilidades de se fixar, dificuldades de encontrar emprego e possibilidades de manter ligações econômicas e familiares com a área de origem (GUILMOTO; SANDRON, 2001, p.139).

No caso dos imigrantes que se dirigiram para Santa Teresa (Núcleo Timbuy), os relatos (SANCIO, 2014, informação verbal; FUNDO DE AGRICULTURA, LIVRO 27) demonstram que primeiro os agenciadores e depois parentes e amigos forneciam informações sobre o destino; os custos da viagem foram muitas vezes subsidiados pelo governo brasileiro. Ao chegarem os imigrantes primeiramente ficaram alojados em barracões e depois foram

---

<sup>22</sup> Os imigrantes agenciados por Tabacchi, não permaneceram em sua fazenda e migraram para outras áreas. Este assunto será apresentado no Capítulo 2.

enviados para seus próprios lotes de terra onde tiveram a possibilidade de cultivar a terra e obter seu sustento.

Dessa forma, para que se estabelecesse um fluxo migratório foi necessário uma migração inicial na qual pequenos grupos foram para locais desconhecidos, suportando os possíveis choques e custos, de instalação precária e inovação (GUILMOTO; SANDRON, 2001, p.140). Assim para os imigrantes que chegaram nas primeiras expedições a superação dos obstáculos e o sofrimento foram maiores, como descreveu a escritora Virgínia Tamanini (1980) em seu romance *Karina*. Para os que chegaram anos depois, as dificuldades foram bem menores que aquelas enfrentadas pelos pioneiros. Uma possível explicação que pode complementar esse contexto migratório é a formação de uma cultura migratória e a formação de redes.

#### **1.2.4. A cultura migratória e as redes migratórias**

A cultura migratória tende a contribuir para uma futura migração. Dessa forma, o migrante adquire novos valores, o conceito de mobilidade social e o gosto por um padrão de vida que sua comunidade não pode oferecer (MASSEY, 1993, p.452-3). Algumas populações europeias, como as do Trento e Vêneto, regiões do Norte da Itália, já estavam acostumadas migrar dentro do próprio continente em busca de empregos temporários, que auxiliassem no sustento da família (GROSSELLI, 2008; TRUZZI, 2008; SAQUET, 2003). A tradição de migrar pode ter contribuído para a migração em cadeia que se estabeleceu posteriormente (MACDONALD; MACDONALD, 1964, p.82) e, que no caso do Espírito Santo foi responsável pela chegada de um grande contingente de imigrantes italianos. “A “migração em cadeia pode ser definida como o movimento em que potenciais migrantes são informados de oportunidades (...)” (MACDONALD; MACDONALD, 1964, p.82)<sup>23</sup>.

A migração em cadeia move grupos de indivíduos, muitas vezes parentes, de um lugar para outro (TILLY, 1978, p.8). Este tipo de migração favoreceu a vinda dos imigrantes italianos para o Brasil e também para o caso estudado, o Núcleo Timbuy/Santa Teresa.

---

<sup>23</sup> Minha tradução para: “Chain migration can be defined as that movement in which prospective migrants learn of opportunities, are provided with transportation, and have initial accommodation and employment arranged by means of primary social relationships with previous migrants”.

Parentes, conterrâneos e agentes de propaganda forneciam informações da nova terra que, por sua vez, estimulavam novas migrações (TRUZZI, 2008, p.201; NAGAR, 1995; GROSSELLI, 2008). Ao se estabelecer uma migração em cadeia, a vinda de amigos parentes e vizinhos é facilitada, pois os pioneiros ajudaram os recém-chegados em relação à inserção social, ao trabalho e à adaptação à nova situação enquanto imigrante no Espírito Santo e no Núcleo Timbuy (GERMANI, 1974, p.162).

Formou-se, assim, uma rede de migrantes, ou seja, um conjunto de laços interpessoais que ligam migrantes, ex-migrantes e não migrantes nos lugares de origem e de destino através dos laços de parentesco, amizade e origem comunitária compartilhada (MASSEY, 1988, p. 396).<sup>24</sup> Assim ao se estabelecer, o tio do entrevistado Alcebiades Feller (2014, informação verbal) enviou notícias à família na Itália que se organizou para migrar também, conforme relatado no início desta análise.

Após alguns anos de iniciada a corrente migratória, localizamos diversos registros de pedido de passagem para parentes de imigrantes que desejavam se estabelecerem no Núcleo Timbuy/Santa Teresa (FUNDO DE AGRICULTURA, LIVRO 27). Esses mesmos parentes e/ou compatriotas acolheram em suas casas os novos imigrantes, até que os mesmos se estabelecessem no seu próprio lote de terra e construíssem sua casa. Em alguns casos observava-se também que os recém-chegados trabalharam para seus compatriotas afim de conseguirem dinheiro para se manterem nos primeiros tempos (FUNDO DE AGRICULTURA, LIVRO 82, 15 de julho de 1887, p. 39-39v).

As redes de migração, já instituídas, neste caso, “são o meio mais sólido de manter os fluxos migratórios” (GUILMOTO; SANDRON, 2001, p.149). Depois de alguns anos de estabelecida a cadeia migratória, o deslocamento foi facilitado, pois grande parte da comunidade já havia emigrado, tornando o processo de instalação e adaptação ao novo território menos doloroso. A entrevistada Mercedes Sancio (2014, informação verbal) relatou sobre um jovem amigo da família, que fugiu da Itália para não se casar:

Ele disse:

- Se você papai, tivesse um dinheiro, eu sumia daqui. Eu ia pra outro [lugar]. Para o Brasil.

Como já tinha vindo gente da família (parentes e amigos), o pai dele disse:

- Se você diz que não quer [casar], eu dou o dinheiro pra você ir.

Ele tinha dezoito anos. E foi o que aconteceu. Ele arrumou tudo escondido. Embarcou no navio e veio. Quando ele chegou aqui, o meu avô o acolheu. Ele

---

<sup>24</sup>Migrant networks are sets of interpersonal ties that link migrants, former migrants, and nonmigrants in origin and destination areas through the bonds of kinship, friendship, and shared community origin.

demorou, mas chegou. Não sei se eles se escreviam na época, trocavam cartas mas, de algum modo se comunicaram (SANCIO, 2014, informação verbal).

As redes sociais forneceram certa segurança ao migrante e facilitou a adaptação ao novo território. Lançar-se a uma aventura migratória podia ser algo perigoso, mas o apoio de amigos e/ou parentes podia minimizar este risco. A Mercedes Sancio (2014, informação verbal), também afirmou que a família de seu avó, nos primeiros tempos no novo território, também recebeu ajuda de outros italianos que já estavam estabelecidos na região: “Eles ajudaram, até com comida pra eles comerem” (SANCIO, 2014, informação verbal).

Os primeiros imigrantes confiaram em propagandas e migraram rumo ao desconhecido, no entanto, a viagem de seus parentes foi facilitada pelo apoio e informações fornecidas pelos que já estavam estabelecidos no Núcleo. Se inicialmente recém-chegados foram obrigados a se alojarem em barracões insalubres, os imigrantes que chegaram posteriormente puderam contar com a ajuda de parentes e amigos, minimizando consideravelmente o sofrimento inicial, demonstrando a importância dos laços familiares.

### **1.2.5. Abordagens com foco na família e no domicílio**

Dentre outros autores Mincer (1978) e Harbison (1981) abordam a família e o domicílio como sendo determinantes na decisão de migrar. Para Harbison (1981) a estrutura familiar “Pode incluir não apenas pessoas com laços de parentesco, presentes ou ausentes, mas a natureza das relações entre elas, definidas por direitos e deveres, status relativo e padrões de autoridade” (HARBISON, 1981, p.228).

Em seu trabalho, Mincer (1978) define que os laços familiares são relevantes para a migração, buscando explicar seus efeitos na probabilidade de migrar e nas consequentes mudanças nos ganhos dos membros familiares e na integridade da própria família. O autor parte da hipótese inicial de que os ganhos de toda a família, e não de um único indivíduo, são os elementos motivadores dos movimentos migratórios de domicílios inteiros. No caso da migração em família, os ganhos são calculados a partir da diferença entre o somatório dos retornos obtidos por todos os membros e o somatório dos custos que cada um dos membros terá com a migração.

Em propriedades de terra com dimensões reduzidas, que já não eram suficientes para manter o sustento das famílias de agricultores, a possibilidade de conseguir um lote de terra foi considerado uma oportunidade de trabalho para toda a família (GROSSELLI, 2008). A decisão de migrar foi uma decisão familiar, como o caso dos imigrantes que vieram colonizar as áreas rurais do Espírito Santo (TRUZZI, 2008, p.204). Observamos em cinco entrevistas realizadas, a migração de domicílios inteiros para o Núcleo Timbuy (FELLER, 2014, informação verbal; NOVELLI, 2014, informação verbal; CAPELETTI, 2014, informação verbal; SANCIO, 2014, informação verbal; MONTIBELLER, 2014, informação verbal). Exemplificamos este caso, com o relato de uma neta de imigrantes: “Veio os pais dele (avô): Bernardo Sancio e Giuseppina Cubelário Sancio. Vieram todo mundo, né! E veio ele (avô) com seis anos, a irmã com quatro. O outro (irmão do avô) com dois anos e ela (avó) estava esperando um neném” (SANCIO, 2014, informação verbal).

A partir de listas de imigrantes divulgadas por Müller (1925) e Ruschi (1976), além de outras disponíveis em acervos de comunidades e no próprio APEES, percebemos ser mais comum a entrada de famílias do que de jovens sozinhos.

A busca pela paz e a manutenção da integridade familiar, foram também importantes fatores para a decisão familiar de migrar. Mais do que maximizar ganhos, as famílias italianas que povoaram o Núcleo Timbuy queriam fugir das ameaças das guerras pela unificação do país, encontrar a paz e a segurança para seus filhos em idade para servir o exército (FELLER, 2014, informação verbal; MONTIBELLER, 2014, informação verbal).

Como dito anteriormente, esses e outros fatores, como reduzido tamanho das propriedades rurais, os altos impostos, as dificuldades financeiras e os novos valores capitalistas que estavam chegando no campo colocaram em crise a velha estrutura familiar (GROSSELLI, 2008). Migrar representava nesse contexto, a manutenção da estrutura e da unidade familiar; além de melhoria financeira.

Entretanto, uma vez vistos os inúmeros fatores que contribuíram para a formação de uma corrente migratória entre o Norte da Itália e o Brasil, consideramos significativo relacionar esse processo aos Estudos Territoriais que enfatizam a perspectiva da desterritorialização e o da reterritorialização.

### 1.3. O PROCESSO MIGRACIONAL E A CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DO NÚCLEO TIMBUY À LUZ DOS ESTUDOS TERRITORIAIS

Inicialmente cabe enfatizarmos os complexos processos de desterritorialização e de reterritorialização originados nesta dinâmica migracional. Desta forma, lançamos mão dos Estudos Territoriais no sentido de complementar tanto o esforço historiográfico exposto no primeiro item desse capítulo, relativo aos trabalhos que tratam do processo de imigração no Espírito Santo, quanto aquele relativo aos trabalhos de cunho mais demográfico que delinearam várias teorias migratórias. A partir deste diálogo entre a História, a Demografia e a Geografia entendemos que a configuração territorial do Núcleo Timbuy pode ser compreendida em sua dinâmica e complexidade. Entretanto, ressaltamos que, dadas as circunstâncias da formação territorial em questão, a abordagem que melhor responde aos objetivos e problema traçados nesta dissertação seja a de cunho cultural, mais afeita às caracterizações antropológicas que acabaram por revestir e influenciar tal processo, não somente em seus primórdios, mas até os dias atuais. Assim, ao tratarmos mais de perto aspectos históricos entrelaçados com o fenômeno da imigração italiana trabalharemos com um enfoque histórico-cultural. Segundo Haesbaert (2007, p. 40) entre as concepções de território há a vertente *Cultural* ou *simbólico-cultural*, a qual prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, onde o território é visto, sobretudo, como produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.

Portanto, após analisarmos as questões que envolveram a migração das regiões localizadas ao Norte da Itália para o Núcleo Timbuy/Santa Teresa precisamos refletir primeiramente sobre alguns conceitos de território e territorialidade, discutindo também o processo de formação. Buscamos uma abordagem que permita interpretar nosso objeto de estudo. Compreender a formação histórica e a configuração de um território envolve, nesse sentido, um esforço interdisciplinar. Sob este ponto de vista o geógrafo Marcos Aurélio Saquet, já apresentado no primeiro item desse capítulo, desenvolve estudos a partir de um enfoque que vai além do geográfico, mas também histórico e demográfico, além de aprofundar-se nos conceitos relacionados ao território. Assim, Saquet (2003, 2006, 2007, 2008, 2010, 2011, 2013a, 2013b) apresenta um aparato teórico condizente aos propostos da discussão que postulamos nessa dissertação e será considerado como autor central em nossa análise. Não apenas por trazer uma perspectiva geográfica, mas por dialogar com uma

perspectiva que abarca a formação histórica de um território de imigração italiana, Saquet retrata os processos de desterritorialização e reterritorialização vivido pelos imigrantes de uma importante Colônia, a Silveira Martins, localizada no Rio Grande do Sul. Por isso, o autor, nos serve de referência, já que em ambos os processos (Silveira Martins e o Núcleo Timbuy) trata-se de projetos de colonização no qual se verifica a distribuição de lotes de terras a imigrantes europeus. Contudo, a discussão poderá ser enriquecida com outros autores considerados pontualmente.

Especificamente, para esta análise que envolve a migração de mais de quatro mil italianos e a formação/configuração do território no Núcleo Timbuy, alguns conceitos importantes devem ser considerados. Assim, discutiremos os conceitos de território e territorialidades, além de outros três conceitos intimamente relacionados: territorialização, desterritorialização e reterritorialização (T-D-R).

Para Saquet (2003, p. 220-1; 2011, p. 60) todo território, independente de sua extensão, deve ser estudado, no intuito de compreendermos suas singularidades e seus tempos. Uma vez que cada sociedade constrói o território a seu modo, a tarefa do pesquisador torna-se mais difícil e de maior valia. Portanto, o território de forma bem ampla, deve ser considerado como fruto de diversos processos que incluem, no caso dos Estados do Sul do Brasil e do Núcleo Timbuy, a imigração italiana.

“O território é uma construção social, histórica, relacional e está sempre vinculado a processos de apropriação e dominação do espaço” (SAQUET, 2011, p. 22). Para estudar o território devemos considerar a paisagem, o lugar, o espaço e o tempo (SAQUET, 2011, p. 54). Desta forma, poderemos entender o território do Núcleo Timbuy como uma construção social, fruto do trabalho de brasileiros e imigrantes alemães nos processos de preparação do próprio núcleo e do trabalho de imigrantes de diversas nacionalidades mas, principalmente, de italianos que povoaram e se apropriaram do espaço, dominando-o e transformando-o em seu novo território.

Assim devemos perceber de forma bem simples, que “o território é formado desde pequenas habitações, pontes, estradas, plantações até grandes empreendimentos públicos e privados” (SAQUET, 2003, p. 26). Nesse sentido, os territórios são construídos socialmente pelo trabalho e surgem como produto das relações sociedade-natureza, como construções históricas que se transformam no tempo e no espaço (SAQUET, 2011, p.26-7; BRUN NETO, SAQUET, 2013b, p. 166).

Destaca-se que, enquanto fruto de um projeto de colonização proposto pelo governo, o território do Núcleo Timbuy começa a se configurar a partir da abertura de estradas,

demarcação e distribuição (venda) de lotes de terra e do trabalho dos imigrantes que derrubaram a mata para construir suas casas e cultivar lavouras de café, uva e produtos de subsistência – arroz, feijão, dentre outros.

Desse processo originou-se um núcleo urbano maior, a Vila de Santa Teresa, e outros pequenos povoados como o de São João de Petrópolis. Entretanto, o Núcleo Timbuy apresenta-se principalmente com um núcleo rural e grande produtor de café.

Percebemos não ser possível separar ou desvincular sociedade, natureza e território, pois nesta interação, que pode acontecer de diferentes formas, de acordo com os interesses e a cultura de uma sociedade, a natureza é modificada e interage com o homem formando um território único. Portanto, “território é natureza e sociedade: não há separação: é economia, política e cultura; edificação e relações sociais; descontinuidades; conexão e redes; domínio e subordinação; degradação e proteção ambiental, etc” (SAQUET, 2006, p.83). Mas, há outras dimensões que devem ser agregadas a essa amálgama formada entre natureza e sociedade, visto que “o território significa heterogeneidade e *traços comuns*, apropriação e dominação historicamente condicionadas; é produto e condição histórica; é trans-escalar; com múltiplas variáveis, determinações, relações e unidade” (SAQUET, 2006, p.83). Em suma, “É espaço de moradia, de produção de serviços, de mobilidade, de desorganização, de arte, de sonhos, enfim, de vida (objetiva e subjetivamente). O território é processual e relacional, (i)material, com diversidade e unidade, concomitantemente” (SAQUET, 2006, p.83).

O território do Núcleo Timbuy constituiu-se, com base nessa perspectiva, a partir de um processo que iniciou-se com os projetos de colonização desenvolvidos pelo governo da Província do Espírito Santo e do contato dos imigrantes com a natureza local que atuou, por vezes, favorecendo e em outras situações dificultando a reprodução de certos traços e práticas culturais. Algumas descontinuidades puderam ser observadas, como a tradição de construir casas de pedra e consumir produtos à base de trigo. Na construção das casas prevaleceu a técnica do estuque (madeira trançada preenchida com barro) e as diferenças climáticas impossibilitaram o cultivo do trigo e somado às dificuldades para comprá-lo, tornou o pão e as massas alimentos para momentos festivos (FELLER, 2014, informação verbal; NOVELLI, 2014, informação verbal; MONTIBELLER, 2014, informação verbal).

Apesar das diferenças ambientais terem impossibilitado a reprodução de certas práticas culturais italianas, no decorrer da história, imigrantes e descendentes se apropriaram do espaço e configuraram o território do Núcleo Timbuy. Nesse processo de ocupação e constituição do território, a degradação ambiental foi obrigatória e marcante. Foi necessário desmatar o lote de terra e abrir espaço para construções e lavouras. Ao projetar nesse espaço,



palmilhado pela floresta, espaços recortados para diferentes usos: moradia, trabalho, mobilidade e arte, estabeleceram territorialidades que trouxeram em sua essência a busca do tão sonhado sucesso, a prática suas tradições culturais e religiosas e a transformação de uma floresta em território onde simplesmente puderam viver longe das ameaças das guerras.

À medida que as levas de imigrantes se estabeleciam e se apropriavam do espaço, o processo de dominação e constituição do novo território se concretizava. “O social e o natural são diferentes, cada um com seu movimento, seu ritmo. Porém, apesar de diferentes, relacionam-se mutuamente. Ou seja, não há um território natural e outro social. O território é uno. A produção da natureza, por esse raciocínio, também é social” (SAQUET, 2008, p. 56).

Não podemos, portanto, separar um território socialmente constituído do Núcleo Timbuy, de sua parte natural. Há uma interação, um território uno. Ou seja, “o espaço intervém na sociedade e é apoio da vida e das atividades. Assim, não só as localizações e distancias assumem importância na organização do espaço como também a formação das redes de circulação e comunicação” (SAQUET, 2011, p. 19). Desta forma, os tipos de solo e de clima, a distância em relação à sede da colônia e a abertura de estradas foram fatores determinantes para a formação histórica e territorial do Núcleo Timbuy. A relação com a natureza em certos momentos foi sofrida, devido ao duro trabalho e obrigatoriedade de desmatar e o contato com animais e um clima muito diferente da região de origem dos imigrantes. Contudo essa mesma natureza que lhes impôs dificuldades, também lhes forneceu alimento e madeira para as construções. Como já dissemos, as diferenças climáticas não permitiram o cultivo de todas as plantações praticadas na região de origem dos imigrantes, contudo, a distância em relação à sede da colônia e as dificuldades financeiras dos primeiros tempos os obrigou a cultivar tudo o que conseguissem. (FELLER, 2014, informação verbal; NOVELLI, 2014, informação verbal; MONTIBELLER, 2014, informação verbal).

Portanto, um território depende de uma sociedade para existir e das múltiplas relações por elas desenvolvidas no decorrer da história, com momentos de rupturas e permanências. Nesse sentido, o Núcleo Timbuy surge como produto de um processo de colonização proposto pelo governo, da interação imigrante x natureza, e mais do que isso, como produto da reterritorialização dos imigrantes italianos, das práticas culturais que os caracterizam e das territorialidades que os diferentes grupos constituem.

A relação sociedade x natureza muitas vezes se deu de forma traumática, o trabalho de desmatamento era exaustivo, os imigrantes precisavam conviver com ataques dos animais da floresta que colocavam em risco as lavouras e a vida dos mesmos. A natureza precisava ser “dominada”, assim, desmatar tornava-se além de uma obrigatoriedade prevista no contrato de

designação dos lotes de terra, uma necessidade para a manutenção de um padrão de vida que se descolava da produção escravista presente no Brasil da década de 1870 e se aproximava de práticas capitalista presente em seu local de origem e já em vias de transformação (GROSSELLI, 2008).

Por isso, tendo em vista esse contexto, “Os territórios da imigração são concebidos através da dinâmica social, dos fluxos econômicos, culturais e políticos intrinsecamente relacionados interna e externamente” (BRUM NETO; SAQUET, 2013, p.167). As questões econômicas e políticas na Itália e no Espírito Santo motivaram a migração, porém todo o processo incluiu muito mais que braços para a lavoura ou corpos para ocupar a terra devoluta. Braços e corpos imigrantes estavam acompanhados dos sentimentos, sonhos, ambições e, fundamentalmente, da cultura que também migrou com essas pessoas e pode, em parte, ser reproduzida em meio a interação estabelecida entre a natureza encontrada e o lastro social que se constituía.

Deste modo, “O território é apropriado e construído socialmente, resultado e condição do processo de territorialização; é o produto do processo de apropriação e do domínio social” (SAQUET, 2007, p.58).

Em seu processo de reterritorialização, ao reproduzir parcialmente os padrões arquitetônicos, construir capelas/igrejas e implantando alguns cultivos de sua região de origem, o imigrante italiano se apropriou sociocultural e economicamente, construindo assim o território do Núcleo Timbuy.

Visto dessa forma, o território é a “porção do espaço geográfico sob a jurisdição de certos povos, ou seja, significa distinção, separação e compartimentação, a partir de comportamentos geopolíticos e psicológicos” (SAQUET, 2013a, p. 68). Apesar de outras nacionalidades de imigrantes também terem se estabelecido no Núcleo Timbuy/Santa Teresa, a apropriação do território imposta pelos italianos, passou a distinguir esta porção da Colônia Santa Leopoldina, como um território de colonização italiana, definindo claramente uma territorialidade dominante. Destaca-se que o território do Núcleo Timbuy estava sob a jurisdição dos imigrantes italianos, e isto o distinguia e separava de territórios vizinhos. Sob esse aspecto, Haesbaert (2008, p.20) associa o território às relações de poder, tanto o poder político tradicional, como o poder simbólico de apropriação. E completa que “o território imerso em relações de dominação e/ou apropriação sociedade-espço, desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais concreta e funcional à apropriação mais subjetiva e/ou cultural-simbólica” (HAERBAERT, 2004, p.95-6). Ou seja, não é possível ler o território se não por uma perspectiva integradora, considerando suas

diferentes dimensões, uma vez que o território não pode ser considerado nem estritamente natural, nem unicamente político, econômico ou cultural. De qualquer forma, o território “define-se antes de tudo com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) e ao contexto histórico em que está inserido” (HAESBAERT, 2007, p.78).

Portanto, se por um lado o território do Núcleo Timbuy foi criado pelo poder do Estado, por outro, ele foi apropriado pela sociedade que nele se estabeleceu, promovendo também uma apropriação cultural.

Saquet (2013a, p. 132) completa a definição de território afirmando que o mesmo ainda pode ser entendido como área com fronteiras, ponto de referência, localização e enraizamento. As fronteiras do Núcleo Timbuy, que na época não foram bem definidas, tornaram-se antes de uma linha perfeita desenhada em um mapa do governo do Estado, as fronteiras da imigração italiana na Colônia Santa Leopoldina, onde se localizaram e se “enraizaram” a maioria dos italianos dessa colônia.

Em *Os Tempos e os Territórios da Colonização Italiana*, Saquet (2003) apresenta o território da Colônia de Silveira Martins como resultado da desterritorialização italiana e reterritorialização no Brasil, em virtude de fatores econômicos, políticos e culturais (SAQUET, 2003, p.218). Para o autor, os processos de desterritorialização e reterritorialização que ocorreu com os imigrantes italianos fez parte de um jogo de interesses e necessidades dos governos do Brasil e da Itália, que teve como resultado a mobilidade da força de trabalho. Se por um lado o Brasil precisava de mão de obra, por outro, a emigração apresentou-se como uma estratégia para minimizar as tensões sociais na Itália.

Em relação a desterritorialização e a reterritorialização Saquet (2003) as considera como contraditórias e complementares. Para o autor, elas podem coexistir no tempo e no espaço; “são inseparáveis e movidas, (...) pelo tripé EPC (economia-política-cultura), (...). A des-territorialização num lugar significa reterritorialização noutro, promovendo a mobilidade da força de trabalho e suas características culturais” (SAQUET, 2003, p. 218).

De forma complementar, Haesbaert (2007), citando Deleuze e Guattari, descreve os processos de desterritorialização e reterritorialização. No primeiro processo, a desterritorialização é o abandono do território, o que os autores chamam de “linha de fuga”. A reterritorialização é a construção do território. “(...) no primeiro movimento, os agenciamentos se desterritorializam e, no segundo, eles se reterritorializam como novos agenciamentos maquínicos de corpos e coletivos de enunciação” (HAESBAERT, 2007, p. 127).

Segundo Saquet (2007, p. 70), “As forças econômicas, políticas e culturais que condicionam o território e a territorialidade, geram a desterritorialização e as novas territorialidades”. Assim, após serem desterritorializados da sua terra natal, os imigrantes italianos criaram novas territorialidades no Núcleo Timbuy.

No momento da reterritorialização reproduzem-se aspectos políticos, econômicos e culturais de uma vida anterior (SAQUET, 2007, p.69). Uma vida dificilmente será inteiramente reproduzida em outro território com características naturais tão diferentes. Porém, o modelo de sociedade camponesa do local de origem, onde prevalecia o trabalho familiar, pode ser recuperado no Núcleo Timbuy. Distantes das influências do militarismo, do liberalismo e do socialismo, a comunidade camponesa pode ser reconstituída (GROSSELLI, 2008, p. 57). Esta reconstrução é observada também na arquitetura da época, que permanece em Santa Teresa e na reprodução de alguns costumes e tradições dos italianos nos primeiros tempos no Núcleo Timbuy e que ainda são mantidas por seus descendentes. “O velho é recriado no novo, num movimento que representa as forças, em que um dos papéis do Estado é justamente a reterritorialização, acontecida com os italianos no Brasil e com as migrações internas” (SAQUET, 2003, p.39).

Realça-se que nada pode ser recriado integralmente, mas no processo de reterritorialização do imigrante italiano no Núcleo Timbuy, parte das características do velho território puderam ser reproduzidas.

Assim, ao se desterritorializarem do território italiano, os imigrantes que se estabeleceram no Núcleo Timbuy dão início a um processo de (re)territorialização onde reproduzem na arquitetura local e na culinária, por exemplo, traços do velho território. Nesse sentido, “Os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (T-D-R) acontecem concomitantemente e estão em unidade” (SAQUET, 2011, p. 70-1).

Contudo, esses processos foram vividos em tempos distintos para as diferentes levas de imigrantes que se dirigiram para o Núcleo Timbuy. Ao passo que os pioneiros já estavam vivendo a reterritorialização, as novas levas que continuavam chegando depois de duas décadas do início da colonização da região, estavam iniciando este processo. Se inicialmente os primeiros imigrantes foram obrigados a se estabelecerem em barracões temporariamente até que fosse construída a primeira casa, os imigrantes que vieram em levas posteriores também tiveram a opção de se alojarem na casa de parentes ou amigos. Os pioneiros iniciaram o processo de reterritorialização em um ambiente dominado ainda pela floresta, já os imigrantes que se estabeleceram posteriormente chegaram em um território onde havia um trabalho inicial.

Retornando ao momento da chegada e estabelecimento dos primeiros italianos, percebemos que as outras nacionalidades de imigrantes, sobretudo os alemães, já haviam se reterritorializado na Colônia Santa Leopoldina. Por vezes, os grupos reterritorializados na sede da colônia serviram de suporte aos recém chegados, uma vez que tudo o que não conseguiam produzir deveria ser comprado em Santa Leopoldina. Neste processo fica nítido também a ação do Estado ao estabelecer os imigrantes em lotes de terra.

Por representarem o maior número dentre os pioneiros na ocupação territorial, os italianos conseguiram impor suas marcas recriando o velho (parte das práticas do local de origem) no novo território. Destaca-se que outras nacionalidades foram encontradas no Núcleo Timbuy, tanto misturadas aos italianos quanto agrupadas em comunidades, como é o caso dos polacos em Santo Antônio do Canaã e dos alemães nas localidades denominadas 25 de Julho e Barra do Rio Perdido. Entretanto, a cultura italiana prevaleceu sobre as demais nacionalidades. “Os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização precisam ser considerados como movimento no tempo e no espaço, ou seja, como movimentos concomitantes/coexistentes e historicamente definidos por um jogo de forças econômicas, culturais e políticas” (SAQUET, 2010, p. 110). Em meio a esse intenso processo têm origem as territorialidades que dialogam intrinsecamente com os territórios e grupos que as constituem (SAQUET, 2011, p. 70).

Observamos que as territorialidades determinam a formação de um território e também são influenciadas por ele. Assim, as territorialidades dos imigrantes italianos foram decisivas na formação do território no Núcleo Timbuy, contudo o próprio território também atuou determinando permanências e rupturas nas territorialidades. Elas significam “as relações diárias, momentâneas e processuais, que os homens mantém entre si, com a natureza interior e com sua natureza inorgânica para sobrevivência biológica e socialmente” (SAQUET, 2011, p. 87). De um modo geral, encontram-se articuladas a todas as atividades cotidianas e são, por isso, “resultado e determinante do processo de produção de cada território no movimento mais amplo de TDR” (SAQUET, 2011, p.87). Haesbaert (2004, p. 339) conceitua territorialidade de forma genérica como as relações de domínio e apropriação do espaço e afirma ainda que não existirá “indivíduo ou grupo social sem território, quer dizer, sem relação de dominação e/ou apropriação do espaço, seja ela de caráter predominantemente material ou simbólico”.

Destaca-se, que as práticas de territorialidade cotidianas estavam permeadas por alguns hábitos como o de comer a polenta e a minestra (sopa de caldo de feijão com macarrão ou arroz) faziam parte da mesa dos italianos e seus descendentes quase que diariamente,

outras como o agnoline (ou capeleti, massa recheada tradicionalmente com frango, em formato de um pequeno chapéu, preparada como sopa<sup>25</sup>) e o macarrão/ taiadela (macarrão caseiro), devido às dificuldades de se conseguir o trigo ficaram restritas aos domingos ou momentos festivos. No lazer as rodas de baralho onde se jogava cinquilha (jogado por 5 pessoas com 8 cartas cada) e tressete (jogado por 2 duplas com 10 cartas por pessoa), e o jogo de bola de massa (bocha) fazia parte das tardes de domingo dos homens. Na religião, o catolicismo teve continuidade no novo território, com as novenas, cultos e rezas do terço, que em muitas famílias ocorriam diariamente (DOSSI, 2014, informação verbal; FELLER, 2014, informação verbal; NOVELLI, 2014, informação verbal;)

Em resumo, os imigrantes se apropriaram do território e também colocaram em prática suas territorialidades. Essa e todas as outras discussões serão abordadas pontualmente de forma mais aprofundada no decorrer dos próximos capítulos dessa dissertação, quando refletiremos de forma mais detalhada sobre formação histórica do território do Núcleo Timbuy antes da chegada dos imigrantes e a configuração histórica propriamente dita desse território após a chegada dos italianos.

---

<sup>25</sup> Com o passar dos anos o agnoline, passou a ter também outros recheios e a ser preparado com molhos ou até frito.

## 2. O NÚCLEO TIMBUY: FORMAÇÃO HISTÓRICA, PROJETO E PREPARAÇÃO PARA A CHEGADA DOS IMIGRANTES

O território é uma construção histórica (SAQUET, 2011). Desta forma, a configuração territorial da vila inicial que corresponde ao atual município de Santa Teresa (mapa anexo B) teve início com a abertura da estrada para Santa Thereza em 1848. O empreendimento da estrada contribuiu para os projetos de preparação da colônia a partir de 1872 e a vinda dos primeiros imigrantes europeus em 1873. O primeiro grupo formado por 17 famílias de polacos foram estabelecidos em uma porção do núcleo localizada no Baixo Timbuy, antes mesmo de sua abertura oficial, assunto que retomaremos mais à frente. No entanto, a sede do núcleo só foi fundada com a chegada dos primeiros imigrantes italianos entre 1874 e 1875, sendo que esta última data serve de referência histórica oficial, por marcar o sorteio dos primeiros lotes de terra (MÜLLER, 1925; NOVAES, 1980).

A partir da análise de documentos percebemos que o *topos* Timbuy era utilizada para designar uma área que ia além das margens do rio Timbuy e das serras que deram origem ao município de Santa Teresa. Observamos que a região chamada de Baixo Timbuy, não se refere ao baixo curso do Rio Timbuy, mas sim a uma porção mais baixa dessas terras, localizadas na bacia do Rio Santa Maria do Doce. Apesar da pesquisa indiciária não ter nos fornecido com precisão as dimensões das chamadas terras do Timbuy, estima-se que estas se estendessem ocupando áreas de Nova Almeida (Serra) e dos atuais município de Fundão, passando por Santa Teresa<sup>26</sup>, São Roque do Canaã, Itarana, Itaguaçu conforme mapa 3.

---

<sup>26</sup> No momento da emancipação, o atual município de São Roque também compunha o território do município de Santa Teresa, sendo emancipado em dezembro de 1995 (IBGE, 2014)



Mapa 3 - Recorte Espírito Santo Político:  
Provável localização das terras do Timbuy.

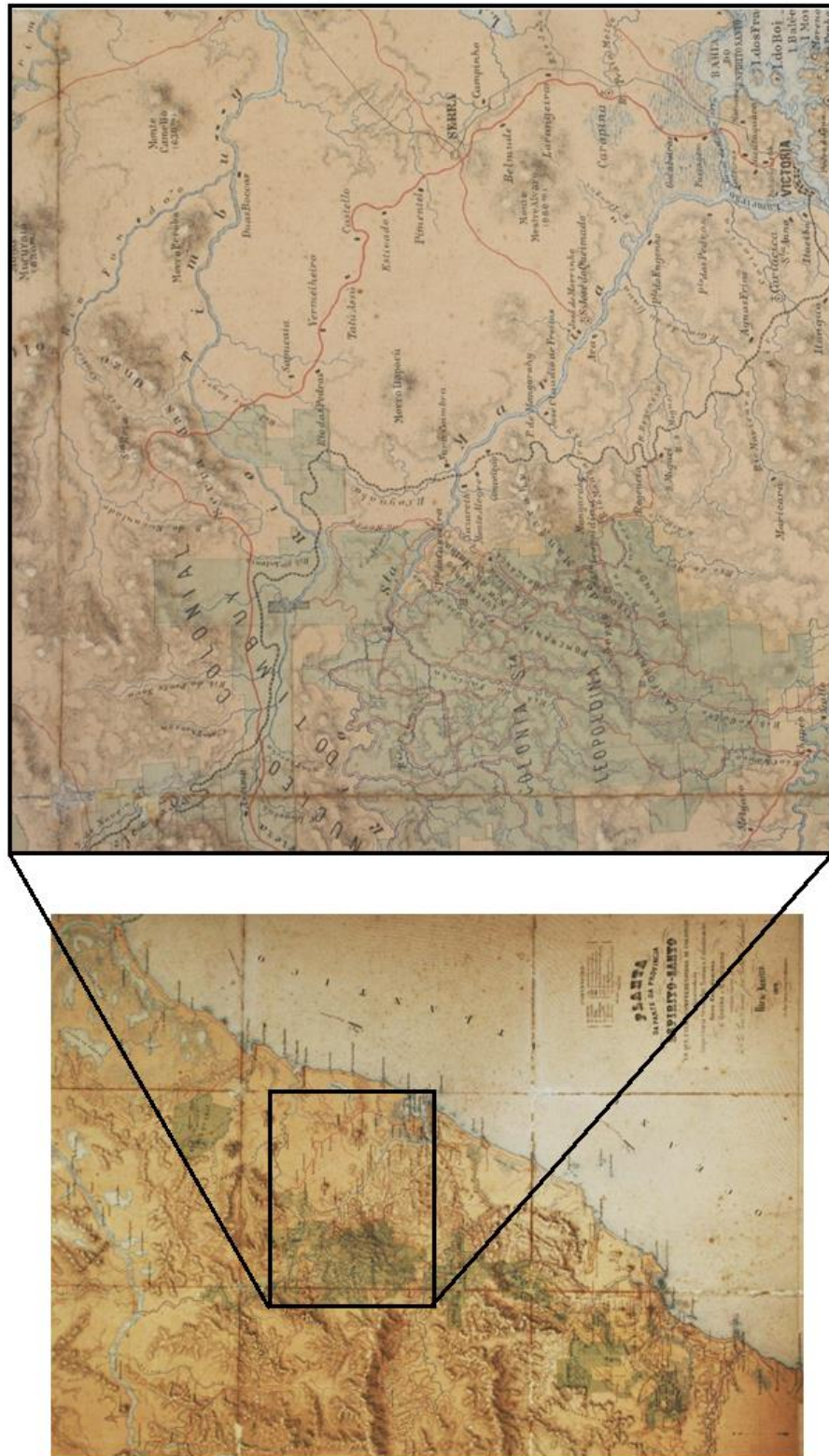
Fonte: Elaboração Simone Zamprogno Scalzer. Base de dados cartográficos SEP/ IPES, 2014.

Contudo, o mais importante é pontuar que a ocupação do Timbuy fazia parte de um projeto do governo capixaba que pretendia colonizar terras com o estabelecimento de imigrantes e a implementação do cultivo do café. Mas este projeto não se iniciou com a chegada dos primeiros imigrantes alemães na Colônia Santa Leopoldina. Antes do surgimento dessa colônia, em 1848, com a abertura da Estrada de Santa Thereza, a estratégia de ocupação em direção ao interior teve início com a instalação de um quartel. Essa instalação estava inserida num projeto mais amplo: a colonização de terras até o rio Doce, localizado ao Norte da província.

Uma das estratégias desse projeto de ocupação, deu origem na década de 1870, ao Núcleo Timbuy e, posteriormente ao povoado que lá se estabeleceu, chamado inicialmente de Santa Teresa do Timbuy, futura sede do município de Santa Teresa, assunto que veremos detalhadamente mais à frente. A sede desse município estabeleceu-se a 70 quilômetros da capital Vitória, em uma área dominada por serras e altitude aproximada de 630 metros.

Podemos observar as dimensões do Núcleo Timbuy em representação cartográfica de 1878, na *Planta da parte da Província Espírito Santo em que estão compreendidas as colônias*. Nesta planta (1) percebemos também a representação de alguns rios da região.





Planta 1: Planta da parte da Província Espírito Santo em que estão compreendidas as colônias - 1878 por C. Cintra e C. Rivierre, com recorte apresentando Núcleo Timbuy e Colônia Santa Leopoldina.  
 Fonte: CATÁLOGO MAPOTECA APEES. s/n. Organização: Simone Zamprogno Scalzer.

No período retratado na planta 1, o Núcleo Timbuy não possuía as dimensões totais do município de Santa Teresa, existindo ainda extensas áreas de terras devolutas em vários pontos da Província do Espírito Santo. Esta planta destaca também, a Estrada de Santa Thereza e a estrada que ligava o Porto do Cachoeiro de Santa Leopoldina ao Núcleo Timbuy<sup>27</sup>. Podemos observar pontilhado em preto o traçado do projeto da estrada de ferro, que depois de construída não seguiu este trajeto, provavelmente pela dificuldade de seguir por terras com relevo de serras.

Portanto, de forma geral a ocupação do território da Província do Espírito Santo, foi parte de um projeto de governo que previa a abertura de núcleos coloniais e estradas. Como já foi dito, a ocupação deste território era basicamente litorânea, com pouco desenvolvimento econômico. No início do século XIX, o litoral do Espírito Santo possuía núcleos de povoamento razoavelmente consolidados, contudo, em direção ao interior da província tinha-se uma faixa de terras desconhecidas, com densas matas habitadas por índios (EGLER, 1962, p. 156).

Essa característica da ocupação da Província do Espírito Santo foi imposta pela própria Coroa Portuguesa e ainda se manteve por muitos anos. Em 1701, a Coroa Portuguesa proibiu a colonização de parte de algumas capitanias para controlar o acesso à zona de mineração. Na capitania do Espírito Santo, a Coroa criou faixas de terra chamadas de “áreas proibidas”. Com a redução drástica da produção da região aurífera das Minas Gerais, a partir do início do século XIX, não havia mais motivos para impedir o povoamento do Espírito Santo e essa decisão foi revertida (PARAÍSO, 2005, p.1; EGLER, 1962, p. 156-8)

Se a princípio, ao longo do século XVIII, não ocupar esta província era uma estratégia para proteger a região aurífera das Minas Gerais (POSENATO,1997); posteriormente, ao adentrar o século XIX, o governo passa a colocar em prática estratégias para ocupação territorial, instalando aldeamentos e quartéis, abrindo estradas e criando núcleos coloniais para receber imigrantes europeus. É importante esclarecer que não trataremos de todos os projetos e empreendimentos do governo desta época, mas especificamente dos que se tornaram relevantes para a compreensão da ocupação e configuração do território do Núcleo Timbuy.

Como parte desse projeto de ocupar e desenvolver economicamente a Província do Espírito Santo, em 1847 foi fundado o primeiro núcleo colonial de imigrantes, a Colônia Santa Isabel. No relatório de Província de 1848, o presidente Luiz Pedreira do Couto Ferraz

---

<sup>27</sup> A abertura dessas estradas será discutido ainda neste capítulo.

(1848, p.26-8) descreveu o sucesso desta colônia. Segundo o presidente, poucos meses depois da chegada dos primeiros imigrantes alemães, estes já haviam construído suas moradias e iniciado o cultivo de lavouras. Couto Ferraz relatou também que muitos imigrantes já escreviam cartas para seus familiares e amigos convidando-os a se estabelecerem nesta província (FERRAZ, 1848, p.26-8).

No mesmo período, o governo passou a investir na abertura de estradas, como a de São Pedro de Alcântara, que partia do porto da Cachoeira do Santa Maria (atual Santa Leopoldina) e seguia em direção a Ouro Preto e a de Santa Thereza, que partia da Vila da Serra (ES) e seguia até Cuithé (MG), passando pelas terras que viriam a ser o Núcleo Timbuy.

Em um segundo momento, o processo de colonização se desenvolveu na parte central da Província tendo como via o Rio Santa Maria da Vitória, onde foi instalado um porto e uma colônia: a Colônia Santa Leopoldina, a qual pertencia também o Núcleo Timbuy.

A estratégia do governo e o amplo projeto de ocupação empreendido nos remete novamente ao diálogo entre História, Demografia e a Geografia já tratado no capítulo anterior. A necessidade de ocupar o território da província do Espírito Santo desnudava um obstáculo comum às províncias da região Sul do Brasil, o baixo índice de adensamento populacional. Com os quartéis estabelecidos e a “guerra aos botocudos<sup>28</sup>” decretada a ocupação das terra em direção ao rio Doce exigiram um esforço estratégico dos governos imperial e provincial. Em outras palavras, foi necessário de fato instituir o território provocando, por meio de projetos institucionais, a relação natureza-sociedade proposta por Saquet (2006).

De fato, a partir dos preceitos desse autor, podemos considerar o processo empreendido como uma apropriação e uma dominação historicamente condicionadas. O território da província do Espírito Santo, para além da esparsa população litorânea, surgiu primeiro de maneira idealizada nas plantas cartográficas que representavam e projetavam uma província empreendedora e densamente povoada. A partir desse ideal, percebe-se todo um esforço para desterritorializar a população indígena concomitante a um processo de territorialização do próprio governo (seja ele imperial ou provincial). Será a partir da territorialização controlada do governo que inicia-se outro processo: a reterritorialização de um considerável contingente de imigrantes de diversas nacionalidade, dentre as quais destaca-se a italiana. Nesse sentido, podemos compreender que o território é processual e construído socialmente pelo trabalho (SAQUET, 2006, p.83; SAQUET, 2011, p.20). Esse processo de

---

<sup>28</sup> Os índios botocudos não praticavam agricultura, viviam embrenhados nas matas e eram vistos pelo governo como rebeldes. Assim exterminar e/ou civilizar os índios foi parte do projeto de governo que previa a ocupação das terras do interior da Província do Espírito Santo (BOURGUIGNON, 2012).

construção do território iniciado com os trabalhos de abertura de estradas, como a de Santa Thereza que veremos a seguir, e de demarcação de lotes feito por nacionais e imigrantes de outras nacionalidades já estabelecidos na Colônia Santa Leopoldina, teve continuidade com os trabalhos de italianos que se estabeleceram no Núcleo Timbuy.

## 2.1- A ESTRADA DE SANTA THEREZA

A abertura da Estrada de Santa Thereza foi um dos grandes empreendimentos realizados na Província do Espírito Santo em meados do século XIX. Esta obra aparece em destaque em diversos relatórios de presidente de província. Seu objetivo era facilitar a ligação do Espírito Santo à Província de Minas Gerais. Com um trajeto que saia das proximidades de Vitória e alcançava Minas Gerais, passando pelas margens do Rio Doce, não facilitou meramente as trocas comerciais, mas favoreceu também a ocupação do território em suas proximidades e facilitou a abertura de estradas menores. Pouco depois, em 4 de setembro de 1848, começou efetivamente a abertura da Estrada de Santa Thereza, praticamente concluída em 1857 (PINTO, 1849, BARROS, 1857). Uma descrição no Relatório do presidente Antônio Pereira Pinto (1849) apresentou uma descrição do projeto da estrada de Santa Thereza, e alguns possíveis benefícios:

Não posso rematar, sem chamar a atenção de V Ex.<sup>a</sup> para a nova estrada, que denominei de Santa Thereza, refletindo nas recordações de 4 de setembro (1848), em que ella foi começada, e que partindo do primeiro cachoeiro do rio Santa Maria, vae ter ao Cuithé na província de Minas Geraes, percorrendo, segundo o calculo do engenheiro desta província, o curto espaço de 20 ou 23 léguas, que juntas a 6 ou 7 que do dito Cachoeiro distão à esta cidade perfazem um total de 30 léguas. Todo o sertão de Minas Gerais, por consequência, acudirá por este novo meio de relações entre as duas províncias, e virá sortir-se n'esta capital, ou em qualquer outro ponto da província, para onde, no futuro se abra algum braço d'essa estrada, dos gêneros, que faltão na sua, trazendo em troca os de que necessitamos (PINTO, 1849, p.30).

Esta estrada, que teria distância aproximada de 30 léguas, facilitaria a ocupação territorial das porções das duas províncias por onde passasse. A obra teve início em maio de 1847, com uma expedição que partiu de Cuithé (MG), para explorar e abrir uma picada até Vitória; porém não teve êxito. Tempos depois foi enviada nova expedição, partindo do Rio Santa Maria, com o objetivo de encontrar o lugar onde haviam parado os primeiros trabalhos (FERRAZ, 1848, p.51). Em agosto de 1848, esta picada que serviria de referência para a construção da estrada, foi concluída (MONJARDIM, 1848, p.9).

Em 1850, o relatório do presidente Filippe José Pereira Leal descreve que a picada que estava se abrindo, já havia chegado a terrenos menos montanhosos, onde foram encontrados índios botocudos e afirma ainda que a abertura desta estrada trará grandes benefícios não só para o comércio e agricultura desta Província, mas também na civilização de índios<sup>29</sup>. O Presidente Pereira Leal atentou ainda para a falta de operários nesta obra (LEAL, 1850, p.20, 27-8). A partir desse documento concluímos que a esta altura a estrada já havia ultrapassado o ponto onde mais tarde se localizaria o território de estudo: o Núcleo Timbuy.

Em vários relatórios posteriores, os presidentes da Província não registraram as grandes vantagens descritas no momento da abertura da estrada e destacaram o fato dela ligar as duas províncias e facilitar o transporte entre as mesmas. Contudo ainda em 1851, o então Presidente da Província do Espírito Santo, Filippe José Pereira Leal pontuou a possibilidade de povoar as margens dessa estrada, revelando as intenções do governo imperial:

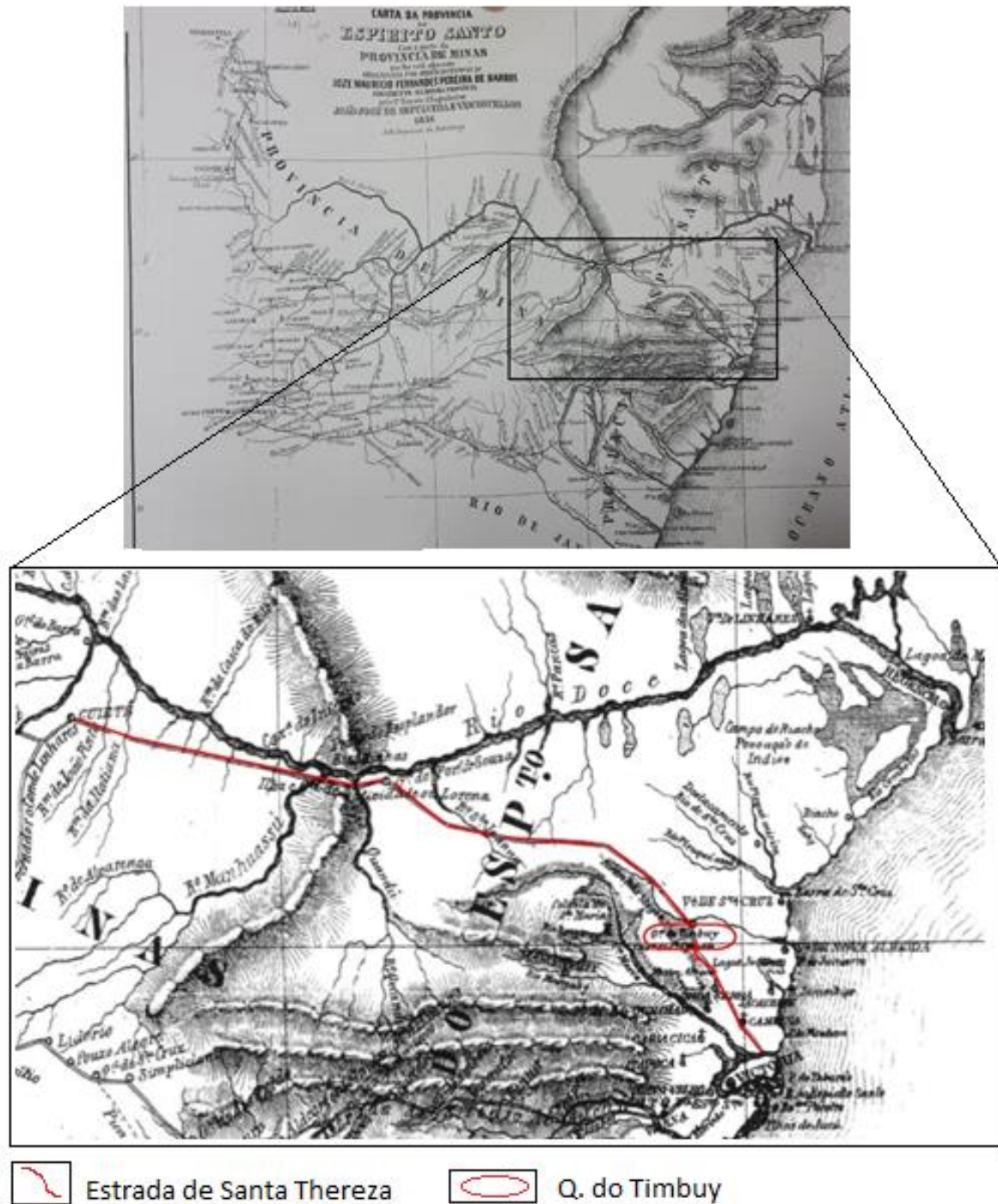
Havendo o governo Imperial ordenado, que fosse por esta presidência designado o lugar onde se hão de demarcar os prazos, ou lotes de terras para os estrangeiros, e engajados, de que já vos falei, tendo resolvido estabelece-los ao longo desta estrada, que assim ficará povoada por habitantes, que muito teem de concorrerem para a prosperidade da província (LEAL, 1851, p. 26-7).

Uma das providências tomadas pelo governo capixaba para implementar as ordens imperiais de povoamento ao longo da estrada foi o estabelecimento de quartéis, conforme pode-se verificar na representação cartográfica (Carta 1) exposta abaixo.

---

<sup>29</sup> Para o governo da época, terras indígenas eram terras devolutas e “civilizar” os índios era uma necessidade para permitir a ocupação do território.





Carta 1: Carta da Província do Espírito Santo com parte da província de Minas, organizada pelo 1º Tenente de Engenheiros João Jose de Sepulveda e Vasconcelos- 1856, com recorte apresentando a Estrada de Santa Thereza e o Quartel do Timbuy.

Fonte: Arquivo Digital do APE-ES, consulta em 08/01/2014. Organização: Simone Zamprogno Scalzer.

A partir da análise dessa carta e dos documentos produzidos pelo governo capixaba, podemos indicar a existência de dois quartéis na Estrada de Santa Thereza, sendo um deles o Quartel do Timbuy. Com uma estrutura simples, a presença desse quartel não imprimiu marcas permanentes no território do Timbuy e sua existência só pode ser confirmada a partir

da análise da carta acima, da análise de relatórios de província, de um jornal da época e pelo livro 20, do Fundo de Agricultura do APEES. Após relatar atrasos nas obras da Estrada de Santa Thereza, no relatório de 1851 o presidente Philippe José Pereira Leal afirma:

Encarreguei um capitão comandante da companhia de pedestres, que já ali se achava com algumas praças que tinha feito marchar para os quartéis do Timbuy, e Estreito, para, durante a interrupção dos trabalhos, cuidarem da estrada, dos mesmos quartéis, e dos pastos, que junto a eles mandei fazer, e se achão prontos (LEAL, 1851, p. 26).

Em 1855, na Estrada de Santa Thereza, além dos dois quartéis existentes, previa-se a construção de outros, assim como de fazer derrubadas na mata para dar lugar a pasto, para animais de carga durante as viagens (NUNES, 1855, p.47-8). A construção de quartéis era importante, pois esses representavam um ponto de descanso, para viajantes e animais, sem os mesmos a viagem se tornaria muito mais desgastante e perigosa em vista da eventual presença de botocudos na região.

Em documento de 1859, a situação não apresentou uma mudança consistente conforme verifica-se no relatório do engenheiro de província Eugenio de La Martiniere (1859, p.6): “A Estrada de Santa Thereza, que do antigo quartel do Timbuy segue para o Porto de Sousa no Rio Doce, acha-se intransitável”.

Em outro ponto do mesmo documento, o presidente detalhou a situação:

Entre o antigo quartel do Timbuy e Santa Cruz os terrenos cobertos de mattos riquíssimos com madeiras de preço, podião ser utilizados depois do corte destas madeiras; me parece mais vantajoso deixar a companhias ou mesmo a particulares, mediante condições expressas, o trabalho de povoar terrenos que lhe teado fornecido lucros grandes, podem e devem ser utilizados mais tarde para a lavoura (MARTINIERE, 1859, p.7).

Entretanto, apesar das ordens imperiais e do estabelecimento dos quartéis, passada uma década, a estrada não tinha sequer trânsito de pessoas e mercadorias, sendo que em 1862 se encontrava em grande parte intransitável. O presidente da Província, Pereira Junior (1862, p.77), afirma que a estrada de Santa Thereza não poderia naquela época produzir grandes vantagens já que atravessava lugares pouco habitados e extensas áreas sem ocupação humana. O projeto governamental de extermínio dos botocudos, atrelado ao estabelecimento dos quartéis e construção de uma estrada não foram suficientes para fomentar uma ocupação das terras por grupos populacionais já estabelecidos nas proximidades dessa imensa área constituída de terras devolutas. A dificuldade poder ser expressa pela notícia publicada no Jornal da Victória em seu nº 384 de 1 de fevereiro de 1868 na página 1. Em meio à notícia sobre o Quartel do Timbuy percebe-se o esforço do governo em promover o trânsito de pessoas e do comércio na região:

A Thesouraria da Fazenda, n. 35 Tendo n'esta data autorizado ao engenheiro Leopoldo Augusto Diocleciano de Almeida e Cunha, para concertar a estrada, que segue do quartel do Timbuy ao porto Nova Coimbra, afim de facilitar o transporte para o centro da colônia projectada, à margem do mesmo Rio Timbuy (ARARIPE, 1868, 1/02/1868, p.1).

Além disso, já se verificam tentativas de povoamento quando M. P. Souza Dantas afirma que as terras devolutas entre antigo Quartel do Timbuy e o Porto de Souza, nas margens do Rio Doce fazem parte das suas concessões (DANTAS, 1868, anexo A). Consideramos pouco provável que as terras do Quartel Timbuy compreendessem parte do que viria a ser o Núcleo Timbuy. Dadas as características do projeto de ocupação empreendido a partir do litoral, o quartel encontrava-se antes do Núcleo, provavelmente na região de Nova Almeida.

No ofício nº 90, do livro 20 do Fundo de Agricultura do APEES, em 1 de abril de 1880, o diretor da Colônia Santa Leopoldina, Henrique Lucas Laporte, relata ter seguido à região do antigo quartel, para realizar medição de terreno que foi requerido por Manoel Gomes da Vitória. Contudo a chegar no local, lhe foi apresentado documento que comprovavam que o terreno pertencia a Manoel Francisco Feu de Araujo. Em pesquisa a lista de registro de terras dos citados cidadãos no APEES, o nome dos mesmos aparece na região de Nova Almeida. Isto não comprova a localização, pois muitos registros de terra da época se perderam, e também por que nada impedia dos referidos cidadãos possuírem outros terrenos em diferentes pontos da Província. Além disso, não temos a resposta do ofício enviado ao engenheiro Aristides Arminio Guaraná. No entanto, o mesmo ofício aqui analisado indica que após ser abandonada a área do quartel tornou-se devoluta, sendo envolvida na medição de terras de 1861 (FUNDO DE AGRICULTURA, LIVRO 20, ofício 90, 01/04/1880). Essa última informação excluiria a possibilidade do Quartel do Timbuy ter sido localizado nas terras do Núcleo Timbuy, uma vez que a demarcação de lotes dessa região só é iniciada a partir de 1872, quando é iniciado o projeto de preparação desse núcleo colonial.

Entretanto, a demanda de M. P. Souza Dantas, em 1868, confirma o esforço de povoamento ao longo da estrada mesmo depois de desativado o Quartel Timbuy. Independentemente de sua localização exata, a abertura desse quartel era parte de um projeto de ocupação do território proposta pelo governo da Província do Espirito Santo.

Esta estrada apresenta mais uma importante ligação com o nosso território estudado. Apesar de existirem outras versões<sup>30</sup>, de acordo com a observação de diversos documentos da

---

<sup>30</sup> Existem outras versões para a origem do nome da cidade de Santa Teresa, algumas fazem parte até do imaginário popular da região. Segundo a memória social que prevalece na região, uma senhora de nome Teresa,



época, o nome desta estrada acaba por ser utilizado para batizar a povoação sede do Núcleo Timbuy, sendo mais tarde escolhido também como nome do município de Santa Teresa. Ela foi lembrada ainda, na chegada do primeiro grupo de italianos que se estabeleceu no Timbuy. Na memória local, conta-se que após fugirem da malograda Expedição Tabacchi<sup>31</sup>, esse primeiro grupo se embrenhou na mata<sup>32</sup> por uma estrada primitiva, a estrada de Santa Thereza, até encontrarem as obras que estavam sendo realizadas para receber imigrantes que seriam trazidos pelo governo<sup>33</sup>, conforme veremos a seguir (MÜLLER, 1925, p.9).

Mas a possibilidade vislumbrada pelo presidente Leal se concretizou. A Estrada de Santa Thereza, tempos mais tarde, facilitou a ocupação de muitas áreas por onde passava. Em 1872 o presidente de província Francisco Ferreira Corrêa relatou, a despeito dos esforços anteriores de ocupação, que poucos pontos desta estrada foram utilizados, havendo a necessidade de, a exemplo do que ocorreu na Colônia Santa Leopoldina, implantar em suas margens, até então cobertas de imensas matas, a colonização com imigrantes estrangeiros, conforme previra o governo imperial duas décadas antes.

Sem se colonizar essas immensas e ubérrimas mattas que bordão esse caminho por braços estrangeiros que a semelhança dos colonos de Santa Leopoldina ahi se estabeção e cultivem os gêneros da lavoura do paiz, jamais passará esse caminho de um sorvedouro das rendas públicas com suas limpas perennes (CORRÊA, 1872a, p. 88).

E este projeto de medir lotes de terra e povoar as margens da Estrada de Santa Thereza não era algo para um futuro distante, em julho de 1871, um engenheiro já havia sido designado para realizar este trabalho (CORRÊA, 1872).

Ao vislumbrar a possibilidade de povoar as terras do Timbuy com braços estrangeiros, o presidente da província Francisco Ferreira Corrêa, dá continuidade ao projeto iniciado com a Colônia Santa Isabel (1848) e Santa Leopoldina (1856). Percebemos assim, a atuação de uma instituição pública para promover e auxiliar o fluxo migratório, confirmando a teoria migratória das análises institucionais onde MASSEY et al (1993) descreve a atuação de instituições para contrabalancear o fluxo migratório entre regiões de origem e destino.

---

devota de Santa Teresa, colocou uma imagem da referida santa debaixo de uma árvore, o pau-peba, e os imigrantes então reuniam-se sempre ao redor dessa imagem para fazer suas orações. O mais interessante é que pelo menos quatro famílias afirmam que a mulher que trouxe a imagem da santa era sua “nona”. Em conversa com o historiador Luiz Busatto, o mesmo afirma que segundo suas pesquisas, o mais provável é que, como a Vila se chamava Santa Teresa alguma das mulheres que tinha essa imagem levou-a para debaixo do pau-peba e lá rezaram.

<sup>31</sup> Este tema será discutido ainda no capítulo 2.

<sup>32</sup> Versão questionada por documentos que serão apresentados ainda nesse capítulo.

<sup>33</sup> Ambos os casos serão discutidos mais adiante neste capítulo.

As informações aqui apresentadas foram pouco abordadas até então. Os autores que discutem a imigração italiana no Espírito Santo sempre tiveram como foco o próprio fluxo migratório, não se dedicando a estudar a formação histórica do território do Núcleo Timbuy. Os memorialistas iniciam sua pesquisa a partir do momento da chegada dos imigrantes em Santa Teresa, deixando de forma secundária a própria questão do Núcleo Timbuy. Os estudos realizados pelos diversos memorialistas, escritores e pesquisadores apresentados no capítulo 1 são de primordial importância, contudo esta pesquisa completa uma lacuna e esclarece questões que ainda pairavam como dúvidas na história dessa região.

Continuando neste debate apresentaremos agora o projeto de preparação do Núcleo Timbuy, muitas vezes ignorado. Além disso, a maioria da população desconhece todo esse período anterior à chegada dos imigrantes.

Os imigrantes não presenciaram os projetos de preparação do Núcleo Timbuy, assim não poderiam relatá-los para seus descendentes. Dessa forma, compreendemos as fontes orais simplesmente indicarem que os imigrantes vinham caminhando pelo meio da mata, chegavam e escolhiam terras. No entanto, como dito anteriormente e discutido melhor a partir do próximo tópico, uma estrutura mesmo que precária estava preparada para os imigrantes e muitos lotes de terra estavam demarcados.

## 2.2. A COLÔNIA SANTA LEOPOLDINA E O NÚCLEO TIMBUY

Tendo em vista que em 1849 o Espírito Santo ainda se apresentava como uma província com pouca ocupação territorial, muitas comunidades litorâneas tinham na pesca a única fonte de renda. Era fraco o desenvolvimento da lavoura de café, apesar de existirem terras ótimas para o cultivo (PINTO, 1849, p. 9-11). Mesmo depois de três séculos após o início da ocupação litorânea, a região serrana da Província continuava praticamente desabitada (EGLER, 1962, p.148). A exemplo de outros presidentes da Província José Bonifácio Nascentes D'Azambuja (1852, p.38-41), apresenta a imigração estrangeira como a principal forma de fazer prosperar a Província do Espírito Santo.

Sinto, Srs., não poder noticiar-vos a fundação de alguma nova colônia nesta Província: o meu pesar nasce da convicção de que a colonização estrangeira é o único meio de fazer prosperar com rapidez uma Província que encerrando tantos elementos de engrandecimento se conserva em estado de abatimento (...). Não desanimemos porém, que a mão que fechou as portas do Império à população da África, as abrirá à imigração europeia (D'AZAMBUJA, 1852, p.38-9).

Este desejo é alcançado pouco depois, na segunda metade da década de 1850 quando é fundada a Colônia Santa Leopoldina, ainda como parte do município de Vitória. Em 1856, o Barão de Itapemirim registra este momento:

Tendo o governo imperial resolvido definitivamente fundar uma colônia nas margens do rio - Santa Maria – mandei, em consequência do aviso de 15 de dezembro último (1855), examinar aquellos logares pelo engenheiro João José de Sepulveda e Vasconcellos, que ministrou-me informações em tudo satisfatórias e favoráveis. Em virtude do aviso de 27 de fevereiro ordenei hontem ao mesmo engenheiro que partisse para aquelle ponto com 26 trabalhadores, que mandei engajar na Villa de Santa Cruz, a fim de fazer picadas necessárias, marcar o centro da povoação, e medir os prazos ao menos para as primeiras cincoenta famílias, que devem chegar com brevidade à este porto (ITAPEMIRIM, 1856, p.12)

Pouco depois, em 1857 foi registrada em relatório provincial a chegada de 160 alemães à Colônia Santa Leopoldina onde já estavam demarcados 18 prazos. O mesmo documento afirmou ainda que os colonos estavam satisfeitos e progrediam com afinco em seus trabalhos (ITAPEMIRIM, 1857, p.16).

Alemães (pomeranos) e suíços representavam os grupos mais numerosos a se estabelecerem nesta colônia, mas outras nacionalidades também se destacaram neste momento inicial, dentre eles estadunidenses, tirolezes, luxemburgueses, prussianos, dentre outros (PEREIRA JUNIOR 1861; FLEURY, 1864; PINTO, 1867; VALLE JUNIOR, 1868; PINHEIRO, 1869; BARBOSA, 1874).

Em meados da década de 1860, o café era o principal produto agrícola da Colônia Santa Leopoldina, mas também se destacavam os cultivos de mandioca, milho, feijão, arroz, algodão, batata doce, fumo, cebola e alho, com quase a totalidade de sua produção consumida na própria localidade. A exceção era o cultivo de batata inglesa, vendido em grande quantidade na capital desta província. Além dos cultivos agrícolas foi registrada também a existência de um pequeno rebanho de gado bovino e de equinos (CHAVES, 1866, p.24-5).

O sucesso dessa colônia parecia claro, entretanto, muitas reclamações e problemas foram observados nas correspondências entre seus dirigentes e a presidência da província. Foram comuns as reclamações de imigrantes que alegaram a má qualidade das terras, falta de água e a grande quantidade de pedras, outros reivindicaram lotes a que tinham direito. Essa exigência não podia ser atendida por não haverem lotes demarcados (FUNDO DE AGRICULTURA, Livro 6, p. 1, correspondência nº 2). Também foi relatado as péssimas condições das estradas que ligaram a Colônia e o Porto Cachoeiro (FUNDO DE AGRICULTURA, Livro 6, p.1v. correspondência nº3) e havia reclamações de imigrantes requerendo o pagamento pelos trabalhos prestados (FUNDO DE AGRICULTURA, Livro 6,

p.3, correspondência nº 9). Observamos que o projeto de ocupar e desenvolver a Província do Espírito Santo se fez com pouco dinheiro público, mas foi obtendo sucesso no decorrer dos anos.

Em 1874 a população da Colônia Santa Leopoldina se aproximava de cinco mil habitantes e a localidade já possuía hospital, igrejas, duas escolas públicas e uma particular (BARBOSA, 1874, p. 28). Continuavam também neste período, os trabalhos de medição de lotes de terra para a recepção de novos imigrantes e a abertura de caminhos internos. Era de interesse do governo Imperial e da Província do Espírito Santo continuar promovendo a ocupação de terras devolutas e incrementar a agricultura. Buscava-se além de promover o progresso das colônias existentes, fundar novos núcleos e oferecer a particulares auxílio para o transporte de trabalhadores estrangeiros recrutados por sua conta (FONSECA, 1872, p.21).

As informações observadas no relatório de província do presidente Antônio Gabriel de Paula Fonseca, em 1872, dão abertura para dois fatos históricos marcantes para nossa pesquisa: abertura do Núcleo Timbuy e a Expedição Tabacchi.

A partir da segunda metade do século XIX, o Porto do Cachoeiro de Santa Leopoldina recebeu grandes levas de imigrantes europeus.

De Cachoeiro de Santa Leopoldina, o principal ponto de irradiação, esta pequena onda de povoadores espalhou-se pela serra acima e enquanto havia terras devolutas e matas suficientes para derrubar, contentou-se em se infiltrar em todos os recantos do planalto profundamente dissecado (EGLER, 1962, p. 148).

Santa Leopoldina foi o ponto de partida para os projetos de colonização rumo ao Rio Doce, iniciando com as terras do Timbuy.

### **2.2.1. A Preparação do Núcleo Timbuy**

O movimento de apropriação e expansão territorial proposto pelo governo da Província do Espírito Santo contemplou também as terras da cabeceira do rio Timbuy e áreas próximas. Como observamos, o Timbuy já aparece citado durante os trabalhos de abertura da Estrada de Santa Thereza. A abertura dessa estrada proporcionou um melhor conhecimento da região. Não poderíamos pensar que o Governo investiria em uma área totalmente desconhecida, nem mesmo que imigrantes se embrenhassem mata a dentro sem direção. O

governo da Província do Espirito Santo já tinha conhecimento da região, como podemos observar em 1860, pouco após a fundação da Colônia Santa Leopoldina, o ex-presidente da Província, Pedro Leão Velloso, já cogitava povoar essas terras:

(...) devo ainda dizer, que nas ubérrimas terras do Timbuy, tem ele uma condição de prospero futuro, quando seus habitantes se convencerem, de que não é somente à beira dos rios navegáveis, que a riqueza se desenvolve: estava no propósito de mandar estudar a melhor direcção a dar uma estrada, que das referidas terras do Timbuy venha ter ao porto de Coiaba à margem do Santa Maria (VELLOSO, 1860, p.9).

Esse relatório descreveu a fertilidade das terras do Timbuy e a possibilidade de ocupá-las, assim como o desejo de abrir uma estrada que partisse das margens do rio Santa Maria e as alcançasse, conforme vimos no item anterior.

No dia 15 de janeiro de 1868, uma comitiva do governo provincial composta pelo presidente da província, do Inspetor da Tesouraria da Fazenda - Tente Coronel Henrique de Azevedo, do engenheiro Leopoldo e outros cidadãos partiram com destino ao Timbuy. No caminho examinaram uma ponte sobre o Rio Timbuy na Estrada de Santa Thereza.

Seguindo pela Estrada de Santa Thereza o S. Ex.<sup>a</sup> atravessou parte dos terrenos, que acabam de ser explorados e escolhidos pelo engenheiro Leopoldo para o estabelecimento de uma colônia do Governo, inquirindo e informando-se minuciosamente do mesmo engenheiro acerca da situação e qualidade de outra parte dos terrenos que S. Ex.<sup>a</sup>, não pode percorrer (JORNAL DA VICTÓRIA, 22 jan. 1868, p. 2).

Em considerações sobre a colonização da Província, no Jornal de Victória de 8 fevereiro de 1868, é citada a fertilidade das terras da zona do Timbuy. O mesmo texto afirma também ser vantajoso empreender a estrada e a colônia do Timbuy (JORNAL DA VICTÓRIA, 8 fev. 1868, p.3).

Em 6 de maio de 1868, o Jornal da Victoria relata que o engenheiro Leopoldo Augusto Deocleciano de Mello e Cunha apresentou, ao Inspetor da Tesouraria da Fazenda, diagramas e memoriais das medições executadas no Rio Doce e no território do Timbuy, assim como, da Estrada do Timbuy (JORNAL DA VICTÓRIA, 6 mai. 1868, p.1).

Em 18 de novembro de 1869 uma sessão da Assembleia Provincial discutiu, dentre outros assuntos, o projeto de uma colônia nas margens da Estrada de Santa Thereza. Nesta sessão o presidente da Província Sr. Mello e Cunha afirmou que sem dúvidas nos próximos 8 a 10 anos seria fundada uma colônia de 4 léguas quadradas para quatrocentas famílias, e lembrou ainda as dificuldades de se realizarem demarcações em mata fechada (CUNHA, 1869, p.2-3). O presidente Cunha descreve também do que depende a criação dessa colônia:

Depende de novas concessões, de novos favores, depende de novas despesas, porque tudo quanto se fizer para fundar o núcleo colonial no Timbuy, há de se tornar

indispensável para o estabelecimento de qualquer outro, uma vez que se não possam aproveitar os benefícios já feitos, porque será preciso abrir novas comunicações, prover enfim certas necessidades que só com muito dispêndio se satisfazem (CUNHA, 1869, p. 3).

Não demorou tanto tempo para que fosse fundada a nova colônia. Os primeiros trabalhos tiveram início em 1872, com a demarcação de lotes às margens da Estrada de Santa Thereza e tem continuidade algum tempo depois, quando uma nova estrada começou a ser aberta ligando Cachoeiro de Santa Leopoldina ao futuro núcleo.

“As estradas estão no seio da formação e gestão do território” (SAQUET, 2011 p.84). Assim tanto a Estrada de Santa Thereza, quanto posteriormente a estrada que ligaria o Porto do Cachoeiro de Santa Leopoldina ao Núcleo Timbuy, foram determinantes para a formação daquele território. A abertura dessas estradas permitiu a colonização das terras do Timbuy e orientou a ocupação em direção ao Rio Doce.

As condições das estradas em certa medida facilitaram mas, também dificultaram em outros momentos a circulação de pessoas e mercadorias, adquirindo desta forma importância primordial na organização e um território (SAQUET, 2011, p.83). “A fluidez é um movimento perpétuo que se decompõe em múltiplos movimentos particulares de circulação, fundamentais no *nascimento* das cidades e no seu crescimento por meio dos portos, de ferrovias, das rodovias e dos aeroportos” (SAQUET, 2011, p. 8). Isto posto, não há como não reconhecer a importância da estrada que partia do Porto do Cachoeiro de Santa Leopoldina para a sede do Núcleo Timbuy. Se a Estrada de Santa Thereza permitiu que se conhecesse a região, a segunda estrada construída em direção ao Timbuy permitiu a colonização da área.

Como parte da expansão desse projeto de ocupação em direção ao norte do estado, foi nomeado em 6 de julho de 1871 o engenheiro João Cassiano de Castro Menezes para realizar as medições de lotes às margens da estrada de Santa Thereza, estando o referido funcionário pouco tempo depois já em exercício de sua função (CORRÊA, 1872, p.89,100-1).

Os trabalhos de abertura de estradas e medição de lotes do Timbuy, e também em outras localidades da Colônia Santa Leopoldina, enfrentaram alguns problemas constantemente. Nos ofícios do livro 7 (1872/1874) do Fundo de Agricultura do APEES estão presentes em diversos momentos reclamações sobre falta de pessoal habilitado para os trabalhos, de agrimensor, instrumentos de trabalho e recursos, além de atrasos de pagamento (FUNDO DE AGRICULTURA, LIVRO 7). Apesar desses empecilhos as obras nas estradas e medição de lotes foram aos poucos sendo realizadas e esses trabalhos foram descritos em relatórios e ofícios da época.

É certo que a medição de lotes em torno da estrada de Santa Thereza, tinha orientado a ocupação em direção ao Timbuy, e que ocupar efetivamente estas terras era um projeto antigo. Contudo, em 28 de dezembro de 1872, Pedro de Albuquerque Rodrigues reconheceu ser o responsável pela comissão de medição de terras do Timbuy e comunicou a chegada de seu ajudante, o Senhor Alfredo Ernest, nomeado pelo Ministro da Agricultura Comércio e Obras Públicas (FUNDO DE AGRICULTURA, LIVRO 7, p.6). A partir desse momento o projeto de ocupar o Timbuy tomou força e os trabalhos com este fim, passaram a ser constantes.

Retomando Saquet (2010, p.109) o território é uma construção histórica. No caso do território do Núcleo Timbuy essa construção começa a se efetivar a partir da abertura da estrada do Cachoeiro de Santa Leopoldina até o local que seria a sede do futuro núcleo, com a posterior demarcação de lotes e a construção dos barracões para receber os imigrantes.

Desse modo, medir, ocupar terras e abrir estradas foram tarefas importantes naquele processo histórico, em que se pretendia ocupar áreas até então devolutas. O Timbuy tinha uma localização estratégica e estava, como já dito, em um dos caminhos para Minas Gerais, na Estrada de Santa Thereza e também na direção do Rio Doce. Porém, foi necessário ligar a Colônia Santa Leopoldina as terras do futuro Núcleo Timbuy. Em janeiro de 1873 os trabalhos da abertura da nova estrada que ligaria esses dois pontos, foram registrados no ofício nº 11 do livro 7, onde o dirigente da Colônia comunicou ter sido atendido em seu pedido de trabalhadores:

(...) forão postos até esta data a minha disposição 30 famílias, compreendendo 140 pessoas o que me dá um efectivo de cerca de 40 trabalhadores os quais tenho empregados no serviço da planta e explorações do prolongamento e serviços necessários a fazer-me na estrada do Porto de Cachoeiro à de Santa Thereza e abertura definitiva da mesma.

Espero que até o fim do corrente mez, a estrada já estará em condições de dar transito a cargueiros, ainda que com dificuldade, condição essa indispensável não só ao estabelecimento dos imigrantes nos prazos ali medidos (...), como também para que seja possível continuar as medições na dita localidade, e em terrenos compreendidos entre a mesma e a de Santa Thereza e os prazos do lado norte da colônia, já ocupados por imigrantes(...) Colônia Santa Leopoldina.15 de janeiro de 1873 (FUNDO DE AGRICULTURA, LIVRO 7, OFICIO 11).

Os trabalhos de abertura da estrada e medições de lotes realizados na Colônia Santa Leopoldina necessitaram de grande quantidade de mão de obra. Atuaram nessas obras, trabalhadores nacionais e imigrantes alemães, especialmente aqueles que se encontravam estabelecidos em outros pontos da Colônia Santa Leopoldina (FUNDO DE AGRICULTURA, LIVRO 6, OFICIO 192, 20/01/1874). E apesar de não termos encontrado registros é provável que outras nacionalidades tenham trabalhado nas obras do Núcleo Timbuy. Segundo o

contrato assinado pelos imigrantes, os mesmos deveriam trabalhar em seus lotes de terra e também em obras do governo, o que em momentos iniciais de seu estabelecimento representava a única fonte de renda, já que suas terras ainda não estavam produzindo.

Os trabalhos de abertura da estrada para o Timbuy e de medição de lotes de terras se desenvolviam paralelamente. Segundo o discurso do presidente da Província o Dr. João Thomé da Silva, de 10 de setembro de 1873, “Achão-se hoje dois Engenheiros e 4 Agrimensores ocupados no serviço de medição de prazos, que prosseguem com celeridade na direção do Timbuy, onde os terrenos são fertilíssimos” (SILVA, 1873, p.44).

O mesmo documento nos aponta que as obras da estrada de rodagem do Porto Cachoeiro para o Timbuy já estavam bem adiantadas. Sua importância era exaltada pelo presidente Dr. João Thomé da Silva, quando o mesmo afirmava que esta estrada traria grandes vantagens não só para colonos e brasileiros estabelecidos naquela direção, mas também ao comércio que até então só se realizara pela Estrada de Santa Thereza (SILVA, 1873, p.45).

A construção dessa estrada também foi noticiada em jornal da época. *O Espírito-Santense*, de 17 de fevereiro de 1874, em sua página 2, descreveu a estadia de uma autoridade na Colônia Santa Leopoldina e sua visita às obras da estrada:

No dia 10 pela manhã S. Ex.<sup>a</sup> partiu para o Timbuy, onde também examinou a importante estrada, que n'aquella direção se está abrindo, e os prazos dos novos colonos ali estabelecidos, encontram todos com suas derrubadas feitas e mesmo com algum princípio de plantação. Regressou ao Porto do Cachoeiro às 6 da tarde (O ESPÍRITO-SANTENSE, 17/02/1874, p.2).

A estrada do Porto de Cachoeiro ao Timbuy alcançou seu destino em 1874, como apresentado nos relatórios: “Acha-se concluída a estrada do Timbuy, que partindo do porto do Cachoeiro vai até as margens do rio do mesmo nome, nas proximidades da estrada de Santa Thereza’ (BARBOSA, 1874, p.29; MASCARENHAS, 1874, p.18)

Daemon (1879, p.414) apontou que em fevereiro deste mesmo ano de 1874, estava criado o novo núcleo do Timbuy. Contudo é bom lembrar que os trabalhos não estavam encerrados, novas estradas foram abertas, a medição de lotes continuou por mais alguns anos, inclusive em direção ao Rio Doce onde anos mais tarde foi criado o Núcleo Antônio Prado<sup>34</sup>.

Paralelamente, em vários pontos da Colônia Santa Leopoldina estavam sendo feitas construções provisórias que serviriam de alojamento para os novos imigrantes. Estas construções nomeadas normalmente de barracões, em geral apresentavam duas estruturas mais comum. Havia um tipo de barracão com caráter mais provisório, construído com telhado coberto de palha, sem portas e nem assoalho; e outro que se pretendia que tivesse

---

<sup>34</sup> Região pertencente atualmente ao município de Colatina.



permanência maior, com telhado de tabuinhas e assoalhado (FUNDO DE AGRICULTURA, LIVRO 13, p.16).

Em 24 de setembro de 1874, algumas construções provisórias já estavam prontas em vários pontos da Colônia Santa Leopoldina e o Timbuy já contava com quatro barracões para colonos (FUNDO DE AGRICULTURA, LIVRO 13, p.15v). Neste momento o Timbuy já era uma opção para estabelecer imigrantes que chegassem sem que as autoridades locais esperassem, como descrito no documento:

Quanto ao acondicionamento de alguns imigrantes que possam chegar de um momento para outro, existem os depósitos da Suissa, Timbuy e em último caso os de Bragança mesmo. E se vierem as ordens no sentido que se espera dentro de quatro meses já poder-se-ia utilizar de uma parte das novas construções (FUNDO DE AGRICULTURA, LIVRO 13, p.16).

Em 26 de março de 1875, o Timbuy já possuía 106 prazos medidos e nenhum ainda distribuído, com a estrada principal concluída e com os barracões disponíveis esse núcleo era agora a principal opção para receber imigrantes (FUNDO DE AGRICULTURA, LIVRO 13, OFICIO 124).

Apesar da primeira leva de imigrantes destinada oficialmente para o Timbuy ter chegado à localidade em junho de 1875, dois pequenos grupos já haviam se instalado na região antes desta data. Estes chegaram ao Timbuy depois de conturbadas expedições migratórias, conforme indicamos anteriormente. O primeiro grupo se estabeleceu em uma parte do núcleo chamada de Baixo Timbuy, em 1873 e o segundo grupo se instalou em 1874, nas proximidades de onde localizaria a sede do Timbuy.

Mesmo após o estabelecimento das primeiras levas de imigrantes os trabalhos no Núcleo Timbuy continuaram. Em agosto de 1880, o diretor da Colônia Santa Leopoldina, Henrique Laporte, encaminhou orçamento do prolongamento e conclusão de estradas nos núcleos Timbuy e Porto do Cachoeiro para autoridade responsável (FUNDO DE AGRICULTURA, LIVRO 20, ofício 121, 05/08/1880). Vejamos, portanto, de maneira mais detalhada como ocorreram as primeiras expedições migratórias para a localidade do Timbuy.

### 2.3. AS EXPEDIÇÕES MIGRATÓRIAS

Diante do interesse do governo imperial em atrair imigrantes para ocupar terras no Espírito Santo, propagandas foram realizadas, panfletos distribuídos e circulares expedidas para a Europa com a intenção de atrair imigrantes para a Província do Espírito Santo.

Em 1871 o governo dessa Província mandou expedir circular na Europa comunicando que imigrantes poderiam se estabelecer no Espírito Santo, nas colônias de Santa Leopoldina ou Rio Novo e poderiam desembarcar no porto de Vitória (DAEMON, 1879, p.396). Este foi um processo que se desenvolveu no decorrer das últimas décadas do século XIX e no início do século XX, quando ainda observamos registros de entrada de imigrantes europeus no Espírito Santo.

Estabeleceram-se oficialmente no Núcleo Timbuy 4.401 imigrantes originários dos seguintes países: Alemanha, Áustria, Espanha, Líbano, México, Palestina, Polônia, Portugal, Rússia, Síria, Suíça e Itália. Contudo, o destaque ficou para os italianos, com um total de 4.197 imigrantes (PROJETO IMIGRANTES ES, 2014).

Como já pontuamos, os primeiros imigrantes a se estabelecerem no Espírito Santo foram estabelecidos na Colônia Santa Isabel e posteriormente também na Colônia Santa Leopoldina, assim como em outros pontos da província. Todavia os primeiros imigrantes a se estabelecerem no Núcleo Timbuy, não vieram destinados a se estabelecerem nesta localidade. Os polacos, após se revoltarem, em parte foram enviados ao Baixo Timbuy, e alguns imigrantes da Expedição Tabacchi, optaram por se estabelecer no Núcleo Timbuy, ainda em processo de preparação.

Contudo, uma questão deve ser discutida ao se considerar a imigração para o Núcleo Timbuy: apesar de se auto denominarem italianos ou serem chamados popularmente de “imigrantes de cultura italiana” os registros de entrada e nascimento desses imigrantes refletiram a situação vivida por eles em suas regiões de origem. Retomando um dos principais fatores de *push* (repulsão) de migrantes no Norte da Itália, já discutidas no capítulo anterior, as guerras, não só pela unificação, mas também pela delimitação de fronteiras fortaleceram o movimento de expulsão de italianos.

A história da Itália entre os anos 1800 e 1900 foi marcada por numerosos conflitos que levaram a variações territoriais, seja por aquisição seja por cessão de comunas. As variações territoriais das províncias são devidas, então, a comunas que foram definitivamente adquiridas dos Países limítrofes, a comunas que, ao contrário foram cedidas a Estados vizinhos, a comunas que passaram de uma província a uma outra já existente e, enfim a comunas que passaram a constituir novas províncias (CASTIGLIONE, REGINATO, 1997, p.23).

Estas variações territoriais não implicaram imediatamente em mudanças culturais e/ou de pertencimento. Mesmo que a localidade onde determinado grupo morasse pertencesse a outro país, este fato não mudava a percepção e o sentimento de vínculo à nação dado os laços de pertencimento dos mesmos.



Mapa 4 - A Unificação da Itália, 1859-70, com países vizinhos.

Fonte: PARKER, G (editor). Atlas of World History. 2 ed., London: Times Books, 1997. p. 110.

Como podemos observar no mapa 4 o Trentino-Alto Ádige, região de origem de grande parte dos imigrantes ditos italianos que se fixaram no Núcleo Timbuy, estava sob o

domínio do Império Austro-húngaro<sup>35</sup>. Esses domínios e invasões ocorriam frequentemente na Europa do Século XIX, alterando não só as fronteiras geográficas daquele continente mas a vida daquelas populações (FRANCHESCHETTO, 2014, informação verbal). As ameaças constantes diante de um cenário de guerra levou à migração de milhares de italianos desta região.

Esse questionamento entorno da nacionalidade pode ser observado nos registro de entrada de muitos imigrantes, como podemos observar neste caso:



| Piffer |          |       |        |          |           |
|--------|----------|-------|--------|----------|-----------|
| Nomes  |          | Idade | Estado | Religião | Profissão |
| Piffer | Andrea   | 31    | Casado | Catolico | Laureado  |
| "      | Teresa   | 26    | "      | "        | Andara    |
| "      | Giuseppe | 5     | Valt.  | "        |           |
| "      | Luigi    | 2     | "      | "        |           |
| "      | Paola    | 1/2   | "      | "        |           |

Figura 1: Registro de entrada de imigrante.  
Fonte: LIVRO 172, FUNDO DE AGRICULTURA, 1872-1876.

<sup>35</sup> A região ficou sob o domínio Austro-húngaro até 1918, com o fim da Primeira Guerra Mundial, quando a Itália reconquistou a região (PROJETO IMIGRANTES, APEES, 2014).

|                           | Familia | Nome      | Segundo_Nome | País   | Navio   | Ano  |
|---------------------------|---------|-----------|--------------|--------|---------|------|
| <a href="#">Pesquisar</a> | PIFFER  | Valentino |              | Itália | Mohely  | 1876 |
| <a href="#">Pesquisar</a> | PIFFER  | Andrea    |              | Itália | Fenelon | 1875 |

**3 Selezione o Imigrante** - clique em "Pesquisar" para acessar a origem e outros dados do imigrante

 Seleziona l'immigrante - clicca "Pesquisar" per vedere il paese di origine e altri dati dell'immigrante  
 Select the immigrant - click on "Pesquisar" button to get further informations about the immigrant.

|                           | Sobrenome | Nome     | Segundo_Nome | Parentesco | Idade | Pai           | Mãe    |
|---------------------------|-----------|----------|--------------|------------|-------|---------------|--------|
| <a href="#">Pesquisar</a> | PIFFER    | Andrea   |              | Chefe      | 31    |               |        |
| <a href="#">Pesquisar</a> | PIFFER    | Teresa   |              | Esposa     | 26    |               |        |
| <a href="#">Pesquisar</a> | PIFFER    | Giuseppe |              | Filho      | 5     | Andrea PIFFER | Teresa |
| <a href="#">Pesquisar</a> | PIFFER    | Luigi    |              | Filho      | 2     | Andrea PIFFER | Teresa |
| <a href="#">Pesquisar</a> | PIFFER    | Rosa     |              | Filha      | 0     | Andrea PIFFER | Teresa |

Figura 2: Registro de entrada de imigrante.

Fonte: <http://www.apee.es.gov.br/imigrantes/Imigra.aspx> acesso em 12/01/2014.

No primeiro registro (figura 1) realizado no momento da chegada no Porto de Vitória, a Áustria aparece como o país de origem do imigrante Andrea Piffer. No segundo (figura 2) registro disponível no site do APEES, em 2014, a Itália aparece como o país de origem do mesmo imigrante. Essa mudança se justifica pois, os critérios utilizados pelo APEES para as questões relativas à nacionalidade foram “a cultura, o fator étnico-linguístico, sempre quando possível identificá-los, para classificar os imigrantes em seu respectivo país” (FRANCHESCHETTO, 2014, informação verbal).

Assim, como não considerar primeiramente a identidade e a cultura de um povo para determinar sua nacionalidade? “Os historiadores não igualam a identidade étnica ao carimbo da nacionalidade nos passaportes, e novas pesquisas estão sempre retificando dados de efetiva origem geográfica dos emigrantes” (WEBER, 2006, p. 239). O conceito de nação está mais intimamente ligado ao povo que ao Estado. A nação pode ser entendida como um grupo de pessoas unidas por laços naturais, com características em comum tais como, a língua, os costumes, a religião, podendo também ser vista como uma entidade ideológica (BOBBIO et al, 1998, p. 795-8). Desta forma, uma nação pode não ter a autonomia de seu território ou estar sobre o domínio de outra nação. No caso, até a I Guerra Mundial a região do Trento esteve sobre o domínio do Império Austro-húngaro. Entretanto, a região era considerada italiana para seus habitantes, uma vez que prevaleciam a língua e os costumes italianos (BOBBIO et al, 1998, p. 797-8).

Isto posto, não há dúvidas quanto a nacionalidade dos imigrantes originários do Trentino Alto-Ádige que se estabeleceram no Núcleo Timbuy. Um passaporte austríaco não





destinos variados. Dentre as que aceitaram os lotes de terra, 17 famílias, cerca de 80 pessoas, se estabeleceram no Baixo Timbuy (BUSATTO, 2002).

Naquele período os polacos não eram bem vistos pelos demais imigrantes. Por isso optou-se por estabelecê-los em uma área mais distante, onde os mesmos não pudessem ter contato com os demais grupos (FUNDO DE AGRICULTURA, LIVRO 6, Correspondência 104, 26/01/1873, p.50).

É interessante ressaltar que, desde o estabelecimento do grupo, não há outros registros oficiais, dentre os vários documentos analisados nesta pesquisa e nem foi possível localizar qualquer informação sobre ajuda oferecida aos mesmos. Poucos também são os autores que abordam a presença desses imigrantes, dentre eles observamos Tamanini (1980), Busatto (2002) e Grosselli (2008). No romance *Karina*, Virginia Tamanini cita a existência do grupo em certa passagem do texto. Quando os imigrantes italianos ainda estavam trabalhando na estrada<sup>36</sup>, em uma tarde ao preparar o jantar, Karina encontra batatas e abóboras plantadas à beira do caminho e horas mais depois seu marido, Arturo, aparece com um porquinho que havia trocado por vales com alguns polacos que havia encontrado. Esses já se encontravam estabelecidos em casas mais resistentes e elaboradas (TAMANINI, 1980, p.33-5).

De acordo com os acontecimentos históricos já apresentados, o contato descrito no romance pode ilustrar a existência dos polacos, mas o encontro real com imigrantes italianos seria mais difícil dada a distância em que se encontravam. Podemos supor que os polacos, já estabelecidos poderiam ir a Santa Leopoldina ou até às obras das estradas que estavam sendo abertas para vender animais e produtos agrícolas por eles produzidos, ou este contato tivesse acontecido algum tempo depois do descrito no romance. Contudo, é certo que do Baixo Timbuy, onde estavam estabelecidos os polacos, até Santa Leopoldina era necessária uma viagem para compra ou venda de mercadorias. Produtos como sal e querosene só eram encontrados na sede da colônia e os imigrantes precisavam periodicamente deslocarem-se até lá para comprar os artigos que lhes faltava.

Nesse mesmo romance, os polacos são lembrados mais uma vez, no relato da protagonista: “Na zona dos polacos mal notávamos a diferença das estações” (TAMANINI, 1980, p.55). A porção do Timbuy, onde esses se estabeleceram, o antigo Patrimônio dos Polacos, localiza-se em uma região mais quente, bem diferente da sede, onde os invernos são frios e úmidos.

---

<sup>36</sup> Existem controvérsias, quanto a este fato descrito no romance, haja visto que quando os italianos chegaram ao Núcleo a estrada principal já estava aberta. Mas podemos supor que estes imigrantes possam ter trabalhado na abertura da estradas secundárias.

Grosselli (2008, p. 270) também aborda a presença dos polacos, contudo o único autor que escreveu sobre este grupo específico de imigrantes que se estabeleceu no Baixo Timbuy foi Busatto (2002). O autor dedica um trecho de sua obra: Estudos sobre a Imigração Italiana no Espírito Santo, para abordar a presença deles no Timbuy.

Este grupo merece ser lembrado, pois quando nos referimos à configuração do território no Núcleo Timbuy, os polacos foram por alguns anos, o grupo do interior, abaixo do rio Doce estabelecido mais ao norte. Eles foram também os pioneiros, os verdadeiros desbravadores desse território, sua história pouco foi abordada e hoje são raros os registros deixados por esse grupo. No decorrer dos tempos o grupo perdeu parte de sua força cultural ao ser rodeado e mesclado aos milhares de italianos que se estabeleceram na região, dentre eles os oriundos da Expedição Tabacchi.

### **2.3.2. Os imigrantes da Expedição Tabacchi no Timbuy**

Pietro Tabacchi era um italiano da região do Trento, que fugiu para o Brasil em 1851, provavelmente por problemas financeiros (GROSSELLI, 2008, p.170). Em 31 de maio de 1873, o Decreto nº 5.295 autorizou Pietro Tabacchi a introduzir e estabelecer 700 imigrantes alemães, italianos ou do norte da Europa em sua fazenda no município de Santa Cruz (DAEMON, 1879, p. 408).

No dia 21 de fevereiro de 1874, Pietro Tabacchi chegou a Vitória com o navio Sophia, trazendo a bordo 386 imigrantes da região do Tirol italiano, para os estabelecerem na fazenda Nova Trento, em Santa Cruz (DAEMON, 1879, p. 414-5). Esta expedição foi um marco da imigração italiana brasileira, sendo considerada a primeira migração em massa de italianos para o Brasil (GROSSELI, 2008). Esta data ganhou maior reconhecimento pela lei nº 11.687, de 2 de junho de 2008, que institui o dia 21 de fevereiro como o “Dia do Imigrante Italiano” em todo o território nacional.

Pouco tempo depois os imigrantes já estavam estabelecidos na fazenda Nova Trento. Contudo, não ficaram satisfeitos com as condições de moradia e trabalho que lhes foram proporcionadas. Dentre as principais reclamações estavam a má qualidade das terras, a distância do local de hospedagem e as péssimas condições desta (BARBOSA, 1874, p.2). No dia 14 de março os colonos já haviam se revoltado contra o fazendeiro Pietro Tabacchi, sendo



necessário nos dias seguintes, inclusive, a intervenção policial (BARBOSA, 1874, p.2). O contrato foi rescindido e a paz retornou à fazenda Nova Trento. Porém este foi um golpe muito forte para Tabacchi, que faleceu em 21 de junho depois que seus problemas de coração foram agravados pelo desgosto (BARBOSA, 1874, p.2; DAEMON, 1879, p.418)

Quanto aos imigrantes, esses tiveram destinos diferentes. Alguns voltaram para a Itália; outros migraram para o Sul do Brasil; outros se estabeleceram em diversos pontos da Província do Espírito Santo. Um ofício encaminhado pelo presidente da província do Espírito Santo para o Ministro da Agricultura confirma o estabelecimento de imigrantes dessa expedição em Vitória e na Colônia Santa Leopoldina.

Comunicamos a V. Ex.<sup>a</sup> que dos imigrantes vindos da Colônia de Pedro Tabacchi, apenas seguirão para a de Santa Leopoldina 58 e os outros que se achão nesta Capital, os quaes tem recebido agasalho e comedoria até hoje, a conformidade com as ordens de V. Ex.<sup>a</sup> acabão de declarar que não seguem para a referida colônia, o que levamos ao conhecimento de V. Ex.<sup>a</sup>. Afim de que V. Ex.<sup>a</sup> resolva a semelhante respeito, aguardando nós as ordens que V. Ex.<sup>a</sup> se digne transmitir-nos.

Deus guarde a V. Ex.<sup>a</sup>.

Victória 6 de junho de 1874.

Exmo. Im. Cel. Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas

Presidente desta Província (FUNDO DE AGRICULTURA, LIVRO 65, 06/06/1874).

Na data de 6 de junho de 1874, após terem se estabelecido por um período em Vitória, capital da província, é informado que cinquenta e oito imigrantes italianos seguiram para Santa Leopoldina. Como confirmaremos a seguir, grande parte desses imigrantes seguiu para o Núcleo Timbuy, onde se estabeleceram antes mesmo da abertura oficial deste núcleo colonial, que ocorreria no ano seguinte. Esse grupo era composto de aproximadamente 18 famílias e 7 indivíduos que migraram sozinhos (tabela 1).

Tabela 1 - Imigrantes da Expedição Tabacchi que se estabeleceram no Núcleo Timbuy

| Nº   | Imigrante            | Data que se estabeleceu no Timbuy | Origem              | Idade | Nº de componentes da família |
|--|----------------------|-----------------------------------|---------------------|-------|------------------------------|
| 1  | Simone Bortolotti    | 15 de junho de 1874               | Trentino-Alto Ádige | -     | 7                            |
| 2  | Leonardo Comper      | 15 de junho de 1874               | Trentino-Alto Ádige | 47    | 9                            |
| 3  | Domenico Giacomozzi  | 15 de junho de 1874               | Trentino-Alto Ádige | -     | 7                            |
| 4  | Francesco Merlo      | 15 de junho de 1874               | Trentino-Alto Ádige | 26    | 6                            |
| 5  | Giuseppe Paoli       | 15 de junho de 1874               | Trentino-Alto Ádige | 29    | 5                            |
| 6  | LazzaroTonini        | 15 de junho de 1874               | Trentino-Alto Ádige | 47    | 13                           |
| 7  | Sebastiano Zamprogno | 15 de junho de 1874               | Vêneto              | 57    | 13                           |
| 8  | Pietro Piovesan      | 15 de junho de 1874               | Vêneto              | -     | 3                            |
| 9  | Giovanni Cappelletti | 07 de julho de 1874               | Trentino-Alto Ádige | -     | 7                            |
| 10   | Paolo Casotti        | 07 de julho de 1874               | Trentino-Alto Ádige | 50    | 10                           |
| 11   | Paolo Damaso         | 07 de julho de 1874               | Trentino-Alto Ádige | -     | 4                            |
| 12   | Giovanni Delana      | 07 de julho de 1874               | Trentino-Alto Ádige | -     | 1                            |
| 13   | Luigi Giuliani       | 07 de julho de 1874               | Trentino-Alto Ádige | -     | 1                            |
| 14   | Sebastiano Ladini    | 07 de julho de 1874               | Trentino-Alto Ádige | -     | 3                            |
| 15   | Costante Margoni     | 07 de julho de 1874               | Trentino-Alto Ádige | -     | 1                            |
| 16   | Giuseppe Merlo       | 07 de julho de 1874               | Trentino-Alto Ádige | -     | 1                            |
| 17   | Paolo Merlo          | 07 de julho de 1874               | Trentino-Alto Ádige | -     | 1                            |
| 18   | Domenico Passamani   | 07 de julho de 1874               | Trentino-Alto Ádige | 39    | 6                            |
| 19   | Giuseppe Tesainer    | 07 de julho de 1874               | Trentino-Alto Ádige | -     | 4                            |
| 20   | Domenico Verones     | 07 de julho de 1874               | Trentino-Alto Ádige | -     | 1                            |
| 21   | VicenzoVerones       | 07 de julho de 1874               | Trentino-Alto Ádige | 26    | 1                            |
| 22   | Francesco Bassetti   | 12 de fevereiro de 1875           | Trentino-Alto Ádige | 40    | 8                            |
| 23   | Valentino Perotti    | 12 de fevereiro de 1875           | Trentino-Alto Ádige | 19    | 4                            |
| 24   | Giovanni Romagna     | 12 de fevereiro de 1875           | Trentino-Alto Ádige | 48    | 9                            |
| 25   | Abramo Zurlo         | 12 de fevereiro de 1875           | Trentino-Alto Ádige | 39    | 10                           |
| TOTAL DE IMIGRANTES ESTABELECIDOS NO NÚCLEO TIMBUY |                      |                                   |                     |       | 135                          |

Fonte: Tabela construída a partir de informações do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, disponível em <http://www.ape.es.gov.br/imigrantes/> acesso em 09/04/2014; PROJETO IMIGRANTES, 2014.

Esta tabela nos fornece algumas informações importantes. Os imigrantes da Expedição Tabacchi se estabeleceram no Núcleo Timbuy em três momentos diferentes, dois grupos em 1874 em 15 de junho e 07 de julho, e o terceiro grupo em fevereiro de 1875. Observamos uma predominância de famílias em comparação a imigrantes solitários. Com mais de 100 imigrantes italianos vivendo no Timbuy ainda em 1874, podemos afirmar que ali já tínhamos constituída uma comunidade.

Alguns autores já haviam abordado o estabelecimento dos imigrantes da Expedição Tabacchi no Timbuy com fontes baseadas em relatos orais. Müller (1925, p.9), no cinquentenário de Santa Teresa, escreveu: “o que é certo é que no ano de 1874, embrenhou-se pelas florestas do Rio Timbuy, um corajoso grupo de fugitivos”, fazendo referência aos imigrantes da Expedição Tabacchi”. Novaes (1980) afirmou que “Alguns imigrantes revoltaram-se, a 17 de março; abandonaram o núcleo e embrenham-se na floreta do Timbuy, através de uma estrada primitiva, que o Governo Provincial mandara abrir, a fim de comunicar o litoral com a estrada de Santa Thereza” (NOVAES, 1980, p.17). Complementando, Biasutti (2005) afirmou que em 19 de março de 1874:

Um grupo de italianos foge da colônia Tabacchi embrenhando-se pela floresta, em direção à nascente do Rio Timbuy. (...) Encontram os trabalhadores da imigração oficial, inclusive os barracões preparados para recolher a imigração patrocinada pela Província do Espírito Santo (fato que se daria em 1875) (BIASUTTI, 2005, p.15).

Refletindo sobre estes fatos podemos indicar: primeiro, seria muito pouco provável que alguém se embrenhasse em uma mata sem direção. Tratavam-se de famílias, em alguns casos com crianças. Segundo, se os imigrantes abandonaram o núcleo em 17 de março de 1874 e segundo os registros do Projeto Imigrantes ES (2014), os primeiros italianos teriam se estabelecido no Timbuy em 15 de junho de 1874, onde teriam se alojado durante este período?

O ofício de 06/06/1874<sup>37</sup> do livro 65 do Fundo de Agricultura, indica que parte desses imigrantes se dirigiram para Vitória e depois para a sede da Colônia Santa Leopoldina. Somente depois se dirigiram para o Núcleo Timbuy, onde se alojaram primeiramente nos barracões construídos para receber os ‘novos’ imigrantes. O documento apresentado não descreve a trajetória de todos os imigrantes da Expedição Tabacchi que se estabeleceram no Timbuy. Contudo a página 10 desse mesmo livro 65 do Fundo de Agricultura (Anexo C) apresenta uma nota que lista imigrantes italianos vindos da Expedição Tabacchi que se estabeleceram em Santa Leopoldina, com data de 15/06/1874, com alguns nomes que coincidem com a lista apresentada por Müller (1925)<sup>38</sup> como a dos primeiros imigrantes que se estabeleceram no Núcleo Timbuy.

Esses primeiros imigrantes italianos que se instalaram no Timbuy residiram primeiramente em Valsugana Velha, a poucos quilômetros de onde viria a ser a sede do novo núcleo (BIASUTTI, 2005, p.17). Sobre este grupo Grosselli (2008) afirmou que os colonos oriundos da Colônia iniciada por Tabacchi “foram para Santa Leopoldina, estabeleceram-se no Núcleo Timbuy ainda em formação, em uma localidade que chamaram Valsugana (que em seguida foi denominada Valsugana Vecchia, quando muitos deles se transferiram para outra zona do mesmo núcleo, denominada Valsugana Nova) (GROSSELLI, 2008, p.198).

Esta afirmação de Grosselli (2008) nos apresenta não só a localização inicial, mas também onde teriam se estabelecido alguns desses imigrantes após receberem seus lotes de terra. A partir da análise de documentos (Tabela 2) da citada comunidade de destino só confirmamos a presença de Sebastiano Zamprogno e sua família, e pelo menos no momento inicial da fundação de Nova Valsugana, não foram registrados outros imigrantes.

---

<sup>37</sup> Apresentado na página 86.

<sup>38</sup> Paolo Casotti, Francesco Bassetti, Bernardo Comper, Lazaro Tonini, Giuseppe Paoli, Daniele Palauro, Abramo Zurlo.

Tabela 2: Primeiros moradores de Nova Valsugana.

| <b>Primeiros moradores de Nova Valsugana</b> |                      |
|--|----------------------|
| <b>6 de abril de 1879- Santa Teresa-ES</b>   |                      |
| Santo Bottassi                               | Paolo Zottelle       |
| Emilio Romagna                               | Paolo Montibeler     |
| Giuseppe Dallapicola                         | Sebastiano Zamprogno |
| Domenico Gozzer                              | Pietro Costa         |
| Domenico Gasperazzo                          | Giordano Dalmaso     |
| Giovanni Angeli                              | Angelo Valandro      |
| João Bendel                                  | João Souza           |
| Paolo Paoli                                  | Giorgio Martinelli   |
| Antonio Rosi                                 | Giovanni Paoli       |
| Antonio Zanetti                              | Mateo Dalpiva        |
| Vitorio Piva                                 | Angelo Armelini      |
| Mansueto Dalcolmo                            | Giocondo Cetto       |
| Francesco Rover                              | Fedele Martinelli    |

Fonte: Acervo da Comunidade de Nova Valsugana.

É inquestionável a presença de imigrantes remanescentes da extinta Colônia Nova Trento, de Pietro Tabacchi, no Núcleo Timbuy (BUSATTO, 1995). O fato também fora registrado em correspondência no Livro 13 do Fundo de Agricultura do APEES, de 24 de setembro de 1874:

Para o Norte estendem-se até o Rio Doce, creio que a uma distância provável de 4 a 5 léguas contadas da parte já colonizada da estrada de Santa Thereza e onde atualmente estão agrupando-se os italianos, evidente que prolongar a Colônia nessa direção a ganhar o Rio Doce seria de vantagens reais (FUNDO DE AGRICULTURA, LIVRO 13, 24/09/1874).

Este documento, nos fornece ainda a localização aproximada de onde se estabeleceram os imigrantes e aponta para as vantagens de continuar e aumentar a colonização em direção ao Rio Doce. Em outro ponto do mesmo Livro de Correspondências, temos:

Cachoeiro de Santa Leopoldina 17 de novembro de 1874.  
 Ao diretor da Secretaria da Agricultura Comercio e Obras Públicas remetendo a pretensão de uma família de italianos que para esta Colônia se querem emigrar. Tendo essa diretoria em suas mãos um abaixo assinado de cem famílias de italianos tirolezes que desejão emigrar para esta colônia e pretendem estabelecer-se juntamente com seus parentes no Timbuy, mas que por intermédio dos mesmos solicitarão um prospecto dos favores aqui concedidos aos emigrantes, a fim de poderem resolver definitivamente sobre sua vinda, rogo a V<sup>a</sup> S<sup>a</sup> para que solicite de V<sup>a</sup> Excelência o Sr Ministro da Agricultura Comercio e Obras Públicas, a solução do pedido feito ao mesmo em officio n<sup>o</sup> 22 de 6 de (ilegível), tendo na consideração que possa merecer e dirigir a V S<sup>a</sup>, sob o n<sup>o</sup> 33 de 7 do mesmo. Como V S<sup>a</sup> sabe a emigração de Tirolezes, Austríacos e Italianos para o Brasil, pode dizer a começar apenas com os colonos vindos por Pedro Tabacchi em Nova Trento. Os ensaios não

foram do mais feliz agouro, no entanto dos que para aqui vierão já muitos estão estabelecidos e segundo todas as probabilidades os que vierem de hoje em diante, já encontrando um núcleo de parentes e patrícios, com muito mais facilidade se fixarão. (...) Assinado o Diretor interino Pedro Albuquerque Rodrigues. (Grifo nosso) (FUNDO DE AGRICULTURA, LIVRO 13, p.25).

Além da confirmação da presença dos italianos que vieram com Tabacchi e estabeleceram-se no Timbuy, temos aqui a indicação para o início de um fluxo migratório, com famílias que pretendiam emigrar para estabelecerem-se junto a seus parentes e conterrâneos, reafirmando a teoria das redes migratórias apresentada no capítulo anterior, ou seja, após estabelecido um fluxo migratório o deslocamento, o estabelecimento e adaptação no novo território é facilitada.

Apesar de confirmada a presença desse grupo de aproximadamente 135 imigrantes da Expedição Tabacchi no Timbuy, a abertura oficial do núcleo foi reconhecida somente em 1875, quando no início de junho chegaram ao Núcleo os imigrantes do navio Rivadavia. No dia 26 de junho de 1875 o agrimensor Franz Von Lipp realizou o sorteio dos lotes de terras para os imigrantes. Sendo esta a data oficial de fundação do Núcleo Timbuy e da atual cidade de Santa Teresa-ES<sup>39</sup> (MÜLLER, 1925; NOVAES, 1980). Nos anos seguintes mais levas de italianos se estabelecem na região dando início a configuração inicial daquele território. Cabe agora pontuarmos rapidamente sobre as expedições seguintes que se destinaram ao Timbuy.

### **2.3.2. Os Imigrantes dos navios Rivadavia, Fenelon e outras expedições**

Os imigrantes do navio Rivadavia foram os primeiros oficialmente destinados ao Núcleo Timbuy e a chegada dos mesmos foi tida como o símbolo da abertura oficial deste empreendimento colonizatório. Partindo de Havre em 17 de abril de 1875, o Rivadavia trouxe seus passageiros até o Rio de Janeiro. Após cumprirem alguns dias de quarentena nessa cidade os imigrantes seguiram para Vitória em dois navios menores, o Ceres e o Bahia (BUSATTO, 1995).

Estes imigrantes desembarcam em 2 de junho de 1875 e chegaram a sede da Colônia Santa Leopoldina por meio de pequenas embarcações via rio Santa Maria da Vitória. Dali até o Núcleo Timbuy, os imigrantes seguiram a pé pela estrada aberta anteriormente. Depois de

---

<sup>39</sup> 26 de junho é feriado municipal em Santa Teresa, sendo comemorado o dia do município, em lembrança do dia que foram entregues os primeiros lotes de terras para os imigrantes italianos.

quase dois meses de uma exaustiva viagem os imigrantes chegaram ao Núcleo Timbuy, onde em 26 de junho receberam seus lotes de terra.

No final de 1875 um segundo navio chegou a Vitória e apesar de alguns imigrantes seguirem para outras localidades, a grande maioria se instalaria no Núcleo Timbuy. Era o vapor Fenelon que chegou a capital da Província em 25 de dezembro de 1875, procedente de Havre, trazendo a bordo 406 imigrantes italianos (MASCARENHAS, 1876, p. 9).

No ano de 1877 chega a Vitória o vapor Colômbia, procedente de Genova e trouxe a bordo 273 italianos destinados ao Núcleo do Timbuy (DAEMON, 1879, p.444). Mas estes não foram os únicos navios com imigrantes destinados a esse núcleo de colonização, podemos citar ainda: Os Pulcevere, Ádria, Mohely, Werneck, Maria Pia e Matteo Bruzzo. (GROSSELLI, 2008; RUSCHI, 1976; MÜLLER, 1925; BIASUTTI, 1994; NOVAES, 1980; BUSATTO, 1995).

Além dos navios citados, observamos outros como o Isabella, no qual em 1877 vieram os imigrantes italianos Pietro e Bartolomeu Milanesi, fundadores da comunidade Milanesi no Baixo Timbuy. Já no final do século XIX, o navio Las Palmas trouxe a bordo o imigrante Bernardo Sancio e sua família, que se estabeleceram inicialmente na comunidade do Caravaggio<sup>40</sup>.

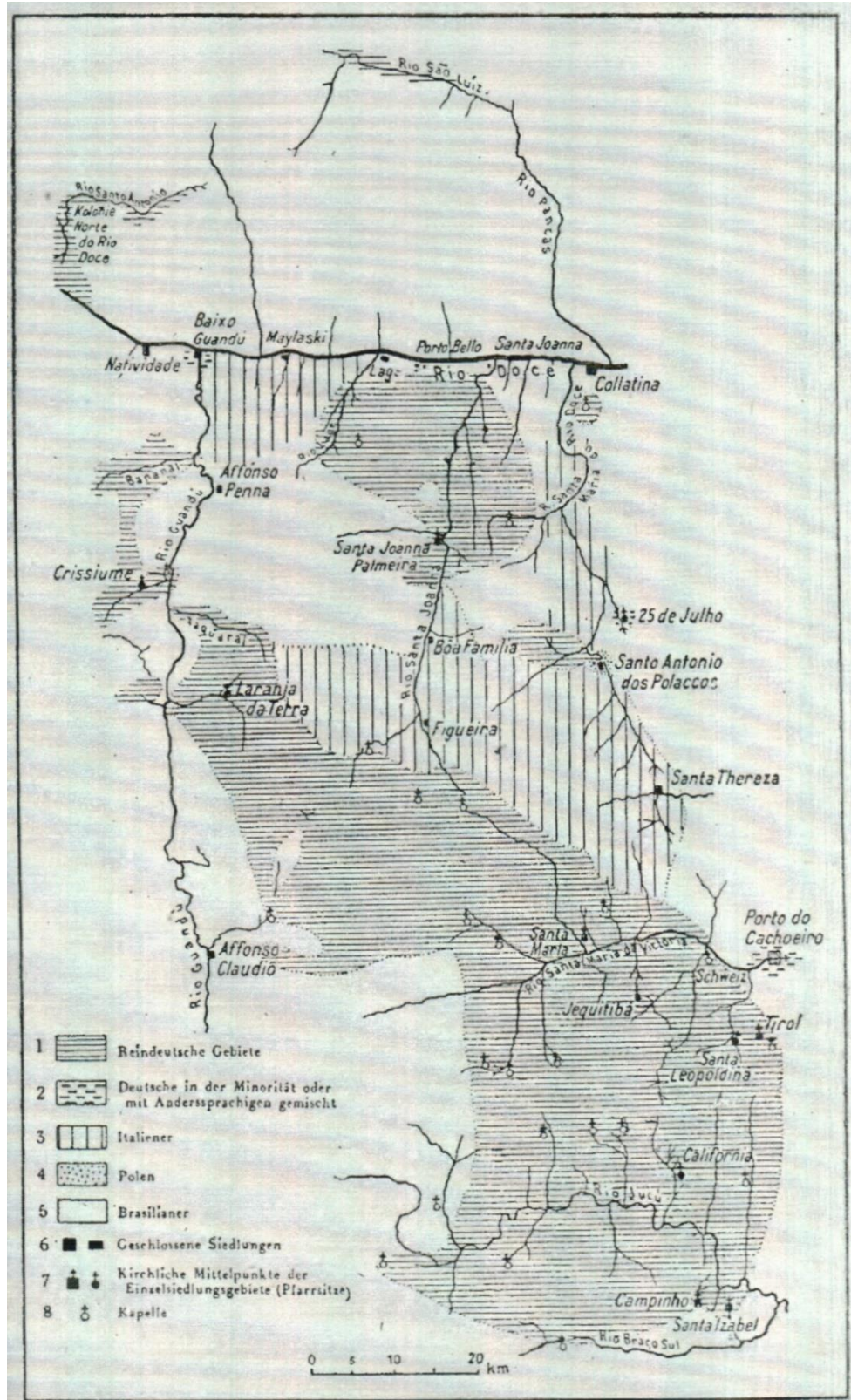
É importante destacar que as principais remessas de imigrantes italianos para o Espírito Santo, e conseqüentemente para o Núcleo Timbuy, aconteceram com maior intensidade até 1895-6 (BUSATTO, 1998, p. 307). Contudo observamos a chegada de imigrantes italianos no final da década de 1920 (AG, 2012, informação verbal).

Com a chegada de mais levas de imigrantes europeus, novas áreas para além da Colônia Santa Leopoldina e do Núcleo Timbuy foram ocupadas, alcançando o Rio Doce nas proximidades dos anos 1900.

“Os imigrantes assentados em Santa Teresa cobriram todo o alto vale Timbuy e vales afluentes e se desdobraram em direção ao Baixo Timbuy e para o Santa Maria do Rio Doce que, por sua vez, orientou o povoamento para o norte na área de Colatina” (DADALTO, 2009, p.47-8). Este movimento pode ser observado no mapa 5.

---

<sup>40</sup> Informações obtidas em trabalho de campo, entrevistas e consulta ao site do Projeto Imigrantes: <http://www.ape.es.gov.br/imigrantes/Imigra.aspx> em 13/05/2014.

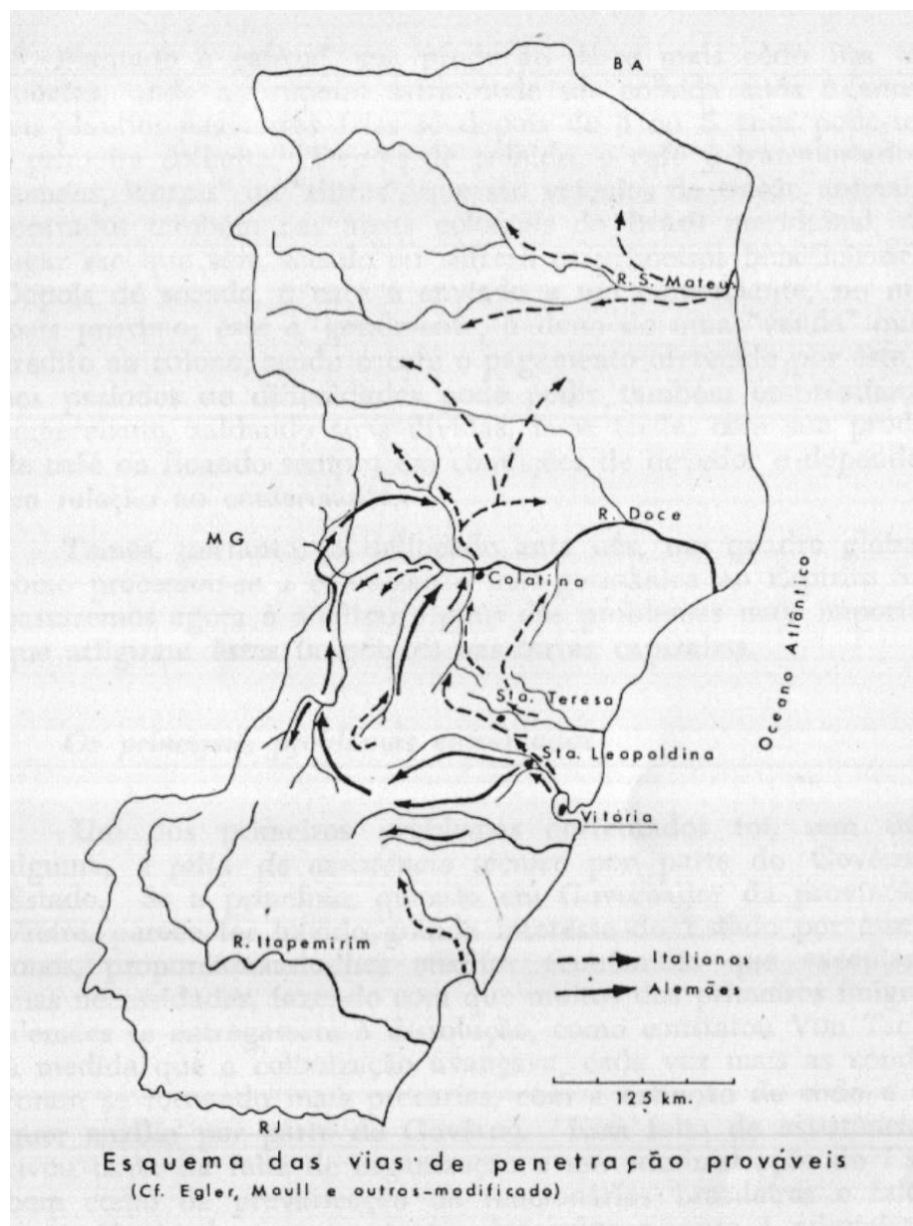


Mapa 5 – Distribuição geográfica de imigrantes no Espírito Santo segundo nacionalidade.  
 Legenda: 1- Regiões com predominância de alemães; 2- Alemães em minoria ou em mistura com outras nacionalidades; 3- Italianos; 4- Poloneses; 5- Brasileiros; 6- Povoados; 7- Sede religiosa de núcleo de povoamento (residência de pastor); 8- Capela.

Fonte: Organizado por Otto Maull, EGLER, 1962, p.161.



Em suma, a partir da expansão da Colônia Santa Leopoldina, desenvolveu-se o Núcleo Colonial do Timbuy, tendo como sede a vila de Santa Teresa. Este foi um importante núcleo de colonização italiana no Espírito Santo. O mapa 5 também nos apresenta a localidade fundada pelo imigrantes polacos ainda em 1873, a antiga Santo Antônio dos Polacos ou Patrimônio dos Polacos, no Baixo Timbuy. Destaca também a presença de alemães na comunidade 25 de Julho. A imigração avançou como uma onda e após descer o Vale do Canaã, seguiu nas margens do Rio Santa Maria do Doce alcançando o Rio Doce (mapa 6).



Mapa 6 – Esquema das vias de penetração prováveis  
Fonte: Abreu, 1976, p. 93.



O mapa 6 demonstra as vias de penetração dos imigrantes italianos e alemães no território espírito-santense, do qual destacamos a rota percorrida pelos imigrantes italianos que ocuparam o Núcleo Timbuy/Santa Teresa. Resta-nos detalhar, por fim, como se estruturou o Núcleo Timbuy após a chegada dos imigrantes.

### **3. A CONFIGURAÇÃO DO NÚCLEO TIMBUY: OS ITALIANOS E A INSTAURAÇÃO DE UMA DINÂMICA TERRITORIAL**

O governo do Espírito Santo pretendia ocupar o interior dessa província e substituir a Mata Atlântica por lavouras e povoações, o que de fato ocorreu mediante sucessivos projetos coloniais. O processo foi iniciado em 1847, com a Colônia Santa Isabel, conforme vimos no capítulo anterior. Entretanto, o governo continuou despreparado para receber inúmeras levas de imigrantes, repetindo vários erros cometidos anteriormente. Além de questões técnicas, há que se considerar outras, de cunho político, como a intensa rotatividade de presidentes de Província que acabou por dificultar a sequência dos projetos propostos pelo Governo. Soma-se a esse panorama, a própria estrutura administrativa precária que por vezes também dificultou a vida dos imigrantes, mas acabou por contribuir, em alguns casos, uma vez que com a falta de organização contábil fez com que algumas das dívidas dos colonos fossem esquecidas (GROSSELLI, 2008, p.202). De qualquer modo, faltava ao imigrante o mínimo de estrutura, tornando o sonho de conquistar seu próprio lote de terra, um período de longos martírios. As dificuldades e privações iniciaram-se durante a viagem para o Brasil e continuaram por muitos anos após o estabelecimento no núcleo colonial.

Os imigrantes se estabeleceram em um Núcleo que possuía como estrutura somente estradas pouco melhores que picadas, alguns barracões que lhes serviram de abrigo nos meses iniciais e a demarcação dos lotes, sendo que estes estavam inteiramente cobertos pela floresta. “Era uma comunidade nova que se estruturava, sem passado” (GROSSELLI, 2008, p. 266). Fato que de início ocasionou muitas privações. Todavia, mais tarde, esse território inicialmente tão precário permitiu aos imigrantes reproduzirem nas serras e vales do Timbuy parte da configuração territorial e da arquitetura italiana. Sem uma estrutura inicial, importante, tudo poderia ser constituído a partir do trabalho dos imigrantes e do contato com outros povos, que mesmo em número reduzido instalavam-se no Núcleo Timbuy. Lembrando sempre que, todo esse processo era supervisionado pelo Estado.

O percurso que nos propomos neste capítulo é uma tarefa difícil. Buscamos neste momento encontrar a dinâmica de uma formação em meio ao mito da chegada dos imigrantes, amplamente propagada por seus descendentes e que ainda vigora na comunidade como um todo, em contraponto a documentação oficial produzida pelo governo do Espírito Santo. Ambas as fontes apresentam brechas interessantes que buscaremos percorrer a fim de desvelar uma dinâmica da instituição desse novo território, o Núcleo Timbuy.

Até o início do século XIX, as terras do interior do Espírito Santo como um todo, funcionavam como uma barreira natural que protegia a região aurífera de Minas Gerais. Ao iniciarem os projetos de governo que previam ocupação de terras, como já citamos anteriormente no capítulo 2, destacaram-se os esforços na abertura da estrada de Santa Thereza, a instalação do Quartel do Timbuy e a abertura da Colônia Santa Leopoldina. Posteriormente, o projeto colonizador teve sequência com os trabalhos de abertura da estrada do Porto do Cachoeiro de Santa Leopoldina para o Timbuy, a demarcação de lotes e a construção de barracões para receber imigrantes. Nesse processo de aproximadamente três décadas, toda essa região sai de uma situação de total desconhecimento e falta de domínio do território por meio do Estado para uma nova fase. Neste segundo momento pretendia-se que esse fosse um território de promessa, que deveria ser apropriado num esforço que envolveu vários níveis governamentais. Buscou-se na ocupação de terras devolutas com imigrantes europeus, contribuir de forma marcante para o desenvolvimento dessa Província.

Esse capítulo também enfoca a dinâmica de vários movimentos que se entrecruzam: os italianos que saem da Itália e cruzam o oceano; o encontro deles com uma natureza exuberante que, para o governo, já era considerado um território dominado; as ações governamentais que criaram o território enquanto cópia fiel de uma planta cartográfica e tentaram mantê-lo sob controle mediante os vários critérios de título de posse da terra (lotes); o movimento dos colonos que se estabeleceram e moldaram o território, gradativamente, à sua maneira, pedindo a revisão de medições, trocando, vendendo e comprando lotes, chamando familiares e amigos que chegavam e se avolumavam requerendo lotes a uma velocidade maior do que aquela empreendida pelos poucos agrimensores poderiam demarcar; as fronteiras do núcleo que passaram a ser usadas como válvula de escape para a pressão que se estabelece, visto que nem todos tinham lotes para receber; a complexa linha de tensão entre os imigrantes que ao mesmo tempo que auxiliavam os recém-chegados exigiam que os mesmos trabalhassem para seus acolhedores. Enfim, temos o desafio de encontrar em relatos lineares e documentos oficiais os conflitos e os entraves de um início nada fácil. Começamos esse longo percurso pela viagem dos italianos para o Brasil até sua chegada no Núcleo Timbuy.

### 3.1. A VIAGEM MIGRATÓRIA DA ITÁLIA PARA O NÚCLEO TIMBUY

Inicialmente devemos pontuar que a desterritorialização do território italianos e a viagem migratória não aconteceu num mesmo período para todos os imigrantes. Este movimento foi acontecendo no decorrer de décadas. Dessa forma, enquanto algumas famílias imigrantes já estavam reterritorializadas, concomitantemente, iniciava-se um processo de encorajamento para que amigos e parentes também realizassem a migração. Assim, enquanto alguns grupos venciam os desafios no novo território, dentre os quais o perigo da floresta, outros tantos grupos venciam as dificuldades no Trento e por lá permaneciam mais algum tempo, lançando-se a este movimento em diferentes momentos. Portanto, estamos diante de um processo dinâmico no qual a primeira leva de italianos destinada ao Timbuy chegou em 1875, mas outros grupos integram-se ao movimento migratório até a década posterior a I Guerra Mundial (AG, 2012).

Muito antes de iniciarem a viagem, sem volta<sup>41</sup>, para o Núcleo Timbuy, milhares de italianos passaram por um complexo processo de desterritorialização. Ou seja, segundo Saquet (2003, p. 39) estavam perdendo seu território de origem. Como já discutimos anteriormente, muitos fatores aturam neste processo: as guerras; o fracionamento das propriedades rurais; as enchentes que destruíram os solos, além dos altos impostos e dos novos valores capitalistas que estavam chegando às comunidades camponesas.

Todo esse movimento de desterritorialização pode ser explicado como um abandono do território (HAESBAERT, 2007, p.127). Assim neste primeiro momento, diante dos obstáculos enfrentados no território de origem e das oportunidades expostas por agenciadores enviados pelo governo brasileiro, inúmeros italianos passaram a vislumbrar a possibilidade de se estabelecerem em um novo território. Ressaltamos que, à medida que a experiência migratória se concretizava para muitas famílias, criou-se uma rede de informações que ajudou no deslocamento de novos contingentes populacionais, como expressamos no capítulo I. As saídas de migrantes italianos eram maiores nos meses do inverno europeu, quando os trabalhos rurais ficavam praticamente paralisados (NAGAR, 1995, p.57).

---

<sup>41</sup> Nas entrevistas realizadas com descendentes de imigrantes italianos não foi observado nenhum caso de retorno de famílias à Itália. Contudo, o historiador Luiz Busatto (2014, informação verbal) relatou que parte de sua família retornou à Itália. A família do historiador não se estabeleceu inicialmente no Timbuy, mas é possível que da mesma forma, algumas famílias estabelecidas no núcleo colonial em estudo possam ter retornado ao país de origem.

Uma vez tomada a decisão de migrar, iniciava-se a viagem. Com poucas malas, algumas ferramentas, utensílios domésticos, roupas pessoais e de cama, eles embarcaram rumo a América, neste caso, rumo ao Núcleo Timbuy. Alguns imigrantes vieram em busca de familiares. Em muitos casos o reencontro acontecia, em outros não. Temos ainda casos de imigrantes que pretendiam se estabelecer em outro ponto do país mas acabaram se estabelecendo no Timbuy. O entrevistado GF (2012, informação verbal) relatou que sua família pretendia se estabelecer em São Paulo, mas o navio que eles vieram parou em Vitória e seus familiares foram obrigados a seguirem junto com os demais imigrantes para o Timbuy.

O fato é que a viagem começava antes do embarque no navio. De suas comunidades de origem até o porto percorria-se muitas vezes longas distâncias. O senhor Pietro Rasselì e sua esposa Órsola Prada iniciaram sua viagem na estação de trem de Levico, no Trento, e seguiram de trem até Porto de Havre (França), onde partiram no navio “Rivadavia” (RASSELLI, s/d, p.26). A maioria dos embarques aconteceu nos portos italianos, principalmente em Gênova (figura 3), outros em Veneza (CAVATI,1973, p.18). Há também relatos de embarques na França (BIASUTTI, 1994, p.56; RASSELLI, s/d, p.26). Muitos embarques ocorreram de forma ilegal o que levou inúmeros imigrantes a se estabelecerem no Núcleo Timbuy sem registro de entrada.



Figura 3 - Navio de imigrantes no Porto de Genova  
Fonte: Acervo Quality Produtora.

De um modo geral, os navios partiam superlotados e as viagens eram o primeiro sofrimento que os imigrantes enfrentavam. Longas e com pouco ou nenhum conforto, não faltam histórias de pessoas que passaram mal ou até morreram durante a travessia do Atlântico. Ocorreram também casos de partos, realizados em condições insalubres e desumanas (CAVATI, 1973, p.18; MORAES, 1981, p. 37-9).

Luiz Antônio Rasseli, no livreto que conta a história da família Rasseli, descreveu o parto de sua nona<sup>42</sup> durante a travessia do Atlântico: “Um feito marcante aconteceria ainda no meio da viagem para os Rasseli. A nona Órsola, grávida, não esperou chegar em terra firme para aumentar a prole. Em pleno Oceano Atlântico, (...) nasceria (...) uma valente menina” (RASSELLI, s/d, p.27).

Nas entrevistas realizadas em campo, os filhos e netos de imigrantes indicaram que as viagens duravam entre 45 dias na década de 1870 a 29 dias na década de 1890 (FELLER, 2014, informação verbal; SANCIO, 2014, informação verbal; NOVELLI, 2014, informação verbal; CAPPELLETTI, 2014, informação verbal). “A passagem. Agora não sei quanto era. Mas eles gastaram quarenta e cinco dias e quarenta e cinco noites” (MONTIBELLER, 2014, informação verbal).

As embarcações eram inadequadas e carregadas de imigrantes na parte superior; levando também animais que serviriam de comida (GROSSELLI, 2008, p. 299). As viagens eram desgastantes e era frequente a falta de água e comida nos navios, além da deterioração de parte dos alimentos. No romance *Karina*, as personagens Landa e Karina descreveram também a sujeira do navio.

\_Pena esse navio tão velho e sujo a violentar a beleza do que Deus criou!

Landa concordou:

\_Sujo, mesmo!

\_E a falta d'água? Acrescentei. \_ Não consegui ainda, desde que partimos, lavar minha cabeça (TAMANINI, 1980, p.17).

Grosselli (2008, p. 299) transcreveu o relato de um colono italiano (A. Broetto) que se estabeleceu no Timbuy:

Muitas vezes eu comi pouco para guardar um pouco de pão para os meus filhos, porque muitas vezes [tentei] comprar um pão com dinheiro na mão, mas [era] impossível obtê-lo. Ah, a dor de um pai que ouve o choro de seus filhos que pedem pão, e ter dinheiro na mão e não poder comprar um pão para saciar a fome dos próprios filhos”.

A falta de alimentos e de água para a higiene pessoal transformaram os dias de viagem em dias de sofrimento. Dentre os casos de pessoas que passaram mal durante esse trajeto, temos o

---

<sup>42</sup> Designação utilizada por descendentes de italianos para chamar as avós.

relato de Mercedes Sancio (2014, informação verbal) cuja bisavó viajou grávida: “(...) ela passava muito mal. Porque sentia enjojo. Ela estava enjoada e eles até acharam que ela não ia aguentar a viagem, mas enfim aguentou. Diziam que ela ficou magrinha, magrinha”.

Era bastante comum também a morte de pessoas durante a viagem. Estima-se em torno 3,5% de mortos durante a travessia (GROSSELLI, 2008, p. 299). Os mortos eram então colocados em sacos e lançados ao mar. Esse fato também foi relatado com certo sofrimento pelos descendentes (FELLER, 2014, informação verbal). Além da perda de um parente ou amigo, o fato de não haver sepultamento e do corpo ser jogado ao mar representava um desrespeito aos ritos cristãos e ao próprio morto.

Alguns navios atracaram no Rio de Janeiro, outros no Porto de Vitória, no Espírito Santo. Após o desembarque os imigrantes cumpriam uma quarentena de pouco mais de 15 dias. Os imigrantes aportados no Rio de Janeiro eram colocados em navios menores e trazidos até Vitória. Quando o navio chegava diretamente em Vitória a quarentena era realizada ali mesmo em barracões improvisados. Porém, existem relatos que alguns imigrantes seguiram pelos rios diretamente para as colônias (PROJETO IMIGRANTES, 2014). Somente após 1889, os imigrantes passaram a ficar alojados em uma hospedaria, na entrada da Baía de Vitória, a hospedaria Pedra D'Água, conforme figura 4.

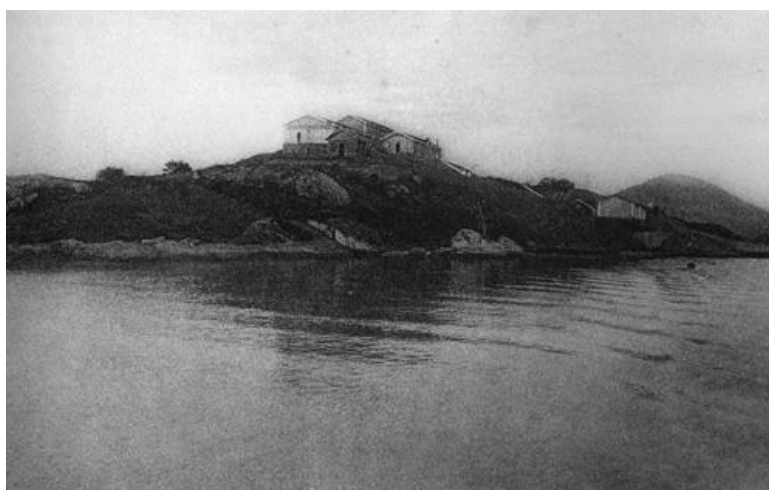


Figura 4 - Hospedaria de imigrantes.

Fonte: HOSPEDARIA, Projeto Imigrantes disponível em <http://www.ape.es.gov.br/imigrantes/html/hospedaria.html> acesso em 24/05/2014.

O Consul italiano Nagar (1995, p.45) descreveu essa hospedaria, afirmando que o edifício apresentava boa aparência e era “composto de cinco salas bem arejadas, uma enfermaria, uma

pequena farmácia e provisões suficientes de água potável, podendo hospedar no máximo setecentas pessoas”.

A viagem até o Porto de Cachoeiro de Santa Leopoldina costumava ser feita com embarcações menores, pelo rio Santa Maria da Vitória (Figura 5).



Figura 5- Canoeiros de Santa Leopoldina responsáveis pelo transporte de passageiros e mercadorias.

Fonte: CAMINHO DO IMIGRANTE, disponível em

[http://www.ape.es.gov.br/imigrantes/html/caminho\\_imigrante.html](http://www.ape.es.gov.br/imigrantes/html/caminho_imigrante.html) acesso em 23/05/2014.

Os imigrantes chegavam ao Porto do Cachoeiro de Santa Leopoldina próximo ao anoitecer onde pernoitavam em barracões (FUNDO DE AGRICULTURA, LIVRO 27, p. 53v, 9/02/1888). Ali recebiam algumas instruções, ferramentas, mantimentos e seguiam a pé até o Núcleo Timbuy. O relato de Alcebiades Feller (2014, informação verbal) descreveu esta trajetória realizada pela família de sua mãe:

Assim minha mãe contava. Ela veio pra cá com dez anos. Eles ficaram vinte e nove dia sem ver terra. Chegaram em Vitória. (...) De Vitória até o Cachoeiro de Santa Leopoldina eles vinham de barca, porque tem um rio grande. Tem o rio Santa Maria. Para levar as coisas, eles tinham as malas, sacos, roupas, ... Vinha tudo. Vieram com a mudança e tudo mais. Eu acho que era uma luta. Minha Nossa Senhora! Não era fácil não, acho. E de Santa Leopoldina pra cá, vieram a pé. Não é muito longe Santa Leopoldina. (...) Ahhh com menino, com mudança e tudo. Ficaram cansados com a viagem, depois de mês em cima da água [na travessia marítima].



Esta descrição de viagem foi comum a todos os imigrantes que se dirigiram para o Núcleo Timbuy e também está presente em descrições do romance *Karina*:

Na manhã seguinte, bem cedo, Lopes reuniu o grupo e o embarcou em grandes canoas, com destino a Porto do Cachoeiro. Durante algum tempo as canoas cortavam as águas no fundo da baía, alcançando a foz do Santa Maria e começaram a subir o rio. Os canoieiros largaram os remos e se debruçaram sobre os catuás, longas varas de rija madeira que apoiavam no fundo raso do rio e empurravam com vontade, forçando a canoa a vencer a correnteza.

A viagem durou um dia inteiro. Em Cachoeiro recebemos mantimentos, ferramentas e já na madrugada seguinte pusemo-nos em marcha. Havia chovido e o barro dificultava nossa caminhada pela mata (TAMANINI, 1980, p. 26).

Na caminhada até o Timbuy, os imigrantes precisavam carregar suas bagagens e ajudar as crianças. Devemos considerar ainda que por se tratar de uma estrada pouco mais larga que uma picada, aberta em meio a Mata Atlântica, com muitas áreas íngremes, em tempos de chuva a caminhada tornava-se ainda mais difícil<sup>43</sup> (GROSSELLI, 2008, p. 233). A princesa Teresa da Baviera, em sua viagem pela Província do Espírito Santo, no ano de 1888 descreveu as estradas do Porto Cachoeiro de Santa Leopoldina para Santa Teresa e de Santa Teresa para o Baixo Timbuy como caminhos muito estreitos onde os cavalos precisavam seguir em fila indiana (BAVIERA, 2013, p.59-70).

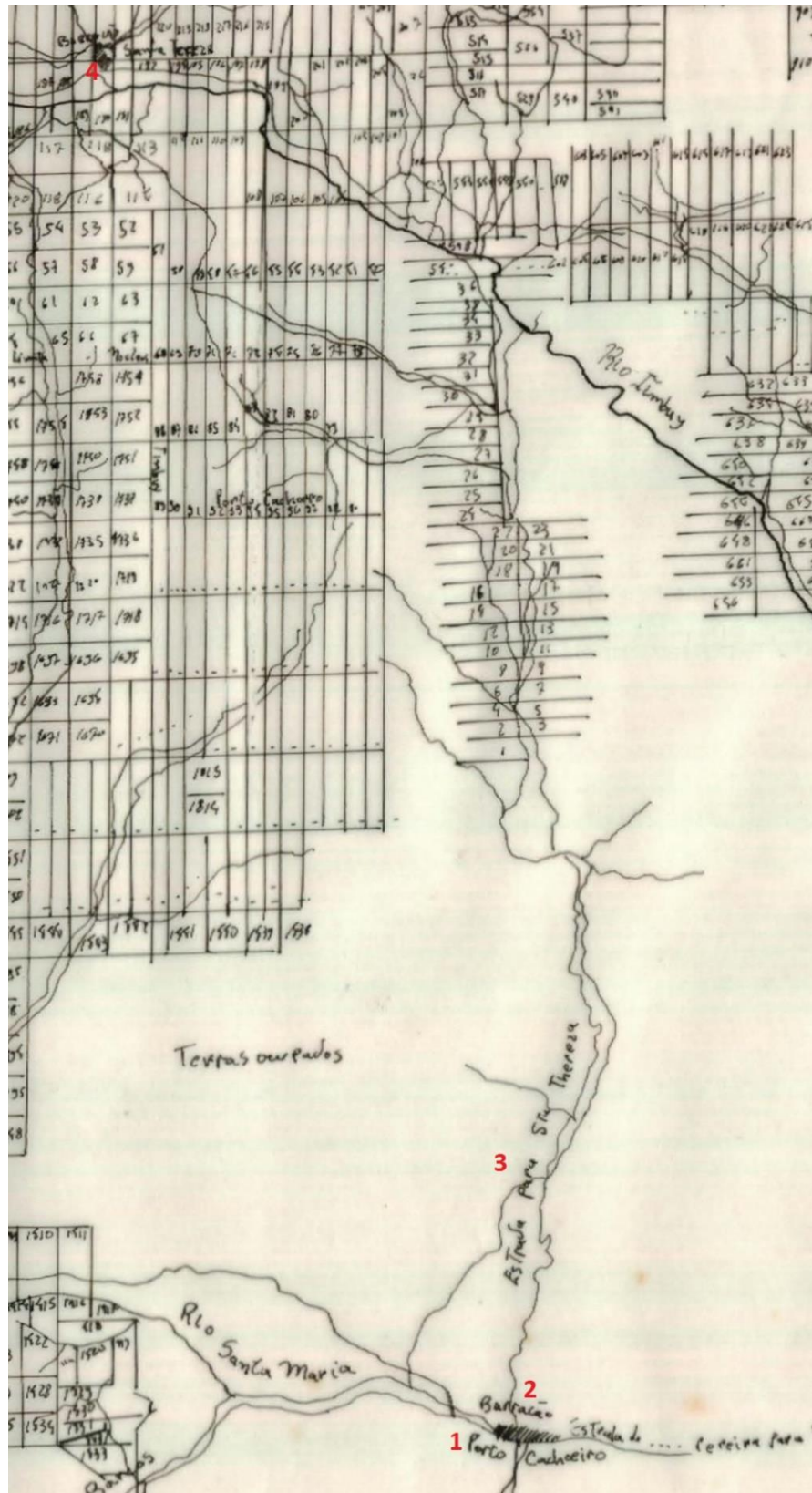
Os descendentes dos imigrantes também descreveram a estrada como uma picada, como neste relato: “Eles vieram porque em Cachoeiro de Santa Leopoldina tinha um navio certo. (...) Diziam que era um barco, eles falavam navio. (...) Daí eles vieram para Santa Teresa, pela estrada de chão. Tinha a picadinha no meio da mata” (MONTIBELLER, 2014, informação verbal, grifo nosso).

Os imigrantes chegavam ao Timbuy, geralmente, próximo ao anoitecer. A viagem a pé durava o dia todo, a cavalo durava mais de seis horas (BAVIERA, 2013, p.54). O trajeto de aproximadamente 28 quilômetros, levava o dia todo para ser percorrido a pé, devido as condições da estrada e à necessidade de se carregar muitas vezes com os próprios braços a bagagem e as crianças pequenas. Aos que se estabeleceriam no Baixo Timbuy, ali pernoitavam e seguiam ao destino na manhã seguinte (FUNDO DE AGRICULTURA, LIVRO 27, p. 53v, 9/02/1888). Desta forma, apesar de insalubres os barracões eram de suma importância para o processo de chegada e estabelecimento dos imigrantes no núcleo colonial.

Este recorte da Carta Topographica dos Núcleos Porto Cachoeiro e Timbuy da Colônia Santa Leopoldina na Província do Espírito Santo 1879 (carta 2) nos fornece uma dimensão aproximada do trajeto.

---

<sup>43</sup> Aspectos do relevo e vegetação da estrada observados em trabalho de campo.



Carta 2 - Trajeto dos imigrantes de Santa Leopoldina à Vila de Santa Teresa. Recorte da Carta Colônia Santa Leopoldina 1879.

1- Porto do Cachoeiro de Santa Leopoldina; 2- Barracão de estadia provisória para imigrantes; 3- Estrada de Santa Leopoldina à Santa Teresa; 4- Vila de Santa Teresa e Barracão para abrigo de imigrantes.

Fonte: CATÁLOGO MAPOTECA APEES, N° A1456

Os imigrantes chegavam a ficar nos barracões por meses enquanto a primeira quadra de mata era desmatada e a casa era construída. Grosselli (2008) chegou a chamar essa fase de processo de estabelecimento dos imigrantes de “sociedade dos barracões”. A “sociedade dos barracões” era aquela que se formava pelo aglomerado ocasional de imigrantes, unidos pela lógica da sobrevivência (GROSSELLI, 2008, p.395). Esses barracões tinham dimensão aproximada de 10x40 metros, eram insalubres e as pessoas viviam amontoadas (BUSATTO, 2014, informação verbal). Nagar (1995, p.47) descreve os barracões para imigrantes, da Província do Espírito Santo como mal construídos, com muitos beliches, cobertos e subdivididos horizontalmente com folhas de palmeira. Lá, os imigrantes viviam todos juntos, sem distinções familiares ou de sexo, por longos períodos (NAGAR, 1995, p.47). A alimentação era pouco variada e pouco saudável (GROSSELLI, 2008, p.301). Ao se instalarem na nova casa, mesmo que simples, a estrutura familiar poderia ser recuperada.

Entretanto, nem todos os imigrantes italianos ficavam alojados em barracões até receberem sua terra, construírem suas casas e poderem enfim mudar-se para o lote. Após um período os imigrantes que chegavam tinham certa autonomia de escolher a localidade e o lote em que queriam se estabelecer e algumas vezes alojavam-se nas casas de seus compatriotas até poderem se estabelecer em seu próprio lote (FUNDO DE AGRICULTURA, LIVRO 82, 15 de julho de 1887, p. 39-39v).

Pontuadas as dificuldades enfrentadas na viagem migratória, observamos que o registro de entrada de um imigrante esteve sempre vinculado ao navio que o trouxe à Província do Espírito Santo. De um modo geral, a viagem migratória foi contada pelos descendentes como algo muito sofrido, mas também como o início de uma nova vida, em um novo território. A viagem funcionava como um ritual de passagem que marcava, para muitos, o início dos desafios a serem enfrentados pelos imigrantes que se estabeleceram no Timbuy. O maior dos desafios estava nas próprias condições do núcleo: a precariedade não correspondia às expectativas dos imigrantes. Não havia casas e nem campos abertos. Apenas a floresta os esperava e a primeira moradia era um barracão (GROSSELLI, 2008, p. 299).

### 3.2. O CONTATO INICIAL COM A FLORESTA

O processo de reterritorialização e construção do novo território teve início com o estabelecimento dos primeiros imigrantes no Timbuy ainda na década de 1870. Neste período, extensas áreas da Província do Espírito Santo ainda estavam cobertas pela Mata Atlântica, principalmente em sua parte central. Elas foram consideradas pelo governo como terrenos devolutos.

Uma das poucas exceções foram as áreas da colônia de Santa Leopoldina, a qual pertencia também o Núcleo Timbuy. Parte da mata virgem já estava sendo destruída com o início da ocupação. Essa exuberante natureza que encantava os imigrantes foi também vista pelos governantes como um obstáculo ao desenvolvimento econômico da província. Sob esta ótica a terra era considerada mais produtiva se fosse povoada e ocupada por cultivos agrícolas.

Uma enorme variedade de árvores e arbustos presentes nas matas do Espírito Santo nos fornece uma dimensão de suas possíveis utilizações na alimentação, medicina, artesanato, dentre outras (MARQUES, 1878, p. 71). Foi exatamente esse o cenário avistado pelo imigrante italiano ainda do navio. De um modo geral, os imigrantes ficaram impressionados com o pano de fundo verde da floresta tropical que se descortinou diante de seus olhos (BUSATTO, 1990, p. 248). No romance *Karina*, Virginia Tamanini descreveu a saga de um grupo de imigrantes italianos que se instalou em Santa Teresa. Na trama, a protagonista Karina ficou admirada ao avistar a terra na baía de Vitória: “Sorri, intimamente satisfeita. ‘Estávamos chegando. Esta é a Terra’! E olhava maravilhada, os montes recortados, coloridos de verde e cobertos de sol” (TAMANINI, 1980, p.20). No mesmo romance, mais uma vez Karina admirou a floresta: “Onde já viu matas tão majestosas, sol tão claro, aves tão bonitas? Repare se é ou não um paraíso?” (TAMANINI, 1980, p.34).

Entretanto, não foi só no romance que a floresta suscitou encantamento. O Cônsul italiano Carlo Nagar, enviado ao Espírito Santo na década de 1890, para averiguar a condições em que viviam os imigrantes italianos nesta província, também caracterizou a floresta:

As imensas florestas que cobrem este território são ricas em madeira para construção, entre as quais o vinhático, o pau d’arco, o jacarandá, a maçaranduba, a sapucaia, a canela, etc., plantas medicinais, como a copaíba, o sassafrás, a ipecacuanha, a andiroba, etc. Porém, estas riquezas não estão sendo exploradas por falta de vias de comunicação, de mão-de-obra e de capital; (...) Ao longo dos rios do interior a caça é abundante e suas águas são ricas em peixes (NAGAR, 1995, p. 33-4).

A madeira retirada das matas foi muito importante para a construção das casas dos imigrantes. As construções de estuque foram feitas com madeira trançada coberta de barro (figura 6).



Figura 6 - Casa Lambert, casa de estuque.  
Fonte: Acervo Simone Zamprognio Scalzer, 2012.

No relato de Nagar que resultou na proibição da imigração italiana para o Espírito Santo, é possível que o próprio Cônsul tenha ficado impressionado com tamanha diversidade de espécies. Contudo, adentrar este paraíso não foi tarefa fácil. As características naturais do Espírito Santo eram bem diferentes daquelas presentes no Norte da Itália. O clima era bem mais quente e úmido e a floresta, em muitas regiões, encontrava-se ainda praticamente intocada. “A floresta era um intrincado de vegetação que parecia repelir o homem” (GROSSELLI, 2008, p.395).

O contato com a floresta foi um dos primeiros desafios que o imigrante teve que enfrentar no seu processo de reterritorialização. Porém, os imigrantes não foram os únicos a enfrentar dificuldades, em meio a um ambiente hostil. Os agrimensores partiam para a floresta, e lá permaneciam por semanas, vivendo em cabanas improvisadas (GROSSELLI,

2008, p. 273). Trabalhar em um ambiente tão insalubre amedrontava; por isso, havia falta de agrimensores e outros trabalhadores.

Para pôr em prática o projeto de colonização proposto pelo governo, foi necessário e obrigatório que o imigrante desmatasse, cláusula, inclusive que constava em seu contrato para manutenção do lote. Portanto, essa foi a relação estabelecida, num primeiro momento, entre o imigrante e a floresta. Ao contrário do índio que vivia integrado com a floresta, em perfeito equilíbrio ecológico, o imigrante possuía outro modo de viver, baseado nas relações capitalistas cujo sonho era o enriquecimento (BUSATTO, 1990, p.250). Visto por esse ângulo, no modelo de desenvolvimento econômico que se pretendia implantar na Província do Espírito Santo, as florestas foram vistas como terrenos devolutos que deveriam ser ocupados. Vencer a floresta para o governo da época significava substituí-la pelo cultivo do café, por outras culturas e povoados. Como parte deste projeto, o governo passou a vender lotes de terras a imigrantes. Ao receber seu lote, o imigrante assinava o Contrato de Designação do Lote de Terra junto ao governo local. Este documento impunha algumas exigências para que o mesmo obtivesse o título definitivo de sua terra.

Dentre as cláusulas do contrato, três mencionavam a necessidade de desmatar. Na segunda obrigação que o imigrante deviria cumprir para conseguir o título definitivo da terra, estava escrito: “No término de seis meses da data desta designação, deverá ser desmatada e plantada uma área de 1000 braças quadradas, e construída uma cabana de pelo menos 400 palmos quadrados” (FUNDO DE AGRICULTURA, DESIGNAÇÃO DE LOTE DE TERRAS, PROCESSO DE TERRA, Angelo Margon, 1ª Série). A segunda obrigação ainda dizia que, se não cumpridas as determinações o imigrante poderia perder sua terra e as benfeitorias que havia realizado. Na sexta obrigação mais uma vez o desmatamento foi citado: “As árvores após o desmatamento, deverão ser removidas imediatamente se estiverem caídas na estrada, isto para conservar o trânsito livre” (FUNDO DE AGRICULTURA, DESIGNAÇÃO DE LOTE DE TERRAS, PROCESSO DE TERRA, Angelo Margon, 1ª Série). Por fim na oitava obrigação, a exigência de desmatar para manter limpas as divisas dos lotes: “Os proprietários dos lotes deverão abrir caminho nas divisas com outros lotes, cuidar da conservação, desmatar e limpá-los anualmente, conservando as marcas divisórias como foi dito.” (FUNDO DE AGRICULTURA, DESIGNAÇÃO DE LOTE DE TERRAS, PROCESSO DE TERRA, Angelo Margon, 1ª Série).

Com o desmatamento sendo uma determinação e uma necessidade imediata para o estabelecimento do imigrante, em pouco tempo, após a chegada dos primeiros grupos de

italianos ao Timbuy, iniciaram-se os registros da mata sendo substituída pela ocupação humana. Biasutti (1994) narrou este momento inicial:

Enfim, atiram-se todos, resolutos, à derrubada e queimada das matas a ao plantio do café e do milho. Erguiam-se, a cada volta da estrada, as humildes choupanas e, por entre as toras de árvores queimadas e chamuscadas, viam-se as plantinhas de café e de milho balouçarem suas folhas novas ao sopro suave da brisa (BIASUTTI, 1994, p.52).

Tamanini (1980, p.55) em seu romance descreveu as dificuldades de um homem só derrubar a mata, fazer a queimada e cultivar sua terra. Através de sua protagonista, Karina, fez-se uma reflexão sobre este primeiro momento de vida na colônia:

\_Há ainda muito trabalho para nós aqui. Fala-se em ampliar a clareira para levantar uma Vila neste lugar. Parte dos homens trabalhará derrubando o mato no contorno dos morros, parte deitando abaixo e afastando as árvores nas margens do Timbuy, para dar curso livre às águas e afastar as cobras (TAMANINI, 1980, p.55).

A tarefa penosa que foi descrita no romance também apareceu no relatório do Presidente de Província Manoel da Silva Mafra. No relatório (MAFRA, 1878, p.44) foram expressas as dificuldades que os imigrantes encontraram em derrubar a floresta e que os mesmos quase desanimaram frente ao difícil e indispensável trabalho de derrubada da floresta.

Mesmo com dificuldades, aos poucos os terrenos foram desmatados. No relatório do então Presidente de Província Manoel Mascarenhas (1876), a substituição da mata pela povoação no Timbuy, foi assim descrita: “O lugar em que se acha o Núcleo Timbuy, há poucos meses mata virgem, acha-se transformado em uma povoação florescente” (MASCARENHAS, 1876, p.8). Devemos assinalar neste momento, dois pontos de vista, o do Estado e do imigrante. O Estado que atuava como agente fiscalizador e pretendia passar uma imagem de sucesso do projeto de colonização e o imigrante que inicialmente se encantou pela floresta, mas que posteriormente viveu as dificuldades de morarem em meio a uma “natureza selvagem”.

Parte dessa povoação pode ser observada na figura 7. Estima-se que a foto tenha sido tirada nos anos finais da década de 1870. Na imagem podemos observar a clareia aberta na Mata Atlântica, e muitos troncos espalhados pelo terreno. Muitos deles serviram de pontes para superar o pequeno curso d’água que se formou no vale.





Figura 7 - Povoação do Núcleo Timbuy.

Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Fotógrafo: Albert Richard Dietze in\_ GASPARINI, 2008, p. 177.

Como se percebe na figura 7, aos poucos surgiu uma povoação em meio aos destroços dos gigantescos troncos abatidos da floresta (MÜLLER, 1925, p.14). Em nome do progresso e da civilização foi feita a grande derrubada de árvores seculares. O trabalho na derrubada e queimada das matas foi um trabalho de todos, dada a necessidade em abrir espaço para os plantios (MÜLLER, 1925, p.21). Ressaltamos que as dificuldades foram maiores para os pioneiros desse processo. Para os que foram chegando nas décadas seguintes, uma estrutura maior já estava disponível. Havia outras estradas abertas; existia a possibilidade de comunicação com os imigrantes já estabelecidos sobre a vida no novo território e as novas técnicas de trabalho.

A derrubada da floresta e a ocupação do território foram acontecendo de forma gradativa, de acordo com a chegada de novos grupos de imigrantes e a distribuição da mata se dava à medida que novos lotes de terras eram concedidos. O entrevistado Alcebiades Feller (2014, informação verbal), cujos pais se estabeleceram em Santa Teresa, na década de 1890, nos relatou que existiam muitos locais onde só havia picadas e outros que já estavam abertos e ocupados por famílias. Assim percebemos que a dificuldade da derrubada da mata e da limpeza do solo se estendeu às primeiras décadas da formação territorial de Santa Teresa.

Em agosto de 1888, a princesa Teresa da Baviera descreveu que no caminho para o Vale dos Polacos, no Baixo Timbuy, foi surpreendida por uma “avalanche” de árvores que desceu pela encosta do vale. Ela foi informada posteriormente que a visão que sua comitiva



teve era fruto do desmatamento, quando árvores semicortadas caíram e carregaram tudo que encontravam no caminho (BAVIERA, 2013, p. 64-5).

Vencer a floresta foi mesmo um grande desafio. As famílias ficavam nos barracões, enquanto os homens adentravam a mata para construir as primeiras cabanas e permitir a instalação dos familiares em melhores acomodações (GROSSELLI, 2008, p.396). Mas derrubar a primeira quadra de mata, não resolvia o problema do imigrante. Uma vez estabelecido em seu lote de terras, o imigrante, suas criações de animais e plantações precisavam conviver com os ataques que vinham da floresta. Dessa forma, o imigrante que buscava meramente um espaço para morar e desenvolver suas atividades (BUSATTO, 1990, p.250), iniciava uma luta desigual com a floresta. Eram comuns os ataques de onças, gatos do mato, periquitos, serpentes e os mosquitos transmissores de doença (BUSATTO,1990 p. 250-1). Foi necessário descobrir, dominar e apossar-se do novo território (GROSSELLI, 2008, p. 397). O entrevistado SF (2012, informação verbal) afirma que, no início do século passado poucos foram os indivíduos que tiveram a coragem de se aventurar para os lados do Rio Doce, por medo das doenças que eram transmitidas por mosquitos. “Naquela floresta, os camponeses europeus viviam e nutriam esperanças. E morriam também” (GROSSELLI, 2008, p. 275). As pessoas morriam derrubando árvores, por ataque de animais, como serpentes, por doenças transmitidas por mosquitos e por falta de assistência médica. Em julho de 1880, o diretor da Colônia Santa Leopoldina, Henrique Lucas Laporte, solicitou vaga em hospital para um imigrante italiano que sofria com febres, estabelecido no Alto Timbuy. Essa região encontrava-se atacada por febres há mais de sete meses (FUNDO DE AGRICULTURA, LIVRO 20, ofício 117, 26/07/1880).

Contudo, a mesma floresta que amedrontava, segundo o entrevistado Melício Montibeller (2014, informação verbal), também era fonte de alimento para muitos imigrantes: “Era pura mata, assim eles contaram. Eles comiam era caça! A carne era caça”. A caça foi por décadas, para muitos, a única forma de conseguir carne fresca; uma vez que as carnes geralmente eram conservadas no sal. Com o avanço do desmatamento e a caça, os “inimigos” que vinham da floresta foram gradativamente sendo eliminados, somente os ataques de serpentes duraram por mais décadas (GROSSELLI, 2008, p. 398-401).

Eliminar a floresta era “uma vitória e uma conquista humana, um sinal de progresso e de prosperidade” (BUSATTO, 1990, p.249). Este fato também foi descrito nos relatos orais dos descendentes dos imigrantes. O entrevistado Edimar Dossi (2012, informação verbal) relatou que: “As famílias eram grandes e querendo seu espaço, seu pedacinho de terra. Então eles começaram a se espalhar, mas a região toda era só mata! Não tinha como. (Pausa) Foram

trabalhando, derrubando a mata, fazendo, achando seu espaço.” Desmatar era ganhar espaço da floresta. Aos poucos a família fazia uma nova “derrubada<sup>44</sup>” e podia cultivar mais um pedaço de terra; num processo contínuo que expressava ao mesmo tempo a territorialização de terras devolutas que passavam ao domínio do Estado e retorialização dos imigrantes que dinamizavam o novo território, apropriando-se de seu espaço aberto tomado pela floresta, transformando-o em território de abrigo e de plantio.

A expansão das lavouras de café, um dos principais objetivos do governo da época, no início foi facilitado pelas terras férteis, disponíveis após a “derrubada” da mata, nas primeiras décadas de ocupação deste território. O entrevistado Alcebiades Feller (2014, informação verbal) narrou que após a derrubada da mata sucedia-se o plantação do café: “Café. Era só encostar a muda lá... Ela já pegava”. Não podemos colocar a cultura do café como a causa do desmatamento, esta era uma necessidade para o imigrante se instalar e promover o desenvolvimento econômico dos núcleos coloniais. De fato, o novo território era instituído ao mesmo tempo em que a floresta era dominada no sentido de abrir espaço para a ocupação humana, com as vilas, sítios e outras plantações. Não se trata de encontrar culpados, o desmatamento era parte de um projeto de governo, assim como o estabelecimento de imigrantes europeus.

Devemos ainda lembrar que todo esse processo ocorreu de forma paulatina. O desmatamento ocorreu em consonância com as necessidades dos imigrantes. Talvez, por isso, apesar de ter enfrentado mais de um século de desmatamento, Santa Teresa ainda é reconhecida nacionalmente por sua biodiversidade. Segundo pesquisa de 2011, cerca de 24,6% da área total do município são cobertos pela Mata Atlântica, uma porcentagem bem acima da média nacional (MARTINELLI, 2011, p.3). Mesmo assim não há muito o que comemorar, mas sim um compromisso de preservar o que restou, para que os problemas ambientais não se agravem ainda mais.

Adaptar-se a um clima diferente do europeu, vencer os desafios impostos pela floresta, foi apenas o início do estabelecimento e retorialização dos imigrantes. A lista dos obstáculos enfrentados pelos imigrantes nos primeiros anos no novo território não terminou no esforço do desmatamento.

---

<sup>44</sup> Termo muito ouvido em trabalho de campo, utilizado para designar prática que na maioria das vezes envolvia derrubar e queimar um pedaço da mata para abrir nova área de cultivo.

### 3.3. O PROCESSO DE DISTRIBUIÇÃO/ VENDA DOS LOTES DE TERRA E A OBTENÇÃO DO TÍTULO DEFINITIVO

O sorteio de lotes foi uma prática comum na Colônia Santa Leopoldina. Ao se proceder à distribuição de lotes alguns conflitos ocorreram. Sempre havia uma preferência para os lotes mais próximos da sede ou por aqueles com melhores características físicas. Dessa forma, o sorteio se apresentou como solução para que todos ficassem satisfeitos (FUNDO DE AGRICULTURA, LIVRO 7, ofício 28, p.18, 10/04/1873).

Isto posto, a partir de 26 de junho de 1875, com o histórico evento do sorteio e distribuição (venda) de lotes de terra aos imigrantes, iniciou-se efetivamente o processo de reterritorialização de forma concomitante à constituição/configuração do território. Durante as duas décadas seguintes, chegaram à região levas de imigrantes italianos, que fugiram dos problemas do Norte da Itália. Alguns deles vieram ao encontro de familiares já estabelecidos ou atrás do sonho de conquistar seu pedaço de terra. Os ‘novos’ imigrantes chegavam e, em seguida, recebiam cada qual seu lote de terra, iniciando o processo de ocupação de uma nova área do Núcleo Timbuy. Assim este não foi um processo rápido, mas perdurou por algumas décadas, chegando ao período posterior à emancipação do núcleo, em 1890.

Os lotes de terra foram chamados de lotes coloniais, ou prazos, em virtude do prazo que os imigrantes tinham para pagá-los. Conquistar seu próprio pedaço de terra, onde pudessem morar e cultivar a terra foi um dos fatores de *pull* que mais atraiu imigrantes para os núcleos coloniais do Espírito Santo e dos Estados do Sul do Brasil (BUSATTO, 2010, p. 33). Tranquilo Novelli (2014, informação verbal), descreveu este sonho de sua família: “Achar um pedaço de terra para cada um trabalhar no que era dele. Porque lá, [na Itália], a maioria era de pouca terra”. Assim como a família de nosso entrevistado, a maioria dos imigrantes conquistou esse sonho, que também fazia parte dos planos do governo.

A demarcação de lotes foi um fato marcante na configuração do território do Núcleo Timbuy. Os lotes geralmente tinham uma área de 25 hectares, formato retangular e em geral de frente para um curso d’água (POSENATO, 1998, p.236). Mas é provável que devido a imprecisões nas medições esta área pudesse variar consideravelmente. A metade dos lotes tiveram uma área que variava entre 22 e 29 hectares (GROSSELLI, 2008, p. 347). Devido a este problema, foi comum observarmos pedidos para novas medições em processos de terra da época, como veremos adiante.

A todo momento novos imigrantes estavam chegando e se estabelecendo em seus novos lotes cobertos por mata, ou até mesmo comprando lotes dos primeiros imigrantes, já com casa construída e algumas lavouras (FELLER, 2014, informação verbal). Foi observada também a troca e venda de lotes de terra entre imigrantes. Em alguns casos, a troca ou a venda se deu pelo fato do primeiro proprietário não ter gostado da localização.

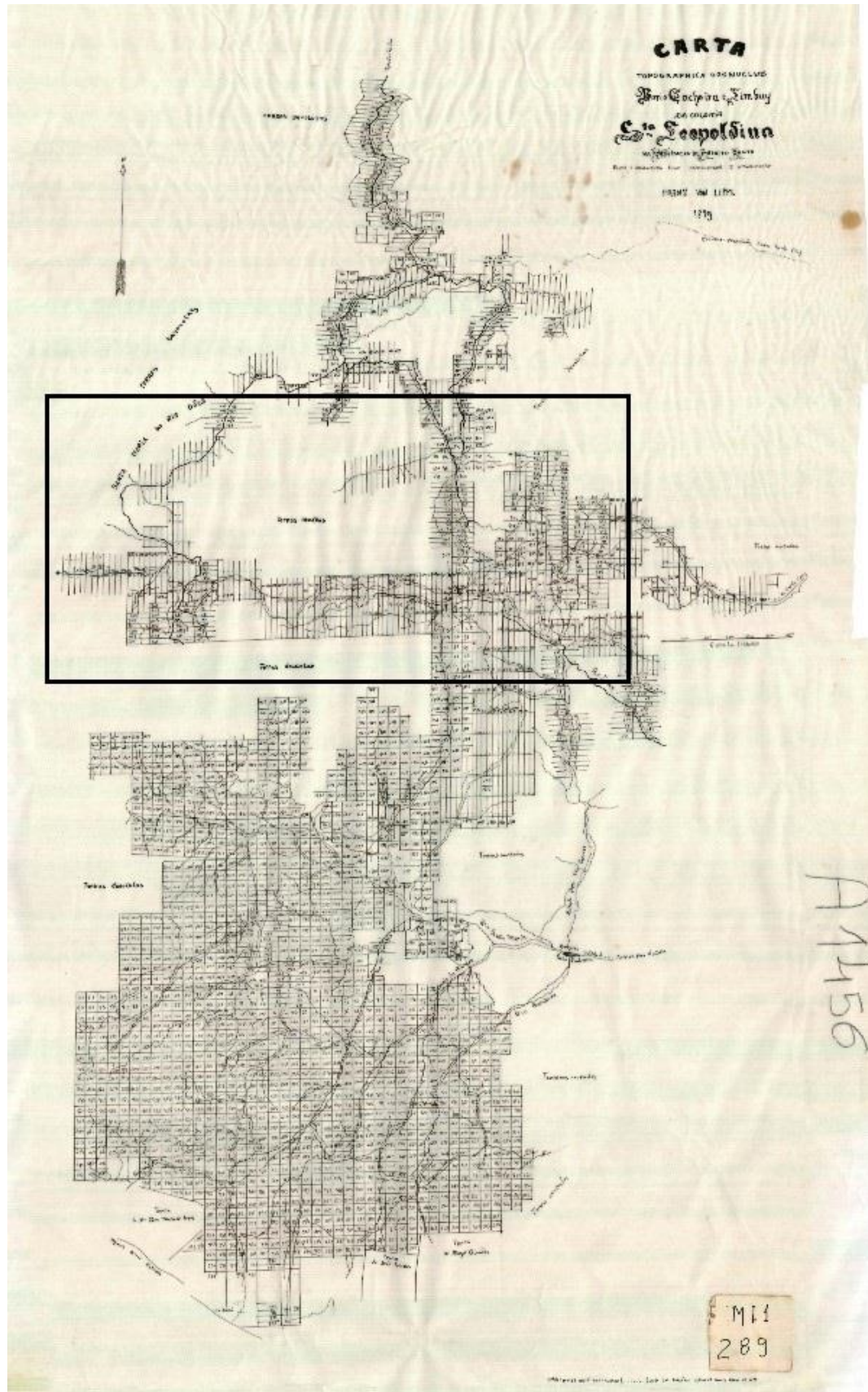
A distribuição de lotes de terra constituiu-se numa questão central no projeto de ocupar e desenvolver as terras devolutas do Espírito Santo. A imposição de um formato e o tamanho da área foi parte dos esforços da administração da província. O formato pré-concebido dos lotes de terra contribuiu para definir um padrão de ocupação do território em pequenas propriedades rurais que permaneceu na região até os dias atuais.

A Carta Topographica dos Núcleos Porto Cachoeiro e Timbuy da Colônia Santa Leopoldina na Província do Espírito Santo: feita e organizada pelo agrimensor e engenheiro Franz Von Lipp 1879, nos fornece o mapeamento dos lotes de terra demarcados nestes dois núcleos de Santa Leopoldina (Cartas 3 e 4).

Os lotes de terra iniciavam geralmente de frente para o rio e terminavam no cume dos morros; nos vales, com dimensões menores, os lotes se estendiam de um cume de morro, passando pelo fundo do vale ao outro cume<sup>45</sup>. Desta forma, os vales eram “cortados em fatias” e suas terras distribuídas/vendidas aos imigrantes.

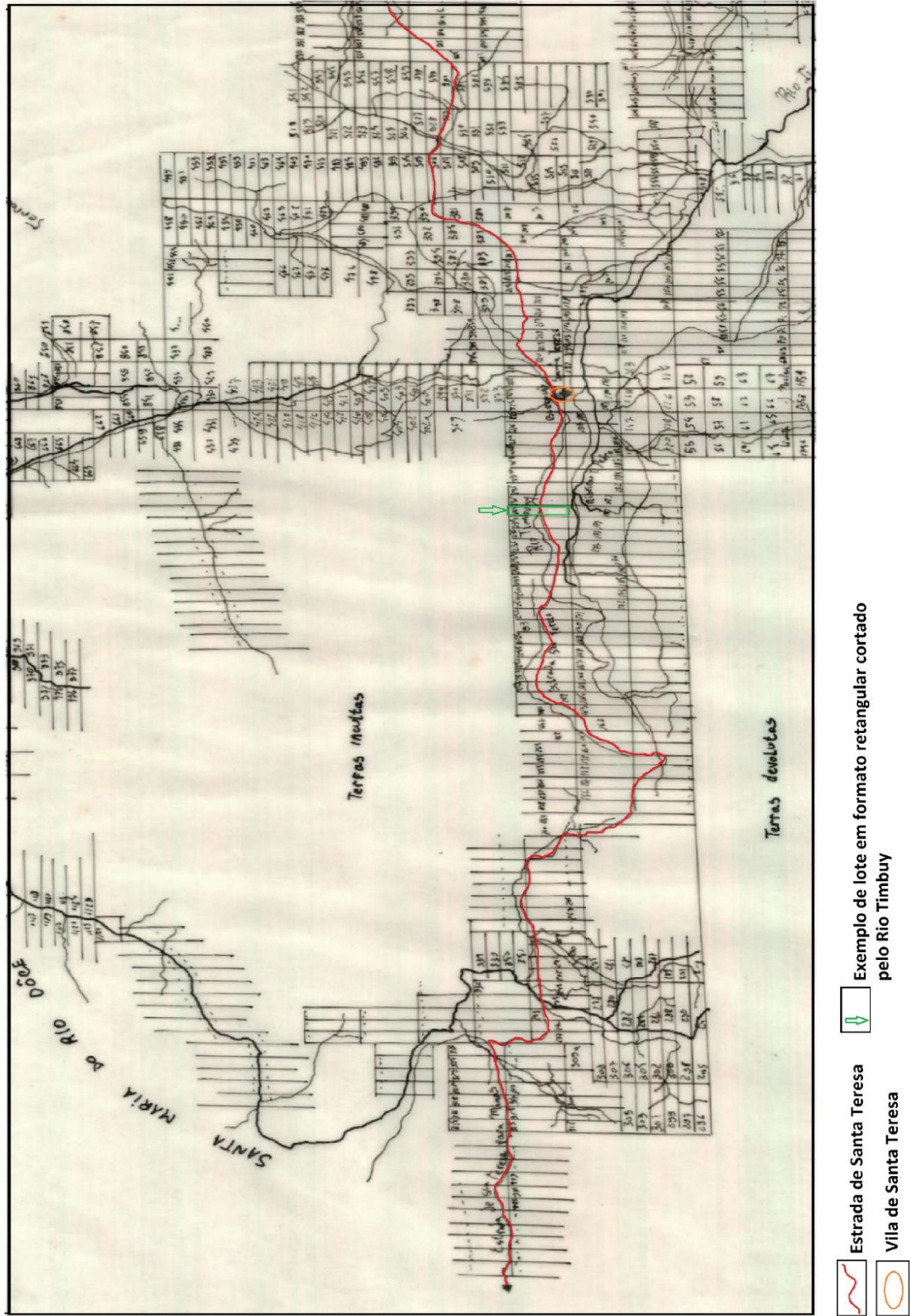
---

<sup>45</sup> Informações observadas na planta e em trabalho de campo, no município, onde muitas propriedades ainda mantem dimensões originais.



Carta 3 - Carta Topographica dos Núcleos Porto Cachoeiro e Timbuy da Colônia Santa Leopoldina na Província do Espírito Santo: feito e organizado pelo agrimensor e engenheiro Franz Von Lipp 1879. Fonte: CATÁLOGO MAPOTECA APEES, N° A1456.





Carta 4 - Detalhe de parte do Núcleo Timbuhy. Recorte da Carta Topographica dos Núcleos Porto Cachoeiro e Timbuhy da Colônia Santa Leopoldina na Província do Espírito Santo: feito e organizado pelo agrimensor e engenheiro Franz Von Lipp 1879.

Fonte: CATÁLOGO MAPOTECA APEES, N° A1456.



Os nomes apresentados nessa planta nos servem para uma breve reflexão sobre a representação cartográfica dos primeiros anos de ocupação do Núcleo Timbuy. Percebemos que mapear o território representava também o controle sobre o mesmo e sobre todo o processo de distribuição de lotes de terra a imigrantes.

Como observado no detalhe da planta, os lotes de terra tinham aproximadamente a mesma dimensão, constituíam um padrão presente em todo o Núcleo Timbuy. Este fato se refletiu em uma característica territorial marcante para o período analisado, a pequena propriedade familiar.

Entretanto, devemos considerar que o controle do governo neste processo era limitado. Os imigrantes tiveram papel importante. Muitos trocaram de lote, venderam, compraram, entregaram pedaços do lote em troca de dívidas com vizinhos. AP (2012) relatou que seu pai perdeu o lote de terra, em uma mesa de jogo de baralho e todos da família foram obrigados a trabalhar como meeiros. SF (2012, informação verbal) afirmou que a terra onde sua família morou foi comprada de “porteira fechada”<sup>47</sup> de um imigrante que deslocou-se para outra região. SF (2012, informação verbal) completou ainda que o lote adquirido não tinha o formato retangular padrão na época, pois o antigo dono havia entregado parte do terreno ao vizinho em troca de uma dívida. Esses depoimentos marcam a complexidade do processo que o governo tentava administrar. Entretanto, o território já possuía uma dinâmica própria, pautada nas necessidades de reterritorialização de um grupo cuja cultura impregnava o espaço, traçando territorialidades, redesenhando continuamente a planta cartográfica que dava contornos exatos ao Núcleo. No território dos sonhos dos italianos, os formatos dos lotes variavam ao sabor da sorte do baralho, dos desejos e ambições daqueles que tinham melhores condições financeiras.

Em meio a esse extenso e tenso processo de medição de lotes, o trabalho não terminou com a chegada dos primeiros imigrantes. Apesar de um número considerável de lotes já terem sido distribuído, as medições prosseguiram para dar continuidade ao processo de ocupação do território na Colônia Santa Leopoldina. Por vezes esse trabalho foi relatado em atraso por diversos documentos da época, sendo a falta de agrimensores uma das causas.

O agrimensor e diretor interino do Núcleo Timbuy relatou, em maio de 1876, que não havendo prazos medidos em número suficiente, foi forçado a estabelecer imigrantes em terras, devolutas junto as últimas linhas de medições” (FUNDO DE AGRICULTURA, ofício 3, 08/05/1876).

---

<sup>47</sup> Expressão utilizada para descrever compra de terra, onde ao vendedor sai com os objetos pessoais, deixando plantações, as criações, móveis da casa e neste caso até a produção agrícola estocada na propriedade.



Em 1878 continuaram as medição de lotes. Agora além do vale do Rio Timbuy os trabalhos seguiram também para o norte, às margens do Rio 5 de Novembro, no Baixo Timbuy cujos terrenos foram considerados férteis e de clima ameno (MARQUES, 1878, p. 36).

A demarcação de lotes nas imediações do Timbuy teve duas funções: receber novos imigrantes e substituir lotes que foram considerados de pouca fertilidade (PRADO, 1876, p.43-4; MAFRA, 1878, p.43). Em alguns casos, os imigrantes eram contemplados ou escolhiam lotes, pouco férteis ou com muitos rochedos. O agrimensor Franz Von Lipp relata em 8 de maio de 1876, que alguns dos lotes distribuídos por ele aos imigrantes, possuem terras de qualidade ruim (FUNDO DE AGRICULTURA, LIVRO 15, ofício 3, 8/05/1876). A falta de fertilidade de alguns lotes dificultava a expansão das lavouras, nesses casos, muitas vezes o imigrante requeria um novo lote (FUNDO DE AGRICULTURA, LIVRO 82, 1887, p.41). Este era um problema comum que não estava presente somente no Timbuy, mas também em outras porções da Colônia Santa Leopoldina.

Com a chegada de novas levas de imigrantes, o processo de ocupação foi se espraiando por um amplo território. Este foi mesmo um momento singular na história de Santa Teresa. Enquanto os recém chegados se estabeleciam, outros imigrantes buscavam terras melhores, mais bem localizadas. Os filhos que completavam 18 anos, requeriam seus próprios lotes. Percebemos que aquele era um território que estava em constante mutação.

Dada a magnitude do processo, uma figura importante nesse contexto de demarcação de lotes foi a do agrimensor. Apesar de alguns nomes aparecerem na lista dos que trabalharam na territorialização do Núcleo Timbuy, coube ao alemão Franz Von Lipp as maiores glórias por este trabalho. Lipp participou no dia 26 de junho de 1875, do evento que talvez seja o mais importante da história do município de Santa Teresa, o sorteio dos lotes de terra, aos primeiros imigrantes italianos a se estabelecerem no Núcleo Timbuy (1874-1875). Lipp também foi por algum tempo diretor do Núcleo Timbuy, recebendo e enviando pedidos e reclamações dos imigrantes a direção da Colônia Santa Leopoldina.

Todo esse movimento que se desenvolveu no território do Núcleo Timbuy mostra uma dinâmica. Ao mesmo tempo que o governo da Província do Espírito Santo territorializava as terras até então devolutas no Timbuy com as primeiras levas de imigrantes, outros estavam se desterritorializando do outro lado do Atlântico e chegando a uma terra desconhecida. Ao se reterritorializarem no Núcleo Timbuy, redefiniam suas identidades e posição social, tinham além da oportunidade de ter um pedaço de terra a possibilidade de se reposicionarem socialmente. As reclamações frequentes dos imigrantes ao diretor do núcleo, e até mesmo da

Colônia Santa Leopoldina, demonstram que apesar da colonização ser comandada pelo governo, o imigrante foi o protagonista desse processo.

O documento do Inspetor de Terras da Província nos descreve a participação ativa dos imigrantes no estabelecimento dos recém chegados, oferecendo-lhes trabalho e moradia provisória:

(...) Alguns imigrantes, porém, não querem ou não podem ser logo estabelecidos em lotes coloniais, que lhes oferece o Estado, porque uns se dirigem para as residências de seus parentes ou amigos, e só posteriormente procurão lotes; outros porque vão trabalhar a jornal com seus compatriotas ou com fazendeiros com os quais livremente contratão, afim de adquirir meios com que possam manter nos primeiros tempos de seu estabelecimento, enquanto nada produz o lote completamente em matta virgem não lhes bastando para viver o salário de trabalhador de estrada, principalmente aquelles que tem numerosa família, único favor que lhes concede o Estado, quando há necessidade de trabalhadores para aquelle serviço.

Logo, porém, que qualquer immigrante quer estabelecer-se basta-lhe indicar o nº do lote que prefere e immediatamente é-lhe expedido o título provisório do qual deixa recibo em livro especial.

Distribuído o lote ao immigrante, só pode este localizar-se n'elle depois do tempo preciso para as derrubadas, necessária secca e queimada e construção de sua caza provisória; portanto, nem todos os immigrantes entrados n'estes últimos mezes podem estar alojados nos lotes que escolherão; entretanto, para o alojamento d'elles dispõe esta Commissão de Barracões e ranchos, cuja construções só foi autorizada, depois de muitas instancias desta Commissão e dessa Inspectoria. (...)

Joaquim Adolpho Pinto Pacca

Inspector Especial das terras e Colonização n'esta Província. (FUNDO DE AGRICULTURA, LIVRO 82, 15 de julho de 1887, p. 39-39v)

Este documento nos mostra também a importância que os trabalhos para o governo tinham nos primeiros tempos de vida no núcleo colonial. Enquanto a terra não fornecia o sustento, esta era uma importante fonte de renda. Além disso, esclarecemos mais uma dúvida, uma vez que a bibliografia sempre apontava para sorteio de lotes e os relatos orais para requerimento. Vejamos o relato do entrevistado Alcebiades Feller: “Requeria a colônia<sup>48</sup>. Mandava o engenheiro ir lá tombar, medir as terras. Você não vê que elas estão todas medidas? É desde aquela época.”

Alguns atores já trataram da distribuição de terras a imigrantes no Espírito Santo. Nagar (1995), Busatto (2010) e Grosselli (2008) falam sobre os títulos de terra e das exigências para consegui-los. Nagar (1995) e Ruschi (1976) reproduzem o contrato assinado pelos imigrantes. Müller (1925), Biasutti (1991, 1994, 2004), Novaes (1980) lembram do evento que sorteou lotes a imigrantes no Timbuy, em junho de 1875. Grosselli (2008) ainda trata da distribuição de lotes, mas não descreveu como isso acontecia.

Por não tratarem diretamente da distribuição e estabelecimento dos imigrantes nos lotes de terra e pelo fato da maioria dos estudos sobre imigração italiana no Espírito Santo

---

<sup>48</sup> Nome muito utilizado na região para se referir a lote de terra.

iniciarem com a chegada dos primeiros imigrantes, nenhum autor havia tratado ainda da preparação específica do Núcleo Timbuy. Apesar de Grosselli (2008) lembrar que em 1874 foi concluída a estrada até as margens do Rio Timbuy.

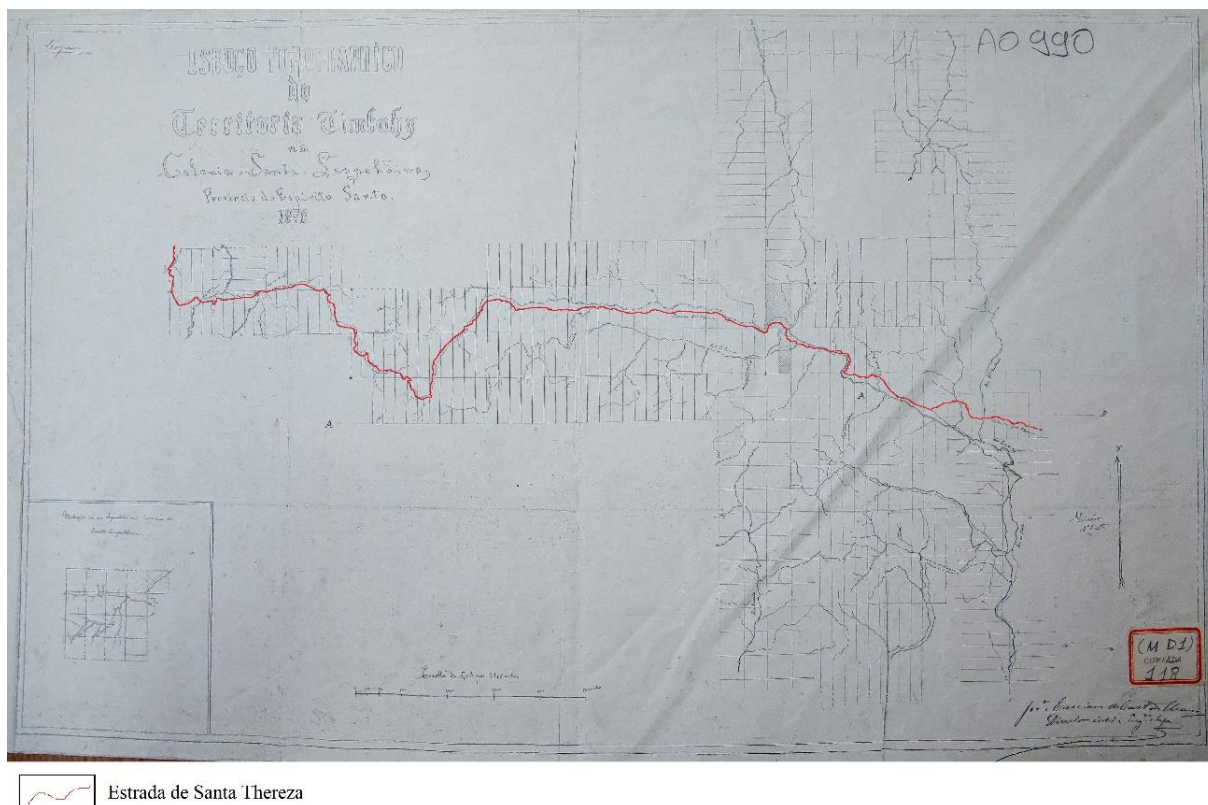
Outro ponto a ser considerado nesta discussão, diz respeito a memória social dos descendentes de imigrantes do Núcleo Timbuy que apontou para uma caminhada sem destino. É comum ouvir na região histórias de imigrantes que se “embrenharam pela mata”, carregando a mudança, seguiam com as famílias abrindo picadas até chegarem a um local que julgassem ser bom para se estabelecerem<sup>49</sup>. Esta versão, apesar de amplamente divulgada oralmente, não encontra registros históricos documentais que a comprove. Também é pouco provável que mulheres com crianças se embrenhassem mata a dentro, enquanto homens iriam abrindo picadas, este não era um trabalho rápido. Como veremos adiante, a abertura de estradas era realizada por imigrantes já estabelecidos que trabalhavam para o governo. Eles caminhavam sim, por picadas abertas anteriormente e de encontro aos lotes que lhes tinham sido designados, ou descritos. Além disso, para os que chegaram em levas posteriores, havia a possibilidade não apenas de se estabelecerem em barracões, mas também na casa de compatriotas. Desta forma, teriam tempo para conhecer melhor as terras disponíveis para assim poderem “requerer” ou comprar o lote que desejassem.


A partir dessas ponderações, notamos que se nos primeiros anos os lotes foram entregues por sorteio, para os imigrantes que chegaram em levas posteriores e para os filhos dos pioneiros havia a possibilidade de escolher o lote em que queriam se estabelecer.

Mais uma prova do trabalho do governo na preparação do Núcleo Timbuy e dos lotes é o *Esboço Topográfico do Território Timbuy na Colônia Santa Leopoldina- Província do Espírito Santo 1876* (Esboço 1), que nos apresenta alguns detalhes importantes para o estudo deste território.

---

<sup>49</sup> Versão mais observada em trabalho de campo e entrevistas.



 Estrada de Santa Thereza

Esboço 1 - Esboço Topográfico do Território Timbuy na Colônia Santa Leopoldina- Província do Espírito Santo 1876;  
Fonte: CATÁLOGO MAPOTECA APEES, nº A0990.

Produzido pelo engenheiro chefe João Cassiano de Costa Nunes, este esboço topográfico apresenta a traçado da Estrada de Santa Thereza no Núcleo Timbuy, mapeia os principais rios da região e entorno. Mas o fato importante a ser considerado, é que este esboço comprova que a território do Timbuy já estava sendo estudado e mapeado há alguns anos.

Como vimos anteriormente, este não foi um processo tão organizado quanto apontavam alguns documentos e quanto o governo esperava. Alguns anos após o início da distribuição de lotes uma confusão estava instalada. “Funcionários públicos ou cidadãos privados haviam vendido ilegalmente terras do Estado aos imigrantes, os colonos haviam trocado lotes entre si; haviam vendido e abandonado lotes; (...) limites não correspondiam a várias fontes de registro” (GROSSELLI, 2008, p.348).

Como nos lembra Saquet (2011), a construção histórica do território está vinculada a processos de apropriação e dominação do espaço. Assim percebemos a participação decisiva do imigrante na construção do território do Núcleo Timbuy. Ao realizar trocas, vender o lote ou partes do mesmo, estava se apropriando e dominando o espaço que lhe foi designado, impondo suas marcas e transformando um território pré-concebido pelo governo.

Isto posto, descreveremos agora a trajetória esperada e prevista pelos órgãos públicos para a obtenção do título definitivo da terra. Inicialmente o imigrante recebia o título provisório e depois de quitar todos os compromissos estipulados, recebia o título definitivo (BUSATTO, 2010, p.33). Para explicar e exemplificar tal processo utilizaremos alguns processos de terra disponíveis no APEES. Dentre os títulos e processos de terras de imigrantes italianos que se estabeleceram no Timbuy disponíveis, alguns processos foram selecionados de forma aleatória, de maneira que pudessem ilustrar o processo de obtenção de título definitivo. Lembramos que nenhum dos processos de terra consultados possuía todas as páginas, portanto, cada um deles será útil para apresentar diferentes etapas do processo de propriedade, pelo qual todos os imigrantes deveriam passar.

Inicialmente, após lhe ser designado um lote, o imigrante assinava o Contrato de Designação de lotes de terras (Anexo D), que era escrito em português e em sua própria língua. Neste contrato o mesmo se comprometia a cumprir algumas obrigações inerentes ao pagamento e ocupação do lote. Entre as principais cláusulas do contrato assinado pelos imigrantes, estavam: a conservação dos marcos de divisas; a obrigação de seis meses depois de assinada a designação a porção de terra deveria estar roçada e feito o plantio de uma área de mil braças quadradas e com uma casa construída, sob pena de perder o lote e suas benfeitorias; a quitação total do valor estipulado pelo lote para a obtenção do título definitivo.

Não era estipulado um prazo máximo para o pagamento do lote de terra e obtenção do título definitivo. Contudo, exigia-se um prazo mínimo de um ano, além da confirmação de residência habitual e cultura efetiva. Assim, o Título Definitivo só seria entregue depois de quitada a dívida com Fazenda Nacional e comprovada residência habitual e cultura efetiva<sup>50</sup>.

Ao entrar com o pedido de obtenção do título definitivo, muitos imigrantes pediam uma nova medição, para confirmar as dimensões e divisas de seu lote. Como resultado percebemos que algumas vezes era produzida uma planta do lote. Este era um problema comum ao Núcleo Timbuy e a toda Colônia Santa Leopoldina.

Para solucionar este e outros problemas, como as ocupações ilegais, a Inspectoria Geral de Terras realizou vistorias nos núcleos coloniais. Uma dessas vistorias foi relatada em 28 de junho de 1886, na qual foram retificadas a medição de 64 lotes nos vales dos rios Santa Lúcia, 15 de Agosto e Santa Maria do Rio Doce (FUNDO DE AGRICULTURA, LIVRO 27, p. 47v, 9/02/1888). O território pré-concebido nas plantas (representações cartográficas) do

---

<sup>50</sup>Informações retiradas do processo de terra nº 101, no Contrato de Designação de Lotes de Terras assinado por Angelo Margon em 1º de março de 1879, sendo que o mesmo recebe o Título Definitivo do lote nº 536 em 15 de novembro de 1888.

governo não se perpetuou, por mais que as autoridades se esforçassem para isso. Buscava-se manter o traçado dos lotes proposto pelas plantas. Contudo, como relatado anteriormente, as relações sociais se sobrepunham a este esforço. Novos lotes estavam sendo demarcados para além das linhas de medição. Estavam ocorrendo ocupações ilegais e negociações de lotes entre imigrantes, indo além do controle governamental. À medida que o território do Núcleo Timbuy se constituía se transformava-se em intrínseca relação com as condições e as hierarquias sociais que surgiam.

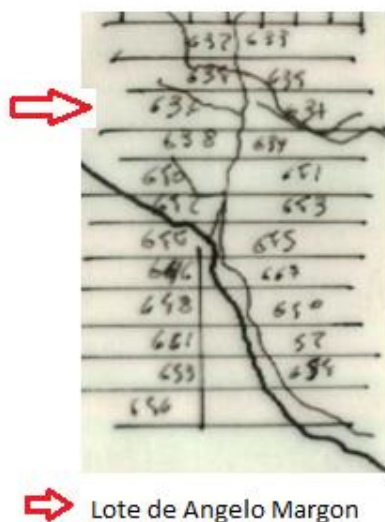
Em ofício de 1887, o engenheiro chefe Jacintho A. A. Pantojar fornece algumas orientações para a emissão do título definitivo do lote (prazo). Segundo ele, o memorial de cada prazo deveria conter:

(...)o nome verdadeiro do ocupante, assim como os dos confrontantes, (...) de que deve declarar o nº do prazo, se for lote colonial, se o ocupante tem algum título que legalize a ocupação, e neste caso, a sua natureza, data, por quem passado, nº dele, o tempo de ocupação do lote; e em separado uma relação das pessoas de família d'esse ocupante, estado [civil], idade, religião, naturalidade, quando chegado ao Brasil, se for estrangeiro; se tem mais algum ou alguns prazos, onde se tem títulos d'esses prazos, quando lhe forão distribuídos e por quem, se nelles tem cultura e que gênero, quaes os confrontantes e tudo mais que possa interessar para o exato conhecimentos d'este Escritorio (FUNDO DE AGRICULTURA, LIVRO 27, p.17. oficio 72, 3/08/1887).

Após dar entrada no pedido do título definitivo e pagar o valor estipulado pelo lote, um agente da Comissão de Terras visitava a propriedade, a fim de verificar se as exigências feitas ao imigrante foram cumpridas e expedir a documentação necessária.

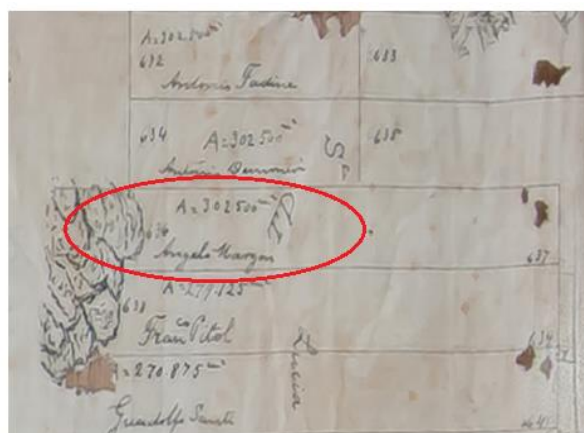
Sendo designado a Angelo Margon o lote nº 636 (carta 5 e na planta 4), na localidade de Santa Lucia, o contrato foi assinado em 1º de março de 1879. O mesmo imigrante deu entrada no processo de obtenção do título definitivo em 29 de junho de 1888. No final do mês de setembro, quitou o valor total de seu lote, sendo expedido o título definitivo em 15 de novembro de 1888. O imigrante italiano Cesare Rossi e sua esposa Luigia desembarcaram no Espírito Santo em 1876 e só conquistaram o título definitivo da terra dezesseis anos depois. Nos vinte processos analisados, percebemos que era comum este período de uma década ou mais para obtenção do título definitivo, tanto que a grande maioria dos imigrantes recebeu esse documento na década de 1890, mais de uma década depois do estabelecimento de muitos deles. Além da estrutura administrativa precária, devemos considerar que não seria possível iniciar as cobranças das parcelas do pagamento dos lotes a partir do segundo ano de estabelecimento do imigrante. O café, que seria a principal fonte de renda do imigrante, só começava a produzir no final do quinto ano (GROSSELLI, 2008, p. 267).

Nos recortes a seguir, podemos observar o lote designado a Angelo Margon.



⇒ Lote de Angelo Margon

Carta 5 - Lote de Angelo Margon em recorte da Carta Topographica dos Núcleos Porto Cachoeiro e Timbuy da Colônia Santa Leopoldina na Província do Espírito Santo: feito e organizado pelo agrimensor e engenheiro Franz Von Lipp 1879  
Fonte: CATÁLOGO MAPOTECA APEES, N° A1456.



○ Lote nº 636: Angelo Margon

Planta 4 –Lote de Angelo Margon em recorte da Planta do Núcleo Timbuy s/d  
Fonte: CATÁLOGO MAPOTECA APEES, N° A0307.

Cartografar a distribuição dos lotes foi uma tentativa de tentar manter o controle desse caótico processo. Assim poder-se-ia observar os lotes que ainda estavam disponíveis. Entretanto, após completarem a 18 anos, os filhos de imigrantes também conquistavam o direito de receber um lote de terra nas mesmas condições que seu pais (BUSATTO, 1998, p. 309). Este é o caso de Decimo Zamprogno que ainda criança se estabeleceu no Núcleo



Timbuy com seu pai Sebastiano Zamprogno, em 15 de junho de 1874, provenientes da Expedição Tabacchi (REGISTRO DE ENTRADA, PROJETO IMIGRANTES, 2014). Anos mais tarde, mesmo casado, ainda residia no lote de seu pai, na localidade de Nova Valsugana (planta 5). Decimo entrou então com um requerimento junto a Comissão de Terras para obter seu próprio lote. Após visita de um encarregado do governo, lhe foi concedido e demarcado o lote de terra.



Planta 5 - Planta da Medição e Demarcação de um terreno no lugar denominado Nova Valsugana  
Fonte: Processo de Terra nº 2167, APEES.

Esta planta nos permite visualizar também mais um aspecto percebido em muitos alguns casos analisados deste período. O lote de Decimo fazia divisa com lotes de dois de seus irmãos, Antonio e Giuseppe, mantendo assim as redes familiares e sociais do passado. Nesse sentido, uma das características que podemos apontar no processo de reterritorialização e estabelecimento dos imigrantes no novo território era a noção de comunidade que também havia atravessado o Atlântico.

A origem da comunidade está na família (TÖNNIES, 1947). “A vizinhança é, portanto, o caráter geral da convivência no povoado, onde a proximidade dos domicílios, os



bens comuns ou a mera contiguidade dos campos determina numerosos contatos entre os homens e faz com estes se acostumem a tratar-se e conhecer-se mutuamente” (GENOVEZ, no prelo).

Esses agrupamentos de famílias e o posterior fracionamento dos lotes de terra, devido a processos de herança, levou a formação de pequenos trechos do território conhecidos pelo próprio sobrenome familiar, dos quais podemos citar: a Serra dos Zamprogn e a Serra dos Sperandio, em Nova Valsugana e ainda as localidades como o Vale dos Tonini, a Comunidade Milanesi, dentre muitas outras. Temos ainda duas localidades nomeadas pela nacionalidade dos imigrantes que as ocuparam inicialmente, o Patrimônio dos Polacos (atual Santo Antônio do Canaã) e o Córrego dos Espanhóis. Neste processo de apropriação do território, pelo menos duas toponímias italianas foram reproduzidas em comunidades rurais fundada por italianos como: Lombardia e Valsugana (Valsugana Velha e Nova Valsugana). Esse fato chama a atenção para o modo como as famílias processaram suas apropriações. O espaço não passou a ser somente delas; passou a ter o nome delas e suas identidades se formaram a partir de uma amálgama com a própria terra. A relação se tornou tão intensa e suas territorialidades tão evidentes que a toponímia expressava o domínio.

Em caso de falecimento do imigrante, o lote de terra era normalmente passado para a viúva ou herdeiros que deveriam cumprir normalmente com as obrigações para obter o título definitivo. Este é o caso do lote nº 214, designado para Domenico Decarle Avancini. Com a dívida junto à Comissão de Terras sendo quitada, a viúva Thereza Decarle Avancini recebeu o título definitivo do referido lote (PROCESSO DE TERRA 1129, 1ª SÉRIE).

Grosselli (2008, p.202) nos apresentou mais um problema vivenciado por alguns imigrantes. A falta de escritura dos lotes poder-lhes-ia causar sérios problemas. Sem o documento os imigrantes muitas vezes perdiam parte do lote ou ainda poderiam ser obrigados a sair do mesmo após já terem começado a cultivá-lo (GROSSELLI, 2008, p. 202). Esse era um problema grave, pois implicava em um novo deslocamento dos imigrantes e o reinício dos trabalhos.

Um outro aspecto observado a partir das entrevistas realizadas diz respeito às migrações dentro do próprio Núcleo Colonial e, tempos mais tarde, até para novas frentes. Em cinco das entrevistas realizadas, os descendentes relataram nova migração de seus familiares. Esta era mais frequente quando se tratava de famílias de meeiros. No entanto, mesmo no caso dos imigrantes que se tornaram proprietários de lotes de terra, quatro entrevistados relataram pelo menos uma mudança de propriedade. Esta pequena migração dentro do núcleo também ocorria no caso de casamento dos filhos. Em vários casos, o novo casal precisa migrar para

conquistar sua terra em outro ponto do território; e, posteriormente, para novas frentes de povoamento no norte do Espírito Santo. Feller (2014, informação verbal) informou que muitos foram os casos de filhos de imigrantes que migraram para novas frentes de colonização. As famílias eram numerosas, e a terra era insuficiente para a sobrevivência de todos. Muitos casais tinham mais de dez filhos e no final do século XIX e início do século XX, não havia terra para todos os jovens, como ocorreu anteriormente.

Mesmo com tantas exigências, após alguns anos de trabalho quatro entrevistados relataram melhorias na vida de seus parentes que receberam os lotes de terra (NOVELLI, 2014, informação verbal; FELLER, 2014, informação verbal; MONTIBELLER, 2014, informação verbal; SANCIO, 2014, informação verbal). As dificuldades foram muito maiores para os imigrantes que não conseguiram adquirir um lote de terras por opção de ser meeiro ou por não terem conseguido pagar o terreno e acabaram perdendo-o. Estabeleceu-se assim uma linha de tensão entre os imigrantes. Enquanto alguns imigrantes, no final do século XIX, haviam conquistado o título da terra, tornando-se pequenos proprietários, e alguns poucos haviam até enriquecido, muitos não conseguiram pagar suas terras ou sofriam dificuldades econômicas como meeiros (NAGAR, 1995). IG (2012, informação verbal) relatou que seu pai não conseguiu pagar o terreno e teve que ser meeiro de outros imigrantes, realizando sucessivas mudanças de endereço, sem nunca conseguir melhorar as condições de vida da família. Um dos entrevistados<sup>51</sup> (2014, informação verbal), afirmou que seu pai nunca teve acesso à própria terra, tendo também que mudar de patrão muitas vezes. Este mesmo entrevistado ainda relatou arbitrariedades praticadas pelo patrão da família:

\_ A gente pedia: Mas por que papai o senhor nunca conseguiu fazer dinheiro?

\_Aaa, eu comprava na caderneta com os XXX<sup>52</sup> e eles marcava uma porção de coisa que eu não tinha apanhado e eu perguntava: Por que essas coisas que eu tenho que pagar?

\_ É umas coisa assim, uns restos que ficou estragado e então nós botamos para o senhor pagar (ENTREVISTADO, informação verbal).

Outras desvantagens de ser meeiro e arbitrariedades sofridas foram relatados por Nagar (1995, p.52), como por exemplo, cobrança de juros de 12% sobre os produtos adquiridos no estabelecimento do patrão; pagamento da produção do café com valores inferiores aos praticados no mercado. Assim foi comum o meeiro ficar em dívida com o patrão, sendo obrigado a continuar trabalhando para o mesmo até saudar o que devia (NAGAR, 1995, p. 52-4).

<sup>51</sup>Entrevistado não identificado para preservar a identidade das famílias envolvidas.

<sup>52</sup> Sobrenome não divulgado para preservar familiares.

### 3.4- A VIDA NO NOVO TERRITÓRIO

Com a distribuição dos lotes de terra efetivou-se a ocupação do território no Núcleo Timbuy e continuou o processo de reterritorialização dos imigrantes. Essa ocupação realizada por imigrantes principalmente italianos, seguiu rumando em direção aos fundos dos vales, cobrindo todo o Alto e Baixo Timbuy (ABREU, 1967, p.87).

Após um ano do sorteio dos primeiros lotes, já havia cento e vinte famílias estabelecidas no Núcleo Timbuy. Contudo, faltava o apoio financeiro e logístico para esses imigrantes (BIASUTTI, 1994, p.67). Por trás do aparente sucesso relatado para este núcleo pelas autoridades que afirmavam após cinco anos já ter se erguido estruturas econômicas e sociais mínimas, que garantiram a sobrevivência dos imigrantes, estavam as difíceis condições de vida dos imigrantes (FUNDO DE AGRICULTURA, Livro 35, 07/01/1880; GROSSELLI, 2008, p.466). Durante as primeiras décadas os imigrantes não tiveram assistência médica e nem escolas para os filhos, principalmente nas comunidades rurais mais distantes (FELLER, 2014, informação verbal; NOVELLI, 2014, informação verbal).

Mesmo depois de terem vivido todo o processo relatado até agora, o novo território lhes parecia melhor que a terra natal. Prova disso são os diversos registros de pedidos de passagem para italianos que queriam se estabelecer no Núcleo Timbuy, na florescente Vila de Santa Teresa, a convite de seus parentes (FUNDO DE AGRICULTURA, LIVRO 27).

#### 3.4.1 – A Vila de Santa Teresa

Logo após a distribuição dos lotes, um dos primeiros trabalhos foi a derrubada da mata onde se ia erguer a povoação. Em seguida, os imigrantes prosseguiram com o acabamento e abertura das estradas pelos vales de São Pedro, São Lourenço e Baixo Timbuy (MÜLLER, 1925, p. 17). Esta informação desmente uma memória social que a vila que deu origem a cidade de Santa Teresa teria surgido apenas tempos depois.

A povoação de Santa Teresa surgiu às margens do Rio Timbuy, pouco após a distribuição dos primeiros lotes de terra. Já em 1878 Santa Teresa foi descrita como uma florescente povoação:

Esta parte da colônia (...) tem tomado um desenvolvimento notável. Existe já alli, no local de Santa Thereza à margem do rio Timbuy uma pequena povoação com cerca de 20 casas de colonos, dous grandes barracões construídos pela directoria, 2 casas de negocio e 1 padaria (MARQUES, 1878, p.36).

Não podemos afirmar que esta já era uma cidade, mas com certeza já possuía dimensões consideráveis para uma povoação interiorana do século XIX. Esta povoação já em 1878 foi reconhecida como sede do Núcleo Timbuy e descrita com uma área com temperaturas suaves, mesmo no verão (MARQUES, 1878, p.36).

A pequena vila cresceu rápido e ganhou importância. No ano de 1888 a sede do núcleo Timbuy mais uma vez foi chamada de florescente povoação (FUNDO DE AGRICULTURA, LIVRO 27, p. 53, 9/02/1888). Novamente devemos ponderar o que as autoridades chamam de florescente povoação. No ano de 1888, a princesa Teresa da Baviera (2013) fez outra descrição da Vila de Santa Teresa, e ao final chamou-a de “povoado sem graça”:

A localidade, que pertence a Timbuy, ex-colônia de Santa Leopoldina, se situa entre as montanhas de altura média, muito próximas umas das outras, bem perto do riacho Timbuy. Ela consiste apenas em casebres feios com muros em volta, e de uma igreja que ainda não conta com sacerdote. As casinhas tem telhados cinza e, sem contar as janelas e as portas, lembraram um pouco as casas dos camponeses do Tirol, de modo que daria até para pensar que estamos lá. Bem de acordo com o costume italiano, a torre da igreja com o sino se encontra à parte (BAVIERA, 2013, p.61).

Os diferentes pontos de vista da mesma localidade nos remetem a um esforço das autoridades que promoveram a imigração, de apresentar a Vila de Santa Teresa e o Núcleo Timbuy como um empreendimento de sucesso.

Outro ponto importante a ser considerado é a observação da princesa Teresa da Baviera (2013), que não por acaso o território reproduzia algumas características do território italiano deixado no momento da emigração. Para Saquet (2003, p. 39) no processo de reterritorialização ocorre a reprodução ou recriação de características e elementos do antigo no novo território. Logo, a reprodução em solo brasileiro de uma cidade e organização territorial que lembrasse muito a terra natal foi um dos artifícios utilizados pelos imigrantes italianos na reterritorialização para aumentar o sentimento de pertencimento àquele local. Este fenômeno pode ser observado nas figuras 8 e 9:



Figura 8 - Rua Coronel Avancini, Santa Teresa/ES, 1939.  
Fonte: Acervo de Marilande Angeli \_in GASPARINI, 2008, p.38.



Figura 9 - Rua de Monteforte D'Alpone, Província de Verona/Itália, 2005.  
Fonte: Acervo e fotografia: Julio Posenato \_ in GASPARINI, 2008, p.39.

Apesar de terem utilizado materiais diferentes e diferentes técnicas de construção, como por exemplo, o estuque<sup>53</sup>, podemos perceber a semelhança entre as duas cidades. A igreja ocupa lugar de destaque em ambas e representava uma referência e o auxílio espiritual

---

<sup>53</sup> Técnica que utiliza madeira trançada preenchida com barro, para construir paredes.

para a população da cidade. As ruas estreitas e os casarões de dois andares próximos uns dos outros, em alguns casos com pequenas varandas, completam a paisagem (GASPARINI, 2008, p.39). Há que se considerar que a concepção de cidade, enquanto centro urbano, apresenta um padrão para muitos casos em fins do século XIX, no Brasil. Tendo em vista que os imigrantes estavam numa região com pouca densidade demográfica e com poucas cidades que poderiam servir de referência, podemos indiciariamente inferir um padrão oriundo do local do origem dos italianos.

Esta reprodução, aparentemente tão fiel de uma paisagem urbana tipicamente italiana e de casas semelhantes às das regiões de origem, em terras brasileiras, pode até ter sido algo inconsciente, ou simplesmente a reprodução do único padrão arquitetônico que conheciam, mas com certeza ajudou a reconstruir a identidade cultural e contribuiu para a reterritorialização e adaptação no novo território.

Posenato (1997) confirma este indício quando comenta sobre a casa dos imigrantes: “A casa tornou-se um monumento (ainda que inconsciente) à autoafirmação individual. Em sua imponência e semelhança à tradição italiana, simbolizava a euforia pela propriedade da terra e o orgulho pela liberdade, vivida em plenitude.” (POSENATO, 1997, p.66).

As semelhanças arquitetônicas estão presentes também nas comunidades rurais (Figura 10) onde encontramos igrejas e sítios com moradias e construções que são um reflexo da identidade italiana mantida nestas terras, fruto do processo de reterritorialização vivido pelos imigrantes italianos. Esta arquitetura traz as lembranças das terras de origem e mantém viva e presente a história da imigração neste município (MUNIZ, 2008, p. 131-2).



Figura 10 - Casa rural, construída no início do século XX, na comunidade de Nova Valsugana, Santa Teresa/ES.  
Fonte: Acervo Simone Zamprogno Scalzer, 2012.



Tanto na zona urbana quanto nas áreas rurais de Santa Teresa, o padrão arquitetônico dos tempos da imigração italiana não é mais reproduzido, no entanto, os antigos casarios são marcas identitárias e de autoafirmação de um povo que ao se reterritorializar reproduziu a partir de suas próprias memórias, um pouco da Itália nas serras de Santa Teresa/ES. Ou como afirma Saquet (2003, p. 39) na reterritorialização “o velho é recriado no novo”.

As características morfológicas do relevo do norte da Itália (figura 11), caracterizado por montanhas e vales, que se assemelha à paisagem encontrada em Santa Teresa (figura 12) foi mais um fator decisivo na constituição da nova paisagem. Como já vimos, a localização da vila não foi escolhida pelos imigrantes, como conta a memória social que prevalece entre muitos descendentes. No entanto a coincidência morfológica facilitou a reprodução de uma paisagem tipicamente italiana nas serras do Timbuy. Percebemos mais uma vez a relação direta entre natureza e sociedade na construção do território.

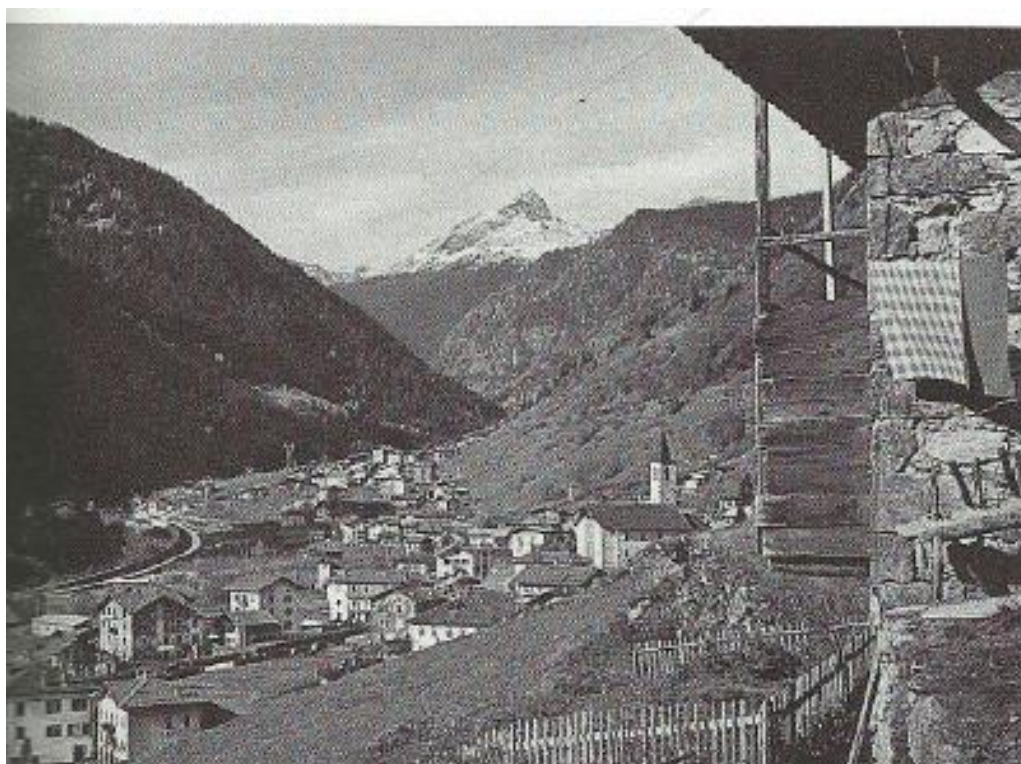


Figura 11 - Vista da comunidade de Caoria, Trento/Itália,1988.  
Fonte: Acervo de Sandra Gasparini\_in GASPARINI, 2008, p.25.

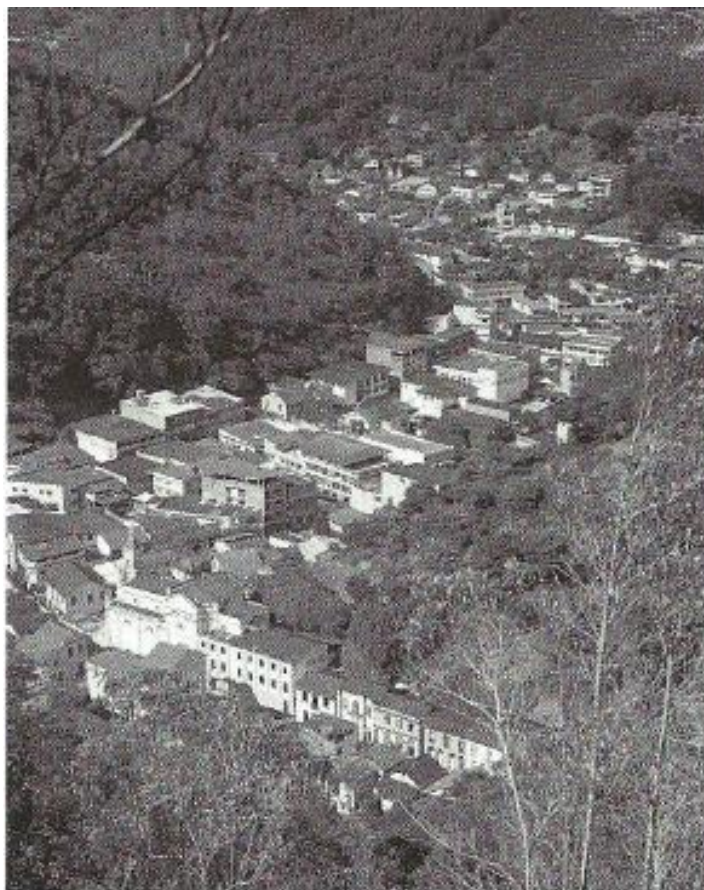


Figura 12 - Vista do centro de Santa Teresa/ES, 2004.  
Fonte: Acervo e fotografia: J.A. Ferrari (GASPARINI, 2008, p.25).

Nos dois casos tem-se a impressão de que estas cidades foram cuidadosamente encaixadas no relevo, cercadas por íngremes montanhas cobertas de vegetação. Posenato (1997, p.140) confirma que: “A planta de Santa Teresa não apresentava a retícula ortogonal própria da época de sua implantação, mostrando-se em uma configuração livre muito semelhante às pequenas cidades do Norte da Itália” (POSENATO, 1997, p.140).

Na planta da cidade apresentada abaixo que estima-se ser do final do século XIX, podemos observar a descrição de Posenato (1997), na qual a cidade segue uma configuração livre. Podemos ainda supor que a planta da cidade (planta 6) seguiu uma lógica observada em todo o processo de demarcação de lotes, na qual o mesmo sempre ficava de frente para um curso d’água.





Planta 6 - Planta da Povoação de Santa Theresia, medida e demarcada por ordem do Ilm.º Dr. Inspector Especial de Terras e Colonização desta Província pelo Auxiliar Julião Florian s/d  
 Fonte: CATÁLOGO MAPOTECA APEES, N° 0818.

Apesar desta planta não possuir data, estimamos ser do período de 1888 a 1890, pois a mesma chama o Timbuy de Distrito, e neste período o Timbuy foi elevado a distrito de Santa Leopoldina.

### **3.4.2- A vida e o trabalho no campo**

“O trabalho está na interface entre sociedade e natureza (...). O trabalho está na base da construção, desconstrução e reconstrução do habitat e do território” (SAQUET, 2011, p. 20). Isto posto, o trabalho dos imigrantes foi um elemento importante não apenas para a construção de suas casas, para a produção de alimentos e para a sobrevivência familiar, mas também para a construção do novo território no Núcleo Timbuy.

Os primeiros grupos de imigrantes a se estabelecerem no novo território tiveram a opção de trabalhar para o governo, podendo obter uma renda nos primeiros tempos na colônia. Mensalmente os imigrantes trabalhavam 15 dias em obras do governo, como estradas e os outros 15 dias trabalhavam em seus terrenos. Inicialmente foi ordenado um revezamento de 3 em 3 dias (MÜLLER, 1925, p.17,26). Apesar disso, o dinheiro conseguido com os trabalhos para o governo não era suficiente. E havia mais um agravante, trabalhar em obras do governo não era garantia certa de renda. Eram comuns os relatos de atrasos nos pagamentos dos salários (GROSSELLI, 2008, p.262).

Como as lavouras ainda não estavam produzindo, os imigrantes precisavam comprar tudo o que necessitavam em Santa Leopoldina, tornando esta fonte de renda ainda mais importante (MÜLLER, 1925, p.25-6). Era o trabalho nas estradas que lhes permitia a sobrevivência (GROSSELLI, 2008, p.397).

Em documento de 1889, o Inspetor de Terras reconheceu a importância dos trabalhos públicos para as famílias de imigrantes, que diante do curto espaço de tempo em que se estabeleceram ainda não encontravam meios para sua subsistência (FUNDO DE AGRICULTURA, LIVRO 82, p. 99, 28/10/1889). No entanto muitos imigrantes não tiveram esta oportunidade inicial de trabalho. As entrevistas realizadas foram com descendentes de imigrantes que chegaram após alguns anos de colonização, não foi observado em nenhum dos casos relatos desse tipo de atividade (NOVELLI, 2014, informação verbal; FELLER, 2014,

informação verbal; MONTIBELLER, 2014, informação verbal; SANCIO, 2014, informação verbal; DOSSI, 2012, informação verbal; CAPELETTI, 2014, informação verbal)

Além disso, esses trabalhos ocorreram em um período que a administração da colônia precisava realizar várias obras no núcleo. Contudo, o objetivo principal do governo não era este. Criaram-se as colônias para que surgissem núcleos de pequenos agricultores, e assim ocorreu no Timbuy (GROSELLI, 2008, P. 266). Esperava-se que os imigrantes cultivassem café, e esta acabou sendo a lavoura predominante nesse núcleo colonial. Todavia essa só daria uma boa colheita após quatro ou cinco anos. Neste período os imigrantes precisavam garantir o sustento cultivando outros gêneros, como os cereais e hortaliças (NAGAR, 1995, p.48-9).

Mesmo após o início da produção do café, as dificuldades econômicas dos primeiros tempos no novo território, a distância e a difícil viagem para compras até Cachoeiro de Santa Leopoldina, sede da colônia, também obrigavam os imigrantes a produzirem seu próprio alimento.

Para Saquet (2011, p.19) as localizações e distâncias possuem papel importante na organização do espaço, assim como na formação de redes de circulação e comunicação. Desta forma, as dificuldades econômicas e a distância até Cachoeiro de Santa Leopoldina, obrigou os imigrantes a cultivarem lavouras de subsistência. Mesmo assim, se faltasse algum alimento que não conseguiam produzir, como o trigo, ou alguma ferramenta, as vias de circulação permitiam que a viagem para compras, mesmo que difícil, fosse realizada. Da mesma forma, as vias de circulação permitiram o escoamento para produção, principalmente de café, até a sede da colônia.

Quando indagado sobre quais lavouras sua família cultivava, o entrevistado Melício Montibeller (2014, informação verbal) relatou: “Tudo, tudo, tudo, tudo, porque, era difícil mesmo, não tinha como, não tinha ajuda de nada”. Qualquer mantimento, ferramenta ou remédio que faltasse, ou não pudesse ser produzido no terreno do imigrante ou no núcleo, era comprado em Santa Leopoldina (SANCIO, 2014, informação verbal; FELLER, 2014, informação verbal). E esta era uma viagem que durava geralmente dois dias. O relato de Melício Montibeller nos descreve a viagem para compras em Santa Leopoldina:

Pra fazer compra eles saiam daí e tinha que ir pra Santa Leopoldina. Ia com burro. Gastavam dois dias. Um dia pra ir, que tinha que descansar os burros lá. Depois fazia a compra e vinha. Que não tinha nada! Querosene, por exemplo. Se faltasse o querosene faltava tudo (MONTIBELLER, 2014, informação verbal).

Da sede do Núcleo Timbuy/Santa Teresa até Santa Leopoldina são cerca de 28 quilômetros. Mas as condições da estrada e o meio de transporte utilizado tornaram a viagem

demorada e exaustiva. Em muitos casos a viagem era realizada a pé, sendo assim descrita por Müller (1925, p. 17): “assaz penosa, era uma verdadeira *via crucis*”. Essa viagem era feita também pelos tropeiros que transportavam o café produzido no Núcleo Timbuy para o Porto do Cachoeiro de Santa Leopoldina.

Os trabalhos nas propriedades rurais dos imigrantes envolveu geralmente toda a família, inclusive crianças, conforme verificamos nos depoimentos dos entrevistados: “Com oito anos trabalhava na roça com o papai” (NOVELLI, 2014, informação verbal). “Eu era criança e cresci ajudando ela (avó), plantando uva e colhendo uva” (MONTIBELLER, 2014, informação verbal). “Já ia na roça, com oito anos eu trabalhava” (FELLER, 2014, informação verbal).

Com o passar dos anos o pequeno produtor rural do Núcleo Timbuy teve mesmo sua propriedade estruturada em torno da produção de café, sendo esta sua principal fonte de renda. O esforço para aumentar e garantir o cafezal pode ser ilustrado pelo contrato firmado com o Alferes Manoel Gonçalves de Barcellos. Em 28/01/1877, o Alferes assinou contrato, com duração de cinco meses, para o fornecimento de mudas de café á povoação do Timbuy, com preço unitário de quinze réis (FUNDO DE AGRICULTURA, LIVRO 167, p. 2v).

Foi sem dúvida o café o grande empreendimento deste núcleo colonial. A produção de café do Timbuy foi destaque no ano de 1888, na então ex-colônia de Santa Leopoldina:

Tendo a ex colônia se esforçado (...) se dedicando especialmente a cultura do cafeeiro, tem estes três núcleos [Porto do Cachoeiro, Timbuy e Conde D’Eu] progredido consideravelmente em lavoura e comércio, sendo digno de particular menção o do Timbuy, onde o número de cafezais aumenta de dia a dia, podendo assegurar-se, (...) que o número de cafezais novos, que ainda não produzem representa dois terços, dos cafezais existentes (FUNDO DE AGRICULTURA, LIVRO 27, p. 53, 9/02/1888).

No ano seguinte, 1889, o café já ocupava todas as terras colonizadas por imigrantes (BIASUTTI, 2005). Desta forma, com o aumento considerável de sua área cultivada e produção, o café foi responsável também, por atrair mão de obra de brasileiros para os núcleos coloniais. Os brasileiros se dispunham a serem diaristas nas lavouras, condutores de tropas de mulas que transportavam o café, comerciantes e caixeiros-viajantes (GROSSELLI, 2008, p. 488-9).

Na impossibilidade de adquirir e manter durante todo o ano uma tropa de mulas, o pequeno agricultor vendia toda a produção de café a comerciantes, que a transportava até a Vila do Cachoeiro de Santa Leopoldina. Dali até o Porto de Vitória o café era transportado em canoas a frete, onde se juntaria a toda a produção da Província (GROSSELLI, 2008; FUNDO DE AGRICULTURA, LIVRO 27, p. 53-53v, 9/02/1888).

Era comum os comerciantes oferecerem crédito aos imigrantes durante o ano, para serem pagos com a safra de café na época na colheita. Esse tipo de negócio subordinava o pequeno produtor ao comerciante, que muitas vezes cobrava preços abusivos pelos produtos fornecidos (GROSSELLI, 2008).

Ao mesmo tempo que a lavoura do café se desenvolvia e começava a promover o progresso, ainda faltavam escolas, igrejas e cemitérios e melhoria nas estradas que estavam em péssimas condições; faltavam também pontes (FUNDO DE AGRICULTURA, LIVRO 27, p. 53v, 9/02/1888).

Apesar das dificuldades de escoamento da produção e de por vezes o solo não ser considerado o ideal para tal cultivo, o café era o cultivo que apresentava resultados mais vantajosos para os imigrantes. Com a expansão da área cultivada e da produção, o café se tornou no último quarto do século XIX, uma verdadeira monocultura no Espírito Santo, cultivado pelos imigrantes e seus descendentes.

Mas como já dissemos, os colonos também cultivavam algumas hortaliças, cereais e criavam alguns animais como galinhas e bovinos para o consumo familiar. (POSENATO, 1997, p.275-282). E além dessas práticas agropecuárias tivemos pelo menos mais duas tentativas comerciais, como a criação do bicho da seda, que não foi bem sucedida e o cultivo de videiras (MÜLLER, 1925).

A uva, cultura tradicional dos imigrantes, foi trazida pelos mesmos em sua bagagem. Assim como a comunidade de imigrantes italianos estudado por Saquet (2003), temos um caso de imigrante que trouxe mudas de uva em batatas.

Quando a minha avó veio, ela falava em negócio de uva, entendeu? Ela falou assim: \_Vamos levar umas mudas de uva pra plantar. Porque dia de Natal se não tiver uva a gente não tem sorte e faltando a uva na mesa não é Natal. Daí eles trouxeram nove plantazinha de uva na batata da Itália. (...) E veio pro Brasil. Naquele tempo gastava quarenta e cinco dias e quarenta e cinco noite pra vim pro Brasil. (...) E afinal gastaram todo esse tempo. Eles vieram abriram um lugar lá e plantaram uva, só salvou seis pés de uva (MONTIBELLER, 2014).

O cultivo da vinha não era comum a todo o Timbuy. As lavouras concentraram-se principalmente nas proximidades da povoação sede do núcleo (FUNDO DE AGRICULTURA, LIVRO 27, p. 53, 9/02/1888). A introdução deste cultivo no novo território, foi parte do processo de reterritorialização vivido por aqueles imigrantes. Quando não tinham a uva, uma alternativa foi produzir o vinho a partir da jabuticaba, planta típica da Mata Atlântica, como observado na comunidade de Nova Valsugana, onde algumas famílias

produziam vinho a partir da jabuticaba<sup>54</sup>. O cultivo da uva perdurou e hoje Santa Teresa é o município com maior produção da fruta no Espírito Santo, se destacando também na produção de vinhos (INCAPER, 2012).

Temos relatos também de pequenas agroindústrias caseiras de embutidos, queijos e vinhos, tradicionais da cultura italiana; além, da produção de açúcar mascavo destinadas ao consumo familiar.

### **3.4.3- As territorialidades italianas no Núcleo Timbuy**

Retornando ao conceito, apresentado no capítulo 1, territorialidade pode ser entendida como as relações diárias que os homens mantêm entre si e com a natureza. A territorialidade é o desenrolar das atividades cotidianas no trabalho, escola, família, vizinhança, produto e determinante na construção do território (SAQUET, 2011, p.87).

Desta forma, a partir do processo de reterritorialização vivido pelos imigrantes italianos Núcleo Timbuy (Santa Teresa/ES) podemos observar que alguns elementos que demarcaram a identidade italiana foram reproduzidas no novo território, delineando uma territorialidade italiana para um grupo bastante diversificado, oriundo do Norte da Itália. Era um novo ambiente, com condições naturais diferentes. Na culinária, por exemplo, nem todos os ingredientes puderam ser encontrados, ou comprados. O pão muito consumido por todos no Norte da Itália, independentemente da região, na província do Espírito Santo não pode ser comumente consumido, pela falta de alguns ingredientes.

Após os primeiros tempos em que até mesmo a alimentação era precária, parte da culinária tradicional voltou a ser consumida pelos imigrantes, reatando os vínculos identitários e redimensionando as diferenças culturais em torno de uma territorialidade sob a égide dos italianos, em que pese sua complexa hierarquização interna. Desse modo, a minestra (sopa) e a polenta, típicas da culinária do local de origem, foram estabelecidas como as principais refeições. Estavam presentes também, o queijo e a linguiça, produzidos pelas próprias famílias<sup>55</sup>. Quando indagado se mantinha algum hábito alimentar de seus pais e avós, o descendente de imigrante italiano, Tranquilo Novelli (2014, informação verbal), descreveu

---

<sup>54</sup> Informação coletada em trabalho de campo.

<sup>55</sup> Informações observadas em entrevistas e trabalho de campo.

seu almoço do dia: “Eu comi [polenta] meio dia. É, meio dia, polenta com quiabo e uma carnezinha e macarrão”.

Em momentos festivos outros alimentos também estavam presentes. O romance *Karina* descreve uma cena típica nas famílias dessa região:

—Começou o Natal em nossos corações - pensei.  
 À noite, ninguém quis sair à rua. Aguardavam para ajudar a fazer os ‘capeleti’.  
 (...) eu desossava a galinha, Juntei em seguida a carne de galinha com a linguiça e o toucinho e passei na máquina. Condimentei com bastante queijo, uma pitada de noz-moscada, outra de pimenta do reino, amassa bem e o recheio ficou pronto.  
 Apanhei trigo, ovos, uma xicrinha de água morna e em pouco a massa estava pronta. Com o pau de espichar – longo e roliço- comecei a abrir a massa (...) cortei-a em quadrinhos (...) Chamei, então, a meninada, que veio correndo. (...) Uns separavam os quadrinhos de massa desfolhando-os; outros faziam bolinhas com recheio e as colocavam nos quadrinhos da massa. Eu ia armando os ‘capeleti’ um a um (...)Vez por outra, as crianças cochichavam entre si, disfarçando. As bolinhas de recheio erravam o caminho (TAMANINI, 1980, p. 202-3).

O capeleti ou agnoline eram consumido também em datas como Páscoa, aniversários e casamentos. Já aos domingos era comum preparar macarronada ou taiadela (massas).

No lazer temos relatos (MONTIBELLER, 2014, informação verbal; NOVELLI, 2014, informação verbal; FELLER, 2014, informação verbal) de bailes realizados nas casas das famílias, ao som da concertina<sup>56</sup>. E para os homens aos domingos à tarde era comum se reunirem para jogar bocha e alguns jogos de baralho, como cinquela e tressete.

Outro elemento que auxiliava na definição de uma territorialidade tipicamente italiana foi a continuação das práticas católicas, reproduzidas principalmente nos cultos dominicais, novenas e festas de padroeiro. Era comum um imigrante oferecer parte de seu lote para a construção da igreja ou de um oratório, também chamado capitel (GROSSELLI, 2008, p.409).

“Nos territórios da imigração italiana a fé se manifesta de diferentes formas, materializando-se através de capelas, grutas, capiteis e cruzes, com destaque para a igreja, que se constitui em um templo destinado às manifestações de fé e exerce centralidade na paisagem” (BRUM NETO, SAQUET, 2013, p.171). Todos os ícones citados são bem presentes nas paisagens de Santa Teresa, e a construção dos mesmos geralmente está relacionada ao trabalho comunitário, ou a uma história familiar.

A construção da igreja foi muito importante para aqueles imigrantes. Em geral, construía uma igreja provisória e depois outra maior e mais forte, muitas vezes feita de pedras.

---

<sup>56</sup> Instrumento semelhante ao acordeão.



Figura 13 – Igreja do Núcleo Timbuy, 1888.  
 Fonte: Centro Leonardo Da Vinci 2001. GASPARINI, 2008, p.87.



Figura 14: Igreja Matriz de Santa Teresa construída no início do século XX.  
 Fonte: Acervo Simone Zamprogno Scalzer, 2013.

Assim como observamos no caso da sede do Núcleo, na Igreja de Santa Teresa, na comunidade de Nova Valsugana no Baixo Timbuy, esta história também se repetiu. De início os imigrantes construíram uma igreja de estuque, depois ao redor desta foram construindo outra maior, de pedras. Aos domingos as famílias vinham para os cultos e carregavam as pedras para a construção da nova igreja<sup>57</sup>.

Nas linhas tênues do cotidiano, nos sabores, nas danças, brincadeiras, na rezas e na lavoura o território era apropriado e nele, projetadas as relações sociais e culturais da comunidade, constituindo inúmeras territorialidades que dinamizavam a ocupação do Núcleo

<sup>57</sup> Informações coletadas em trabalho de campo e no resumo histórico do arquivo da igreja de São Luiz Gonzaga, Nova Valsugana.



Timbuy (HAESBAERT, 2004, p.339). Logo a reprodução das territorialidades contribuiu para a reterritorialização do imigrantes italiano, para a construção do novo território e se tornou no decorrer dos tempos uma marca identitária da região.

No que se refere ao dialeto ou língua italiana, esta manteve-se presente por muitos anos, sendo falada por alguns descendentes até os nossos dias. Contudo, ao contrário do que é observado na localidade vizinha de Santa Maria de Jetibá, colonizada por pomeranos onde o alemão é a língua principal em muitas famílias até hoje, o italiano, pouco tempo depois da chegada dos imigrantes deixou, de ser a língua oficial do Núcleo Timbuy.

Ao indagar Alcebiades Feller (2014, informação verbal) como seus pais aprenderam a língua, o entrevistado respondeu que “aprenderam ouvindo os que já moravam aqui”. A princesa Teresa da Baviera observou, em 1888, a facilidade com que italianos aprenderam o português.

Os dois peões cavaleiros também tiroleses italianos, mas se comunicavam entre si em português. Interpelado por que todos os italianos entre si falavam o idioma estrangeiro [português], ele disse que isso vem de forma natural quando alguém ouve sempre esse idioma perto de si. Essa facilidade de deixar a língua materna para trás, segundo minhas observações, só acontece no caso de imigrantes cujo idioma está próximo do novo país. Desse modo, romanos não portugueses adaptam-se facilmente ao português no Brasil, ao passo que imigrantes alemães conservam o uso de seu idioma por toda a vida em sua comunicação pessoal (BAVIERA, 2013, p.62).

Ao contrário do que ocorreu com os vizinhos pomeranos, os italianos que estabeleceram-se no Núcleo Timbuy/Santa Teresa, tiveram a língua como uma aliada na reterritorialização.

### 3.5- A EMANCIPAÇÃO

Não há separação. O território é economia, política e cultura (SAQUET, 2006, p. 83). Assim, de acordo com o crescimento econômico do Núcleo Timbuy, crescia a vontade dos governantes de emancipá-lo. Percebemos uma vontade política para promover a emancipação, antes mesmo deste ser um desejo popular.

Ainda em 1878, quatro anos após a chegada dos primeiros imigrantes italianos a este núcleo de colonização, Marques (1878, p.36) levantava a hipótese do povoado de Santa

Teresa ser a sede da nova Colônia do Timbuy. E levantou-se essa hipótese dizendo ainda, ser de grande conveniência separar o novo território da colônia de Santa Leopoldina.

Em 1879 o diretor da colônia e o presidente da Província, negaram as más condições de vida dos colonos e a falta de infraestrutura do Timbuy, afirmaram que o núcleo encontra-se de tal maneira desenvolvido que já não precisa de auxílio e sugeriram sua emancipação (GROSSELLI, 2008, p. 424).

Em 1880, a direção da Colônia insistia na emancipação do Núcleo Timbuy. Em 1881, seis anos depois da distribuição dos primeiros lotes de terra no Núcleo Timbuy, o presidente da Província, Marcellino de Assis Tostes, nos forneceu algumas considerações importantes sobre o mesmo. De maioria italiana, a população era de cerca de 3.000 habitantes, provenientes de 365 famílias ali estabelecidas. O núcleo estava dividido em oito distritos e esse presidente afirmou que poderia ser declarada sua emancipação (TOSTES, 1881, p.40).

No ano de 1882, havia muita pressa em emancipar esse núcleo, no entanto nem mesmo trabalhos indispensáveis para garantir a necessidades básicas dos colonos e à administração do mesmo, estavam concluídos (GROSSELLI, 2008, p. 467,474). Em fevereiro de 1888 antes mesmo deste núcleo ser elevado a distrito, documentos oficiais já o chamavam de ex-núcleo Timbuy (FUNDO DE AGRICULTURA, LIVRO 27, p. 48, 09/02/1888). Ainda no ano de 1888, pela lei provincial nº 24, de 17 de setembro, o Núcleo Timbuy, agora Santa Teresa, passou a ser um Distrito ligado a Santa Leopoldina, sendo atribuído a este fato seu desenvolvimento agrícola (IBGE 2014; BIASUTTI, 1991, p.10).

Dois anos depois, pelo Decreto Estadual nº 57, de 25 de novembro de 1890, foi criado o município de Santa Teresa, desmembrado do município de Porto do Cachoeiro de Santa Leopoldina, sendo instalado em 22 de fevereiro de 1891 (BIASUTTI, 1991, p.10; BIASUTTI, 2005, p. 23; IBGE, 2014).

Müller (1925) descreveu assim a cerimônia de instalação do município de Santa Teresa:

No referido dia 22 de fevereiro de 1891, o Presidente de Santa Leopoldina, Alberto Sebastião Volkart, com o Secretário Francisco Domingos P. Passos, instalou muito solenemente a nossa Villa e deferindo o juramento legal, deu posse ao Conselho de Intendência Municipal, que ficou constituído dos seguintes membros: Jeronymo Vervloet, Presidente; Fortunato Broillo, Dr. Emilio Haessler, Alexandre Felipe e Julião Floriano do Espírito Santo (MÜLLER, 1925, p.37).

Essas pessoas que assumiram inicialmente a administração municipal foram comerciantes e lideranças comunitárias, representantes também de outras nacionalidades que que instalaram em Santa Teresa.

Segundo AZ, “os imigrantes, principalmente os que residiam na zona rural do núcleo, estavam preocupados em trabalhar e sobreviver e não se envolveriam em questões políticas. Talvez alguns dos que moravam na Vila de Santa Teresa tenham participado desse processo” (AZ, 2014, informação verbal). Para o historiador Luiz Busatto, a emancipação era uma forma do governo diminuir a responsabilidade que tinha com os núcleos coloniais (BUSATTO, 2014, informação verbal).

Na verdade, apesar de não termos conseguido em nenhuma das entrevistas, e nem em conversas informais informações sobre a emancipação, é possível que as lideranças comunitárias citadas tenham participado de alguma forma desse movimento de emancipação. O que está claro é que o evento da emancipação não teve a importância histórica que naturalmente se percebe em outros casos. Ou por que os imigrantes já sentiam-se emancipados (enquanto localidade), ou por se tratar de um evento apenas político, que não surtiu imediatamente mudanças na vida da população de Santa Teresa. Entretanto, não podemos deixar de considerar que a dinâmica de instauração territorial de um núcleo colonial difere totalmente daquela vivenciada, em um longo processo histórico, por um povoado que gradativamente se desenvolve a ponto de ser emancipado de sua sede. Desde o início, o Núcleo fora criado para ser irradiador de produção e implementar uma política de ocupação territorial e, talvez, por isso, a emancipação tenha sido apenas e tão somente um ato solene, sem maiores repercussões na comunidade.

Trinta e quatro anos após a emancipação, Müller (1925) ainda completa seu texto afirmando que esta data deveria ser um dia de festa, sendo digna de ser decretado feriado municipal. Isso aponta que ainda naquela época, não era dado o destaque que se esperava para um evento do tipo. A data nunca tornou-se feriado municipal e somente nos últimos anos passou a ser lembrada pelo Circulo Trentino de Santa Teresa. Enfim, mais do que uma vontade popular, percebemos um empenho das autoridades que administravam a Colônia Santa Leopoldina e a Província/Estado do Espírito Santo em emancipar o Núcleo Timbuy. Um esforço para apresentar Santa Teresa como uma povoação próspera, capaz de ser a sede do novo município que, desde seus princípios já existia, pelo menos nos sonhos dos italianos que ao atravessarem o Atlântico buscavam uma terra de promessa, a Canaã. Na realidade, essa terra não fora encontrada, mas instituída, configurada em meio a um complexo processo de formação territorial.

## CONCLUSÃO

Neste trabalho abordamos a formação/configuração do território a partir de projetos de Estado que previam a ocupação de terras devolutas com o estabelecimento e trabalho de imigrantes europeus.

Nesse sentido, constitui-se como o primeiro estudo a focar a formação/configuração do território do Núcleo Timbuy/Santa Teresa. Por isso, vai além da questão migratória compreendendo esse fenômeno de forma mais ampla; ou seja, enquanto parte de um projeto de ocupação de terras e desenvolvimento econômico proposto pelo governo da Província do Espírito Santo.

O objetivo principal de compreender a configuração territorial do Núcleo Timbuy e os objetivos específicos de compreender o contexto histórico do Norte da Itália e do Espírito Santo na segunda metade do século XIX; analisar o processo de preparação do Núcleo Timbuy; correlacionar as primeiras expedições de imigrantes com a configuração inicial do território; compreender o processo de estabelecimento dos imigrantes italianos no Núcleo Timbuy foram alcançados. Para tanto, foram realizados trabalhos de campo, entrevistas com descendentes de imigrantes, pesquisa documental no Fundo de Agricultura do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo e revisão bibliográfica sobre o tema.

As referências teóricas que orientaram essa análise perpassaram os conceitos de território, territorialidade, territorialização, desterritorialização e reterritorialização, além de algumas das teorias das migrações. O estudo desses conceitos e teorias proporcionou uma melhor compreensão do fenômeno migratório em questão e da configuração do território no Núcleo Timbuy. Além disso, a revisão bibliográfica dos autores que trataram da imigração italiana para o Núcleo Timbuy, para o Espírito Santo e para o Sul do Brasil, permitiram vislumbrar quais eram as lacunas que o estudo acerca da imigração italiana e da configuração do território no Núcleo Timbuy deixaram vagas. Ao final desse estudo algumas lacunas foram preenchidas e outras foram abertas, indicando a possibilidade de novos estudos.

Observamos que na segunda metade do século XIX a população do norte da Itália sofria dentre outros problemas com as guerras pela unificação italiana e pela delimitação de fronteiras com países vizinho; as propriedades agrícolas haviam sido tantas vezes subdivididas que possuíam dimensão que não permitia mais a sobrevivência das famílias; a região enfrentou três enchentes que destruíram a camada fértil dos solos; as lavouras foram

atacadas por pragas e as autoridades locais eram incapazes de suprir as necessidades de uma superpopulação.

Neste mesmo momento histórico, o Espírito Santo, que até há pouco tempo não passava de uma barreira verde para a região aurífera de Minas Gerais, começa a promover a ocupação das terras devolutas do interior da província. O principal objetivo do governo era promover o desenvolvimento econômico da província a partir da venda de lotes de terra a imigrantes europeus e a disseminação do cultivo do café.

A análise desse movimento migratório apontou que neste cenário, a emigração apresentou-se como uma alternativa de vida melhor para milhares de italianos que buscavam no Brasil a paz e terras férteis para cultivar. Salientamos aqui que a ocupação das terras devolutas do Espírito Santo não se iniciou com a introdução de imigrantes. Antes disso foram realizadas outras obras de grande importância para o conhecimento e domínio desse território. Dentre estas destacamos a abertura de estradas que ligavam a Província do Espírito Santo a Minas Gerais, a instalação de aldeamentos e quartéis.

A Estrada de Santa Thereza esteve entre as primeiras estradas que comunicavam a Província do Espírito Santo com Minas Gerais. Nessa estrada foi instalado o Quartel do Timbuy, um ponto de apoio e descanso para as tropas e viajantes que percorriam este caminho. Como discutimos, esse quartel muito provavelmente não se localizou nas terras do Núcleo Timbuy, mas foi parte de um projeto de domínio e ocupação do território que orientou a ocupação das terras da região serrana ao sul do rio Doce.

Com a abertura da Estrada de Santa Thereza, muito mais do que ligar duas províncias, permitiu-se como em outros casos o início da ocupação das regiões por onde passava. Em suas margens, anos depois, foi instalado o Núcleo Timbuy, um importante núcleo de colonização italiana no Espírito Santo. Este núcleo era parte da Colônia Santa Leopoldina, instalada às margens do Rio Santa Maria da Vitória, em 1856. Tempos depois com a imigração já consolidada nessa colônia, foi planejada a abertura de um novo núcleo de povoamento, o Núcleo Timbuy.

Em 1873 quando a primeira estrada para o Timbuy ainda não estava concluída, após uma revolta na sede da Colônia Santa Leopoldina, um grupo de imigrantes polacos foi enviado ao Núcleo Timbuy, para uma área denominada Baixo Timbuy. Em 1874, estavam construída a nova estrada que ligou a Colônia Santa Leopoldina ao local que seria a sede do Núcleo Timbuy, quatro barracões para alojamento de imigrantes e demarcados vários lotes de terra. Ainda em 1874, antes mesmo da abertura oficial, se estabeleceram no referido núcleo o primeiro grupo de imigrantes italianos, provenientes da fracassada Expedição Tabacchi.

Em junho de 1875 chega ao Timbuy a primeira leva de imigrantes italianos destinados a esse núcleo. E com o evento do sorteio dos lotes de terra foi aberto oficialmente o Núcleo Timbuy. Nas décadas seguintes o núcleo continuou a receber diversas levas de imigrantes, em sua grande maioria italianos.

Os embarques de imigrantes aconteceram em portos italianos e franceses e após uma longa viagem chegavam aos portos do Rio de Janeiro ou de Vitória. Os imigrantes que chegaram no Porto do Rio de Janeiro cumpriam naquela cidade os dias de quarentena e em seguida eram enviados em navios menores ao porto de Vitória. Os imigrantes que vieram diretamente para Vitória cumpriam quarentena nessa cidade, ou eram encaminhados diretamente para os núcleos de colonização. Para os que seguiam com destino ao Núcleo Timbuy, subiam em canoas o Rio Santa Maria da Vitória até o Porto do Cachoeiro de Santa Leopoldina. Nesta localidade os imigrantes pernoitavam em barracões e seguiam a pé na manhã seguinte para o Núcleo Timbuy. Essa era uma viagem desgastante que foi um marco na desterritorialização e a reterritorialização no novo território.

Um dos primeiros desafios dos imigrantes italianos no Núcleo Timbuy foi o contato com a floresta recém desbravada. Havia a obrigatoriedade de derrubar a mata. E o contato com um clima muito diferente do que os imigrantes estavam adaptados e ameaças que vinham da floresta como as onças, serpentes e os mosquitos causadores de doenças tornaram os primeiros anos no novo território traumáticos.

Ao chegar, o imigrante tinha o direito de receber um lote de terra que deveria ser pago a prestações nos anos seguintes. Os primeiros imigrantes deveriam trabalhar quinze dias mensais em obras do governo no núcleo. Esta foi uma fonte de renda importante, pois o café que viria a ser sua principal fonte de renda só começava a produzir quatro ou cinco anos depois do plantio. O plantio de pequenas lavouras de subsistência também foi importante para garantir o sustento familiar.

Em linhas gerais, esta pesquisa destacou a atuação das autoridades governamentais e dos imigrantes italianos na formação histórica e configuração do território no Núcleo Timbuy. Num processo dinâmico, enquanto o governo da Província do Espírito Santo territorializava as terras do Timbuy com a distribuição/venda de lotes de terra a imigrantes, os mesmos estavam se reterritorializando; e, como parte desse processo, reproduziram no núcleo algumas características arquitetônicas, sociais e culturais do Norte da Itália.

A atuação dos imigrantes foi decisiva na configuração do território do Núcleo Timbuy. A memória social que prevalece entre os descendentes de imigrantes italianos que ali se estabeleceram por vezes ignoram a atuação do governo neste processo. Do mesmo modo os

registros oficiais apontam inicialmente para uma configuração territorial planejada pelas autoridades orientada por plantas que demonstravam a demarcação dos lotes de terra. Contudo, apesar da ocupação/configuração do território no Núcleo Timbuy ter sido orientada pela atuação do governo, este processo foi complexo, compreendendo uma intensa relação entre seus atores. O imigrante reclamou de terras de baixa fertilidade, requereu novos lotes, trocou ou vendeu lotes ou parte deles. Os novos imigrantes, convocados por parentes ou agenciadores, chegaram em quantidade e velocidade muito maior que o da demarcação de lotes, obrigando as autoridades a estabelecerem grupos para além das linhas de medição. Eram comuns também as ocupações e vendas irregulares de lotes de terra.

Alguns elementos identitários caracterizaram uma territorialidade tipicamente italiana que se tornava expressiva nas inúmeras atividades do cotidiano que puderam ser reproduzidas no novo território, como alguns pratos da culinária, as práticas religiosas e atividades de lazer, como os jogos de baralho e bocha.

De forma concomitante à ocupação dos lotes de terra rurais, realizou-se a ocupação da área destinada a ser área urbana do Núcleo Timbuy, a Vila de Santa Teresa. A vila surgiu nas margens do Rio Timbuy e em pouco mais de quinze anos tornou-se a sede do município de Santa Teresa.

Desde a origem da Vila de Santa Teresa, as autoridades cogitavam a emancipação do Núcleo Timbuy. A partir das análises realizadas nesta pesquisa, a emancipação de Santa Teresa aparece muito mais como uma vontade de autoridades políticas do que populares. É provável que lideranças locais tenham participado deste evento histórico, no entanto, a emancipação inicialmente parece não ter relevância para a vida dos imigrantes, principalmente dos estabelecidos na zona rural. A emancipação é um fato histórico que não apareceu nas entrevistas e nos trabalhos de campo, mesmo após serem questionados, nenhum dos entrevistados e das pessoas com quem tivemos contato soube relatar nada sobre esse evento, foram feitas somente algumas suposições.

Como contribuição acadêmica essa dissertação lançou um novo olhar sobre a imigração italiana, discutindo sua contribuição para a configuração do território no Núcleo Timbuy. Damos destaque também às obras realizadas pelo governo que orientaram a ocupação das terras do Timbuy, assim como as obras de preparação do Núcleo Timbuy até então não estudadas. Esse estudo contestou, em parte, uma memória social que sustenta que os imigrantes embrenhavam-se pelas matas até chegarem em um local que julgassem próprio para o seu estabelecimento. Apuramos no entanto, que a demarcação dos lotes assim como a

escolha da localização da Vila de Santa Teresa foram realizadas por agrimensores contratados pelo governo e os imigrantes estabeleceram-se em localidades e lotes pré-estabelecidos.

Ao contrapor os relatos orais aos documentos coletados no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, verificamos que os imigrantes que chegaram em levadas posteriores às iniciais, tinham a possibilidade de escolher o lote que pretendiam se estabelecer, ao contrário dos pioneiros que receberam o lote por sorteio. Bem como, que muitos imigrantes trocaram e venderam lotes ou parte deles como outros imigrantes. Pode-se perceber que este foi um processo dinâmico que foi além do poder do Estado em controlar o território, mas que envolveu também a apropriação e dominação do mesmo território por parte dos imigrantes.

Tínhamos até então a memória. Não havia ocorrido um esforço em pesquisar documentos oficiais e complementar a história, um esforço de pensar o Núcleo Timbuy entre a memória e a história. Assim ao relacionarmos a memória e a história, concluímos que a criação do Núcleo Timbuy e a configuração desse território foi uma ação tanto do governo quanto dos imigrantes italianos. Os imigrantes, principalmente italianos, não aceitaram somente lotes de terra que lhes foram entregues, mas se mobilizaram e reconfiguraram a própria ação e projeto do governo, ampliaram lotes, compraram outros, reivindicaram terras mais férteis e imprimiram suas marcas culturais neste território.

O desenvolvimento dessa dissertação sugere um aprofundamento em alguns temas que podem gerar outras pesquisas que esclareçam melhor o estabelecimento e a vida dos polacos no Baixo Timbuy; a participação/atuação da mulher na migração e vida no novo território, as histórias das diversas comunidades rurais fundadas pelos imigrantes italianos; e de questões ainda pouco pesquisadas e discutidas como a emancipação de Santa Teresa e a presença e atuação de outras nacionalidades de imigrantes no Núcleo Timbuy.



## REFERÊNCIAS E FONTES

### FONTES

#### FONTES ORAIS

A.G. 95 anos. Entrevista concedida a Simone Zamprogno Scalzer. Santa Teresa. 03 nov. 2012.

A.P. 85 anos. Entrevista concedida a Simone Zamprogno Scalzer. Santa Teresa. 02 mai, 2012.

A.Z. 80 anos. Entrevista concedida a Simone Zamprogno Scalzer. Santa Teresa. 12 mai, 2014

BUSATTO, Luiz. Entrevista concedida a Simone Zamprogno Scalzer. Santa Teresa. 10 mai. 2014.

CAPELETTI. Ana. 80 anos. Entrevista concedida a Simone Zamprogno Scalzer. Santa Teresa. 10 abr. 2014..

DOSSI, Edimar Antônio. 46 anos Entrevista concedida a Simone Zamprogno Scalzer. Santa Teresa. 08 abr. 2012.

FELLER, Alcebiades. 90 anos. Entrevista concedida a Simone Zamprogno Scalzer. Santa Teresa. 2 abr. 2014.

G.F. 73 anos. Entrevista concedida a Simone Zamprogno Scalzer. Santa Teresa. 11 out. 2012.

I.G. Entrevista concedida a Simone Zamprogno Scalzer. Santa Teresa. 03 nov. 2012.

MONTIBELLER, Melício. 84 anos. Entrevista concedida a Simone Zamprogno Scalzer. Santa Teresa. 14 abr. 2014.

NOVELLI, Tranquilo. 97 anos. Entrevista concedida a Simone Zamprogno Scalzer. Santa Teresa. 9 abr. 2014.

S.F. 80 anos. Entrevista concedida a Simone Zamprogno Scalzer. Santa Teresa. 30 ago. 2012.

SANCIO, Mercedes. 65 anos. Entrevista concedida a Simone Zamprogno Scalzer. Santa Teresa. 07 abr. 2014.

FRANCESCHETTO, Cilmar. Entrevista concedida a Simone Zamprogno Scalzer. Santa Teresa. 18 mar. 2014.

## **DOCUMENTO JURÍDICO**

BRASIL. **Lei Nº 11.687, de 2 De Junho de 2008.** Institui o dia do imigrante italiano. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11687.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11687.htm)>. Acesso em: 12 fev. 2014.

BRASIL. **Lei Nº 601, de setembro de 1850.** Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm)>. Acesso em: 12 fev. 2014.

## **ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

### **Fundo de Agricultura**

LIVRO 06. **Correspondência do Diretor da Colônia de Santa Leopoldina com o presidente.** Correspondências nº 2, nº 3, nº 9, nº104, nº192.

LIVRO 07. **Correspondências do chefe da comissão do Timbuy com o presidente 1872-1873.** Correspondências nº2, nº11, nº28.

LIVRO 107. **Registro de títulos definitivos 1893-1894.**

LIVRO 13. **Registro de Correspondência do Diretor da Colônia de Santa Leopoldina com o presidente e diversos funcionários.** p. 14, p.15v, p. 16, p.25, p.55.

LIVRO 15. **Registro de Correspondência Von Lipp com o Diretor da Colônia Santa Leopoldina.** Correspondências nº3.

**LIVRO 167. Contratos e transferências de lotes em Colônia Santa Leopoldina - Timbuy 1877-1882. p.2v.**

**LIVRO 172. Matrícula dos colonos estabelecidos no Núcleo Timbuy- Colônia Santa Leopoldina: (1872-1876).**

**LIVRO 20. Registro da Correspondência do ajudante da Colônia de Santa Leopoldina com diversos 1878-1881.** Correspondências nº90, nº 121, nº 117.

**LIVRO 27. Registro de Correspondência da Comissão de Terras da ex Colônia Santa Leopoldina com o Inspetor Geral e vários funcionários 1886-1890.** p.17, p.48, p.47v, p. 53, p. 53v, p.

**LIVRO 35. Registro de Correspondência da Inspeção de Terras com diversos 1889-1890.** p.466.

**LIVRO 65. Ofícios recebidos pelo presidente da Província do Espírito Santo 1874.** p. 8, 10.

**LIVRO 82. Ofícios do Chefe da Comissão de Terras de Colônia Santa Leopoldina 1889.** p. 39, p.39v, p.41, p. 99, p.104.

#### **Processo de Terra Núcleo Timbuy/Santa Teresa**

Nº 101 – Angelo Margon

Nº 1150 – Domenico/ Thereza Decarli Avancini

Nº 139 – Antonio Damaso Pereira

Nº 2081 – Andrea Martinelli

Nº 2167 – Decimo Zamprogno

Nº 2331 – Giusepe Toresani

Nº 3026 – Santo Loss

Nº 3052 – Virgilio Lambert

Nº 3701 –Antonio Perini

Nº 3703 – Antonio Palauro

Nº 3710 – Pietro Possati

Nº 3715 – Giovanni Perini

Nº 3734 – Primo Montibeller

Nº 68 – Achilles Moschem

Nº 916 – Catharina Mazo

Nº 923 – Cesari Rossi

### **Relatórios Governamentais**

BARBOSA, Luiz Eugenio Horta. **Relatório apresentado a S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Coronel Manoel Ribeiro Coitinho Mascarenhas pelo Exm<sup>o</sup> Sr. Dr. Luiz Eugenio Horta Barbosa por ocasião de deixar a administração da província do Espírito Santo.** Victoria: Typographia Espírito-Santense, 1874.

BARROS, José Maurício Fernandes Pereira de. **Relatório que o Exm. Sr. Presidente da Província do Espírito Santo o Dr. José Maurício Fernandes Pereira de Barros passou a administração da Província, ao Exm. Sr. Commendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim.** Victoria: Typografia Capitaniense, de P. A. de Azeredo, 1857.

CHAVES, Allexandre Rodrigues da Silva. **Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial no dia da abertura da sessão ordinária de 1866 pelo presidente Dr. Allexandre Rodrigues da Silva Chaves.** Victoria: TYP. Do Jornal da Victoria, 1866.

CORRÊA, Francisco Ferreira. **Relatório lido no paço d'Assembleia Legislativa da Província do Espírito Santo pelo presidente o Exm. Sr. Dr. Francisco Ferreira Corrêa.** Victoria: Typ do Correio da Victoria, 1872.

D'AZAMBUJA, José Bonifácio Nascentes. **Relatório que o Exm. Presidente da Província do Espírito Santo o Bacharel José Bonifácio Nascentes D'Azambuja dirigiu à sessão Assembleia Legislativa da mesma província.** Victoria, Typografia Capitaniense, de P. A. de Azeredo, 1852.

FERRAZ, Luiz Pedreira de Couto. **Relatório do presidente da Província do Espírito Santo o Doutor Luiz Pedreira de Couto Ferraz na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 1º de março de 1848.** Rio de Janeiro. Typ do Diário, de N. L. Viana, 1848.

FLEURY, André Augusto de Padra. **Relatório do Presidente da Província do Estado do Espírito Santo.** Victoria: TYP. Capitaniense de Pedro Antonio D' Azeredo, 1864.

FONSECA, Antônio Gabriel de Paula. **Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial da Província do Espírito Santo pelo presidente da Província o Exm Sr Doutor Antônio Gabriel de Paula Fonseca no dia 2 de outubro de 1872.** Victoria: Typographia Espirito-Santense.1872

ITAPEMIRIM, Barão. **Relatório com que o Exm. Sr. Barão de Itapemirim, primeiro vice-presidente da Província do Espírito Santo entregou a administração da mesma ao Exm. Sr. Dr. José Maurício Fernandes Pereira de Barros.** Vitória: Typografia Capitaniense, de P. A. de Azeredo, 1856.

ITAPEMIRIM, Barão. **Relatório com que o Exm. Sr. Barão de Itapemirim, primeiro vice-presidente da Província do Espírito Santo apresentou na abertura da Assembleia Legislativa Provincial.** Vitória: Typografia Capitaniense, de P. A. de Azeredo, 1857.

LEAL, Filippe José Pereira. **Relatório com que o Exm. Sr. Filippe José Pereira Leal presidente da Província do Espírito Santo abriu a sessão ordinária da respectiva Assembleia Legislativa.** Victoria: Typografia Capitaniense de P. A. de Azeredo, 1850.

MAFRA, Manoel da Silva. **Relatório apresentado pelo Exm. Sr. Dr. Manoel da Silva Mafra a Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia 22 de outubro de 1878.** Vitoria. Typographia da Actualidade.

MASCARENHAS, Manoel R. C. **Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo pelo Exm<sup>o</sup> Sr. vice presidente Coronel Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas na primeira sessão da 21<sup>a</sup> legislatura.** Vitória, Typografia do Espirito-santense.1874.

MASCARENHAS, Manoel R. C. **Relatório apresentado a S. ex. o Sr. Dr. Manoel José de Menezes Prado pelo Exm<sup>o</sup> Sr. Coronel Manoel R. C. Mascarenhas 3 de janeiro de 1876.** Vitória, Typografia do Espirito-santense.1876.

MONJARDIM, José Francisco De Andrade Almeida. **Relatório do vice-presidente da Província do Espírito Santo 1 agosto de 1848.**

PEREIRA JUNIOR, José Fernandes da Costa. **Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo pelo presidente José Fernandes da Costa Pereira Junior.** Victoria: Typografia Capitaniense, de P. A. de Azeredo, 1862.

PEREIRA JUNIOR, José Fernandes da Costa. **Relatório Apresentado a Assembleia Legislativa Providencial do Espírito- Santo.** Victoria: TYP. Capitaniense de Pedro Antonio D' Azeredo, 1861.

PINHEIRO, Luiz Antonio Fernandes. **Relatório com que foi aberta a Sessão Ordinária da Assembléa Legislativa da Província do Estado do Espírito Santo.** Victoria: TYP do Correio da Victoria, 1869.

PINTO, Antônio Pereira. **Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Antônio Pereira Pinto entregou a presidência da Província do Espírito Santo ao Exm. Commendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim.** Vitória: Typografia Capitaniense, de P. A. de Azeredo, 1849.

PINTO, Carlos de Cerqueira. **Relatório com que foi aberta a Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa Provincial.** Victoria: TYP. Do Jornal Da Victoria, 1867.

PRADO, Manoel José de Menezes. **Relatório apresentado pelo Exm<sup>o</sup>. Sr. Dr. Manoel José de Menezes Prado na instalação da Assembléa Provincial do Espírito Santo na sessão de 15 de outubro de 1876.** Vitória: Typografia do Espirito-Santense.1876.

TOSTES, Marcelino de Assis. **Relatório Apresentado a Assembleia Legislativa Providencial do Espírito Santo em sua sessão ordinária de 8 de março de 1881 pelo Presidente da Província, Exm. Sr. Dr. Marcellino de Assis Tostes.** Victoria: Typ, da Gazeta da Victória, 1881.

VALLE JUNIOR, José Maria do. **Relatório com que o Exm. Sr. Dr. José Maria do Valle Junior entregou a presidência da Província do Espírito Santo no dia 1º de setembro de 1868 ao Exm. Sr. Dr. Luiz Antonio Fernandes Pinheiro.** Victoria: Typ. do Jornal da Victoria de D. Araripe, 1868.

### **Obras – Coleção Canaã**

BAVIERA, Princesa Teresa da. **Viagem ao Espírito Santo 1888:** Viagem pelos trópicos brasileiros. Vitória: Arquivo Público do Estado Do Espírito Santo, 2013.

NAGAR, Carlo. **O Estado do Espírito Santo e a Imigração Italiana-1895:** Relato do Cavalheiro Carlo Nagar cônsul real em Vitória. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. 1995.

### **Biblioteca Digital**

DAEMON, Bazilio Carvalho. **Província do Espírito Santo:** Sua descoberta, história chronologia, synopsis e estatística. Victoria: Typographia do Espirito-Santense, 1879.

MARQUES, Cezar Augusto. **Diccionario Historico, Geographico e Estatistico da Província do Espírito Santo.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878.

### **Catálogo Mapoteca APEES**

FLORIAN, Julião. **Província do Espírito Santo Comarca da capital distrito do Timbuy: Planta da Povoação de Santa Thereza.** Localização: APEES, N° 0818.

LIPP, Franz Von. **Carta Topographica dos Núcleos Porto Cachoeiro e Timbuy da Colônia Santa Leopoldina na Província do Espírito Santo 1879.** Localização: APEES, N° A1456

MENEZES, João Cassino de Castro. **Esboço Topográfico do Território Timbuy na Colônia Santa Leopoldina- Província do Espírito Santo 1876.** Localização: APEES. N° A0990.

PLANTA. **Planta do Núcleo Timbuy s/d.** Localização: APEES, N° A0307.

RIVIERRE, C. Cintra E C. **Parte Da Província Espírito Santo em que estão compreendidas as Colônias 1878.** Localização: APEES. s/n.

VASCONCELOS, João Jose de Sepulveda e. **Carta da Província do Espírito Santo com parte da província de Minas, organizada pelo 1º tenente de engenheiros João Jose de Sepulveda e Vasconcelos 1856.** Localização: APEES. Nº A0996.

### **Banco de dados**

PROJETO IMIGRANTES, APEES, 2014. Consulta em 08/01/2014.

**BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL BRASIL – HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA** (<http://memoria.bn.br/hdb/periodo.aspx>)

### **Jornais**

CUNHA, Mello e. Assembleia Provincial 24ª: Sessão Ordinária em 18 de novembro de 1869. **Jornal da Victória.** Vitória: 30 nov. 1869, nº 579, p. 1-3.

JORNAL DA VICTORIA. Vitória: 01 fev. 1868, nº 384, Parte Oficial, p.1.

JORNAL DA VICTORIA. Vitória: 06 mai. 1868, nº 409, p.1.

JORNAL DA VICTORIA. Vitória: 08 fev. 1868, nº 386, p.3.

JORNAL DA VICTORIA. Vitória: 22 jan. 1868, nº 381, Noticiário: Viagem de S, Ex. o Sr. Presidente da Província, p.2.

O ESPÍRITO-SANTENSE. Vitória: 08 fev. 1874. Secção Noticiosa, p. 2.

**CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES- GLOBAL RESOURCES NETWORK** ([http://www.crl.edu/brazil/provincial/esp%C3%ADrito\\_santo](http://www.crl.edu/brazil/provincial/esp%C3%ADrito_santo))

### **Relatórios Governamentais**



DANTAS, M. P. Souza. Anexo A. In\_ SAMPAIO, Francisco Leite Bittencourt. **Relatório com que foi aberta a sessão extraordinária da Assembleia Legislativa Provincial pelo Exm. Sr. Dr. Francisco Leite Bittencourt Sampaio presidente da Província.** Victoria: Typ do Jornal da Victoria, 1868.

LEAL, Filippe José Pereira. **Relatório com que o Exm. Sr. Filippe José Pereira Leal presidente da Província do Espírito Santo abriu a sessão ordinária da respectativa Assembleia Legislativa.** Victoria: Typografia Capitaniense, de P. A. de Azeredo, 1851.

MARTINIERE, Eugenio de la. Engenheiro da Província. In\_ VELLOSO, Pedro Leão. **Relatório do presidente da Província do Espírito Santo o bacharel Pedro Leão Velloso na abertura da Assembleia Legislativa Provincial.** Victoria: Typografia Capitaniense, de P. A. de Azeredo, 1859.

NUNES, Sebastião Machado. **Relatório com que o exm. Sr. Dr. Sebastião Machado Nunes, presidente da província do Espirito Santo abriu a sessão ordinária da respectiva Assembléa Legislativa no dia vinte e cinco de maio do corrente anno.** Victoria, Typ. Capitaniense de P.A. d'Azeredo, 1854.

NUNES, Sebastião Machado. Relatório que o Exm. Sr. Dr. Sebastião Machado Nunes **Presidente da Província do Espírito Santo abriu a sessão ordinária da respectiva Assembleia Legislativa.** Victoria, Typografia Capitaniense, de P. A. de Azeredo, 1855.

SILVA, João Thomé da. **Falla dirigida a Assembléa Legislativa Provincial.** Victoria: Typographia do Espírito-Santense, 1873.

VELLOSO, Pedro Leão. **Relatório com que Commendador Pedro Leão Velloso Ex-presidente da Província do Espírito Santo passou a administração da mesma província ao Exm. Sr. Commendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim.** Victoria: Typ. Capitaniense de P. A. D' Azeredo, 1960.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Adilson Avansi de. A colonização Ítalo-Germânica no Espírito Santo e seus problemas. **Boletim Paulista.** Nº 44. São Paulo: Out. 1967. p. 85-102.

ABREU, Adilson Avansi de. Italianos no Espírito Santo. In: BONI, Luis A. de. **A presença italiana no Brasil.** Porto Alegre: EST, 1987. p.187-201.

ARANHA, José Pereira da Graça. **Canaã.** Rio de Janeiro: H. Garnier Livreiro Editor, 1902.

BIASUTTI, Luiz Carlos. **Almanaque**: Cronologia histórica do município de Santa Teresa-Espírito Santo. Santa Teresa. 2005.

BIASUTTI, Luiz Carlos. **Documentário do centenário do município de Santa Teresa**: (Espírito Santo) Álbum de Recortes. Belo Horizonte. Inédita Editora de Arte, 1991.

BIASUTTI, Luiz Carlos. **No Coração Capixaba**: 120 anos de História da mais antiga colônia italiana no Brasil: Santa Teresa –ES. Belo Horizonte: Barvalle, 1994.

BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PAQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 11ed. Brasília: Editora UnB, 1998.

BONI, Luis A. de. **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: EST, 1987.

BONI, Luís A. de. Imigração Italiana no Brasil. In: CASTIGLIONI, Aurélia H. **Imigração italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora**. Vitória: UFES, 1998. p. 11- 24.

BONI, Luís Alberto De. **A presença italiana no Brasil**. Vol.2. Porto Alegre. Escola Superior de Teologia; Fondazione Giovanni Agnelli. 1990.

BOURGUIGNON, Leonardo Nascimento. Em terras capixabas: a interiorização do Estado Imperial na Província do Espírito Santo. **Revista de História UEG**. Goiânia, v.1, n.2, p.153-175, jul./dez. 2012.

BRUM NETO, Helena; SAQUET, Marcos Aurelio. Os tempos e territórios da imigração alemã e italiana no Rio Grande do Sul. In SAQUET, Marcos Aurelio (org). **Estudos territoriais na ciência geográfica**. 1.ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013. p.47-74.

BUENO, Silveira. **Vocabulário tupi-guarani: português**. 6. ed. rev. São Paulo: Éfeta Editora, 1998.

BUSATTO, Luiz. **Estudos sobre imigração italiana no Espírito Santo**. 1995. Disponível em <http://www.estacaocapixaba.com.br/temas/imigracao/estudos-sobre-imigracao-italiana-no-espírito-santo/> acesso em 10 de agosto de 2013.

BUSATTO, Luiz. Por uma identidade ítalo-capixaba. In\_\_ CASTIGLIONI, Aurélia H. **Imigração italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora**. Vitória: UFES, 1998.

BUSATTO, Luiz. Dilemas do imigrante italiano no Espírito Santo In: BONI, Luis Alberto De. **A presença italiana no Brasil**. Vol.2. Porto Alegre. Escola Superior de Teologia; Fondazione Giovanni Agnelli. 1990.

BUSATTO, Luiz. **Estudos sobre imigração italiana no Espírito Santo**. Vitória, 2002 [Reunião de artigos relacionados com a imigração italiana, publicados em diversos periódicos]. <http://www.estacaocapixaba.com.br/> . Acesso em 27/06/13.

BUSATTO, Luiz. **Nomes e Raízes Italianos**. Vitória: 2010.

BUSATTO, LUÍZ. Por uma identidade Ítalo-capixaba. In: CASTIGLIONI, Aurélia H. **Imigração italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora**. Vitória: UFES, 1998.

BUSSOLA, Carlos. Alguns aspectos da cultura dos descendentes dos imigrantes italianos no Estado do Espírito Santo. In: BONI, Luis Alberto De. **A presença italiana no Brasil**. Vol.2. Porto Alegre: Escola Superior de teologia; Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. p. 267-280.

CAMINHO DO IMIGRANTE, disponível em [http://www.ape.es.gov.br/imigrantes/html/caminho\\_imigrante.html](http://www.ape.es.gov.br/imigrantes/html/caminho_imigrante.html) acesso em 23/05/2014.

CASTIGLIONE, Aurélia H.; REGINATO, Mauro. Imigração Italiana no Espírito Santo: Banco de dados. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 1997.

CAVATI, João Batista. **História da imigração Italiana no Espírito Santo**. Espírito Santo. 1973.

CHARTIER, Roger. “El Passado em el Presente. Literatura, Memória e Historia”, **Revista Co-herencia**, n 7 (4), 2007.

CHARTIER, Roger. “Por uma Sociologia histórica das Práticas culturais”, In: \_\_\_\_\_, **História Cultural: entre Práticas e Representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHARTIER, Roger. **Cultura Escrita, Literatura e História**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

COLBARI, Antônia. Família e Trabalho na Cultura dos imigrantes italianos. In: CASTIGLIONI, Aurélia H (org). **Imigração Italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora**. Vitória: UFES, 1998.

COLBARI, Antônia. Familismo e Ética do Trabalho: o legado dos imigrantes italianos para a cultura brasileira. **Revista Brasileira de História** 17 (34), São Paulo: Anpuh/Humanitas Pub, 1997. p. 53-74.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Cientificismo no debate italiano sobre a emigração para o Brasil. São Leopoldo: Anais do XXIV Simpósio Nacional de História – ANPUH, 2007.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Estudos de imigração italiana: tendências historiográficas no Brasil meridional. São Paulo: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, julho 2011.

DADALTO, Maria C. O discurso da italianidade no ES: Realidade ou mito construído? **Pensamento Plural**. Pelotas: julho/dezembro 2008. p. 147-166.

DADALTO, Maria C. Trajetórias migrantes: ambivalência na interação “nós” e os “outros”. **Dimensões**. Vol.26, 2011. p.24-43.

DADALTO, Maria Cristina. **A imigração Tece a Cidade – Polo industrial de Colatina**. Vitória: Cultural & Edições Tertúlia, 2009.

DADALTO, Maria C. **Os rastros da diversidade da identidade capixaba**. In: **SINAIS - Revista Eletrônica - Ciências Sociais**. Vitória: CCHN, UFES, Edição Especial de Lançamento, n.01, v.1, Abril. 2007. pp.57-74.

DADALTO, Maria C. Relacionamento interétnico e memória: narrativas de colonizadores do norte do Espírito Santo. **DIMENSÕES** • vol. 18 – 2006. P.186-202.

DE MUNER, Sonia Maria. **Os imigrantes no Espírito Santo: Santa Teresa- Italianos do Núcleo São João**. vol.1. Santa Teresa. 2001.

DEMONER, Sonia Maria. O imigrante italiano no Espírito Santo: Núcleo Demétrio Ribeiro. In: BONI, Luis Alberto De. **A presença italiana no Brasil**. Vol.2. Porto Alegre. Escola Superior de teologia; Fondazione Giovanni Agnelli. 1990. p. 261-6.

DERENZI, Luiz Serafim. **Os italianos no estado do Espírito Santo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

DIÁRIO DE CIDADANIA ITALIANA, disponível em <http://diariodacidadaniaitaliana.wordpress.com/tag/italia/> acesso em 06/12/13.

EGLER, Walter Alberto. A zona pioneira ao norte do Rio Doce. **Boletim Geográfico**. Nº 167, p.147-180, mar.-abr 1962.

FEREIRA JUNIOR, Silvio Pinto. Festas “italianas” em São Paulo e a proteção do patrimônio imaterial: a identidade de grupo no contexto diversidade. São Paulo: PUC-SP, 2009.

FERREIRA, Rodrigo Paste. **Luta e Labuta: O papel econômico da mulher imigrante na região de Venda Nova do Imigrante (ES)**. Vitória: UFES, 2008.

FILIPPON, Maria Isabel. A casa do imigrante italiano, a linguagem do espaço de habitar. Caxias do Sul. Universidade Federal de Caxias do Sul. 2007.

GASPARINI, Sandra. **Santa Teresa: Viagem no Tempo 1873-2008**. Santa Teresa: 2008.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. (p. 13-41).

GENOVEZ, Patrícia Falco. **Entre o território comunitário e o território societário: os impactos da realocação de Itueta**. Geografia (Londrina). (no prelo).

GERMANI, G. **Sociologia da modernização: estudos teóricos, metodológicos e aplicados a América Latina**. São Paulo, 1974.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Editora Schwarcz, 2001.

GOMES, A.C. Imigrantes italianos: entre a italianità e a brasilidade. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em <http://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/italianos> acesso em 29/11/13.

GROSSELLI, Renzo M. (1952). **Colônias imperiais na Terra do Café: Camponeses trentinos (vênets e lombardos) nas florestas brasileiras**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008.

GUILMOTO, C. Z.; SANDRON, F. (2001). The internal dynamics of migration networks in developing countries. *Population: an English Selection*, v.13, n. 2, p. 135-164.

HAESBAERT, Rogério. **Dos Múltiplos Territórios à Multiterritorialidade**. Porto Alegre: 2004. Disponível em [http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/CONFERENCE\\_Rogério\\_HAESBAERT.pdf](http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/CONFERENCE_Rogério_HAESBAERT.pdf) acesso em 25 de maio de 2012.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: Do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HAESBAERT, Rogério. Território e Multiterritorialidade: um debate. *Geographia* (UFF), v. 17, 2008. p. 19-45.

HARBISON, S. F. (1981). *Family Structure and Family Strategy in Migration Decision Making*. In: DE JONG, G. F.; GARDNER R. W. *Migration Decision Making: Multidisciplinary Approaches to Microlevel Studies in Developed and Developing Countries*. New York, Pergamon Press, 394 p. p.225-251.

HARRIS, J. R.; TODARO, M. P. Migration, unemployment and development: a two-sector analysis. *The American Economic Review*, Nashville, v.60, n. 1, p.126-142, Mar. 1970.

HOSPEDARIA, Projeto imigrantes, disponível em <http://www.ape.es.gov.br/imigrantes/html/hospedaria.html> acesso em 24/05/2014.

HUMBERTO, Paulo. et al. Projeto Virgínia Tamanini. Centro Educacional Leonardo Da Vinci, 2006. Disponível em <http://www2.davincivix.com.br/davinci.php?area=noticias&e=61&c=man4aea3a17e5bd14411> acesso em 19/06/2014.

HUNT, Lynn. Apresentação: história, cultura e texto. In: **A Nova História Cultura**, São Paulo: Martins Fontes, 1992.

IBGE, Histórico de São Roque do Canaã, 2014. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/espirtosanto/saoroquedocanaa.pdf> acesso em 05/07/2014.

IBGE. Espírito Santo- Santa Teresa, disponível em <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=320460&search=%7Csanta-teresa> acesso em 18/05/2014.

INCAPER participa da XV Festa do Vinho e da Uva em Santa Teresa, 2012. Disponível em [http://www.incaper.es.gov.br/noticia\\_completa.php?id=2343](http://www.incaper.es.gov.br/noticia_completa.php?id=2343) acesso em 02/07/2014.

LEE, E. (1966). Uma teoria sobre migração. In: MOURA, H.A. (org). **Migração interna, textos selecionados**: Teorias e métodos de análise. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980, p. 89-114.

LENE, Hérica. SELIDONHA, Francisca. Entre Comunicação e História: o indiciarismo como metodologia para pesquisas históricas sobre imprensa. *In* Em Questão, Porto Alegre, v.18, n1, p.31-44, jan/jun 2012.

Lewis, W. Arthur. Economic Development with Unlimited Supplies of Labor. **Manchester School of Economic and Social Studies**, Vol. 22, 1954, p. 139-91.

LUCENA, Adriana. Migração italiana no Espírito Santo: Ocupação territorial e herança cultural. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Patrimônio**: prática e reflexões. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

MACDONALD, L. ; MACDONALD J. S. Chain Migration, Ethnic Neighborhood Formation and Social Networks. *The Milbank Memorial Fund Quarterly*, XLII, 1, 1964, pp. 82-96.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINELLI, Flávia Silva. **Determinação de áreas adequadas para a permanência e persistência de populações de muiquês-do-norte em Santa Teresa (ES)**. Vitória: Anais Jornada de Iniciação Científica UFES 2010/2011, 2011.

MASSEY, D. S. (1990). Social Structure, Household Strategies, and the Cumulative Causation of Migration. **Population Index**, v. 56, n. 1, spring/1996, p. 3-26.

MASSEY, D. S.; ARANGO, J.; ALARCÓN, R.; DURAND, J.; GONZÁLEZ, H. (1987). **Return to Aztlan**: the social process of international migration from western Mexico. Berkeley, Los Angeles, London, University of California Press, p. 335.

MASSEY, D. S.; ARANGO, J.; HUGO, G.; KOUAOUCCI, A.; PELLEGRINO, A.; TAYLOR, J. E. (1993). Theories of International Migration: a Review and Appraisal. *Population and Development Review*, v. 19, n. 3, set/1993, p. 431-466.

MASSEY, Douglas. S. Economic Development and International Migration in Comparative Perspective. **Population and Development Review**, v. 14, n. 3, set/1988, p.383-413.

MINCER, J. (1978). Family Migration Decisions. *The Journal of Political Economy*, v. 86, n. 5, out/1978, p. 749-773.

MORAES, Ormando. **Da Itália ao Brasil: História de uma família**. Vitória ES. Fundação Ceciliano Abel de Almeida.1981.

MOSCHEN, Maria Odete. **A trajetória de um sangue**. Vitória: Edição da autora, 2002.

MÜLLER, Frederico. **Fundação e fatos históricos de Santa Teresa**: Estado do espírito santo. Victoria. Diário da manhã Marcondes & c. 1925.

MUNIZ, Maria Izabel Perini. **Cultura e arquitetura**: a casa rural do imigrante italiano no Espírito Santo. Vitória: Flor & Cultura, 2008.

NARDI, Orni. O meio rural da Quarta Colônia de Imigração Italiana como tema e cenário turístico. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2007.

NETO, Helena Brum; SAQUET, Marcos Aurelio. Os territórios da imigração alemã e italiana no Rio Grande do Sul. In SAQUET, Marcos Aurelio (org). **Estudos territoriais na ciência geográfica**. 1.ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013. p.165-188.

NOVAES, Maria Stella de. Os italianos e seus descendentes no Espírito Santo.1.ed. Vitoria.1871.

*NOVAES, Maria Stella de. Os italianos e seus descendentes no Espírito Santo*. Vitória, Instituto Jones dos Santos Neves, 1980.

NOVELLI, João Vital; NOVELLI, Jovana Vallandro; Corteletti, Mônica Zamprogno. **Tranquilo, Cantando a sua História**. 1ed. Vitória: GM Gráfica e Editora, 2005.

NOVELLI, João Vital; NOVELLI, Jovana Vallandro; CORTLETTI, Mônica Zamprogno. **Tranquilo, Cantando a sua História**. 1ed. Vitória: GM Gráfica e Editora, 2005.



PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. Guido Pokrane, o imperador do Rio Doce. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz. Londrina: ANPUH, 2005.

PARKER, G (editor). **Atlas of World History**. 2 ed., London: Times Books, 1997. p. 110.

PESAVENTO, Sandra J. O mundo como texto: leituras da história e da literatura. **História da Educação**. v. 7, n. 14, 2003.

POSENATO, Júlio. **Arquitetura da Imigração Italiana no Espírito Santo**. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 1997.

POSENATO, Júlio. Arquitetura e imigração italiana no Espírito Santo in\_ CASTIGLIONI, Aurélio H (org). **Imigração italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora**. Vitória: UFES, 1998.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 45ª reimpr. São Paulo: Brasiliense, 1998.

PROJETO IMIGRANTES ES. APEES. Registro de entrada de imigrantes no território espírito-santense. Disponível em <http://www.ape.es.gov.br/imigrantes/html/estatisticas.html> acesso em 07/12/2013.

RASSELLI, Luiz Antônio. Família Rassele (Rasseli): Quase 200 anos de história. Belo Horizonte: s/d.

RAVENSTEIN, E. G. (1885) As leis das migrações. In: MOURA, H. A. (org.) **Migração interna, textos selecionados**. Fortaleza, BNB/ENTENE, 1980, p. 25-88.

ROCHA, Gilda. **Imigração Estrangeira no Espírito Santo 1847-1896**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1984.

RODRIGUES, Márcia B. F. **Razão e Sensibilidade**: Reflexões em torno do paradigma indiciário. In Dimensões – Revista de História da UFES. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, nº 17, 2005. Pp213-221.

RUSCHI, Augusto. Antropologia. **Boletim do museu de biologia Mello Leitão**. p.1-6, jul. 1976. Número especial.

SAQUET, Marcos Aurelio. A abordagem territorial: considerações sobre a dialética do pensamento e do território. In: HEIDRICH, Álvaro Luiz et al. (org). **A emergência da multiterritorialidade**: A resignificação da relação do humano com o espaço. 1.ed. Canoas: Ulbra, 2008. p.47-60.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Abordagens e concepções de território**. 3.ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013a.

SAQUET, Marcos Aurelio. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. **Geosul**, v.22, nº43, Florianópolis: jan/jun 2007. p.55-76.

SAQUET, Marcos Aurelio. O(s) Tempo(s) e o(s) Território(s) da Imigração no Sul do Brasil. In SPOSITO, Eliseu Savério; BOMTEMPO, Denise Cristina; SOUSA, Adriana Amaro (org). **Geografia e migração**: movimentos, territórios e territorialidades. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 109-124.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**: O desenvolvimento econômico na colônia Silveira Martins (RS). 1.ed. Porto Alegre: Edições EST, 2003.

SAQUET, Marcos Aurelio. Por uma abordagem territorial: Continuando a reflexão. In SAQUET, Marcos Aurelio (org). **Estudos territoriais na ciência geográfica**. 1.ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013b. p.47-74.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades**: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 1.ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SAQUET, Marcos Aurelio. Proposições para estudos territoriais. **Geographia** (UFF), UFF, v. 15, 2006. p. 71-85.

SAQUET, Marcos Aurelio; MONDARDO, Marcos Leandro. A construção de territórios na migração por meio de redes e relações sociais. **Revista Nera**, ano11, nº 13, julho/dezembro. 2008, p.118-127.

SEP/ IPES, Municípios do Espírito Santo. Santa Teresa: Divisão Político-Administrativa disponível em: <http://www.brasil-turismo.com/espírito-santo/mapas/mapa-politico.htm> acesso em 28/06/2014.

SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n.53, p.117-149, março/maio 2002.

SILVEIRA BUENO, Francisco da. Vocabulário Tupi-Guarani Português. 7 ed., São Paulo: Vida Livros, 2008.

TAMANINI, Virginia G. **Karina**: Romance. 5. ed. 1980.

TILLY, Charles. Migration in Modern European History. University of Michigan, 1976.

TÖNNIES, Ferdinand. **Comunidad y Sociedad**. Buenos Aires: Ed. Losada, 1947.

TRENTO, Angelo. **Do outro lado do Atlântico**: um século de imigração. São Paulo: Nobel, 1988.

TRENTO, Angelo. **Do outro lado do Atlântico**: um século de imigração italiana no Brasil. São Paulo: Nobel, 1989.

TRUZZI, Oswaldo. Redes e processos migratórios. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 20, n.1, jun/2008.

VAINER, C. B. Estado e Migrações no Brasil: anotações para uma história das políticas migratórias. **Travessia**, abril/2000.

VIEIRA, Sílvia Bittencourt Spricigo. Panorama da Implantação Urbana e Arquitetônica das Colônias de Imigração Italiana em Santa Catarina. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

WEBER, Regina. Imigração e identidade étnica: temáticas historiográficas e conceituações. **Dimensões**. Vol. 18. 2006. p. 236-250. Disponível em: file:///C:/Users/simone/Downloads/2446-3866-1-PB.pdf

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Um olhar antropológico: Sobre fatos e memórias da imigração italiana. *Mana* 13(2), 2007, pp. 521-547.

**ANEXOS**

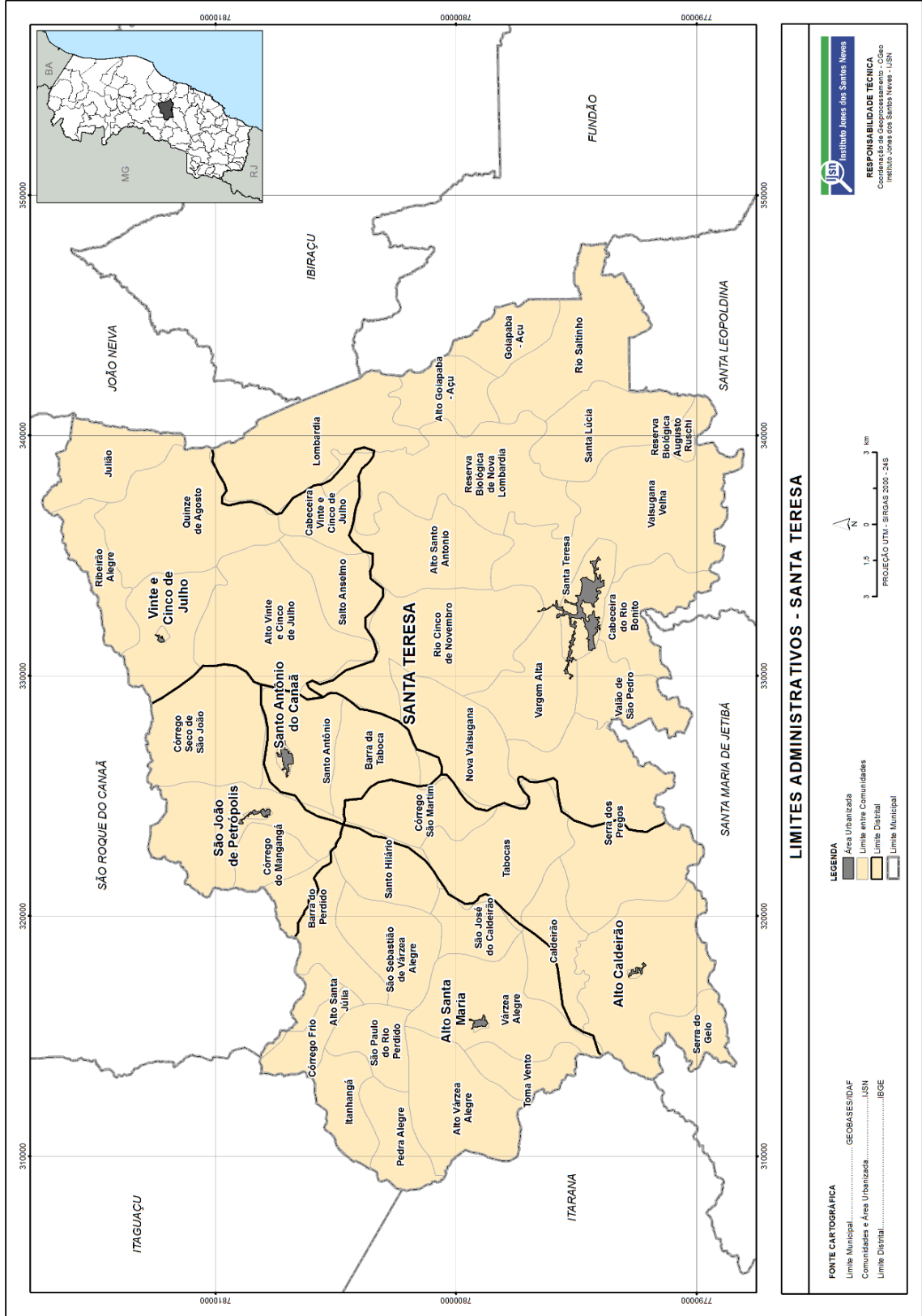
## ANEXO A – CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Tabela 3 – Caracterização dos entrevistados descendentes de imigrantes italianos estabelecidos em Santa Teresa

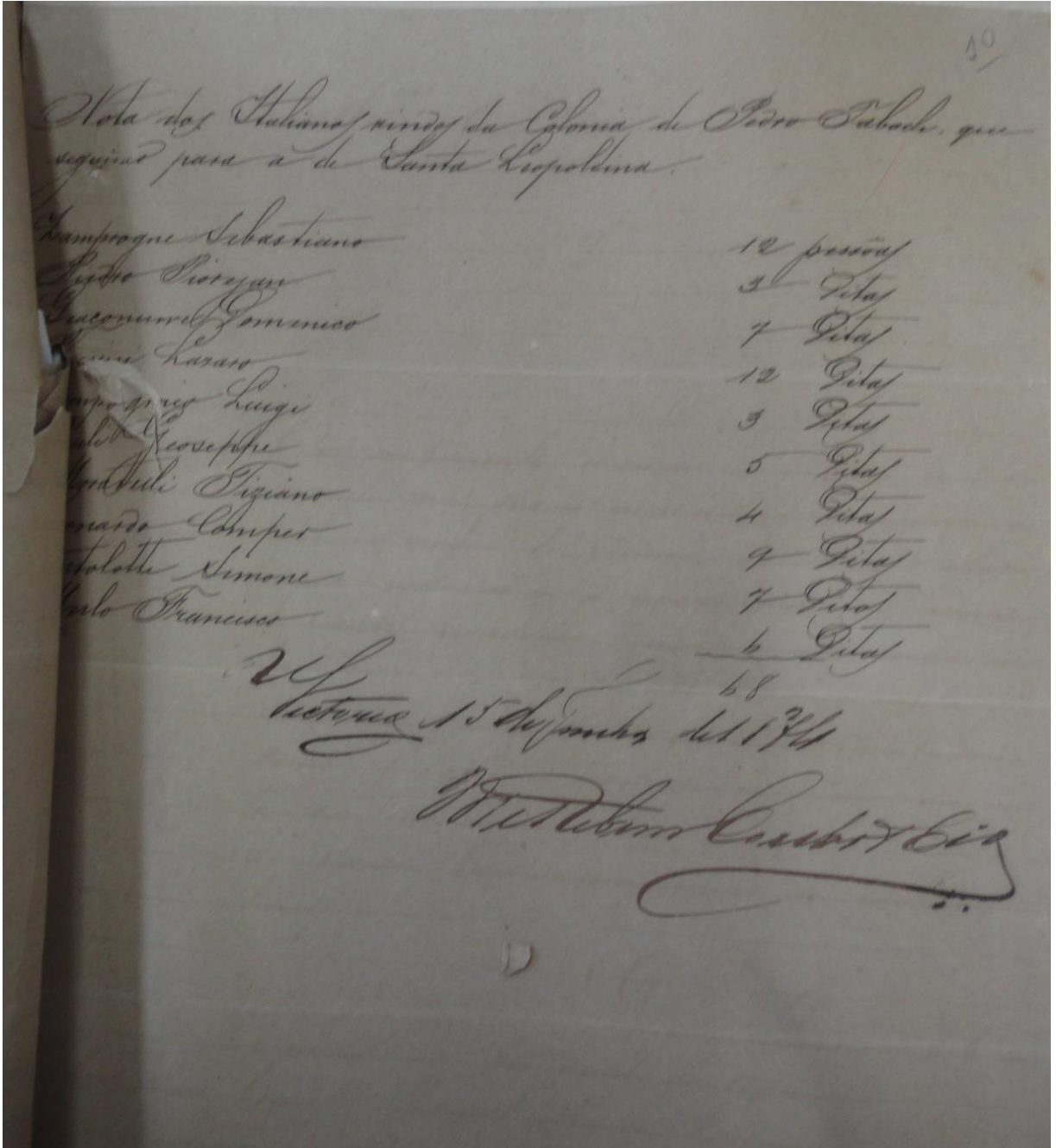
| Nº | Entrevistado        | Idade | Grau de parentesco com imigrante italiano | Data da entrevista |
|----|---------------------|-------|---|--------------------|
| 1  | AG                  | 95    | Imigrou para o Brasil com 5 anos          | 03/11/2012         |
| 2  | AP                  | 85    | Neto                                      | 02/05/2012         |
| 3  | AZ                  | 80    | Bisneto                                   | 12/05/2014         |
| 4  | Ana Capeletti       | 80    | Filha                                     | 10/04/2014         |
| 5  | Edimar A. Dossi     | 46    | Bisneto                                   | 08/04/2012         |
| 6  | Alcebiades Feller   | 90    | Filho                                     | 02/04/2014         |
| 7  | GF                  | 73    | Neto                                      | 11/10/2012         |
| 8  | IG                  | -     | Filha                                     | 03/11/2012         |
| 9  | Melício Montibeller | 84    | Neto                                      | 14/04/2014         |
| 10 | Tranquilo Novelli   | 97    | Filho                                     | 09/04/2014         |
| 11 | SF                  | 80    | Filho                                     | 30/08/2012         |
| 12 | Mercedes Sancio     | 65    | Neta                                      | 07/04/2014         |

Fonte: Pesquisa de Campo - Simone Zamprogno Scalzer 2012-2014

# ANEXO B – SANTA TERESA: LIMITES ADMINISTRATIVOS




**ANEXO C – PÁGINA 10, LIVRO 65 DO FUNDO DE AGRICULTURA, COM LISTA DOS IMIGRANTES DA EXPEDIÇÃO TABACCHI QUE SEGUIRAM PARA COLÔNIA SANTA LEOPOLDINA**



## ANEXO D – DESIGNAÇÃO DE LOTE DE TERRAS

Registrado sob o n.º 106 no  
 livro competente da Com.  
 de Terras na ex. Colônia  
 de Leopoldina em 2 de  
 Abril de 1887  
 J. de F. Camp.  
 Esc.º Supl.



**Colônia** Santa Leopoldina  
 Timothy

---

| Designação de lote de terras.   | Designazione di lotto di terre.  |
|---|--|
| Ao Sr. <i>Angelo Mourão</i>   | A  |
| fica pelo presente designado o lote de terras, mencionado na planta da Colônia, districto <i>Lombardia</i>  | viene per il presente titolo, designato il lotto di terre, indicate nella pianta della Colônia, distretto  |
| com o N. 636 e tendo a área de <i>62.500</i> braças quadradas, pouco mais ou menos, afim de adquirir-o como propriedade sua, sob a condição de cultura e morada habitual e effectiva, e sujeito ás mais obrigações inherentes á compra do mesmo lote, que são os seguintes:   | N. <i>colla superficie di</i> braccia quadrate, a un dipresso, affine di acquistarlo come sua proprietà, a condizione di coltivarlo e stabilirvi dimora effettiva, e di sottoporsi a tutti gli altri obblighi attenenti alla compra dello stesso lotto, i quali obblighi sono i seguenti:  |
| 1. Recebendo o comprador o lote medido e demarcado na frente e em parte dos fundos, deve tratar da conservação dos marcos, não deixando que sejam deslocados, e substituindo por outros os que tiverem sido destruidos por fogo ou por outro accidente. No caso de desaparecerem ou serem deslocados os mesmos marcos, a despeza da nova medição e demarcação, se for necessaria, correrá unicamente por conta do comprador, ou, se confinarem dous ou mais lotes, se dividirá proporcionalmente entre os respectivos herêos. | 1. Curare della conservazione dei segni divisorii quando abbia ricevuto il lotto misurato e demarcato, impedendo che vengano slocati e sostituendo per altri quelli che sieno stati distrutti dal fuoco o da altro accidente. Quando scompaiano o vengano slocati detti segni, la spesa, nel caso che sia necessaria, per il nuovo misuramento e demarcazione, sarà unicamente a carico del compratore, o, se confinano due o più lotti, si dividerà proporzionalmente tra i rispettivi proprietari. |
| 2. Até seis mezes depois d'esta designação deve estar roçada e plantada uma área de mil braças quadradas; pelo menos, e construida uma casa, que tenha, pelo menos, quatrocentos palmos quadrados, para sua habitação permanente e de sua familia. A inobservancia desta obrigação importará a perda das bemfeitorias, que tiver feito, assim como das prestações, que tiver pago,  | 2. Nello spazio di sei mesi a datare da questa designazione deve star diboscata e impiantata un'area di mille braccia quadrate, per lo meno, e costrutta una casa per abitazione di esso e della famiglia, di 400 braccia quadrate per lo meno. La trascuranza di quest'obbligo cagionerà la perdita delle bonificazioni già fatte, come pure delle rate già pagate, facoltando il direttore a   |



podendo ser o lote designado vendido pelo Director, salvos sómente os casos de força maior e enfermidade prolongada e provada, em que será concedida ao comprador uma prorogativa de 2 a 6 mezes, sendo as questões, que entre elle e o mesmo Director se suscitarem, decididas por arbitros escolhidos entre os que tiverem, pelo menos, tres annos de residencia fixa na colonia.

3. O comprador obterá o titulo definitivo de propriedade do lote designado depois de ter pago integralmente a sua importancia, saldado tudo quanto dever á Fazenda Nacional, e provado que, por si ou por pessoa de sua confiança, tenha tido no mesmo lote um anno, pelo menos, de residencia habitual e cultura effectiva.

4. Sómente são dispensados da obrigação de morada e cultura effectiva os lotes de menor superficie nos districtos urbanos, concedidos para qualquer fim de reconhecida utilidade. Se não forem convenientemente aproveitados por espaço de dous annos, pelo menos, cairão em commissão salvo o juizo arbitral.

5. Os caminhos rurâes terão a largura de quatro braças, não se podendo plantar arvores senão á distancia de uma braça, pelo menos, da estrada. Para a abertura de novas estradas desapropriar-se-ha espaço necessario, sendo indemnizados os seus proprietarios tanto das benéfitorias, que nelle existão, mediante juizo arbitral, como do terreno, cujo preço será o da primitiva compra durante o primeiro quinquennio, contado da data d'esta.

6. Devem ser immediata e inteiramente removidas as arvores, que nas cerrubadas cahirem sobre os caminhos, afim de conservar-se desembaraçado o transitio, observando-se a este respeito quanto se acha previsto nas posturas das Camaras Municipaes.

7. Para as pontes e outras obras publicas se poderá tirar gratuitamente da parte inculta dos lotes, madeira, pedra e outros materiaes, havendo indemnisação, determinada por arbitros, quando d'ahi resultar prejuizo permanente.

8. Na demarcação dos fundos dos lotes devem os seus donos e os heréos confinantes abrir as picadas, cuja conservação fica a seu cargo, sendo por elles rogadas e limpas annualmente e conservados os competentes marcos, como ficou declarado.

9. O preço d'este lote é de *Mio* rs. por braça quadrada; será pago pelo comprador pela fórma determinada no respectivo regulamento, de que se lhe deo

vendere il lotto designato, salvo caso di forza maggiore e di malattia prolungata e provata, nel quale caso si concederà al compratore una proroga di 2 a 6 mesi. Le questioni che possano nascere tra esso e il Direttore saranno risolte da arbitri scelti tra quelli che abbiano, almeno, tre anni di residenza fissa nella Colonia.

3. Il compratore otterrà il titolo definitivo di proprietà del lotto designato dopo di averlo totalmente pagato, saldato tutto ciò che deva allo Stato e provando che esso od altra persona di sua piena confidenza abbia avuto per lo meno un anno di residenza abituale e coltivazione effettiva nel detto lotto.

4. Sono soltanto esenti dall'obbligo di abitazione e coltura effettiva i lotti di minor superficie nei distretti urbani che vengano concessi a fine di riconosciuta utilità. Non essendo convenientemente profittati nello spazio di almeno due anni, cadranno in penalità, salvo giudizio arbitrale.

5. Le strade pubbliche avranno quattro braccia di larghezza, e non si potranno piantar alberi se non alla distanza di almeno un braccio dalla strada. Per l'apertura di nuove strade si sproprierà lo spazio necessario e ne saranno indemnizzati i proprietari, tanto delle bonificazioni in esso esistenti, come del terreno, il prezzo del quale sarà quello della compra primitiva durante i primi cinque anni contati dalla data della stessa.

6. Dovranno essere immediatamente e totalmente rimossi gli alberi che, nel diboscamento cadessero sulla strada, affine di conservar sempre libero il transitio, dovendo osservarsi a questo rispetto ciò che prescrive la Municipalità.

7. Per i ponti ed altri lavori publici si potrà gratuitamente trarre nelle parti incolte dei lotti, legnami, pietre ed altri materiali e ne sarà indemnizzato, mediante arbitraggio, il proprietario quando di ciò risulti danno permanente.

8. I proprietari dei lotti dovranno nei fondi degli stessi aprir scorciatoie la cui conservazione rimane a loro carico, dovendo diboscarle e nettarle annualmente, conservando i segni competenti come si ó già detto.

9. Il prezzo di questo lotto é di \_\_\_\_\_ reis per braccio quadrato; sarà pagato dal compratore nella forma determinata dal rispettivo regolamento, il quale

conhecimento. Enquanto não se realizar o pagamento da sua importância, bem como de todas as quantias, que o comprador deva ao Estado, ficará o mesmo lote hypothecado não só pelo referido pagamento, como pelas multas, em que o proprietario incorrer por infração das posturas relativas à conservação dos caminhos.

10. Os direitos, conferidos por esta designação, aproveitão sómente à pessoa ou familia, em cujo beneficio é expedida, ou aos seus descendentes e herdeiros com a precisa capacidade, para cumprirem com os deveres acima proceituados, e especialmente com a constante cultura e habitação e com a conservação das estradas. Para a transferencia d'estes direitos por venda ou por qualquer outro modo, deve preceder approvação da Presidencia da Provincia sobre informação do Director.

dovrà essergli stato palese. Finché non sia totalmente pagato, e finché non sia saldata qualsiasi altra somma che il compratore deva allo Stato, rimarrà lo stesso lotto ipotecato, non solo per il pagamento come per le multe in cui incorra il proprietario, per infrazione delle leggi relative alla conservazione delle strade.

10. I diritti conferiti per la presente designazione sono valevoli per la persona o famiglia in cui beneficio è tratta, od ai suoi discendenti ed eredi colla necessaria idoneità per compiere cogli obblighi sopra accennati, e specialmente colla coltura ed abitazione costante e colla conservazione delle strade. Per la transferencia di questi diritti, per vendita o per qualsiasi altro modo è necessaria l'approvazione del Presidente della provincia sull'informazione del Direttore

Colonia

*Timothy* 1°

addi

*Marsio*

18 77

per **Il Direttore**

*Galipps*

Dichiarando il direttore soddisfatte le condizioni riferite nella clausola 2ª, la presente designazione ha la validità di TITOLO PROVVISORIO.

Colonia

addi

18

Essendo soddisfatte le condizioni menzionate e trovandosi il compratore sgravato di ogni debito al Tesoro Nazionale gli appartiene il diritto di ricevere il TITOLO DEFINITIVO del lotto che per il presente gli fu designato

Co'lonia

addi

18

*Secretaria de G.  
verno & 4 de Ju-  
ho de 1885  
João Mariano*

**Il Direttore**